

ISSN 0100-199X

ANPOCS **bib**

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais

41

Neste número:

Os Livros do Brasil em Frankfurt
Teoria das Elites
Democracia Sindical
Estudo sobre Profissões

RELUME



DUMARÁ

BIB — Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no País. O BIB é editado sob orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em Ciências Sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Charles Pessanha (UFRJ & IUperj)

Delma Pessanha Neves (UFF)

Guita Grin Debert (Unicamp)

Gildo Marçal Brandão (USP)

Lília Moritz Schwarcz (USP)

Maria Inês Paulillo (UFSC)

Miguel Chaia (PUC-SP)

Paulo Henrique Martins (UFPE)

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900
São Paulo, SP
Tel.: (011) 818-4664
Fax: (011) 818-5043

Direitos reservados para esta edição
RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização

DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202

22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 542-0248

Fax: (021) 275-0294

Editoração

MMFREIRE – Editoração e Arte

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



Impresso no Brasil

Sumário

Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt	3
Gustavo Sorá	
A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada	35
Mario Grynszpan	
Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical	85
Jorge Ventura de Moraes	
Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras	109
Maria da Gloria Bonelli Silvana Donatoni	
Teses e Dissertações em Ciências Sociais	143

Colaboram neste número:

Gustavo Sorá é doutorando em Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Jorge Ventura de Moraes é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco.

Maria da Gloria Bonelli é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

Mario Grynszpan é pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Silvana Donatoni é aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt

Gustavo Sorá

Em outubro de 1994, o Brasil foi o país-tema homenageado na maior feira internacional de livros: a *Frankfurter Buchmesse*.¹ O evento consistiu na realização de um conjunto de representações sobre o *Brasil*, para o qual os principais grupos culturais, empresariais e políticos ligados à produção e circulação de textos e livros² *brasileiros* mobilizaram um grande volume de recursos institucionais, financeiros e humanos.

Do ponto de vista dos organizadores brasileiros e alemães, a exposição de Frankfurt oferecia uma oportunidade singular para restaurar a “imagem deteriorada” do Brasil no exterior; para os editores, tratava-se de uma missão de cidadania da qual participavam em nome de um povo. Com o objetivo explícito de enfrentar “os clichês vulgarizados pela mídia” (violência, samba, mulatas, crianças pobres, desprezo pela ecologia, futebol) e, aproveitando o evento cultural-editorial mais divulgado pela imprensa internacional, um pequeno grupo de seis pessoas reuniu-se sistematicamente, durante três anos, na Secretaria Municipal de Cultura e na Editora Melhoramentos de São Paulo. Os autores do *Projeto Frankfurt* representavam a Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura por intermédio da Biblioteca Nacional (BN) e do Departamento Nacional do Livro (DNL). A partir de negociações com a companhia fundada pela Associação de Livreiros e Editores alemães para realizar a feira (*Ausstellungs- und Messe-GmbH*), e contando com a

participação de escritores, os representantes planejaram um conjunto de exposições, coleções, pôsteres, encontros, catálogos, estatísticas e eventos artísticos sintetizados no título *Confluência de Culturas*. As encenações montadas procuravam transmitir um quadro geral do Brasil, em que a literatura, os autores e os livros não passavam de meios para comunicar a idéia de um país culturalmente rico e complexo, mas “injustamente não reconhecido como tal pelos europeus.”

O objetivo deste artigo é fazer uma etnografia da organização e encenação da homenagem ao Brasil realizada durante a 46.^a feira do livro de Frankfurt. O estudo focaliza o poder do livro e as profissões ligadas à produção de livros na construção social dos emblemas, estereótipos e sentimentos de nacionalidade. Inversamente, procura-se compreender como as formas de classificações *denacional* e *internacional* definem as práticas editoriais e a circulação da palavra impressa em livros.

Idéias relativas a um país autêntico, real, verdadeiro, fazem parte das representações de prestígio e das práticas de honra que têm como suporte mitos e lendas e remetem a uma “missão providencial, cuja realização é atribuída àqueles que são considerados seus mais autênticos representantes” (Weber, 1992: p. 682). A análise desse evento permite compreender a produção das idéias de nação e os processos de individualização dos agentes que, disputando e definindo espaços profissionais, conseguem elevar-se à condição de representantes da coletividade, ocupar postos públicos e/ou obter reconhecimento editorial

consagrador. Assim, a análise está centrada no processo de "oficialização" (Bourdieu, 1991:182-187), pelo qual se manipula uma definição coletiva e se universaliza a ação dos *profissionais do livro*, a pretexto da "exposição de um povo".³ Com isso, os escolhidos, autoridades editoriais, públicas e escritores-representantes, apropriam-se do privilégio de definir os limites do pensável e do impensável sobre o Brasil, o caráter de seu povo e suas grandezas culturais.

As feiras internacionais de livros são eventos privilegiados para conferir uma perspectiva comparativa ao estudo das *culturas nacionais*, já que materializam séries classificatórias complexas nas quais as origens nacionais constituem um dos princípios de oposição dominantes.⁴ Ao mesmo tempo, a apresentação-identificação do país no exterior põe a nu um conjunto de estratégias implícitas de valorização nacional, não diretamente reveláveis, menos ainda visíveis, na medida em que os sinais e princípios da nacionalidade são transmitidos entre iguais, todos os dias, dentro das fronteiras onde o Brasil e seus símbolos são tão naturais como o ar que se respira. Uma feira internacional de livros realizada em solo estrangeiro deixa expostos principalmente os fios simbólicos e materiais da competição do país com outras culturas nacionais e seus porta-vozes, outras genealogias nacionais de autores, outras línguas vernáculas, outros mercados editoriais e outras morais civilizadoras que medem a força do estilo brasileiro de se apresentar, e lhe conferem um valor e um reconhecimento específico como configuração singular "digna" de ser admirada e julgada através de uma exposição.

De modo geral, as feiras internacionais de livros são articuladas em torno de um circuito anual que é percorrido pelos agentes dominantes de cada um dos mercados. Assim, elas cumprem um papel significativo na imaginação e institucionalização de um mercado editorial internacional, com suas novidades e tradições, fronteiras e possibilidades, normas e práticas legítimas, suas ideologias e hierarquias. A exposição dos "livros-da-nação" em

uma feira é uma oportunidade singular para estudar os efeitos da apropriação diferenciada por parte do mercado internacional da configuração de um mercado nacional, bem como para avaliar as estratégias de dominação que nele se expressam.⁵

Mais que uma entidade racional e abstrata, o mercado internacional sustenta-se em estruturas institucionalizadas e, por isso, pode ser estudado mediante a objetivação das redes de relações concretas e práticas legítimas por ele estabelecidas entre diferentes campos editoriais-nacionais em competição. Essa perspectiva permite-nos retomar, embora com outros olhos, a pergunta de amplo interesse para o estudo da vida intelectual que Robert Escarpit (1965: p. 99) formulou nos anos 60: O que leva um autor a transpor as fronteiras de um país?⁶

Dadas essas premissas, o texto inicia-se com a descrição das condições de realização do evento, focalizando Frankfurt como praça de mercado dotado de amplo poder "cultural" para impor padrões de internacionalização e profissionalização editorial. A partir da feira, procuro dimensionar uma rede de relações editoriais entre o Brasil e a Alemanha a fim de encontrar respostas para as seguintes indagações: por que Frankfurt e por que a Alemanha são locais adequados para a demonstração da dimensão internacional da literatura e da publicação de livros brasileiros? Por que razão Frankfurt é um evento editorial mundial se Nova York comporta, atualmente, um volume maior de relações editoriais-comerciais? Por que não realizar a exposição *Brasil* em Buenos Aires ou Paris que são, de longe, os mercados onde mais se encontram traduções de autores brasileiros "em catálogo"?⁷ Por que passou a ser do interesse de outros mercados apreciar o Brasil por suas manifestações literárias e científicas, traduzir seus escritores e difundir sua cultura?

Em seguida, descrevo a organização e a realização da exposição brasileira, ressaltando o lugar dos agentes e as representações oficiais. Paralelamente, examino a hierarquia dos agentes escolhidos, a lógica do desinte-

resse e o sentimento de missão que os levou a exibir as imagens do país como aspectos essenciais de um povo ao qual “dão voz”. Análise primeiramente a ação daqueles que, em termos weberianos, podem ser chamados de burocratas e sacerdotes da “cultura nacional” e, mais no final do artigo, faço algumas breves considerações sobre a inevitável ação dos profetas contestadores que, discordando da forma como os primeiros mostravam o que somos, procuravam fortalecer-se dentro do campo editorial nacional como base para a formulação de novas maneiras de produzir imagens e suportes impressos para pensar a nação (Cf. Anderson, 1993). Por essa via, descrevo e interpreto as representações, discursos e sentimentos predominantes na encenação. Por detrás da polêmica, os porta-vozes lutavam para dirimir a veracidade, ou justiça histórica, dos *Retratos do Brasil*, enquanto reafirmavam os limites de sua arbitrariedade classificatória, de suas competências e de seu poder para orientar as práticas das profissões que se estruturam para falar da nação.

A análise baseia-se em observações realizadas durante as bienais internacionais de São Paulo e do Rio de Janeiro desde 1991, ano em que se iniciaram os trabalhos do Projeto Frankfurt.⁸ Registrei, também, a preparação do evento no Brasil, utilizando-me do trabalho das entidades de classe, da Biblioteca Nacional e da divulgação feita pela imprensa. Coletei ainda catálogos, estatísticas, revistas e outras publicações brasileiras e alemãs especialmente elaboradas para esse fim, assim como a produção anterior e posterior relativa ao México e à Áustria. Embora nada substitua a observação *in loco* das feiras e exposições, a possibilidade de coletar e sistematizar informações permitiram ressaltar a dimensão relacional na construção das imagens do país, diante dos valores essenciais afirmados e vi-

vidos nos relatos apaixonados que disputam um modo legítimo de mostrar a nação.

A Feira de Frankfurt e a Institucionalização de um Mercado Editorial Internacional

Além da dimensão internacional da feira de Frankfurt, a apresentação do Brasil como país-tema decorreu das relações culturais entre brasileiros e alemães. Afora o caso do Brasil, um expositor anual entre outros, essa feira constitui uma outra faceta do comportamento dos alemães ocidentais no pós-guerra, no intuito de se mostrarem ao mundo como país “culto e civilizado”.

A feira de Frankfurt apresenta todas as características de uma “tradição inventada”.⁹ É mais uma representante, seguramente das melhores, de um estilo de intercâmbio da palavra escrita nesta metade do século XX: o das feiras internacionais de livros. Quando se fala da feira de Frankfurt, repete-se um percurso ideal:

“The Frankfurter Buchmesse was recorded for the first time in 1462, only seven years after Gutenberg had completed his 42-line Bible (...) A few years after the collapse of the 1000-year Reich, a new start was ventured in Frankfurt. The Börsenverein des Deutschen Buchhandels was set up there, and in 1949 the first post war Book Fair took place in the Paulskirche, symbol of the democratic tradition in Germany” (Ausstellungs- und Messe GmbH, 1989: p. 29).*

Sua “existência” perde-se nos primórdios do nascimento da imprensa e prolonga-se até os nossos dias como um ritual que reafirma todos os sinais da tradição democrática e civilizada da Alemanha. Por seu caráter internacional, a feira de Frankfurt, além de permitir a exposição das expressões literárias de outras nações, representa, antes de tudo, uma forma de afirmação das “imagens da Alemanha para o exterior”, como uma nação de

[*N.T.] “A Frankfurter Buchmesse foi realizada pela primeira vez em 1462, apenas sete anos depois que Gutenberg finalizou sua Bíblia de 42 linhas. [...] Alguns anos após a queda do Reich dos Mil Anos, retomou-se a iniciativa em Frankfurt. A Börsenverein des Deutschen Buchhandels foi criada e, em 1949, realizou-se a primeira Feira do Livro do pós-guerra, em Paulskirche, símbolo da tradição democrática da Alemanha”.

leitores. Essa formulação é análoga àquela utilizada pelos organizadores da mostra brasileira. Cotidianamente, pesam sobre a Alemanha imagens e “clichês vulgarizadores” transmitidos pela *mídia*, notícias predominantemente negativas sobre o passado nazista, sobre o recrudescimento do racismo e os paradoxos da queda do Muro de Berlim.¹⁰ Recorrendo a Mauss, poder-se-ia dizer que, de modo similar a um museu etnográfico ou “às artes nacionais e suas modas”, a feira é um desses fenômenos que permitem evidenciar que “embora a nação crie a tradição, pretende-se remodelar a nação com base na tradição” (Mauss, 1972: p. 303).

Após a guerra, com a recuperação de Frankfurt como centro financeiro internacional e ponto de cruzamento de rotas culturais da Europa, sua feira de livros tornou-se um modelo, lugar de presença anual obrigatória para todos aqueles que desejam participar do mercado editorial internacional. Assim, ela se cerca de toda uma atmosfera de práticas e concepções estruturadoras de uma moral profissionalizante.

A *internacionalização* da feira de Frankfurt coincide com o surgimento, em diversos países, das principais feiras internacionais de livros, por volta da segunda metade dos anos 60. Desde então, seu perfil vem sendo delineado sob a influência de duas forças opostas: de um lado, vem-se consolidando como centro de intercâmbio do mercado de *best sellers* e, de outro, como espaço de manifestação de críticas político-culturais que pretendem fazer dela um centro de divulgação dos problemas e da literatura do Terceiro Mundo. Por volta de meados da década de 70, a rivalidade entre os agentes quanto ao modelo legítimo de feira provocou a realização de feiras paralelas, organizadas por “pequenos editores políticos e alternativos”, segundo avaliam retrospectivamente os atuais organizadores.

A Indicação de Temas Centrais

A pacificação foi obtida em 1976, quando se institucionalizou a escolha de temas centrais a cada dois anos. Os temas seleciona-

dos neste novo modelo foram: América Latina, A criança e o livro; África Negra, Religião, Orwell ano 2000 e Índia.¹¹ Os resultados dessa nova modalidade foram positivos, harmonizando-se as dicotomias entre a dimensão comercial-profissional e a dimensão pública da feira. Como se verá adiante, as nações e os nacionalismos expressam-se na segunda dimensão, mas esses valores transferem-se de modo incorporado às duas dimensões.

A dinâmica dos temas centrais foi modificada no final dos anos 80 para dar lugar à exposição anual de países-tema.¹² Da exposição de temas elaborados pela empresa organizadora da feira, que privilegiavam *nações jovens em livros* (Muth, 1986: p. 3), regiões ou questões culturais e políticas “problemáticas,” passou-se à exposição de “países-tema”, organizada pelas autoridades de cada país interessado. Ao contrário do modelo anterior, começou-se homenageando as literaturas nacionais mais antigas, estabelecidas, refinadas, civilizadas, modelares: Itália, França, Espanha, Japão, União Soviética, México, Holanda, Brasil, Áustria. Nessas escolhas, feitas pelos alemães, o primeiro princípio classificatório estabelece uma *diacrisis* político-cultural para enfrentar a circulação da palavra escrita em inglês, privilegiada pelas forças de mercado.¹³

A companhia fundada pela Associação de Livreiros e Editores alemães abre periodicamente uma lista de países postulantes como expositores-tema. A participação de um país na feira é articulada diplomaticamente, envolvendo uma prolongada e intensa competição com outros candidatos. O resultado é um jogo tácito de convite-postulação, pelo qual os organizadores exercem o poder de decidir a favor dos países que possuam uma indústria editorial forte, com influência sobre um conglomerado lingüístico e, ao mesmo tempo, tenham uma “base de história cultural suficientemente profunda” para preparar um tema central.¹⁴

A consolidação de Frankfurt como centro editorial mundial, é o resultado de uma intrincada rede institucional que opera através de uma intensa divisão de tarefas e funções, bem como da lógica prática da crença de que a Ale-

manha é um país de leitores e um “foco de irradiação cultural”.¹⁵ Os dois aspectos convergem para apresentar o país como possuidor de uma indústria editorial modelar, exportadora de padrões de profissionalismo, capaz de impor critérios de seleção cultural-nacional de grande significado na regulação da circulação internacional de livros e mensagens escritas.

Na feira de 1994, a percepção internacional do Brasil concorria com duas “questões” mais permanentes nas preocupações do mercado editorial e dos meios intelectuais alemães: por um lado, um encontro “Leste-Oeste” destinado a discutir a incorporação do mundo editorial e intelectual da Europa Oriental e das nações resultantes da desintegração da União Soviética, diante das quais a Alemanha se impõe como ponte cultural “natural”. Por outro lado, o ciclo de conferências sobre “Direitos em CD-Rom”, continuado em 1995 com a “Conferência sobre Meios Eletrônicos”, os quais, transcendendo os interesses alemães, foram realizados pelo *CenterBar*, organização multinacional de advogados especialistas na regulação do fluxo de informações através de meios telemáticos.

Percepção e Escolha do Brasil

A escolha do Brasil começou a ser gerada em 1988. Em 1986, em um período de recessão mundial generalizada, o Brasil teve seu último *boom editorial*. Nesse ano, conjugaram-se uma explosão editorial, após vinte anos de repressão intelectual imposta pela ditadura,¹⁶ e a ativação de um plano econômico (Plano Cruzado) que regulamentava amplos benefícios para as práticas culturais. Em 1985, o Brasil obteve sua melhor posição no âmbito da produtividade mundial, chegando a situar-se como o 12.º maior produtor em número de exemplares publicados, superando definitivamente, e por ampla margem, a posição de Portugal (*Buchhandler-Vereinigung GmbH*, 1991: p. 57). Porém, a inflação não demorou a marcar o ritmo da recessão econômica e da depressão do mercado editorial, impedindo de levar a cabo o projeto Frankfurt, segundo as autoridades editoriais brasileiras.

Assim como a dimensão da indústria editorial brasileira não foi fator decisivo para a escolha, também não o foi um intenso fluxo de autores e livros entre o Brasil e a Alemanha. *Brasil* ou a *língua portuguesa* são categorias muito pouco expressivas nas estatísticas editoriais alemães. Em 1990, somente 0,5% das traduções para o alemão, feitas na Alemanha, originavam-se do português e de um total de 40 títulos, 25 eram de “ficção” (*Buchhandler-Vereinigung GmbH*, 1991: p. 59). Em sentido inverso, cerca de 3,8% dos direitos de publicação de títulos alemães negociados para tradução para outros idiomas, correspondiam ao português (*op. cit.*: p. 63); de um total de 120 títulos, 40 eram sobre “paisagismo, desenho e arquitetura”, 18 eram de “literatura juvenil”, 14 de “medicina”, 13 de “filosofia e psicologia”, 12 de “religião e teologia” (*op. cit.*: p. 66). Destes, a metade foi vendida para o Brasil. O estereótipo alemão, que imagina o Terceiro Mundo como exportador de literatura e importador de ciência, só se verifica no primeiro caso, mas também se encontra de maneira difusa no segundo. Pode-se ainda acrescentar, que a participação de editores brasileiros na feira de Frankfurt, tem igualmente pouca expressão estatística.

A julgar pelos discursos dos editores alemães e suas autoridades institucionais, assim como pelas objetivações em catálogos e outros instrumentos de ordenação de livros e autores brasileiros, as classificações do *Brasil* na Alemanha correspondem preferentemente a três categorias gerais: *sur*, *Latein-amerika* ou *südamerikanische autoren*. Essas classificações confirmam o peso que teve na negociação da participação do Brasil e do México a Sociedade para a Promoção da Literatura da África, Ásia e América Latina, representada por Peter Weidhaas (presidente da sociedade e diretor da Feira de Frankfurt), Ray-Güde Mertin (vice-presidente da sociedade e prestigiada tradutora de português), no caso brasileiro,¹⁷ e Juan Villoro no caso mexicano (1992).

Como atesta o *Quellen*, catálogo bianual desta sociedade, o Brasil é o país mais bem representado entre os chamados blocos conti-

Quadro 1
Rede Institucional do Mercado do Livro na Alemanha

Associação alemã de editores e livreiros	
<p>A Börsenverein des Deutschen Buchhandels é a associação comercial que representa 2.100 editores, 4.300 livreiros e 80 firmas do "comércio intermediário do livro".</p>	
<p>Objetivos: 1) "Livro-mercadoria": garantir e racionalizar a eficiente produtividade do mercado do livro alemão; 2) "Mandato Cultural": promoção da leitura e organização do Prêmio da Paz.</p>	
Organização	Instituições Autônomas
<p>Comitê Executivo</p> <p>Presidente</p> <p>3 representantes de editores</p> <p>3 representantes de livreiros</p> <p>1 representante do comércio intermediário</p> <p>Assembléia de representantes</p>	<p>Organização autônoma de editores, livreiros e setor intermediário</p> <p>11 federações regionais de editores e livreiros</p>
<p>Distribuição: Escritório em Bonn: negociação com o poder político, a mídia e o comércio. Escritório em Leipzig (desde 1991): consultoria empresarial/cultural; incorporação do Leste alemão.</p>	
Organizações Comerciais	Publicações
<p>Federação de livreiros: companhia de publicações da Associação.</p> <p>BAG: <i>Clearing</i> do mercado. Realiza transações para pagamentos e combina negociações coletivas entre devedores e credores. Também organiza um sistema de comunicação eletrônica multilateral conectada em rede internacional</p> <p>RBZ: Centro de serviços de computação do mercado do livro. Organiza faturas, assinaturas, pagamento de publicidade, coleta contribuições. Produz estatísticas, catálogos, registros e listagens de preços. Oferece assistência e treinamento para uso de <i>hardware</i> e <i>software</i>.</p> <p>BKG: Procura e garante créditos bancários para livreiros devedores e créditos de trabalho para editores credores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adressbuch für den deutschsprachigen Buchhandel • Fachpresse in Zahlen • Börsenblatt für den Deutschen Buchhandel: 104 n s/ano. Artigos, reportagens, publicidade. • Verzeichnis lieferbarer Bücher: livros editados no mercado de língua alemã: 620.000 títulos de 11.500 editores da Alemanha, Áustria e Suíça. • Verzeichnis lieferbarer Schulbücher: didáticos. • Buch-Journal: veículo trimestral, publicidade • Buch und Buchhandel in Zahlen: estatísticas/anual
<p>AuM: Ausstellungs- und Messe GmbH: Companhia fundada em 1964 para organizar a feira de Frankfurt. Realiza seminários e <i>workshops</i> de treinamento profissional e um programa de promoção de feiras e eventos. Peter Weidhaas, diretor desde 1975, também presidente da Sociedade para a Promoção da Literatura para a África, Ásia e América Latina.</p>	<p>Sociedade Para a Promoção da Literatura da África, Ásia e América Latina: Instituição independente, criada em 1980, por editores, jornalistas e catedráticos, visando promover a "literatura universal do Sul" no mercado editorial de língua alemã: Hermann Schulz, editor de Peter Hammer Verlag; Johannes Rau, governador de Nordrhein-Westfalen; Gilman Hoffman: presidente do Instituto Goethe; Juan Villoro, escritor e catedrático mexicano; Ray-Güde Mertin: agente literária, tradutora (vice-presidente); Peter Weidhaas (presidente).</p>
<p>Projeto Frankfurt '94 (Brasil)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisiona com a Fundação Bertelsmann um programa de intercâmbio de editores e livreiros interessados em realizar experiências em outros países. • Realiza programas de formação para países com indústria editorial "em desenvolvimento" através de <i>workshops</i> denominados "Fundamentos de Economia Editorial". • Entre outros programas de colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, patrocina convites a editoras de países "em desenvolvimento". <ul style="list-style-type: none"> • Alfredo Weiszlog F. Lindoso (Câmara Bras. do Livro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros) • Empresa Marketing Cultural • Curadores de diversas instituições culturais • S.P. Rouanet, cônsul em Berlim • M. Souza: Div. Internacional (DNL) • A. Romano de Sant'Anna: Fund. Biblioteca Nacional • Ministério da Cultura • Itamarati

Fontes: The German Publishers and Booksellers Association, 1993; entrevistas e dados de campo.

mentais. Em 1993, as editoras alemãs tinham em seu catálogo 142 títulos de autores brasileiros e 7 antologias.¹⁸ Vinte e um títulos eram de Jorge Amado, 7 de Clarice Lispector, e, com 4 títulos cada um, Darcy Ribeiro, Rubem Fonseca, Guimarães Rosa e José Mauro de Vasconcelos. À exceção de poucos autores de renome, ou daqueles que são divulgados por força do mercado, os casos de Paulo Coelho e Chico Buarque recentemente, quase todos os títulos entram no mercado alemão por intermédio de iniciativas como as que a Sociedade para a Promoção da Literatura da Ásia, África e América Latina patrocina. Esta instituição articula uma rede de acadêmicos, estudantes, críticos, editores, agentes literários e tradutores, entre os quais circulam resenhas especializadas, sugestões, avaliações, catálogos, periódicos e outros meios, o que lhes garante um rígido controle sobre o que se deve publicar desses países, vistos como periféricos, áreas subordinadas ou fora do mundo dos livros. Do mesmo modo, com exceção dos *best sellers* temporários, as tiragens nesses países são extremamente reduzidas para o padrão do mercado alemão (2.000 ou 3.000 exemplares) e a circulação dos títulos limita-se estritamente aos círculos universitários. De maneira geral, pode-se observar uma certa divisão das casas editoras alemãs: as grandes, como a Surkhamp, editam clássicos, e as pequenas, como a Diá, publicam autores muito pouco conhecidos na Alemanha.¹⁹

O Projeto Frankfurt: uma Missão de Cidadãos

Apesar da recessão do mercado brasileiro, em 1991 retomou-se a postulação de homenagear o Brasil. A essa finalidade, um grupo de agentes dedicou um tempo precioso, quase exclusivo. A Comissão Organizadora, então criada, compunha-se de cerca de 6 a 10 pessoas "devotadas" a montar a apresentação e, acima de tudo, a cumprir um "dever de cidadãos". Os editores foram os principais mediadores culturais e empresariais para a concretização do evento. A organização foi coordenada pela Câmara Brasileira do Livro

(CBL) (SP) e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (RJ). Pela primeira, participaram os diretores Alfredo Weiszflog e Felipe Lindoso. Pela segunda, Regina Bilac Pinto, presidente do sindicato na época em que os trabalhos começaram. Por ser um "assunto de Estado", também participou o Ministério da Cultura, representado por Affonso Romano de Sant'Anna, presidente da Fundação Biblioteca Nacional e por Márcio Souza, diretor do Departamento Nacional do Livro. O ministro José Nascimento e Silva encabeçou a comitiva oficial de escritores que viajou para a feira. O Itamarati, por sua vez, participou por intermédio de seu cônsul em Frankfurt, Cesário Melantônio, e do cônsul em Berlim, Sérgio Paulo Rouanet.

Três desses agentes destacaram-se pela dedicação e influência na definição de perspectivas. Um deles foi Weiszflog, empresário e editor da Companhia Melhoramentos de São Paulo,²⁰ que atuou como presidente do projeto. Ele havia sido anteriormente presidente da Câmara Brasileira do Livro e continuava como assessor permanente, mudando de cargo diretivo a cada eleição dos representantes do setor editorial. Por sua vez, Felipe Lindoso, mestre em Antropologia Social, é um dos vários diretores da CBL e sócio da Marco Zero (SP), editora de pequeno porte com atuação no pólo humanístico e literário do campo. Assim, a "seleção natural" de agentes no órgão coordenador do projeto, incluiu desde o representante antigo e economicamente poderoso ao relativamente novo e culturalmente distinguido e especializado. No bloco de órgãos estatais, Márcio Souza, diretor do DNL distinguiu-se por suas iniciativas e seu desempenho nos trabalhos de organização. Souza apresentava-se, simultaneamente, como chefe da mais importante agência pública ligada à circulação do livro no Brasil, como sócio-editor da Marco Zero e escritor *profissional* muito conhecido dentre a nova geração de escritores brasileiros, com livros traduzidos para o inglês, francês e alemão, e professor de literatura latino-americana na Universidade de Berkeley.²¹

No aspecto institucional, as bienais inter-

nacionais de livros de 1992 e 1994, em São Paulo, funcionaram como espaço de síntese dos preparativos. Mais uma vez, o *eixo Rio-São Paulo* disputava e definia o campo editorial e as representações do Brasil autêntico: pelo Rio, o Estado; por São Paulo, o mercado. A partir de outubro de 1992, os organizadores fizeram levantamentos sistemáticos das instituições culturais de Frankfurt envolvidas na montagem de exposições, espetáculos e conferências. Com base em perfis institucionais, tipos de público freqüentador e possibilidades de co-responsabilidade financeira, montou-se um núcleo de projetos de exposição que foram apresentados às autoridades da companhia organizadora do evento. A resposta chegou um ano depois com a visita de Peter Weidhaas à bienal paulista e a aprovação do esquema básico de exposições apresentado pela comissão organizadora. Do modelo constava uma exposição central, a ser realizada em um pavilhão especial do prédio da feira, e uma série de exposições, espetáculos, conferências e debates, em diversos locais de Frankfurt e outras cidades alemãs. Para cada uma dessas unidades, a comissão designou *curadores*.²²

Essas atividades aprofundaram uma virtual divisão do trabalho de preparação e concepção das representações do país. A montagem e certas tarefas executivas foram terceirizadas, ficando a cargo da Empresa de Marketing Cultural. As reuniões periódicas dos seis responsáveis pela comissão organizadora tiveram a função de realizar a unificação burocrática e definir a concepção geral. Do ponto de vista dos organizadores, o esforço empreendido era totalmente desinteressado, como aliás “deve” expressar-se a consciência de cidadania, fora de qualquer vantagem empresarial ou cultural de natureza individual:

— Como foram escolhidas as pessoas que coordenaram o projeto?

— Olha, foi mais uma questão de experiência pessoal e vontade de fazer. Hoje pode-se dizer que toda a equipe está com muita garra para fazer uma coisa bem feita e mais por amor à Pátria do que por amor a um resultado financeiro. São poucos os que vão receber alguma coisa.

— Como foram escolhidos os curadores?

— São todas pessoas reconhecidamente competentes em suas áreas. E isso foi consultado dentro da Comissão, foram analisadas diversas alternativas e se completou o grupo. É uma questão de disponibilidade de tempo, disponibilidade de entrar num projeto em que o sacrifício pessoal é muito maior do que a remuneração pessoal.

— Quais foram os esforços, temas e problemas colocados nas discussões da Comissão?

— Eu já disse o seguinte: a execução do projeto em si é feita por uma equipe extremamente entrosada, extremamente motivada, que vê isso efetivamente como cidadãos, como uma questão muito importante e imperdível”.²³

Com o passar do tempo, a divisão e o volume de funções e responsabilidades foi se acentuando até estruturar uma hierarquia de eventos e agentes ativos na tarefa de representar o país.

Apresentação Brasileira

A participação *brasileira* e dos brasileiros na feira dividiu-se do seguinte modo: uma parte comercial, organizada em um estande coletivo de 270 metros quadrados onde cerca de 90 editoras expunham suas publicações; uma exposição central montada em um dos *halls* da feira (de 3.100 metros quadrados); e um conjunto de eventos culturais extra-feira.

Os editores dispunham de um estande adicional, *para profissionais*, de tamanho considerável. Em termos nativos, uma participação em Frankfurt é definida como profissional quando o editor “tem uma agenda lotada”, pode participar de leilões de títulos de grande porte e dispõe de direitos de títulos para vender e comprar. Como se sabe, nessa feira, apenas umas duas dezenas de editores se realizam “profissionalmente”.²⁴ Os demais vão à Frankfurt “para saber como é o mercado mundial” e para marcar presença em um lugar do qual, como um santuário, todos falam e onde todos desejam estar. A grande afluência de pequenos e médios editores nessa versão da feira, foi fruto das vantagens financeiras negociadas pela comissão organizadora e das

expectativas decorrentes da crença generalizada de que “era importante participar”. O estande coletivo onde estes se reuniam era, por oposição ao primeiro, uma mostra *para o público e um local público*. Ali os livros não eram vendidos, apenas ficavam expostos. Ne-

gação da economia, lógica do desinteresse, lugar da Nação.

A diversidade dos eventos encenados em Frankfurt pode ser descrita em um conjunto de quadros nos quais buscarei sistematizar e hierarquizar a participação dos representantes e as formas de representar o Brasil.

Quadro 2
Mostras Correlativas a Cada Volume da *Coleção Brasileira de Frankfurt*

Nome	Tema	Curador	Lugar
Pioneiros do cinema brasileiro	História do cinema mudo "das origens" aos anos 30	Jurandir Noronha	Deutsches Filmmuseum
Arte Popular Brasileira	Mostra da coleção do Museu da Casa do Pontal - RJ	Jacques van de Beuque	Bürgerhaus Bornheim
Brasil: Museu de Imagens do Inconsciente	Desenhos, pinturas e telas de pacientes do Centro Nacional de Psiquiatria do Engenho de Dentro	Org. da Dra. Nise da Silveira, apresentada pelo artista plástico Almir Mavignier	Kommunale Galerie Leinwandhaus
Os jardins de Burle Marx	Paisagismo no Brasil	Haruyoshi Ono, assistente de Burle Marx. Textos de Lélia Coelho Frota	Palmengarten (Jardim Botânico de Frankfurt)
Pintura Naïf Brasileira	Seleção do acervo do Museu Internacional de Arte Naïf do Rio	Maria do Carmo de Oliveira	Affentorhaus
O livro infantil no Brasil	Mostra de livros premiados, selecionados pela FNLIJ	Elisabeth Serra	Biblioteca Juvenil Haus Bornheim
A espessura da luz: fotografia contemporânea brasileira	Seleção de trabalhos de vários fotógrafos	Paulo Herkenhoff	Fotografie-Forum Leivewandhaus
A literatura na filatelia brasileira	Seleção de temas literários em postais e lançamento de selos	Laís Scouto e José Afonso Braga	Museu do Correio
A espessura do signo: desenho contemporâneo brasileiro	Exposição de artistas da década de 50: Oiticica, Schendel, Monteiro etc.	Paulo Herkenhoff	Galeria de arte em um antigo Convento de Carmelitas
Literatura Brasileira no singular e no plural	Ensaio de autoria de Afonso Romano de Sant'Anna	Afonso Romano de Sant'Anna	
Panorama do <i>design</i> gráfico brasileiro contemporâneo	Mostra de capas de livros, discos, catálogos, cartazes e livros de arte	Joice Leal. Federação das Indústrias de São Paulo	Kamelliterkloster
A arte na religiosidade afro-brasileira	Panorama do sincretismo e das influências africanas na religião	Emanoel Araújo. Diretor da Pinacoteca de São Paulo	Associação Artística de Frankfurt

Cada mostra foi impressa nos doze volumes da *Coleção Brasileira de Frankfurt*,²⁵ onde os *curadores* afirmaram sua autoridade com ensaios introdutórios. A coleção é uma

fórmula editorial que propõe uma totalidade homogênea para todos os volumes e garante o registro da presença brasileira para além do evento. O título *Brasiliانا* marca, por sua

vez, a pretensão de que a coleção seja reconhecida em uma hierarquia de coleções nacionalistas que baliza a história da indústria editorial no Brasil desde o fim dos anos 20. Desse modo, oferece um modelo estável e poderoso para transmitir mensagens sobre o Brasil. As mostras e livros exprimem a idéia predominante de apresentar o “Brasil como um todo”, homogêneo, igualmente representável por expressões “do povo” (arte popular) ou pela genialidade de seus artistas exemplares em

artes nobres (Burler Marx); por mostras coletivas de artistas de novas gerações em artes menos distintivas até o cinema de arte antigo; pela vulgarização da literatura para o povo e para crianças até a visão poética da mais alta literatura. Esse quadro de eventos-livros completou-se com outro conjunto de mostras preparadas especialmente para Frankfurt, mas que não desfrutavam do privilégio da posteridade em livro:

Quadro 3
Outras Mostras e Exposições

Outras mostras e exposições	Tema	Curador	Lugar
Confluência de Culturas	Painéis sobre a história da literatura brasileira e os brasileiros	M. Souza, Regina Machado Carneiro e Paulo Herkenhoff	Pavilhão central da feira
Clarice Lispector e João Guimarães Rosa	Autores traduzidos para o alemão, com grande reconhecimento	Ray-Güde Mertin, Ute Hermans, agentes literários e tradutoras	Biblioteca Nacional de Frankfurt
Exposição histórica da literatura brasileira	58 painéis e 2.000 livros de autores brasileiros, em alemão e português	Eliane Pszcol: Seção de Divulgação Internacional da Biblioteca Nacional	Biblioteca Pública de Frankfurt
Exposição Von Martius	Botânico que participou de uma missão científica no Brasil em 1817	Walter Raunige: Museu Etnológico de Munique	Schirn Kunsthalle
Evandro Teixeira	Fotojornalismo: fotógrafo com trinta anos de trabalho no JB-RJ e fotografias atuais sobre “vida, pessoas e cultura do Nordeste”		Galeria Nova Visão
Exílio no Brasil: 1933-1945	Mostra sobre intelectuais e escritores da Europa Central, como Stephan Zweig, que se refugiaram no Brasil a partir dos anos 30		Biblioteca Nacional de Frankfurt
Semana de Cinema e Literatura	Filmes brasileiros adaptados de obras literárias	José Carlos Avellar, crítico de arte	Deutsches filmmuseum
Brasil: arquitetura recente	Projetos e maquetes de arquitetos posteriores a Niemeyer	Hugo Segawa	Deutsches Architektur Museum
Música erudita	Quarteto de Cordas de São Paulo e Ewerton Gloeden (guitarra): Villa-Lobos	Gilberto Tinetti e Museu Gesellschaft	Álter Oper de Frankfurt
Dança	Coreografia de duas companhias	Endança (Brasília) e S.O.A.P. (Frankfurt)	Casa de Cultura Monsonturm
Antônio Dias	Exposição de obras do artista plástico em uma galeria		Mathildenhole, em Darmstadt

Mesmo que nesse conjunto de mostras a literatura e a ciência tenham maior relevância, configura-se de novo um quadro não estritamente voltado para as atividades intelectuais que fazem do livro o centro de seu trabalho de objetivação e reprodução. Aqui não se destacam as artes “populares”, mas diferentes expressões de artes prestigiadas, certificadas pela assinatura de autores individuais. Até certo ponto, expressam também o desejo de reconhecimento por parte de um público alemão mediante manifestações legitimadas pela origem e representatividade alemães.

A Invenção da Tradição Literária

A literatura teve sua maior expressão na extensa mostra histórica preparada pela Biblioteca Nacional: 58 painéis e 2.000 livros exibidos em uma biblioteca pública e nos dois principais painéis da exposição do pavilhão central da feira. Seus curadores encarregaram-se da organização e coordenação estético-visual; a montagem, porém, foi realizada por artistas plásticos. Como suporte, os textos e a concepção literária de Márcio Souza:

— Quem fez os painéis da exposição “Confluência de Culturas”?

— Os painéis foram executados por carnavalescos de escola de samba. Isso também fazia parte do espírito da exposição. Está explicado no texto que eu escrevi, que o acabamento é tão bem feito que os europeus poderiam pensar que foi confeccionado por cenógrafos de ópera. Mas está explicado que foi popular, pessoas do povo confeccionaram a exposição. (Márcio Souza, entrevista na Biblioteca Nacional, 29-9-94).

Sobre as idéias que se desejava transmitir, Souza contou que a sua, veiculada em textos, livros, fotos e desenhos, “começa com o Padre Anchieta escrevendo poemas nas praias de Peroigli e termina com Jorge Amado. Começa no século XIV e termina no século XX. São painéis imensos”. Para este escritor-representante, a literatura brasileira possui uma profundidade histórica igualada por poucas, mas que não obteve ainda o devido reconhecimento internacional. Esse senso de temporalidade foi resumido em uma *Agenda Permanente da Lite-*

ratura Brasileira, elaborada pela Biblioteca Nacional para marcar presença em Frankfurt. Nessa Agenda, que representou mais um dos esforços da Biblioteca Nacional, toda a “história literária” foi condensada.

“A agenda consistia inicialmente na idéia de que a literatura latino-americana é, em geral, muito pouco conhecida, especialmente pelos europeus, porque os americanos têm muito senso de história, como nós, mas os europeus olham a América como uma coisa muito recente sem grandes tradições. E de repente nós vemos que o Brasil é um dos países da América que têm uma história literária contínua de pelo menos trezentos anos, onde você pode indicar uma presença já marcante da identidade nacional através da literatura. E certos países da Europa não têm uma tradição dessas, de trezentos anos.” (Souza, *ibidem*).

O discurso de Márcio Souza, assim como o de Felipe Lindoso e dos autores-representantes, estrutura-se a partir da ambivalência de um país não descoberto nem reconhecido, ainda a ser explorado, mas que possui a continuidade de uma história cultural de séculos: *um país novo, porém antigo*.

A antiguidade é construída como uma prova de identidade. Lógica similar predominava nas exposições de países como o México e a Índia. Mas toda a força da identidade nacional, como construção cultural, sobressai quando comparada com a exposição realizada pela Áustria, país-tema de 1995. Os austríacos limitaram sua exposição e concertos a expressões do século XX. Sem Mozart ou Freud em cena, as atividades privilegiaram a presença de escritores de literatura e ciência, assim como de músicos *contemporâneos* (*Veranstaltungen im dês Österreich Schuerpunktes zur Frankfurter Buchmesse, 1995*).

Como modelo de apresentação, cada país inventa um eixo de tempo e um perfil de expressões artísticas, representativas de um caráter nacional. O paradoxo está no fato de um país do Velho Mundo apresentar-se como novo ou atual e países do Novo Mundo se mostrarem como antigos.

A mostra brasileira, conforme resumida na agenda, procurava sintetizar um país “repleto” de criação literária, algo que nem todos

podem acumular e sistematizar com o rigor de sua biblioteca nacional:

“Os ingleses tinham feito uma agenda internacional muito bem feita, parecida. Nós fomos levantar tudo o que existia nesse sentido. Mas era uma agenda muito falha, porque não entrava nenhum autor de língua portuguesa, nem Camões (...) Entravam autores ingleses de quinta categoria que não entrariam em nenhuma agenda mundial, mas nem Camões entrava; e da literatura latino-americana só entravam García Marquez e Manuel Puig. Ou seja, não dá para entender (...) E os mexicanos tinham tentado fazer uma agenda, mas não deu para preencher todos os dias do ano.” (Márcio Souza, *ibidem*).

Como observa Anderson, em seu livro *Comunidades Imaginadas*, os estilos narrativos dos gêneros literários são uma das mensagens mais poderosas para imaginar a Nação. Mas como assinalam os fragmentos dos discursos transcritos, tal força de representação e singularização é reforçada pelo nome de certos autores que, capazes de permanecer no tempo por terem transposto as fronteiras do país, produzem, quando mencionados, um efeito simbiótico de associar uma origem nacional e uma origem lingüística. Por isso a literatura é, também, uma questão de Estado e *leit motiv* da Biblioteca Nacional. Seus representantes-escritores controlam de perto a história e os marcos da literatura a exibir, ao mesmo tempo que tornaram mais complexos os meios de multiplicar o número de autores traduzíveis para outros idiomas:

— Qual é a imagem que a Biblioteca Nacional procura transmitir internacionalmente?

— Não temos uma política para transmitir imagem. Nós queremos aumentar o número de autores brasileiros traduzidos. Eles é que vão dar uma imagem do Brasil. (Márcio Souza, *ibidem*).

A Literatura Subordinada ao Povo

As expressões literárias dominaram os eventos montados em Frankfurt. Todavia, na mostra central, *Confluência de Culturas*, elas ficaram perdidas, subordinadas a uma lógica expositiva que privilegiava as imagens do

povo e suas manifestações mais sagradas de igualdade, fraternidade e liberdade.

Confluência de Culturas foi a exposição de maior envergadura, a mais rigorosamente planejada pela Comissão Organizadora e a única colocada em um *hall* especial da feira, em uma área de 3.000 metros quadrados. Os painéis não eram identificados por autor, personagem, gênero, individualidade literária ou artística. Dispostos em cinco módulos de 16 metros de diâmetro, representavam as paisagens rurais e urbanas, as manifestações culturais coletivas, a vida social e familiar, o cotidiano e o mundo do trabalho, e os rostos do brasileiro. Com fotografias e livros relacionados a cada módulo, pretendeu-se mostrar, em primeiro lugar, a ecologia, as dimensões continentais do país, as paisagens de seu território e as cidades emblemáticas. No segundo painel mostravam-se cenas do Maracanã abarrotado de gente, cenas de comícios políticos, as praias cheias e outras manifestações em que o indivíduo não aparece, uma vez que se dilui entre os 150 milhões de iguais em suas mais sagradas confraternizações. O painel sobre o trabalho expôs desde as atividades manuais mais rudimentares, camponesas, até o cientista em seu laboratório e o intelectual pensante nas universidades. O quarto painel reunia famílias de diferentes cores e estratos sociais assim como a comunhão nas manifestações religiosas e no tempo de lazer. O último painel era uma colagem de rostos superpostos, que pretendia expressar as principais contribuições dos fluxos migratórios. A mescla, o sincretismo, a miscigenação, a comunidade toda indiferenciada: Brasil de iguais, singulares e soberanos.

Ao longe, em segundo plano, os painéis eram cercados de pôsteres contendo fotos e figuras de heróis populares, como Romário e Ayrton Senna, e autores populares e/ou cultuados como Jorge Amado, Gilberto Freyre e Nelson Rodrigues. Mais além, o “bar Ipanema” criava um espaço de socialização e de reuniões, para projetar vídeos e recepcionar, entre *batidas* e *caipirinhas*, autoridades estrangeiras (desde ministros e representantes menores até o presidente Helmut Kohl), edi-

tores, escritores, agentes literários e outros empresários culturais.

O Brasil como ele é

— O que procuravam transmitir com o trabalho da Comissão?

— Dar uma ampla visão da cultura brasileira, tendo o livro como pano de fundo, como elo de ligação entre todas as áreas da cultura. O espírito que norteou a exposição foi *mostrar o Brasil como ele é*; e seu lado criativo e seu lado nem sempre conhecido, evitando-se estereótipos ou formas distorcidas de se conhecer o Brasil lá fora. (A. Weiszflög, entrevista, *ibidem*).

— Que imagem de país procuraram mostrar na exposição central?

— Quem trabalhou com conceito de exposições procurou evitar o clichê sobre o país. Exótico é difícil deixar de ser. Um país onde um mulato que teve a maior dificuldade de aprender a ler, se torna o maior romancista da América do século XIX ..., tem alguma coisa mais exótica do que isso? Então, não dá para fugir do exotismo. É também evitar um pouco alimentar essa comiseção terceiro-mundista de consciência pesada de europeu em relação à América-Latina.

— E que imagens tentaram contrapor?

— Eu acho que a imagem que o Brasil está apresentando é a imagem de um país da América que tem uma alternativa para uma proposta americana, que é o multiculturalismo, que vai compartimentando as culturas e os povos sob um suposto respeito pela integridade, para a proposta brasileira dessa multiplicidade de visões de mundo internas e de pele também, que a *miscigenação*, que é a mistura concreta e total, é a proposta do Brasil, uma proposta popular, que está inserida na cabeça, na identidade do país. Então é esse o país que vai. (Márcio Souza, entrevista, *ibidem*).

— Que imagem de Brasil procuraram transmitir?

— A imagem de um país muito mais rico e complexo do que os estereótipos que circulam na Europa. Nós estamos levando uma enorme coleção de livros para surpresa dos próprios europeus, do que se pensa sobre o próprio país e sobre o mundo. Mostrar que o brasileiro pensa sobre si e não está simplesmente recebendo conselhos bons ou maus da *intelligentia* européia.

— E como foram organizadas as exposições?

— Ali há coisas que foram surgindo no caminho. Por exemplo, a questão da contribuição das culturas africanas. Eu, por exemplo, sou extremamente refratário a isso que chamam de pseudo-visão do *multiculturalismo americano*, onde as coisas são americanas, são afro-americanas, o preto separado do resto. Enfim, me parece uma visão muito equivocada tanto para lá, e muito particularmente para cá. Então, não podíamos permitir que a contribuição da cultura africana para cá se reduzisse a uma questão de cor de pele. Não é verdade no Brasil isso. Há um exemplo que eu sempre uso, que é o de Emanuel de Araújo, um pintor muito reconhecido, preto, diretor da Pinacoteca de São Paulo. Em conversa com ele saiu uma idéia realmente interessante: a exposição montada se chama "Arte na religiosidade afro-brasileira", que pega desde objetos de culto, até artistas consagrados independentemente da cor da pele; que trata de um tema, de uma versão, da contribuição da cultura africana à cultura brasileira que é o *sincretismo*, muito específica e muito rica.²⁶ (Felipe Lindoso. Entrevista na Bienal de São Paulo; agosto de 1994).

Os discursos dominantes, e não somente entre os organizadores do projeto com sua retórica de oficialização, apresentavam a *Confluência de Culturas* como uma forma de convivência social, cultural e multirracial única, oferecida pela história do país ao mundo, como um modelo bem-sucedido de processo civilizador. A miscigenação, como um "não multiculturalismo", atualizava representações do senso comum, "gravadas nas mentes de todos" e atribuídas a autores como aqueles que, com semblante sério, vigiavam de perto a exposição, em pôsteres. Passando da história objetivada para sua dimensão incorporada, o país teve voz através dos escritores convidados pelas autoridades públicas.

Burocratas e Sacerdotes da Cultura Nacional

Oficialização e Prédicas Literárias Eficazes

Oficialmente, o Brasil esteve representado por uma comitiva de escritores organizada pelo Ministério da Cultura. O ministro

Luiz Nascimento e Silva distinguiu-se como cabeça visível de uma seleção que passou a ser conhecida como “a lista do ministro”.²⁷ A tradição objetivou-se nas mostras e nos livros. A novidade residiu na oportunidade de organizar uma nova sistemática de apresentação da imagem do país e de torná-la pública em um evento sem precedentes: “Vou levar o Brasil pensante à Europa (...) É um momento único para mostrar à Alemanha, à Europa e ao mundo inteiro, sua produção cultural e artística, sua identidade nacional”.²⁸ Através de ações coordenadas entre o ministro, Márcio Souza e Romano de Sant’Anna,²⁹ a participação oficial buscou “corrigir o exagero da predominância do signo visual sobre o signo escrito”

(*op. cit.*). Nascimento e Silva conduziu os preparativos finais de seu ministério, procurando redirecionar uma das imagens do Brasil: “havia na primeira participação brasileira, logo que cheguei, uma visão que se concentrava mais no aspecto folclórico que no aspecto internacional do país. Então minha idéia foi enfatizar um país que é capaz de pensar a cultura, ter uma produção de nível internacional, apesar da língua ser de difícil difusão” (*op. cit.*). Os porta-vozes do Estado-nação levaram a cabo um esforço tanto para delinear uma identidade e provocar seu reconhecimento como algo importante para o mundo, quanto para demonstrar a eficiência prática de um Estado moderno.³⁰

Quadro 4
Seleção Brasileira de Escritores

Escritor	Atividade principal	Principais títulos	Idade
Chico Buarque de Holanda	Músico (compositor e cantor) e escritor	“Estorvo”, “Fazenda Modelo”, “Gota d’Água (teatral)”, “Ópera do Malandro” (roteiro de cinema)	50
Ferreira Gullar	Poeta e crítico de arte. Diretor da Funarte na época da feira	“Poema Sujo”	64
João Ubaldo Ribeiro	Membro da Academia Brasileira de Letras, colaborador em jornais	“Sargento Getúlio”, “Viva o povo brasileiro”	53
Josué Montello	Presidente da Academia Brasileira de Letras, ex-diretor da Biblioteca Nacional	Inúmeros livros. Nenhum traduzido na Alemanha	83
Lygia Fagundes Telles	Romancista. Primeiro reconhecimento literário em 1938	“Ciranda de Pedra”, “As Meninas”, “As Horas Nuas”	71
Antônio Cícero	Mestre em filosofia e letrista de sua irmã, a cantora Marina, e de João Bosco	No final de 1994 lançava “O mundo desde o fim” (ensaio antropológico), não traduzido	45
Antônio Torres	Romancista e crítico literário	“Balada da infância perdida”, “Um cão uivando para a lua”, “Essa terra” e “Um táxi para Viena d’Áustria”	54
Antônio Olinto	Crítico literário (MG)	“Presença” (poesia, 1949), “Caderno de crítica” (ensaio, 1959)	75
Darcy Ribeiro	Político (PDT), escritor e antropólogo	Romances traduzidos em alemão: “Migo”, “Maíra”, “Mulo”, e seu ensaio “Utopia Selvagem”	71
Fábio Lucas	Crítico literário, presidente da União Brasileira de Escritores e ex-diretor do Instituto Nacional do Livro	“Horizontes da crítica” (1965), não traduzido para o alemão	63
Ignácio de Loyola Brandão	Romancista	“Bebel que a cidade comeu”, “Zero”, “Não verás país nenhum como este”, “O beijo que não vem da boca”	58

(continua)

(continuação)

Escritor	Atividade principal	Principais títulos	Idade
Moacir Werneck de Castro	Biógrafo, ensaísta, editor de suplementos literários e colunista do <i>Jornal do Brasil</i>	"Simón Bolívar". Sem traduções para o alemão	79
Moacyr Scliar	Escritor e médico sanitário	"A orelha de Van Gogh" e "O olho enigmático"	57
Lígia Bojunga Nunes	Escritora de literatura infantil. Ganhou o prêmio Hans. Ch. Andersen (Nobel da área) em 1982	"Tchau", "Sete cartas e dois sonhos"	62
Nélida Piñon	Escritora. Ganhou o prêmio Mário de Andrade em 1972 e recentemente o Juan Rulfo. Professora de Literatura latino-americana na Universidade de Miami	"A casa da paixão", "República dos Sonhos"	56
Rachel de Queiroz	Escritora	"O Quinze" (1930), "Memorial de Maria Moura"	84
Zuenir Ventura	Colunista do <i>Jornal do Brasil</i>	"1968. O ano que não terminou", "Cidade Partida". Sem traduções	63
Paulo Coelho	Escritor de maior vendagem no país e mais traduzido no exterior nos últimos anos	"Diário de um mago", "O alquimista", "Brida", "As Valkírias". Todos traduzidos para várias línguas	47
Afonso Romano de Sant'Anna	Poeta, diretor da Fundação Biblioteca Nacional	"A grande fala do índio guarani perdido na história e outras derrotas", "O canibalismo amoroso"	59
Márcio Souza	Diretor do Departamento Nacional do Livro na época da feira e posterior diretor da Funarte	"Galvez, o Imperador do Acre", "O fim do Terceiro Mundo", "As folias do látex"	49
Roberto Drummond	Escritor	"O dia em que Ernest Hemingway morreu crucificado"	61

(*) Textos traduzidos para o alemão (Dados referentes ao momento da feira).

Outros escritores, como Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto, Rubem Fonseca, Antônio Cândido e Eduardo Portella, foram também convidados. No entanto, quase todos, por problemas de saúde, declinaram do convite. Dos 21 escritores que constavam da lista, nenhum era negro e apenas quatro eram mulheres. Ao contrário destas, dedicadas quase que exclusivamente à atividade literária, a maioria dos homens ocupava, ou ocupou alguma vez, postos públicos em instituições culturais de alta hierarquia. A média de idade desses autores ultrapassava os 65 anos, o que contrastava com a idade dos escritores mais jovens que, como Chico Buarque e Paulo

Coelho, apesar de não ocuparem cargos burocráticos, entraram na lista por serem fenômenos literários de mercado. Por outro lado, escritores de grande reconhecimento, cujos livros, em sua maioria, foram consagrados há várias décadas, disputavam lugares entre os *clássicos*. Nesse quadro predominavam *romancistas, ensaístas e jornalistas*, gêneros historicamente associados à produção de mensagens sobre a miscigenação e outros "Retratos do Brasil". O relevo dos escolhidos tornou-se manifesto em uma série de debates e encontros coordenados para verbalizar o que pensavam ser o Brasil autêntico:

Quadro 5

Leituras e Debates na *Literaturhaus*³¹

Título do evento	Autores e/ou assuntos
Brasil: Um auto-retrato	Fábio Lucas, Nélda Piñon, Josué Montello, Antônio Cícero
Brasil: A metrópole retratada	Chico Buarque de Holanda, Ignácio de Loyola Brandão, Ferreira Gullar e Lygia Fagundes Telles
Brasil: Um mosaico de províncias	João Ubaldo Ribeiro, Moacyr Scliar e Antônio Torres
O Brasil no imaginário europeu	Sérgio P. Rouanet, Darcy Ribeiro, R. Menasse, Karl Corino
Literatura ao vivo	Encontro com escritores brasileiros presentes em Frankfurt
Workshop com tradutores de literatura brasileira	Dirigido pelos tradutores Karim von Schweder e Berthold Zilly (Os Sertões)
Lançamento de revista	"Poesia sempre", da Biblioteca Nacional, dirigida por Afonso Romano de Sant'Anna

Paralelamente à comitiva oficial, as editoras de grande porte enviaram, por sua conta, outros autores. Ao todo, estiveram presentes em Frankfurt 60 escritores. A forma como viajaram, a intensidade e os contextos de suas manifestações, o reconhecimento acumulado por cada um e a atenção que lhes dispensou a imprensa, permitem observar a diferença de suas participações; apenas alguns reuniram "todas" as propriedades para manipular palavras e ritos do culto literário nacional.

Entre os escritores da lista, cada um alcançou um destaque diferente. Novamente produziu-se uma divisão tácita entre os negócios e o público, entre a feira profissional e a homenagem nacional, os "campeões de vendas" e os "clássicos". Chico Buarque e Paulo Coelho foram considerados, por unanimidade, os de maior sucesso. Passeavam pelos estandes, de entrevista em entrevista, de deferência em deferência, enquanto seus agentes vendiam títulos de sua autoria para múltiplas traduções. A *Literaturhaus* foi o espaço da palavra célebre e clamorosa, do discurso chamativo sobre o Brasil. Poucos dias depois de proferirem as palestras, alguns oradores usavam suas colunas nos grandes jornais brasi-

leiros para tecerem elogios recíprocos. Levando adiante um mandado delegado, esses escritores firmavam posição sobre o que o Brasil é em enfáticas contestações aos anfitriões europeus:

Testemunhos sobre o *Bom Selvagem*

I
"Frankfurtianas", de Moacir Werneck de Castro, colunista do Jomal do Brasil

"Melhor que ninguém do exterior, nós conhecemos, estudamos e procuramos combater no Brasil as causas essenciais de males que nos afligem (...) Assim, é natural que nos desagrade receber pretensas lições de pessoas que só têm desses problemas uma visão estereotipada, e adequada a aplacar consciências doloridas (...) Claro que não se recusa o debate internacional sobre tais questões, mas chega a ser engraçado ouvir "pitos" com endereço errado, mais ainda num país onde ainda ontem eram exterminados milhões de judeus e nos dias atuais se sucedem revoltantes crimes racistas contra trabalhadores estrangeiros e suas famílias.

Só mais um comentário, para concluir. Foi dito na feira de Frankfurt que, na Europa atual,

autores representarão



Affonso Romano de Sant'Anna

O TIME DE ESCRITORES

Ficcionistas, ensaístas, jornalistas e poetas levarão à Alemanha uma imagem mais verdadeira do Brasil.



Antônio Cicero



Antônio Olinto



Antônio Torres



Chico Buarque



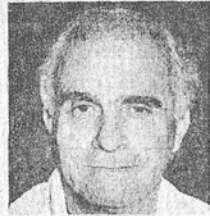
Darcy Ribeiro



Fábio Lucas



Ferreira Gullar



Ignácio Loyola Brandão



João Ubaldo Ribeiro



José Montello



Lygia Fagundes Telles



Márcio Souza



Moacir Werneck de Castro



Moacyr Scliar



Néida Piñon



Roberto Drummond



Zuenir Ventura

100.000 empregados em 18.000 editoras e 100.000 livrarias, produzem por ano um total de 300.000 títulos para 370 milhões de consumidores. Que beleza! Quando chegaremos lá? Um dia chegaremos, por certo. Mas desde logo podemos dizer que para o intenso patrimônio da cultura européia nós demos ao longo dos séculos uma contribuição substancial.

Para atingir tão altos patamares, a Europa recebeu o nosso ouro, as nossas madeiras, os nossos produtos naturais, de mão beijada, tudo abundantemente irrigado com o sangue de nossos aborígenes e dos negros trazidos da África para o trabalho escravo. É verdade que os tupinambás comeram Hans Staden, mas em compensação nossos índios, ao serem mostrados na Europa, inspiraram Montaigne, depois Rousseau, Pufendorf e outros pensadores, que fizeram do 'bom selvagem' o símbolo e o fermento das idéias de liberdade no mundo" (*Jornal do Brasil*, 15-10-94).

II

De Paris, Zuenir Ventura relatava os ecos da feira para a massa anônima de leitores brasileiros que, de longe, seguia os eventos:

"A diplomacia aqui está em festa. Depois da eleição do Fernando Henrique, depois da Feira de Frankfurt, a Europa pode não ter se curvado ao Brasil, mas que chegou a fazer uma leve reverência, isso chegou.

No terreno da literatura é como se tivéssemos ganho uma Copa do Mundo, por exemplo, de Portugal — justamente o ano em que Lisboa foi escolhida a 'capital cultural da Europa'. Apesar de todo o dinheiro investido pela Comunidade Européia, a imprensa parisiense deu mais destaque ao que ocorreu durante uma semana em Frankfurt do que ao que passou o ano todo em Portugal. A cultura fez pela imagem do Brasil o que só o esporte costuma fazer. (...)

Se houvesse um evento desses por ano cessariam aquelas perguntas incômodas que os europeus gostam de fazer sem olhar o próprio rabo, que pode se chamar Bósnia, racismo, xenofobismo, neo-nazismo. 'Vocês ainda exterminam meninos de rua?', 'Continua o genocídio de índios?'. Eles adoram provocar.

Em Frankfurt os brasileiros responderam muito

bem a essas inconveniências. A um gringo que insistia em afirmar que no carnaval se matava muita gente no Rio, Ferreira Gullar disse que não, porque nessa época os traficantes ou estavam sambando ou vendendo drogas para os turistas estrangeiros. Lygia Fagundes Telles, por ser moça fina, conteve o que tinha para dizer quando ouviu se repetirem as denúncias de extermínio, massacre e genocídio. Ela respondeu tudo à altura, mas saiu com uma resposta na garganta. O que ela teve vontade de dizer foi que a Alemanha não era o lugar indicado para se falar em genocídio. Imaginem o mal-estar se ela não se contivesse.

*Quem não se conteve foi o incontinente Darcy Ribeiro. Insubordinado às formalidades da civilização ocidental, ele começou interrompendo seu colega alemão na mesa-redonda, para reclamar que ele estava falando "muita bobagem sobre o Brasil". Era só o começo. O mínimo que disse para uma platéia divertida e espantada era que tudo de bom acontecido na Velha Europa viera do Novo Mundo, inclusive a Revolução Francesa. Montaigne, Rousseau, todos os que acenderam as luzes da civilização moderna, se inspiraram nos nossos bons selvagens. Dá gosto ver o Darcy na Europa sacudindo a pasmação mental de um continente velho e cansado. Lembra Glauber Rocha (...) Como Glauber, Darcy é a cara de um Brasil soberbo, *naïf*, não colonizado, orgulhoso, bárbaro e muito engraçado (...) Nessa hora de submissão total à 'nova ordem mundial', é bom ver as peraltices desse bom e inconveniente selvagem, que resiste à civilização européia não por ignorância, mas por saber tudo sobre ela.*

Darcy veio a Paris no dia seguinte à mesa-redonda em que desafiou os alemães. Mas só ficou 24 horas. Uma labirintite e uma súbita alteração da pressão arterial o derrubaram. Estirado sobre a cama de um modesto hotel em Montparnasse, ele continuava o debate de Frankfurt. Falava, para variar, das "índias nuas, de suas vergónhas, das doenças que Anchieta levou para o Brasil, das três vezes em que os índios se negaram a comer van Staden porque era um 'cagão' e os antropófagos só devoram os corajosos.

O médico, chamado às pressas, aplicou uma injeção de urgência e ficou impressionado com o índice de pressão e sobretudo com a energia do paciente (...) 'É preciso sossegá-lo, é preciso fazê-lo calar'. Expliquei ao médico que isso era

impossível. Nem os militares, quando tinham o poder, conseguiram (...) Pouco depois Darcy voltava ao Brasil, cambaleando e com uma pressão que só Deus sabia a altura. Para quem gosta de alegoria, como ele, estava ali uma imagem alegórica que bem poderia ser a do Brasil — sem muito equilíbrio, respirando mal, à beira de um colapso, mas com uma disposição de jovem e com a cabeça cheia de idéias.” (*Jornal do Brasil*, 15-10-94).

Esse tipo de artigos ilustra, de modo cristalino, a dulcificação da violência direta transformada em discursos, no uso contido da linguagem, nas imagens da *língua brasileira* e seus gêneros impressos e discursivos que escritores e leitores exercitam, como ninguém, por meio da introspecção individualizada e da imaginação sublimada, desde a invenção da “civilização”. Entre essas artes simbólicas, os discursos nacionalistas especializam-se na ironia (“o Darcy gosta de provocar”, dizia Zuenir Ventura), a desqualificação e o assassinio virtual das afirmações e provocações semelhantes do “outro nacional”, real ou imaginado.

Em declarações públicas ou em suas colunas de opinião na imprensa, burocratas e sacerdotes da cultura apresentavam-se em território estrangeiro munidos de metáforas agressivas. As palavras de ordem “rechaçar os estereótipos”, “mostrar a eles uma tradição desconhecida e complexa”, “sintetizar a diversidade em mostras e debates” (Felipe Lindoso, “Teoria incompleta de uma exposição brasileira”, *Folha de S. Paulo, Mais!*, 20-11-94), eram enfaticamente pronunciadas antes e durante a feira. A imagem consensual e coesa transmitida pelos editores, autoridades culturais, escritores e imprensa, assinalava o triunfo de um conjunto particular de estratégias de oficialização.

Entre burocratas e sacerdotes, os profetas esperaram o final da feira para proclamar através de outros jornais de grande circulação, seu desagrado pelo que “continuamos exibindo”.

Profecias Des-autorizantes

Houve uma nítida divisão do trabalho de registro e difusão jornalística do evento entre os principais jornais brasileiros que fizeram a

cobertura da feira (*Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*). A *Folha de S. Paulo* realçava Chico Buarque, o *Jornal do Brasil* destacava Paulo Coelho. O primeiro, mais cético, contextualizava os marcos gerais da realidade social e cultural alemã e internacional; o segundo dava mais atenção aos preparativos oficiais, como “a lista do ministro”, e focalizava os eventos particulares e as questões *brasileiras*.

Tanto na *Folha* quanto em outros jornais predominaram polêmicas e mensagens cétricas como meio de expressão das vozes de um outro Brasil. Para Marilene Felinto, em Frankfurt “o Brasil apresentou a imagem de um país informal” (*Folha de S. Paulo, Ilustrada*, 11-10-94). Na sua opinião, a exposição refletiu uma organização de “burocratas da cultura”, que gastaram milhões de dólares para levar um grupo de “escritores oficiais”, cujas “maiores estrelas eram extra-literárias” (Chico Buarque e Paulo Coelho). Os demais transmitiam, predominantemente, o “ar vetusto de uma literatura pouco expressiva (...) O que ficou foi a imagem do ‘Bar Ipanema’”. Com análoga ironia, pujante e ficcional, Diogo Mainardi dizia que a homenagem “terminou com pavilhão demais e escritor de menos” (...) “nosso pavilhão lembrava um balneário” e a “verdadeira atração mística da feira foi Paulo Coelho que raramente visitava nosso posto *verde-amarelo*” (“Fim de feira”, *Veja*, 19-10-94, p. 106). Ali onde Ventura e Werneck de Castro davam voz às expressões universais dos expositores brasileiros, Mainardi fazia-o em um sentido completamente oposto:

“A pior coisa que se pode fazer com um escritor brasileiro é dar-lhe um microfone”. Fagundes Telles: “O problema da droga no Brasil só será resolvido quando os americanos tirarem seus drogadinhos das ruas de Nova York”. Darcy Ribeiro: “Os americanos não têm o direito de criticar a matança de índios no Brasil porque eles também mataram”. Infelizmente não é possível reproduzir o tom acalorado dos oradores, seus rostos vermelhos de raiva, a veia inchada no pescoço, os perdigotos assassinos sobre a platéia indefesa. A fim de reforçar a sua imagem folcló-

rica, entre os jornalistas corria a história de que Darcy Ribeiro também tentou agarrar uma intérprete alemã (sem sucesso). Não sei se se deve acreditar nessa notícia. Como se sabe, os jornalistas costumam ser malignos (...) O Brasil não tem mais do que quatro ou cinco escritores, mas o mundo não está interessado nem mesmo nesses quatro ou cinco. O que dizer de nós? (*op. cit.*).

William Waack, de um lado, descrevia como Paulo Coelho era “o único brasileiro, fora Jorginho e Dunga, procurado pelo *Bild Zeitung*, jornal com 4,6 milhões de exemplares diários” (“O mundo se curva ao mago”, *Veja*, 19-10-94, p. 107). Lilia Moritz Schwarcz, de outro lado, escrevia uma coluna na *Folha de S. Paulo*, onde afirmava que em Frankfurt foi apresentado “*Um Brasil caricatural para alemão ver*” (*Mais!*, 6-11-94). Na sua opinião, “o Brasil não se arriscou” em mais uma feira dominada por um ambiente profissional neurótico, apresentando um estilo expositivo análogo ao coordenado pelo próprio Imperador nas exposições universais do final do século passado, quando o princípio de distinção nacional era predominantemente racial. Na exposição central apresentou-se “um país sem fronteiras, um local onde tudo tende a atenuar-se, como numa versão freyriana da realidade (...) Estávamos diante de um santuário com imagens para exportação”, dizia, referindo-se a Ayrton Senna, Romário e às imagens do carnaval carioca, cercadas por televisores e “caricaturas de alguns escritores tropicais como Jorge Amado, Gilberto Freyre e Nelson Rodrigues”. Para esta autora, a mostra, em sua totalidade, passava uma imagem homogeneizadora, organizada “com a finalidade de oficializar imagens cristalizadas”. Lilia Schwarcz terminava sua coluna, escrevendo:

“Resta pensar se o Brasil que foi tema da feira de livros de Frankfurt foi o mesmo que se sentou com Pedro II em finais do século nas exposições universais, ou então é a nossa representação externa que pouco mudou. Na lógica do contraste, que faz da alteridade uma marca fundamental, é um Brasil pela negação que desponta, aquele que é os outros não são. Se não se trata de dizer não a qualquer singularidade, a questão é indagar porque em momentos como esse aparecemos

sempre como o outro lado, a outra face. Como dizia o texto da exposição, esse continua a ser um país simpático em que o que importa mesmo é política, mulher e futebol”.

Irritado, Felipe Lindoso, um dos representantes da comissão organizadora, não tardou a responder, apresentando-se, por sua vez, como especialista da mesma área de Lilia Schwarcz. Como *mestre em antropologia social*, contestou a crítica, dirigindo-se à Moritz Schwarcz “editora”, e associando-a à legião de neuróticos e aflitos negociantes da feira internacional. Depois de desqualificar “o método” legítimo de observação e análise da disciplina que os une, Lindoso acusou:

“Quem viu homogeneidade na exposição realmente não viu nada. Apenas passeou por lá e resolveu escrever para ‘épater’ e revelar-se como alguém que aqui quer por força mostrar que é do ‘Primeiro Mundo’ e lá fora faz questão de esconder que é brasileiro. Em tempo: a Companhia das Letras, à qual está vinculada a professora-editora, não colaborou em nada com a apresentação brasileira”. (Felipe Lindoso, “Teoria incompleta de uma exposição brasileira”, *Folha de S. Paulo, Mais!*, 20-11-94).

Se fôssemos acompanhar a relação entre as opiniões de editores e escritores sobre o evento, sua distribuição por casas editoras e a posição destas no estado atual do campo editorial, certamente encontraríamos um princípio fundador de seus discursos. Porém, não é possível nos alongarmos aqui sobre esse assunto. Cabe ressaltar que tanto os agentes cuja trajetória os predispõe a desempenhar as funções de delegado e porta-voz, quanto aqueles inconformados com as regras do jogo e que não ocultam suas transgressões ou sua pretensão a uma reversão da ordem (Bourdieu, 1991: p. 184), contribuem para a existência das representações legítimas, “oficiais”, sobre a nação e as regras que orientam as práticas de sua transmissão e interiorização.

Ofensa, indignação, ironia, desqualificação, exaltação, as disciplinas, a literatura, os jornalistas, a burocracia, a biblioteca, as editoras, as entidades de classe, os *curadores*, tudo isso são retóricas de agentes especializa-

dos em delinear e transmitir o que é a nação, utilizados numa aguerrida luta de opiniões que tem por objetivo conquistar a opinião pública, impor categorias legítimas, um estilo para imaginar a comunidade brasileira, e obter a adesão e o reconhecimento cultural internacional.

A Nação, a Língua e um Lugar no Mundo Editorial

O domínio do jogo para *expor* o país é uma das principais estratégias editoriais e intelectuais para apropriar-se e *impor* os instrumentos de objetivação do que é o país e o que são as práticas do mercado de livros.

As formas de organização da apresentação brasileira em Frankfurt foram análogas às de todos os participantes: mostras de diversas artes, conferências, história literária, painéis, culinária, catálogos etc. A padronização dos estilos de exposição dos países é precedida por práticas profissionais estandardizadas, difundidas de maneira descontínua através das praças de mercado e reafirmadas cotidianamente por agentes literários, caçadores de talentos (*scouts*), estudos de direito internacional, periódicos, catálogos, estatísticas e outros meios e sistemas de agentes dispostos a fazer circular concepções e bens *entre* mercados nacionais. O mercado editorial mundial se imagina, se comunica e se constitui por intermédio de suportes impressos específicos e das especializações profissionais. As crenças para efeito interno e para efeito de “outros nacionais” acerca da posição relativa e do potencial do mercado nacional manifestam-se como poder simbólico, orientador das práticas que dominam um campo editorial.³²

— Qual é a posição do mercado brasileiro no mundo editorial?

— Bom, em valores absolutos é uma posição excelente. Está em 7.º ou 8.º lugar. Nós estamos com 300 milhões de exemplares por ano produzidos. Só para citar números comparativos, a Espanha faz 280 milhões; nós temos 28 mil títulos publicados por ano e a Espanha tem 36 mil. Em número de títulos a oferta ainda é maior

na Espanha, mas em número de exemplares, apesar de a Espanha ter toda a América Latina como mercado, na América Latina o Brasil representa 40% do mercado. Agora, em números relativos ainda estamos muito baixos, quer dizer: com 300 milhões; tem-se dois livros per capita, quando os países desenvolvidos têm 8, 10, até 12 per capita”. (Alfredo Weiszflog, entrevista, agosto de 1994).

A posição do país é determinada em meio a um jogo marcado por extrema tensão relativamente a outros participantes também reunidos sob a capa do (des)interesse genérico quanto aos “livros-da-nação” ou à “língua-mãe”. Neste sentido, a concretização do Projeto Frankfurt dinamizou a oferta e a disputa de um espectro de recursos que, parafraseando Antônio Cândido, motivou o Brasil a “palpar-se” no contexto editorial e literário internacional:

“O Brasil é um país passivo, tem uma tradição passiva nesse sentido porque tem um mercado enorme. A música brasileira, por exemplo, que é muito popular fora do Brasil, sai à revelja. Nenhum projeto de vender ou exportar isso. Então nunca existiu, nunca o governo, desde a proclamação da República, instituiu de alguma maneira um órgão que fizesse divulgação. Só quando nós entramos na Biblioteca, eu e Affonso, é que nós criamos dentro da estrutura do DNL uma seção de difusão internacional. É o primeiro órgão oficial internacional.” (Márcio Souza, entrevista, setembro de 1994).

Repartições públicas dedicadas à promoção internacional da “cultura brasileira” e mostras brasileiras em outros países existiram pelo menos durante o Estado Novo (*Serviço de Cooperação Intelectual do Itamarati*, Mello, 1937: p. 106; *Exposição do Livro Brasileiro em Montevideu* de 1939, Pongetti, 1940: p. 199). Uma análise comparativa das formas de apresentar o país nos dois períodos poderia evidenciar que, em grande parte, os estilos de configuração das imagens referentes às relações indivíduo-sociedade, produção intelectual-expressão popular etc., são similares. Em ambos os períodos, a exposição do país no exterior tendeu a reorganizar perguntas, dilemas (“quem somos nós, os brasileiros” e “qual

é o nosso lugar diante das outras nações de livros”) e disputas pelo “aparecimento” de “guias culturais” formuladores de respostas. Entretanto, em cada um desses períodos, a orientação das respostas apresentou sentidos diferentes. Nos anos 30-40, a preocupação era com a materialização das representações do “milagre brasileiro” como potência emergente, uma cultura que nascia e uma ideologia de “tomada de consciência” para enaltecer a honra dos compatriotas. Nos anos 90, trata-se de materializar um país maduro, plenamente consciente da profundidade de sua história, um país que busca produzir a tomada de consciência do “outro nacional” (especificamente os *européus*) a respeito da imperceptibilidade de um país literário construído sobre um modelo civilizador de exportação (miscigenação).

Tudo se passa como se a competição entre culturas classificadas por países tivesse como suposto que o tempo de formação dos Estados-nação já foi sepultado para dar lugar a um período de refinamento dos paradigmas civilizadores das nações maduras que já acumularam imensas bibliotecas sobre sua história e se dispõem a convergir num entrelaçamento internacional institucionalizado.

As exposições procuram criar um lugar para o mercado nacional numa ordem internacional e ganhar e manter posições já alcançadas num espaço de interdependência ampliado. Contudo, a percepção das dimensões e orientações desse espaço é distinta entre os agentes de diferentes países. Por sua vez, a competição para impor uma visão sobre “o destino e o lugar do povo” no mercado internacional é gerada em espaços de competição nacionais, como *locus* de apropriação diferenciada dos meios de percepção e orientação em um contexto internacional. Daí decorre a importância estratégica das posições dos “representantes oficiais”, como re-inventores de uma tradição que permite advertir publicamente como e até onde se deve atuar:

“O Brasil está perdendo terreno na divulgação internacional de sua literatura, especialmente na

França, frente a países que antes eram insignificantes, como Portugal e Espanha”.³³

“O Brasil tem uma tradição muito particular no contexto da América Latina. O Brasil tem uma língua que, junto com Quebec, enfrenta o poderio da língua da América Espanhola. Além disso, como Quebec, tem um mercado interno, isto é, seus escritores podem viver somente de escrever aqui; então são países voltados para si mesmos, não possuem uma tradição internacional. Os países hispano-americanos são todos muito frágeis em termos de indústria editorial; então eles têm que juntar-se, exportar para a Espanha, e a maioria dos escritores são membros do corpo diplomático nos países hispano-americanos, quando não são funcionários públicos e diplomatas. Então a difusão da literatura em espanhol tem muito mais presença no mundo: primeiro pela importância política da língua, e depois porque a maioria dos escritores são diplomatas. E também é uma literatura voltada para o exterior, porque tem de sair. Um escritor da Argentina tem um mercado deste tamanho [gesto manual de pequenez], então tem que publicar na Venezuela, no México” (Márcio Souza, entrevista, setembro de 1994).

“O evento terá um efeito duplo, chamando a atenção para o Brasil no exterior no momento em que termina o *boom* latino-americano, provocando a própria revitalização da literatura brasileira (...) Para muitos leitores o realismo mágico já não é novidade, e as ditaduras parecem coisas do passado. Esta troca pode ser benéfica para a literatura brasileira” (Moacir Scliar, *Jornal do Brasil*, 24-09-94: p. 5).

“Há anos vivemos *atrelados* à sombra da literatura hispano-americana, sem jamais haver adquirido nitidez e reconhecimento editorial” (Nélida Piñon, *Jornal do Brasil, Idéias*, 24-09-94: p. 3).

“O *boom* da literatura latino-americana privilegiou apenas a língua espanhola” (Fábio Lucas, *Jornal do Brasil, Idéias*, 24-09-94: p. 3).

Para os escritores, sua escolha como representantes é uma oportunidade de tornar públicas mensagens inscritas de modo não literal em suas narrativas. A delegação de representação é uma oportunidade de institucionalizar a crença em novos critérios de distinção a ser adotados pelo país, algo “tão natural e

inexorável” como a língua falada. As relações *Brasil-América Latina, América espanhola, América do Sul, Mercosul, português-Portugal*, se constroem em um vaivém simbólico de fluxo e refluxo histórico. Nessas circunstâncias, predominam as representações sobre um Brasil que *despontou* num cenário continental e lingüístico e que pode reivindicar, de modo autônomo, um lugar entre as primeiras nações, aquelas que, no entanto, “não se deram conta” do “outro Brasil”. A encenação do Brasil-marca, Brasil-povo, Brasil-modelo civilizador em Frankfurt foi um ritual com pretensões de institucionalização de “novas políticas culturais” orientadas para o exterior. A mesma mostra exibida em Frankfurt foi montada, alguns meses depois, em Bogotá. O Brasil foi tema em Bolonha, a principal feira do livro infantil e já tomaram corpo novos acordos entre o Estado e as entidades de classe para conquistar maior notoriedade no mercado internacional.

Conclusão

A nação, a Moral Profissional e o Mercado Internacional de Livros

A homenagem em Frankfurt permitiu observar a exteriorização de uma hierarquia de oposições classificatórias interiorizadas. Editores, tradutores, escritores e acadêmicos-representantes, expressavam de modos diferentes o que é o *Brasil*, segundo contextos comunicativos específicos, para identificação do receptor das mensagens; às vezes, como parte da comunidade lusófona, outras, como latino-americanos e, em outras ocasiões ainda, contestando essas categorias. É inevitável que se formem imagens sobre a maneira como os “outros nacionais” vêem o país, especialmente sobre os agentes de certos mercados — o alemão, por exemplo — capazes de delimitar o lugar e a potencialidade de cada mercado. Esse enfrentamento pluridirecional gera práticas e bens simbólicos específicos

para individualizar o *Brasil* no “concerto das nações”.

A construção da exposição transcorreu como um drama e uma luta. Drama por serem os brasileiros “mal compreendidos” pelos europeus. Luta contra “clichês” e estereótipos negativos dos agentes de países que ocupam uma posição de legisladores sobre a ordem editorial internacional. Essa dinâmica expressou-se na oposição entre burocratas, sacerdotes e profetas, com suas teodicéias.

Os livros e os editores foram tanto bens quanto especialistas escolhidos para enfrentar o complexo panorama da individualidade do Brasil. Os primeiros são suportes materiais historicamente consagrados para a comunicação de mensagens sobre identidade, caráter, sensibilidade, perfil e outras essências “dos povos”. Os segundos são personagens centrais na organização da ordem dos livros, sua percepção e apropriação por um público.

A análise de um espetáculo de ritualização, como as feiras internacionais e a ação de comunidades morais-profissionais (Durkheim, 1985), permitiu examinar as condições específicas através das quais se tomam públicas as mensagens sobre a nação. Assim foi possível demonstrar a imbricação de três processos culturais e sociais solidários: *internacionalização — nacionalismo — profissionalização*.

As imagens de nação são construídas na complexa tensão entre bens comuns e interesses privados. Contudo, a apresentação do país obriga seus representantes e porta-vozes a negar seus interesses sob a capa de uma lógica de missão e devotamento ao bem comum. É por esse motivo que a análise do processo de oficialização do evento foi fundamental para compreender a maneira como a individualização dessa comunidade profissional passa pela diferenciação do país entre outras comunidades semelhantes. Ao mesmo tempo, colocou-se em evidência um jogo de apropriações e disputas para falar do país, através do qual os agentes obtêm poder para dominar o mercado nacional de livros. Paralelamente à multiplicação dos discursos que impõem a categoria de *profissionais do livro e profissionalização*

do setor consolida-se um processo de estreitamento da dependência do mercado nacional e das imagens do país dentro de um emaranhado de dimensão internacional. A identidade do Brasil passa por um jogo de publicidade cada vez mais sutil e complexo. A identidade das profissões do livro e a publicação de mensagens de brasilidade passa por Frankfurt e outros lugares de mercado. O *Brasil* se re-faz no cenário mundial, como um caso particular dos fenômenos que afirmam que as formas de classificação nacionais e sua transmissão por meio de livros não entram em colapso automaticamente em decorrência dos processos de "globalização". Em todo caso, a etnografia, a objetivação de redes de agentes concretos e suas práticas de legitimação, podem demonstrar a maior complexidade de processos culturais que não se circunscrevem dicotomicamente a uma "era do nacionalismo" e uma "era da globalização".

O anexo (p. 31) mostra as cidades que publicaram e traduziram pelo menos cinco textos de autores brasileiros. Os responsáveis pela publicação da BN que serviu de base para confeccionar o quadro contabilizaram 1.467 títulos de autores brasileiros traduzidos, 223 participações em antologias e trabalhos coletivos e 19 trabalhos sobre lingüística e literatura brasileira disponíveis em outras línguas. Por outro lado, trata-se de livros disponíveis "em catálogo", nas respectivas cidades. Esta compilação é a primeira deste tipo reali-

zada no Brasil, como reconhecem seus realizadores, e pode estar sujeita a modificações.

Entre as possibilidades de análise do ponto de vista deste artigo, cabe assinalar o grande predomínio de Paris e Buenos Aires, e a distância de outras cidades. Assim, Frankfurt ocupa o sexto lugar. Sem dúvida, o caso alemão é o de maior diversificação por diferentes cidades "editoras" (seis neste quadro) que, ao todo, somam 172 títulos de autores brasileiros traduzidos para o alemão. Além disso, na classificação lingüística, o espanhol sobressai com 400 títulos de autores brasileiros disponíveis em um mercado lingüístico interdependente. Em segundo lugar, estão o francês, com 242 títulos, e o inglês com 238.

Este tipo de quadro ilumina os contrastes entre os recursos simbólicos mobilizados pelas opiniões dominantes no campo editorial brasileiro a respeito de onde inserir-se e com quem disputar o reconhecimento editorial dos mais nobres produtos de exportação da nação, em contraste com as relações materiais de publicação concreta de autores brasileiros traduzidos. Assim, este quadro permitiria levantar interessantes hipóteses históricas acerca dos lugares que, em outras épocas, ocuparam posições homólogas a Frankfurt na mentalidade dos homens do livro no Brasil.

(Recebido para publicação
em outubro de 1995)

Notas

1. A versão original deste texto foi apresentada em um curso sobre "nações, nacionalismos e nacionalistas", ministrado pelo professor Federico Neiburg, no primeiro semestre de 1995, no PPGAS, Museu Nacional, UFRJ. Agradeço ao professor Neiburg por seu estímulo e pelos comentários críticos. Também desejo agradecer a Afrânio Garcia e Monique de Saint Martin por discutirem este texto e terem proporcionado rigorosas observações e sugestões. [A tradução do original castelhano *Entre Rio y Francfort los Libros del Brasil* é de Vera Pereira.]
2. A diferença entre texto e livro é enfatizada por Roger Chartier, que cita esta esclarecedora frase de Sttodard: "(...) Façam o que fizerem, os autores não escrevem livros. Os livros não são absolutamente escritos. Eles são fabricados por copistas e outros artífices, por trabalhadores e outros técnicos, por prensas e outras máquinas" (1994: p. 17). A etnografia

que apresento neste artigo pretende mostrar porque, embora os autores (principalmente de literatura e das disciplinas que, como a filosofia e as ciências sociais, também são dominadas por um princípio de autor, Foucault, 1992: p. 25) sejam os mais capacitados para escrever e falar em nome de um 'povo' e sobre a nação, são personagens incompreensíveis se não se consideram as condições que permitem tornar públicas suas mensagens, por meio dos suportes impressos "que os tornam disponíveis para ser lidos, (ou para ser ouvidos)" (Chartier, *op. cit.*) e dos especialistas culturais à sua volta. Dessa maneira, sublinha-se a distinção texto-livro, na medida em que permite analisar "dois conjuntos de dispositivos" para estudar as possibilidades de transmissão cultural de mensagens sobre o Brasil: "os que destacam estratégias textuais e intencionais do autor e os que resultam de decisões de editores" (Chartier, *op. cit.*).

3. *Profissionais do livro* é a denominação nativa que desde os anos 80 prolifera nos discursos de editores, livreiros, agentes literários e outros grupos de especialistas nas posições dominantes em seus respectivos espaços de competição.
4. O uso da *diacrisis* lingüística é o outro fator classificatório dominante e combina-se com o uso das classificações nacionais segundo a relação de oposição especificamente estabelecida pelos agentes ou grupos.
5. É por esse motivo que desde a consolidação desse tipo de eventos tornou-se possível observar seu uso para apresentar a cultura nacional. No Brasil, é possível encontrar esse uso desde 1937, quando o Estado Novo organizou uma Exposição do livro brasileiro em Montevidéu (Pongetti, 1940: p. 106). No momento não tenho informações sobre outra versão do livro e "seus milagres" como meio de apresentar o Brasil. Mas, conforme veremos a partir de uma perspectiva comparada, esse tipo de prática parece ser de consolidação recente, tanto nos países periféricos quanto nos centrais. Pode-se mencionar, para o caso dos anfitriões da exposição brasileira, a German Book Fair em Nova York em 1983 ou a *Semana do Livro Alemão em Madri* em 1985 (Muth, 1986: p. 11).
6. Partindo de uma análise quantitativa sobre "a cultura escrita de massas" e o "verdadeiro mercado mundial de livros", Escarpit propõe a existência de "zonas de alta pressão literária" e "zonas de baixa pressão". Dada a "existência de uma massa considerável de população instruída, economicamente acomodada e politicamente influente; (...) frente às necessidades dessa população, sob a influência dessa vida intelectual, estimulados pela competição que suscita e arrastados por sua expansão (*op. cit.*: p. 99)", os escritores das zonas de alta pressão cruzariam as fronteiras com mais facilidade que os outros. A perspectiva quantitativa desse importante estudo, considerou cada país como uma mônada fechada e uma unidade inquestionável. Nosso trabalho pretende problematizar a construção e o peso específico da idéia de nação, partindo das redes internacionais de agentes concretamente orientados para o mercado mundial.
7. Ver Quadro 6.
8. À medida em que este evento absorvia grande parte das inquietações do mundo editorial local, fui realizando entrevistas com os responsáveis pelo Projeto Frankfurt (Márcio Souza, Alfredo Weiszflog e Felipe Lindoso), assim como recolhendo informações sobre a maneira como uma gama muito variada de editores viam Frankfurt: dos concorrentes habituais, editores das grandes empresas que negociam *best sellers* em leilões internacionais (por exemplo, Paulo Rocco e Luiz Schwarcz) até editores de vanguarda que garimpam novos filões entre autores e tendências não conhecidas no Brasil ou em alternativas situadas em outros países, principalmente os periféricos (por exemplo, Alberto Schprejer e Samuel Leon). Realizei, também, numerosas entrevistas com representantes das câmaras do livro de Portugal, Colômbia e Argentina, com agentes literários, representantes de editoras e entidades alemãs. Agradeço a Diego Sorá a confecção de quadros e estatísticas para este texto.

9. Por isso cabe lembrar o sentido que Hobsbawm e Ranger deram a esse conceito: “Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas e abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual e simbólica, buscam inculcar certos valores e normas de comportamento pela repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Além disso, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade histórica apropriada (Hobsbawm e Ranger, 1984: p. 9).
10. Um levantamento feito pela *Folha de S. Paulo*, na época da 46.^a Feira de Frankfurt, demonstrou que, nos quatro meses anteriores à feira, dentre “30 notícias sobre a Alemanha coletadas na imprensa brasileira, apenas 4 não diziam respeito ao nazismo, racismo e fatos de ordem militar” (*Folha de S. Paulo, Mais!*, 25-9-94).
11. “The focal themes were introduced to provide the opportunity for discussion of cultural questions and for the integration of *those literatures which, seen from our viewpoint, are on the periphery of our book world*” (AuM-GmbH, 1989: p. 33). [Os temas centrais foram introduzidos para proporcionar uma oportunidade de discutir questões culturais e para promover a integração das literaturas que, de nosso ponto de vista, estão na periferia de nosso mundo do livro. N. do T.]
12. Do ponto de vista dos organizadores alemães, “the themes of the ‘70 are not those of the 80s: ‘critique’ has lost some of its strength and ‘debate’ has become a diversion, almost a form of entertainment. So the themes continue, every year now, but in a new form, dedicated each time to a single country, which is asked to present its literature in the context of its culture” (AuM-GmbH, 1989: 33). [Os temas da década de 70 não são os mesmos da década de 80: a ‘crítica’ perdeu um pouco de seu vigor e o ‘debate’ tornou-se uma diversão, quase uma forma de entretenimento. De modo que os temas continuam, agora anualmente, mas sob uma nova forma, dedicados, a cada vez, a um único país ao qual se solicita que apresente sua literatura no contexto de sua cultura. N. do T.]
13. Para dar uma idéia ainda mais clara do peso de Frankfurt como lugar de mercado, cabe assinalar que se trata da maior feira de editores de livros em inglês.
14. Parte dessas informações provém de entrevistas realizadas em feiras de livro brasileiras com Magrit Beeck (diretora da seção da AuM encarregada de organizar a participação alemã em feiras internacionais de livros em outros países) e Joerg Schawe, membro da Sociedade para a Promoção da Literatura da África, da Ásia e da América Latina e especialista em literatura hispano-americana.
15. Neste tipo de eventos “culturais”, os agentes falam profusamente de civilização, círculos culturais, difusão, áreas de influência. Para além da decadência de paradigmas na Antropologia, essas palavras devem ser pensadas, como propõe Elias, em seus usos históricos e sociais, seu poder simbólico e sua lógica de reprodução.
16. Essa hipótese relativa à retração da edição e circulação de livros em tempos da ditadura decorre do correlato editorial na divulgação de sistemas de pensamento inovadores, no comportamento do público leitor e nas formas e princípios de edição de livros. As lógicas de edição de que se valeu, por exemplo, a profissionalização das ciências sociais na época da ditadura (considerada geralmente, como um raro símbolo de “independência cultural”), não mudaram significativamente com respeito às propostas inovadoras dos anos 40 e 50 a partir dos apêndices editoriais da nova sociologia uspiana “científica e brasileira”, como as editoras Anhembi e Brasiliense. Outras editoras importantes que durante a ditadura publicavam “como podiam” esse “saber liberado”, tais como a Zahar, a Civilização Brasileira e a Paz e Terra, também haviam sido criadas antes de 1964. A hipótese é reforçada pela observação das experiências inovadoras verificadas no início e meados dos anos 80: revitalização da Paz e Terra e da Brasiliense, e, principalmente, a fundação de uma série de pequenas editoras “culturais”, que não param de crescer, desde a

- marcante experiência “literário-social” da Companhia das Letras, em São Paulo, a partir de 1986, e da Relume-Dumará, no Rio de Janeiro, desde 1989.
17. Para melhor entender as condições que possibilitam a percepção do Brasil no exterior, seria fundamental estudar o perfil social e intelectual dos *brasilianistas*. Deveria também levar-se em consideração, no caso dessa feira, Berthold Zilly, que dedicou sete anos à tradução de “Os Sertões”, Ute Hermans e outros “catedráticos” que geralmente atuam como tradutores e são valorizados como “embaixadores da cultura brasileira”. O mesmo poderia ser dito de Luciana Stegagno Picchio para o caso italiano.
 18. Seguem-se a Argentina, com 122 títulos de 32 autores e 4 antologias; a China, com 121 títulos de 58 autores e 21 antologias; a África do Sul, com 120 títulos de 45 autores e 7 antologias; a Índia, com 103 títulos de 35 autores e 22 antologias; o México, com 75 títulos de 22 autores e 9 antologias; e o Chile, com 71 títulos de 20 autores e 3 antologias.
 19. O mercado alemão compõe-se de aproximadamente 2.000 editoras, dez vezes mais que o número de editoras ativas no Brasil. Porém, diferentemente dos mercados brasileiro e dos de língua espanhola, o número de grandes editoras na Alemanha e no Brasil é similar: umas 20 ou 30. A estrutura do mercado alemão caracteriza-se por inúmeras editoras muito pequenas, de 3 ou 4 pessoas cada uma, distribuídas por todo o país. Severas leis antimonopólio fazem com que capitais empresariais alemãs saiam para outros países, como é o caso da Bertelsmann, a maior editora da Alemanha, que participa do Círculo do Livro no Brasil, ou da Plaza Yanez em Barcelona.
 20. Esta é a mais antiga editora de São Paulo. Atualmente é um ponto central do conglomerado de empresas papeleiras Melhoramentos, que produzem desde pasta de celulose até papel higiênico, passando por livros e cadernos. Desde que foi fundada, a Melhoramentos destacou-se como pioneira na edição de livros infantis e obras de referência, ainda que em diversos momentos tenha publicado títulos de pensamento social brasileiro e literatura adulta. Alfredo descende do fundador alemão deste símbolo industrial de São Paulo do final do século passado.
 21. Esses três agentes tiveram atuações decisivas na comissão organizadora. Mas o quadro estaria mais completo se levássemos em conta as propriedades sociais que, em diferentes graus, mobilizaram outros importantes articuladores da participação do Brasil na feira; é o caso, por exemplo, de Regina Bilac Pinto, da Editora Forense (livros jurídicos) e de Sérgio Paulo Rouanet, cônsul na Alemanha. Este último, além de ser um filósofo especialista em Habermas, muito conhecido na Europa, ocupou, a partir dos anos 80, cargos públicos importantes para a formulação de políticas de “cultura”. Assim, se poderia demonstrar a combinação de capitais sociais, culturais e econômicos de amplo espectro que formou um poderoso cabedal de recursos mobilizáveis para o Projeto Frankfurt como um todo.
 22. Curador é a denominação que, no campo das artes plásticas no Brasil, se dá aos especialistas “culturais” encarregados da definição de critérios e julgamentos estéticos para selecionar e organizar mostras e exposições.
 23. Entrevista realizada com Alfredo Weizflog, em 27 de agosto de 1994.
 24. Para dar uma idéia da relevância dessa versão especial da participação de editores brasileiros, observe-se que, no ano anterior, quando a Holanda foi homenageada, apenas 26 editoras brasileiras estiveram expondo em um estande de 90 metros quadrados. Para Frankfurt normalmente acorrem os *editores profissionais*, responsáveis por editoras economicamente poderosas, com capacidade para fazer “negócios” em feiras internacionais. Ao lado destas também participam grandes livrarias importadoras, os principais agentes literários brasileiros e estrangeiros que trabalham com autores brasileiros, alguns jornalistas especializados e escritores consagrados, com algum título de boa veiculação internacional. Participar de Frankfurt não é, geralmente, assunto para pequenas editoras: “Para nós, o evento *Brasil*

em Frankfurt não significa muito, para falar a verdade. Creio que não temos no momento nada a fazer, salvo um pouco de turismo, vamos dizer assim, e observar o que se passa em termos editoriais no resto do mundo. Neste sentido, Frankfurt é muito importante para uma editora pequena. Mas não acredito que façamos negócios em Frankfurt. (...) Nosso trabalho é muito mais de observar, de procurar nos catálogos esses filés-mignons dos quais ninguém se dá conta e, bem, se de repente sai, aí tratamos dele aqui; e de repente até que funciona, não é mesmo?" (Entrevista com Samuel León, da Editora Iluminuras, agosto de 1994).

25. Essa coleção foi editada pela CBL, que contratou a Editora Prêmio, especialista em livros de arte; os fotolitos foram realizados pela firma Book e Fotoline e a impressão ficou a cargo da Companhia Melhoramentos. A cada livro correspondia uma mostra e um pôster confeccionado por Moema Cavalcante. A idéia original era imprimi-los na Alemanha, mas decidiu-se fazer a impressão no Brasil como objetivação "não somente de um panorama da cultura brasileira como das possibilidades efetivas da indústria editorial e gráfica brasileira". (Weiszlog, *ibidem*).
26. A homogeneidade das idéias defendidas por grande parte dos escritores e editores-representantes pode ser exemplificada ainda pelas seguintes declarações de Antônio Cícero. Concordando com "a necessidade de passar de uma posição passiva à ofensiva no plano internacional", ele dizia: "Nossa diversidade cultural e racial parece-me ser uma solução mais interessante do que a moda multiculturalista em curso atualmente nos Estados Unidos e na Europa. Eles apregoam um certo separatismo que me parece mais pobre do que nossa mistura, nossa miscigenação cultural" (*Jornal do Brasil, Idéias*, 24-9-94, p. 1).
27. A lista gerou grande polêmica entre autores sensíveis ao deslocamento, como Sérgio Santana e Eric Nepomuceno (*Jornal do Brasil, Caderno B*, 21-9-94, p. 1). Alguns artigos comparavam a lista do ministro com a lista de Schindler, por representar uma "esperança de salvação", tanto em um sentido social quanto individual. Salvação social porque, mais uma vez, a feira era uma "rara oportunidade de projetar de modo positivo a imagem do país no exterior"; salvação individual porque a lista "passou a ser encarada por vários autores como uma forma de escapar das trevas do não-reconhecimento" (Luciana Villas Boas, *Jornal do Brasil, Caderno B*, 21-9-94).
28. Entrevista concedida por Luiz Nascimento Silva e publicada pelo suplemento *Idéias do Jornal do Brasil*, 24-9-94.
29. Esses dois escritores consagrados foram os representantes do Estado que mais se distinguiram, levando-se em conta que vários ministros da Cultura desfilaram por Brasília desde o começo do Projeto Frankfurt.
30. Para Geertz, essa conjunção relaciona "dois poderosos motivos interdependentes, mas distintos e freqüentemente opostos: o desejo de ser reconhecido como agente responsável cujas aspirações, ações, esperanças e opiniões contam, e o desejo de construir um Estado moderno, eficiente e dinâmico. A primeira aspiração representa uma busca de identidade e a demanda de que essa identidade seja publicamente reconhecida como importante; é a afirmação social de 'ser alguém no mundo'. A outra aspiração é de ordem prática: uma demanda de progresso, de uma ordem política mais efetiva (...) e a demanda de 'desempenhar um papel no cenário maior da política internacional', de 'exercer influência entre as nações'" (1987: p. 221).
31. Na Casa da Leitura realizaram-se debates, mesas redondas, conferências, *workshops*, com escritores brasileiros e comentaristas alemães. Por outro lado, o quadro de realizadores, autores e agentes "convidados" a dar forma à exposição foi completado por um grupo de escritores que fizeram um "tour literário" por diversas cidades da Alemanha, lendo, apresentando e discutindo suas obras em centros culturais, universidades e bibliotecas. Os

escritores escolhidos para esse *tour* foram Caio Fernando Abreu, Sérgio Sant'Ana, Paulo Coelho, Ignácio de Loyola Brandão, Moacir Scliar, João Ubaldo Ribeiro, Ivan Ângelo, Caco Barcelos, Muniz Sodré, Márcio de Souza, Bernardo Ellis e Ziraldo.

32. O registro estatístico da produção de livros no Brasil só passou a ser sistemático no início dos anos 80, no plano nacional. Como parte das ações do Projeto Frankfurt, no começo da década de 90, o Departamento Nacional do Livro deu início à confecção de catálogos e publicações especializadas em outros idiomas. Entre outras iniciativas do DNL para conceber um mercado editorial internacional foram a organização de Encontros Internacionais de Agentes Literários, a introdução de um sistema de bolsas para tradutores estrangeiros de títulos brasileiros e o lançamento do *The Brazilian Book Magazine*, publicação de resenhas de livros editados no Brasil.
33. Encontro Internacional de Agentes Literários, organizado pela Biblioteca Nacional em agosto de 1992, durante a XII Bienal Internacional do Livro de São Paulo - II SILAR.

Anexo
Cidades e Número de Títulos de Autores Brasileiros Traduzidos no Exterior

Cidade	Títulos	Cidade	Títulos
Paris	232 - 3*	Caracas	12 - 1
Buenos Aires	201 - 11 - 3**	Bucareste	10
Nova York	127 - 12 - 6	Viena	10 - 1
Londres	87 - 2	Turim	10 - 2
Barcelona	71	Helsinque	9
Frankfurt	59 - 3	Aardus	8
Estocolmo	56 - 20	Tóquio	8
Madri	54 - 2	Cracóvia	8 - 9
Praga	50 - 8	Montevideu	8
Munique	31 - 3	Santiago	8 - 3
Berlim	27 - 32	Stuttgart	7
Milão	26 - 3	Lima	7
México	24 - 4	Reinbeck	7
Lisboa	23 - 3	Moscou	7
Hamburgo	22 - 2	Berkeley	6
Colônia	21 - 3	Zurique	6
Austin (Texas)	18	Seul	6
Oslo	15 - 1	Budapeste	6 - 2
Roma	15 - 2	Wuppertal	5
Copenhague	15 - 14	Varsóvia	5
Amsterdã	14 - 6	Arles	5
Bogotá	12 - 2	Aix-en-Provence	5

Fonte: Sistematização dos dados contidos em *Brazilian Authors Translated Abroad*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1994, 259 pp.. (*) Autores publicados em antologias e coletâneas; (**) Títulos sobre lingüística e literatura brasileira disponíveis em outras línguas.

Bibliografía

- Anderson, Benedict
1993 *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, Fondo de Cultura Económica
- Ausstellungs- und Messe GmbH
1989 *Frankfurt Book Fair*. Frankfurt am Main, Börsenvereins des Deutschen Buchhandels.
- Buchhändler-Vereinigung GmbH
1991 *Buch und Buchhandel in Zahlen 1991*. Frankfurt am Main, Börsenvereins des Deutschen Buchhandels.
- Bourdieu, Pierre
1982 *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard.
1991 *El Sentido Práctico*. Madrid, Taurus.
- Chartier, Roger
1994 *A ordem dos livros*. Brasília, Ed. UnB.
- Durkheim, Emile
1985 "Algunas observaciones sobre las agrupaciones profesionales". In, *La División del Trabajo Social*, (prefácio à segunda edição). Barcelona, Planeta — De Agostini.
- Elias, Norbert
1994 *El proceso de la civilización*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Escarpit, Robert
1968 *La revolución del libro*. Madrid, Alianza - Unesco.
- Foucault, Michel
1992 *El Orden del Discurso*. Buenos Aires, Tusquets.
- Fundação Biblioteca Nacional
1994 *Brazilian authors translated abroad*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Livro.
- Geertz, Clifford
1987 "La revolución integradora. Sentimientos primordiales y política civil en los nuevos estados". In, *La interpretación de las culturas*. México, Gedisa.
- Gellner, Ernest
1983 *Nations and nationalism*. Londres, Basil Blackwell.
- Gesellschaft zur Förderung der Literatur aus Afrika, Asien und Lateinamerika
1993 *Quellen. Zeitgenössische Literatur aus Afrika, Asien und Lateinamerika in deutscher Sprache 1992-1993*. Frankfurt am Main.
- Habermas, Jürgen
1984 *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Hobsbawm, Eric
1990 *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro - São Paulo, Paz e Terra.
- Hobsbawm, Eric e Terence Ranger
1994 *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro - São Paulo, Paz e Terra.

- Leite Lopes, José Sergio
1994 "A vitória do futebol que incorporou a *pelada*: a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro". *Revista da USP*, n. 22.
- Mauss, Marcel
1972 "La nación". In, *Obras*, vol. III. Barcelona, Barral editores.
- Mello, Plínio de
1938 "Serviço de Cooperação Intelectual". *Anuário Brasileiro de Literatura 1937*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti editores.
- Muth, Helmut
1986 *Die Frankfurter Buchmesse*. Munich, Institut für Auslandsbeziehungen in Zusammenarbeit mit dem Goethe-Institut.
- Pongetti, Irmãos
1940 *Anuário Brasileiro de Literatura 1940*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti editores.
- Weber, Max
1992 "Las comunidades políticas". In, *Economía y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica.

Resumo

Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt

O artigo apresenta uma etnografia da organização e encenação da homenagem ao Brasil realizada durante a 46.^a feira internacional do livro de Frankfurt, em outubro de 1994. Focaliza as profissões ligadas à produção de livros e o poder do livro na construção social dos emblemas, estereótipos e sentimentos de uma nacionalidade. Inversamente, procura compreender como as formas de classificações de *nacional e internacional* definem as práticas editoriais e a circulação da palavra impressa em livros. O evento é analisado como um espetáculo de ritualização, que permite examinar as condições específicas para tornar públicas as mensagens sobre a nação. Demonstra, por fim, a imbricação de três processos culturais e sociais solidários: *internacionalização — nacionalismo — profissionalização*.

Abstract

Brazilian Books Between Rio de Janeiro and Frankfurt

This ethnographic study of the organization and staging of the 46th international Frankfurt Book Fair's homage to Brazil, in October 1994, is concerned with professions linked to the publishing world and with the power of the book in the social construction of emblems, stereotypes, and sentiments of nationality. It also endeavors to comprehend how the classification 'national' and 'international' define both editorial practices and the circulation of the printed word within books. This event is analyzed as a show of ritualization, one that makes it possible to analyze the specific conditions under which messages about a nation are made public. This article demonstrates the intertwining of three related cultural and social processes: *internationalization, nationalism, and professionalization*.

A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada*

Mario Grynszpan

Um dos temas mais consagrados das Ciências Sociais é, sem dúvida, a teoria das elites. Sobre ela foi produzida uma enorme quantidade de textos, envolvendo um sem-número de autores das mais variadas origens e filiações em uma discussão que se estende do século XIX até, pelo menos, a década de 1980, quando sua incidência diminui.

Dos efeitos da constituição de um domínio do conhecimento altamente investido, um que pesa com maior força — e sobre os neófitos em particular —, é a exigência de uma demonstração de familiaridade com toda a sua linhagem de constituidores, como condição de reconhecimento. Dependendo, porém, da extensão dessa linhagem, corre-se o risco de deixar de fora algum autor, algum texto considerado fundamental por um ou por outro. No caso específico da teoria das elites, todavia, esse perigo é relativamente reduzido pelo consenso que, de certo modo, se estabeleceu em torno de quais seriam seus autores e textos-chave, mesmo sendo eles bastante numerosos.

O que se percebe nas referências à genealogia consagrada de autores da teoria das elites, de modo recorrente, é uma evocação quase que ritual às origens, mesmo que nem sempre se trate de louvá-las, e sim de esconjurá-las. Mais precisamente, reconhece-se em três pensadores do final do século XIX e início do XX, os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo

Pareto, e o alemão Robert Michels, os pais fundadores da teoria (cf., por exemplo, Albertoni, 1989, pp. ix-xxiv; 1990, pp. 17-28; Bobbio, 1991, pp. 385-6; Bottomore, 1965, p. 8; Coser, 1971, p. 411; Giddens, 1975, p. 144; Kolegar, 1967, p. 354; Meisel, 1962, pp. 3-5; 1965, p. 2; Parry, 1969, p. 15; Sartori, 1965, pp. 56-8).¹ Na verdade, essa referência obrigatória a Mosca, Pareto e Michels, é importante destacar, pode se dar mesmo quando o trabalho se inscreve em um campo disciplinar como o da Antropologia, em cujo panteão, tradicionalmente, nenhum dos três autores se perfila.

Assim, Edmund Leach e S. N. Mukherjee, em sua introdução a *Elites in South Asia*, referem-se inicialmente a Mosca e Pareto, a cujas formulações, na história do pensamento sociológico, “the concept of ‘elites’ has been closely bound up” (Leach e Mukherjee, 1970, p. ix). Do mesmo modo, a coletânea *Elites: Ethnographic Issues* é aberta por um capítulo em que seu organizador, George E. Marcus, discute a teoria e o conceito de elite.² Sua referência inicial, de forma semelhante à de Leach e Mukherjee, é a reflexão de Pareto e a de Mosca:

“Although many historical and philosophical accounts have unself-consciously assumed the determinative social role of elites, the body of theory most explicitly linked to the elite concept

* Este trabalho se limita à produção bibliográfica estrangeira sobre a teoria das elites. A forma como esta teoria foi lida, incorporada e discutida no Brasil, portanto, não será objeto de atenção. Agradeço os comentários de Afrânio Garcia Jr., Lygia Sigaud, Mariza Peirano, José Murilo de Carvalho, Moacir Palmeira, José Sergio Leite Lopes e Federico Neiburg.

was independently developed by the Italian scholars Vilfredo Pareto and Gaetano Mosca during the late nineteenth and early twentieth centuries" (Marcus, 1983, p. 13).

Além de tema autorizado, portanto, a teoria das elites dispõe de uma longa e consagrada genealogia de formuladores, referências obrigatórias, que tem em Mosca, Pareto e Michels seu ponto de partida indisputado.³ Se essa genealogia é construída, e assim também imposta, pelo trabalho dos autores, ela o é, igualmente, pelo trabalho de inúmeros comentaristas. De fato, ao se constituir como um dos pontos privilegiados das Ciências Sociais, a teoria das elites afirmou-se, por isso mesmo, como um tema também bastante mediatizado, chegando-se a dispensar, por vezes, o recurso aos textos dos próprios autores.

As Origens:

Mosca, Pareto e Michels

Ainda que, dos pais fundadores, tenha sido Mosca o primeiro a ter suas análises publicadas, é a Pareto que, em geral, se atribui a afirmação sociológica do termo elite (cf. Albertoni, 1990, pp. 18 e 148; Bobbio, 1991, p. 385; Bottomore, 1965, p. 8; Coser, 1971, pp. 411-2; Finer, 1966, pp. 85-7; Hughes, 1958, pp. 257-9; 1965, p. 141; Kolegar, 1967, p. 354; Meisel, 1962, pp. 9 e 14; Sartori, 1965, p. 126; Sereno, 1962, p. 40). Para ele, no *Traité de Sociologie Générale*, cuja primeira edição italiana é de 1916,⁴ haveria em todas as esferas, em todas as áreas de ação humana, indivíduos que se destacam dos demais por seus dons, por suas qualidades superiores. Eles compõem uma minoria distinta do restante da população — uma elite (Pareto, 1933, pp. 1296-7).

Seria possível, dessa forma, falar de uma elite de guerreiros, de uma elite religiosa, de uma elite econômica, de uma elite de ladrões e assim por diante. O termo, como se vê, tem um sentido classificatório, e não simplesmente valorativo, designando uma aristocracia, isto é, os melhores de cada atividade, quer seja

ela socialmente sancionada ou não (*idem*, p. 1297).

As aristocracias não são eternas. Na verdade, a história, na formulação consagrada de Pareto, seria um cemitério de aristocracias. Da mesma forma que as células humanas mortas, elas seriam substituídas por outras, em um processo contínuo que o autor chama de circulação das elites. Assim como é o fluxo sanguíneo que mantém vivo o organismo humano, portanto, é a circulação das elites que asseguraria o equilíbrio e a longevidade do corpo social (*idem*, pp. 1304-5).⁵

Quando a circulação cessa, ou se torna demasiado lenta, o que se observa é uma degeneração da elite. Ela passa a concentrar elementos de qualidade inferior, ao mesmo tempo que, abaixo dela, nas camadas inferiores, ocorre um acúmulo de indivíduos de traço superior. Conforma-se, assim, um quadro sério de perturbação e crise, propício à derrubada violenta da elite governante, à sua substituição por via de uma revolução (*idem*, pp. 1304-5).

De fato, haveria em todas as sociedades, ao longo do tempo, uma luta constante entre a elite no poder e os grupos dele excluídos. Não se trata, porém, de uma luta de classes, como acreditavam os marxistas, e sim de uma luta de elites. Trata-se de uma luta que não cessaria nunca, mesmo que fossem extintas as classes sociais, dado que ainda assim se assistiria à formação de elites.

Isso significa dizer que uma revolução socialista, na visão de Pareto, nada mais seria do que a substituição de uma elite burguesa capitalista por outra socialista. Longe, portanto, de ser igualitária, conforme se propalava, a sociedade socialista, como todas as demais, seria também dominada por uma elite.

Não poderia, desse modo, haver um governo das massas, um governo em que fosse soberana a vontade popular. Todo governo seria de uma minoria e nem mesmo a imposição do sufrágio universal seria capaz de alterar esse quadro. A tese democrática, por conseguinte, não teria base real.

Ainda assim, na acepção do autor, ela

poderia operar como um importante elemento propulsor. Agindo como um credo, evocando sentimentos, insuflando esperança, principalmente nos indivíduos das classes baixas que necessitavam suportar as agruras do dia-a-dia, ela poderia levá-los à mobilização, impulsioná-los à ação. Por isso mesmo, a retórica democrática se constituía em um valioso instrumento, em uma poderosa arma para os grupos que buscavam alcançar o poder mas que, para tanto, precisavam do apoio das massas. E mais, uma vez galgado o poder, os ideais democráticos poderiam se afirmar como um elemento fundamental para a legitimação da nova minoria (*idem*, pp. 802 e 1403).⁶

Mosca seguia por uma linha próxima em *The Ruling Class*, tradução americana da edição de 1923 — a segunda — de um de seus principais trabalhos, os *Elementi di Scienza Politica*. Para ele, um dos aspectos mais óbvios de todos os organismos políticos, era o de que havia sempre duas classes de pessoas, uma mais e a outra menos numerosa, sendo a primeira dirigida e a segunda dirigente. O que distinguia a minoria da maioria, conferindo-lhe o poder de dirigir, era, inicialmente, a organização. Organizada, coordenada, ela se impunha a uma maioria atomizada, desarticulada. Além disso, a minoria também se destacava por possuir algum atributo, alguma qualidade altamente valorizada em termos sociais, como a força física, o contato direto com divindades, o saber, a riqueza e assim por diante (Mosca, s/d, pp. 51-3).

Articulado a esses dois, outro importante elemento de acesso à classe dirigente era a hereditariedade. Nos sistemas de castas, por exemplo, o critério de acesso era unicamente o do nascimento. Haveria que se notar, contudo, que todas as classes dirigentes, mesmo as ditas democráticas, tendiam a tornar-se hereditárias e isto porque a própria proximidade e a familiaridade com suas funções conferiam a seus descendentes maior competência, maior aptidão para exercê-las (*idem*, pp. 61-2).

A questão da hereditariedade conduz a uma outra, igualmente fundamental, que é a

da estabilidade e permanência da classe dirigente. Para dela dar conta, Mosca forjou a noção de fórmula política, que seria o próprio princípio de legitimidade do poder. Nenhuma classe dirigente se sustentava somente na base da força. Ela deveria escorar-se em algum princípio, quer fosse ele religioso, legal ou moral (*idem*, pp. 70-1).

É assim que se deveria entender, por exemplo, a idéia de soberania popular, que informava as democracias e que se materializava no sufrágio universal. Por seu intermédio, a minoria eleita governava, legitimando-se e mantendo-se no poder. Era preciso ver, dizia Mosca, que o fato de participar de eleições, por mais amplas que fossem as franquias, não significava, efetivamente, que o povo dirigia seu governo, ou mesmo que escolhia seus governantes. Significava, tão-somente, que algumas forças políticas podiam, em condições favoráveis, controlar e limitar a atividade de outras (*idem*, p. 98). Não era o eleitor que, livremente, escolhia o seu representante. Ele optava sempre a partir de um conjunto, que lhe era dado, de candidatos promovidos por grupos, por comitês, por minorias organizadas. Desse modo, o representante é que se impunha. É certo porém que, em um quadro concorrencial, tendo de arrebatar votos, os candidatos eram obrigados a um esforço para obter a boa vontade dos eleitores, incorporando, assim, seus interesses e reivindicações (*idem*, pp. 154-5).

Mesmo que a democracia, entendida enquanto igualdade entre os homens, soberania popular, governo da maioria, não pudesse se operar na prática, Mosca identificava na tendência democrática uma das formas de renovação da classe dirigente. Através dela se conformava uma classe dirigente aberta a elementos vindos de baixo. Na avaliação do autor, a tendência democrática era essencial para o progresso das sociedades, impedindo a sua ossificação, prevenindo a classe dirigente da exaustão mediante a constante admissão de novos componentes. O seu contrário era a tendência aristocrática, em que apenas um

grupo fechado controlava o acesso a cargos e à administração do Estado (*idem*, pp. 402-17).

A tendência aristocrática podia ser percebida, por exemplo, no sistema socialista. Ali o governo e a economia eram delegados às mesmas pessoas que, dessa forma, acumulavam um enorme poder, tornando-se imunes a qualquer tipo de controle. Assim, por detrás de uma retórica igualitária, democrática, o que se assistia era à constituição de uma oligarquia mais poderosa e totalitária que jamais se havia tido notícia (*idem*, p. 143). Esse risco devia, sem dúvida, ser evitado.

Michels também elegeu a democracia como seu principal objeto de preocupação em *Sociologia dos Partidos Políticos*, livro cuja primeira edição data de 1911. O nome do sociólogo alemão tem sido diretamente associado ao que chamou de lei de ferro da oligarquia, à qual deu a seguinte formulação:

“[...] a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização diz oligarquia” (Michels, 1982, p. 238).

Michels chegou a essa constatação a partir do estudo de algumas das grandes agremiações de esquerda européias, principalmente a social-democracia alemã no início do século XX. Sua questão inicial era a de como a democracia podia ser exercida no interior dos partidos políticos, visto que neles se operava, inevitavelmente, uma concentração de poderes, uma cristalização de líderes, uma oligarquização. Para respondê-la ele investigou, justamente, os partidos que se apresentavam como os grandes guardiães, como expressões mais acabadas da democracia (*idem*, pp. 3-5).

O autor segue um esquema lógico-evolutivo, partindo da necessidade de organizações. Não se concebia democracia, diz ele, sem organização. Ela era fundamental para qualquer classe que buscava alcançar suas metas e se afirmar socialmente. E isso se mostrava tão mais verdadeiro quanto mais fraca e dominada era a classe, como era exemplo o operariado (*idem*, pp. 15-6).

O ideal participativo da democracia, a

idéia de governo direto das massas, que decidiam livremente em assembleias, havia se tornado técnica e mecanicamente inviável, diante do crescimento e da complexificação das sociedades. Michels justificava a sua avaliação a partir do que chamava de patologia das massas. Anulando as individualidades, as responsabilidades e o poder de raciocínio, as multidões eram facilmente influenciáveis por oradores competentes, e as assembleias, por isso mesmo, eram pouco propícias a discussões sérias e decisões refletidas (*idem*, pp. 17-8).

Sendo incompetentes para, por si mesmas, tomar decisões importantes, as massas necessitavam de chefes, de líderes a quem delegar tais funções, o que se refletia na sua apatia, no seu desinteresse pelas questões políticas. Elas, além disso, tendiam a adorar celebridades que se apresentavam, que diziam falar em seu nome (*idem*, pp. 33-9).

Ao lado dessa incompetência, era preciso perceber que o volume e a dispersão das massas, dada a própria expansão demográfica, tornavam sua reunião em assembleias tecnicamente inviável. Diante disso, Michels concluiu que a representação de interesses, através de organizações e delegados, se tornava uma tendência inexorável. Prevaleceria aqui, no entanto, em um contexto democrático, o princípio da igualdade genérica entre chefes e massa (*idem*, p. 18). Este princípio, contudo, se válido na origem, iria sendo aos poucos minado pela própria divisão do trabalho político. A crescente complexificação das tarefas dos delegados, a necessidade de decisões específicas e urgentes — sem possibilidade, portanto, de consulta às bases —, exigia deles habilidades e competências específicas, para cuja conformação passaram a ser criadas escolas. Introduzia-se aqui, desse modo, um elemento de diferenciação entre delegados e massa, tornando-os, em certa medida, autônomos, independentes do controle desta (*idem*, pp. 19-20).

O crescimento da organização e, conseqüentemente, do peso das atribuições dos delegados, só fazia aprofundar essa diferenciação, exigindo não apenas que se ampliasse o

seu quadro de funcionários, mas, igualmente, que a sua dedicação caminhasse no sentido do tempo integral. Delegados e funcionários tornar-se-iam, assim, profissionais da organização, passando a depender dela para a sua sobrevivência. Mais do que isso, a própria sobrevivência da organização passaria a depender deles (*idem*, pp. 22-3).

Com isso, observa Michels,

“[...] o direito de controle reconhecido à massa torna-se cada vez mais ilusório. Os partidários devem renunciar a dirigir ou mesmo a supervisionar todos os assuntos administrativos. Vêm-se obrigados a confiar esta tarefa a certas pessoas, especialmente nomeadas para tal fim, a funcionários pagos pela organização. A massa é reduzida a contentar-se com prestações de contas sumárias ou a recorrer a comissões de controle” (*idem*, p. 22).

Apartados de suas atividades originais, os delegados passavam, assim, a ver como indispensáveis seus ganhos na organização.⁷ A continuidade desta, por seu turno, passava também a ficar diretamente vinculada à presença daqueles que, de fato, conheciam seus meandros, controlavam seu funcionamento. Uma vez eleitos, por conseguinte, os delegados passavam a permanecer em seus cargos por longuíssimos períodos, o que viviam mesmo como um verdadeiro direito moral conquistado (*idem*, p. 27). Percebendo suas posições como um direito, os chefes tendiam, por extensão, a interceder em sua sucessão, reservando-as a seus herdeiros. Nesse sentido, o que se notava era a prevalência de práticas como a do nepotismo, do favorecimento e da cooptação, e não a do mérito, da concorrência, da eleição (*idem*, pp. 66-7).

O resultado de tudo isso, dessa simbiose entre delegados e organização, era uma inversão no próprio sentido desta. Fugindo ao controle da massa, ela passava a ser direcionada não para os seus interesses, mas sim para os dos chefes, ou melhor, para os interesses que estes sustentavam ser os da massa. Os delegados, os representantes, deixavam de ser servidores do povo para se tornarem, na expressão do sociólogo, seus patrões (*idem*, p. 93).⁸

É certo, contudo, que as posições de chefia não eram indisputadas. Havia sempre novos indivíduos almejando-as, o que significava a ocorrência de lutas pela chefia. Isso forçava, de algum modo, antigos chefes a se mostrarem sintonizados com os sentimentos da massa, declarando serem seu instrumento, submetendo-se, aparentemente, às suas vontades. Os novos aspirantes, entretanto, buscariam derrubá-los, justamente, denunciando sua tirania, defendendo os direitos violados da massa anônima, direitos que, sem dúvida, também violariam uma vez alcançado o poder. Os “revolucionários de hoje”, conclui Michels com ceticismo, “são os reacionários de amanhã” (*idem*, pp. 93 e 103).

Tais afirmações, esclarecia o autor, não tinham o sentido de julgamento ou de aprovação, mas tão-somente o de demonstrar que a democracia, tal como propalada, era impraticável. Suas formulações eram fruto da constatação de um processo natural necessário, decorrente da própria democracia, e que não se limitava apenas ao âmbito dos partidos, podendo ser percebido na sociedade como um todo. Seu objetivo era

“[...] demonstrar com evidência que a sociedade não pode subsistir sem uma classe ‘dominante’, que esta é a condição necessária para aquela e que a classe dirigente, embora sujeita na sua composição a uma frequente renovação partidária, não deixa de constituir o único fator onde a ação se manifesta suficientemente durável na história do desenvolvimento humano.

De acordo com essa concepção o governo ou, se preferimos, o Estado, não saberia ser outra coisa a não ser a organização de uma minoria. E essa minoria impõe ao resto da sociedade a ‘ordem jurídica’, a qual aparece como uma justificação, uma legalização da exploração à qual ela submete a massa dos hilotas, em vez de ser a emancipação da representação da maioria” (*idem*, p. 234).

O Estado socialista não fugia a essa regra, ainda que se quisesse a forma mais perfeita de igualitarismo. Ele era um Estado dos socialistas, e não das grandes massas, do proletariado. “A vitória do socialismo”, vaticinava Michels, “não será a do socialismo, que

perecerá no mesmo momento em que triunfarem seus partidários" (*idem*, p. 235).⁹

Elitismo e Cidadania Política

Ainda que possam se distanciar em aspectos fundamentais de suas análises, há, como vimos, questões e problemáticas centrais, e interligadas, que são comuns aos três autores e bastante características do contexto político, social e intelectual da virada do século XIX. Trata-se, basicamente, da igualdade, da democracia, da soberania popular, da representação política, do sufrágio universal e também do socialismo.

Articuladas entre si, essas questões foram impostas à agenda política em um mundo em intensa transformação e movimento, um mundo em que se desagregava uma antiga ordem, em que se rompiam laços tradicionais de dominação, em que se conformavam novos atores e em que antigos eram deslocados, um mundo, enfim, marcado por enfrentamentos abertos, diretos, por revoluções e por guerras.¹⁰ A própria imposição daquelas questões se deu, de fato, como parte mesma dos enfrentamentos. Elas se afirmaram como palavras de ordem dos que combatiam o *Ancien Régime* — procurando deslegitimá-lo, desnaturalizá-lo, caracterizando como arbitrária e injusta a ordem tradicional calcada na desigualdade entre os homens —, daqueles, em parte, que buscavam se impor politicamente mediante a introdução de um novo ator, as massas, das quais se diziam autênticos representantes e intérpretes.

Tratava-se de um momento de afirmação da democracia, de extensão da participação e da cidadania política, de alargamento tendencial dos limites da *pólis* no sentido do *demos*, de maneira global. A discussão sobre a adoção do sufrágio universal impunha-se como central, e vários países passaram a promover uma ampliação substancial das franquias políticas (Hobsbawm, 1977a, p. 121; 1988, p. 127).

Tudo isso, é claro, levava políticos e partidos a aderirem às novas regras do jogo, lançando-se em uma luta concorrencial pelo voto. Esse processo, por sua vez, correspondia

à imposição de uma nova legitimidade política, calcada no voto, que, em contrapartida, obrigava parte dos mais reticentes a declarar publicamente sua fidelidade à democracia, contribuindo assim para a sua consolidação (Hobsbawm, 1988, pp. 129-31).¹¹

Como lembra, porém, o historiador Arno Mayer, é preciso reconhecer que todas essas mudanças estavam em operação, e que seu ritmo não foi tão acelerado quanto se julgou até aqui, com base nos discursos de seus defensores, tomados que foram como retratos dos processos reais. Mayer procura demonstrar em seu livro, *A Força da Tradição*, que a antiga ordem era dotada de um enorme fôlego, persistindo, grosso modo, até a Primeira Guerra Mundial (Mayer, 1987, pp. 14-5). Na verdade, observa o autor, as idéias e os valores tradicionais eram bastante fortes na maior parte da Europa, inclusive entre a própria burguesia em ascensão, que adotava práticas e posturas da aristocracia.¹² Mais do que isso, havia mesmo vínculos evidentes entre setores da burguesia e da aristocracia do *Ancien Régime*, a quem os primeiros recorriam não apenas no que tocava a questões de tarifas, contratos e cargos públicos, mas, igualmente, de proteção interna, contra agitações de trabalhadores e nacionalidades subordinadas, e externa, contra potências rivais (*idem*, p. 270).

Este último ponto nos remete a um outro elemento fundamental, que pesava de forma decisiva nos cálculos dos setores dominantes, determinando a resistência, ao menos de parte deles, em relação à democracia. Tratava-se da afirmação do movimento operário e da força que o socialismo vinha alcançando em alguns países, o que era vivido como decorrência da democracia, atribuindo a ela, não em si, mas pelo que poderia resultar, um caráter de ameaça.

O resultado disso foi um certo reforço da antiga ordem, associado à adoção de um liberalismo excludente, à repressão aos movimentos de massa e ao isolamento dos setores mais radicais, jacobinos e socialistas. Procurava-se salvaguardar a ordem, como aponta Hobsbawm, aliando a repressão e o endurecimento à promoção de algumas reformas, à

implementação de políticas burguesas e à adoção de instituições liberais, aceitando a ampliação da participação, mas dentro de determinados limites, restringindo-a, por exemplo, através de critérios sexuais ou da exigência de qualificações educacionais ou de propriedade (Hobsbawm, 1977, p. 129; 1988, esp. caps. 4 e 5).¹³

Em termos intelectuais, afirmava-se — em lugar de um quadro de otimismo impulsionado pelo progresso, de crença na razão, característicos do Iluminismo — um clima de ceticismo, um sentimento de decadência e incerteza. Segundo Mayer, para parcela significativa da *intelligentsia* europeia, a mobilização e o apelo democrático, nos níveis em que vinham se dando, entrariam fatalmente em choque com a cultura humanística prevalente, o que resultaria em um período de trevas (Mayer, 1987, p. 271).¹⁴ Darwin e Nietzsche teriam se constituído, naquele momento, em fonte intelectual para a investida ideológica, “mal-intencionada e belicosa”, contra o “progresso, o liberalismo e a democracia” (*idem*, p. 285).¹⁵

Dessa mesma raiz, na análise de Mayer, é que teria brotado o elitismo. Juntamente com o darwinismo social, ele teria desafiado e criticado

“[...] o iluminismo do século XIX, e mais particularmente as pressões pela democratização social e política. O termo ‘elite’, carregado de valores, só se definiu como tal de forma plena no final do século XIX, e recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades dominadas pelo elemento feudal. Mas, por toda a Europa, as teorias da elite espelhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes [*sic*], ao mesmo tempo em que serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural” (*idem*, p. 276).

Os autores elitistas, portanto, segundo a avaliação do historiador, estavam na contracorrente da democracia e dos movimentos sociais, negando-os através da crítica à idéia de igualdade. Para eles, a democracia, tal como proposta, e por extensão o próprio socialismo, que levava ao paroxismo a noção de

igualdade, não apenas eram uma metafísica, uma abstração sem base real, como também operavam como uma forma de legitimar o poder, este sim real, de uma minoria. Eles apresentavam-se, por conseguinte, como pensadores realistas, demolidores de mitos.¹⁶

Mosca, Pareto e Michels, assim, teriam contribuído, mediante suas investigações, para a manutenção do que Mayer chama de elites pré-industriais. Eles o teriam feito, “desdenhosos e temerosos da participação e do controle populares”, limitando sua atenção ao recrutamento e à renovação das classes governantes (*idem*, p. 286).

Próxima a esta é a análise do cientista social Albert O. Hirschman, em *A Retórica da Intransigência*.¹⁷ Ele inicia seu argumento, apropriando-se da tese do sociólogo T. H. Marshall, segundo a qual a cidadania, no Ocidente, se afirmou a partir de três dimensões, distintas e consecutivas: a civil, no século XVIII, expressa pela igualdade perante a lei e pelos direitos do homem; a política, no século XIX, caracterizada pela ampliação do direito de voto no sentido do sufrágio universal; e, finalmente, a social e econômica, já no século XX, associada ao *Welfare State*.

Para Hirschman, cada uma dessas dimensões desencadeou formas de resistência específicas, ou ondas reacionárias, apoiadas em três teses básicas. A primeira, a da perversidade, sustentava que qualquer ação adotada no sentido da melhoria de aspectos econômicos, sociais ou políticos terminaria, de algum modo, produzindo o efeito inverso, piorando aquilo que se desejava remediar. A segunda, a da futilidade, partia da idéia de que as ações propostas, fatalmente, resultariam infrutíferas. Quanto à terceira, sua avaliação era de que as ações, ainda que pudessem ter alguma eficácia, teriam um custo muito elevado, pondo em sério risco valiosas realizações anteriores. Não era fortuito, portanto, o fato de ela ser denominada tese da ameaça (Hirschman, 1992, pp. 11-6).

No caso da extensão do voto, na Europa do século XIX, a oposição foi particularmente forte. Tratava-se, afinal, segundo Hirschman,

de uma sociedade — como Hobsbawm e Mayer também apontam — fortemente hierarquizada, na qual os grupos inferiores eram vistos com profundo desprezo, tanto pelas camadas altas quanto pelas médias. A proposta de incorporação das massas à política, por conseguinte, soava como altamente perigosa e mesmo aberrante (*idem*, pp. 25-6).

Todo esse ceticismo e hostilidade em relação ao avanço da democracia, prossegue o autor, encontrariam respaldo, já no final do século, nas teorias científicas, médicas e psicológicas, que atribuíam às forças irracionais um grande peso no comportamento humano. Munidas desse poderoso argumento, tais teorias ameaçavam jogar por terra a cidadela liberal iluminista, expondo a fragilidade de um de seus principais pilares — a crença na racionalidade —, bem como de toda uma cadeia de idéias a ela associadas, entre as quais a do sufrágio universal. Demonstrada, afinal, a carência de fundamento científico de tais idéias, a sua própria defesa perdia sentido (*idem*, p. 27).

Um dos autores de época que, na opinião de Hirschman, melhor expressaram essa reação negativa aos avanços do direito de voto e da democracia, enquadrando-se na tese da perversidade, foi o psicólogo francês Gustave Le Bon (*idem*, pp. 27-9).¹⁸ A exemplo de outros pensadores, ele teria sido

“[...] atraído irresistivelmente para a ridicularização dos que pretendem mudar o mundo para melhor. E não basta mostrar que esses ingênuos *Weltverbesserer* se dão mal: é preciso provar que na verdade eles são, se me for permitido cunhar o termo alemão correspondente, *Weltverschlechterer* (pioradores do mundo), que deixam o mundo em pior forma do que a que predominava antes de qualquer ‘reforma’ ser instituída. Além disso, deve-se mostrar que a ‘piora’ ocorre exatamente na mesma dimensão em que se supõe que haja melhora” (*idem*, pp. 29-30).

O livro *Psychologia das Multidões*, de Le Bon, publicado pela primeira vez em 1895, tinha um caráter claramente normativo. Seu argumento disseminou-se de forma evidente,

influenciando um grande número de pensadores, o próprio Michels entre eles.

Era de dúvida e apreensão, segundo Le Bon, o estado em que se encontrava o mundo, imerso em uma fase de transformação e anarquia. Na base disso, estava o nascimento das multidões como nova potência, como a “última soberana da idade moderna” (Le Bon, 1922, pp. vi-vii). Alçadas à vida política, as classes populares, nos termos do autor, haviam se transformado em classes dirigentes, insufladas pela propagação de determinadas idéias, como as socialistas, e pelo processo de organização. Precisando e unificando seus interesses e reivindicações, elas vinham se impondo com força à sociedade, ameaçando conduzi-la no rumo não de seu futuro, mas de seu passado, da barbárie, de um comunismo primitivo que teria caracterizado a aurora da civilização (*idem*, pp. vii-ix).

Essa possibilidade não apenas era bastante real, como também uma tendência universal, o que significava dizer que simples lamúrias não evitariam o desfecho desastroso. Era preciso, portanto, entender a situação para lidar melhor com ela (*idem*, pp. ix-x). Tal a razão de ser da psicologia das multidões, conhecimento indispensável para os estadistas que quisessem, se não governar as turbas, uma vez que isso era extremamente difícil, ao menos não serem governados por elas (*idem*, p. xiii).

As multidões, segundo Le Bon, caracterizavam-se por uma unidade mental, ainda que provisória. Nelas desaparecia a personalidade consciente, individual, que dava lugar a uma alma coletiva, a sentimentos e idéias comuns, a caracteres novos, distintos dos que se expressavam isoladamente (*idem*, pp. 2-6).

A vida consciente, na verdade, era bastante diminuta quando comparada com a inconsciente. Fruto da educação, ela era a principal responsável pela diferença entre os homens. Por sob os atos conscientes, entretanto, havia uma base inconsciente formada de influências hereditárias, de resíduos ancestrais, que constituíam a alma da raça e que, em larga medida, escapavam à percepção dos homens,

tornando-os, ao mesmo tempo, semelhantes (*idem*, pp. 6-7).

Essas características gerais componentes da raça emergiam nas multidões, conformando o solo comum que as unia. Regidos pelo inconsciente, os homens, nas multidões, veriam se dissipar suas aptidões intelectuais e sua individualidade, o que resultava em uma fusão de qualidades humanas medíocres, em uma incapacidade para a realização de atos que exigiam o uso da inteligência (*idem*, pp. 7-8).

Além da combinação de qualidades ordinárias, as multidões geravam caracteres novos nos homens, e isso, de acordo com Le Bon, por três razões. A primeira era a força quase invencível com a qual, em uma multidão, o indivíduo se sentia dotado, e que o levava a ceder a instintos que, de outro modo, não cederia, a dar vazão a todos os seus desejos, certo de seu anonimato, de que não seria pessoalmente responsabilizado. Por sua vez, a associação da segunda razão, o contágio, com a terceira, a sugestionabilidade, tornaria irresistíveis as pressões sobre o indivíduo, levando-o mesmo a sacrificar seus interesses pessoais em favor dos coletivos, agindo como um autômato destituído de vontade (*idem*, pp. 8-11).

Com esse perfil, as turbas eram autoritárias e intolérantes, apegando-se mais aos tiranos que as dominavam do que aos governantes bondosos. Respeitavam a força, ao mesmo tempo em que tomavam a bondade como sinal de fraqueza (*idem*, p. 35). As decisões da maioria, aferidas através de votações, não eram, portanto, necessariamente as melhores ou as mais acertadas. Pelo contrário, era preciso ver que, embora de forma restrita ao momento da eleição, os eleitores também constituíam multidões. Dessa maneira, neles podiam ser observadas manifestações como a baixa aptidão para o raciocínio, a ausência de espírito crítico, o simplismo e a credulidade, o que tornava suas decisões sujeitas às influências de agitadores (*idem*, pp. 164-5).

O corolário disso parece ser claro. Se a equalização entre os homens, gerada pela multidão, era sinônimo de irracionalidade e

barbárie, qualquer decisão que a tomasse por base deveria, obrigatoriamente, ser posta em questão. E uma vez que, nas eleições, os homens formavam multidões, o sufrágio universal padecia de sérios males. Entregar a ele o destino de uma civilização, diz Le Bon, era torná-la refém do imprevisível, de instintos e desejos primitivos, de elementos inferiores caracterizados por um baixo valor mental. A soberania popular, nessa perspectiva, era um capricho altamente nocivo, que já havia acarretado pesados prejuízos e que poderia, como um de seus grandes perigos, ensejar a vitória do socialismo.

Inversamente, havia em Le Bon uma outra equação, de resultado positivo, que associava, de forma direta, individualização, diferença, racionalidade e civilização. As civilizações teriam se originado e evoluído a partir de pequenas minorias de espíritos superiores, que seriam, também, a sua garantia de continuidade. Tal cadeia, portanto, não deveria, em hipótese alguma, ser rompida (*idem*, pp. 171-2).

Não se tire daí, contudo, nenhuma conclusão apressada de que, no lugar do sufrágio universal, Le Bon defendesse algum sistema de voto restrito à minoria de espíritos superiores. Fiel à premissa de que uma multidão era sempre inferior, qualquer que fosse a sua composição e o seu tamanho, para ele "o sufrágio de quarenta acadêmicos não é superior ao de quarenta carregadores d'água" (*idem*, pp. 173-4).

Não obstante considerar pertinentes suas objeções, ele reconhecia que o sufrágio universal e a soberania das multidões tinham se tornado dogmas inatacáveis, assim como as idéias religiosas na Idade Média. Não seria possível, portanto, bloqueá-los, cabendo ao tempo a tarefa de operar seu desgaste (*idem*, pp. 172-3).

E para concluir, observa Le Bon que algumas das características expostas eram válidas também para as assembleias parlamentares que, igualmente, eram multidões. Era falsa, por conseguinte, uma das idéias básicas do regime parlamentar, qual seja, a de que muitos homens reunidos eram capazes de de-

cisões mais sensatas e independentes (*idem*, pp. 176-7). Cabia, entretanto, reconhecer que as assembléias parlamentares conformavam multidões apenas em alguns momentos. Além disso, as leis apresentadas à votação eram, por via de regra, fruto de uma reflexão individual, especializada, elaborada no silêncio de um gabinete. Por isso mesmo, apesar de todas as dificuldades, os parlamentos eram, na conclusão de Le Bon, “o melhor methodo que os povos ainda acharam para governar-se e, sobretudo, subtrahir-se o mais possível ao jugo das tyrannias pessoas” (*idem*, p. 190).

Retomando o argumento de Hirschman, além de Le Bon, Mosca e Pareto teriam se perfilado na crítica à democracia e ao sufrágio universal, ainda que partindo de uma tese distinta. Construindo um discurso que se apresentava como científico, eles teriam procurado combatê-los, demonstrando sua futilidade, afirmando que qualquer sociedade, fosse qual fosse sua organização política, estaria sempre dividida entre governantes e governados, ou entre elites e não-elites (Hirschman, 1992, p. 49).

Na verdade, Hirschman procura indicar a existência de um forte e generalizado clima intelectual antidemocrático, englobando não apenas os setores conservadores, mas, igualmente, os ditos progressistas. Não haveria uma grande distância, portanto, entre as formulações de um pensador como Pareto e as de Lenin, seu contemporâneo. De fato, para Hirschman, em livros como *El Estado y la Revolución*, Lenin, mais do que Marx, teria sido influenciado por idéias como as do próprio Pareto, de Michels e de “inúmeros outros detratores da democracia e praticantes do argumento da futilidade”.¹⁹ E indo mais além, Hirschman sugere que o comunismo e o fascismo teriam uma matriz comum, visto ter este bebido naquelas mesmas fontes (*idem*, pp. 123-4).²⁰

Vemos, assim, que o painel pintado por Hirschman para a origem da teoria das elites coincide com o de Mayer e, em traços gerais, com o da grande maioria dos comentadores. Não é, portanto, apenas em relação à sequência de autores e textos-chave que existe um

consenso entre os comentadores. Ele se observa, igualmente, no que toca às questões-chave e aos móveis originais dos autores fundamentais, ainda que nem todos tenham a mesma avaliação de que, mais do que críticos, Pareto, Mosca e Michels tenham sido inimigos da democracia, do liberalismo e do sistema representativo.

A Revolução dos *Managers*

Se era na Itália, basicamente, que a teoria das elites tinha fincadas as suas raízes, foi nos Estados Unidos que ela floresceu, desenvolvendo-se de maneira sistemática e experimentando um enorme sucesso nos meios intelectuais. Este sucesso se traduziu em milhares de páginas de artigos, livros e resenhas, em espaços significativos em congressos e seminários especializados, e no marcado interesse de alguns dos autores mais expressivos. Norberto Bobbio chega a afirmar que foi nos Estados Unidos que a teoria das elites alcançou sua cidadania na Ciência Política (Bobbio, 1991, p. 387).

A difusão da teoria das elites em território americano é atribuída sobretudo a dois autores, ambos professores universitários em Nova York, mas cuja notoriedade se deveu, em particular, ao enorme sucesso de seus livros fora da academia e aos debates que geraram. Esses autores são James Burnham, com *The Managerial Revolution*, e Charles Wright Mills, com *A Elite do Poder* (Bobbio, 1991, p. 388; Albertoni, 1989, pp. lii e lix-lxi; 1989a, pp. xxviii-xxix; 1990, pp. 163-4; Hasner, 1965, pp. 42-3; Parry, 1969, p. 31).

Burnham publicou *The Managerial Revolution* em 1941, no início, portanto, da Segunda Guerra Mundial, uma forte referência no livro. Seu sucesso pode ser aferido pelo fato de que, até meados da década de 1950, a obra teve, em média, uma edição por ano. Segundo o autor, havia, em todas as sociedades, um grupo de pessoas relativamente reduzido, que tinha um tratamento preferencial na distribuição de bens, concentrando poder, privilégio e riqueza. Esse grupo, socialmente dominante, constituía a classe dirigente e seu

poder, de fato, emanava não da propriedade dos meios de produção, como supunham os marxistas, mas sim do controle sobre eles (Burnham, s/d, p. 59).

No capitalismo, portanto, a burguesia era a classe dirigente porque ela mesma controlava, administrava os meios de produção. Esse quadro, porém, vinha passando por um claro processo de modificação. De acordo com Burnham, estava em marcha uma revolução social em escala mundial, nela se inserindo a Segunda Guerra. Essa revolução vinha provocando mudanças nas instituições políticas, econômicas, sociais, culturais e nas crenças dominantes, sinalizando a conformação de uma nova classe dirigente (*idem*, pp. 3-5). Afirmava o autor:

"It is the fact that during the past several decades the *de facto* management of the instruments of production has to a constantly increasing extent got out of the hands of the capitalists that so plainly proves society to be shifting away from capitalism and the capitalists losing their status as the ruling class. In ever-widening sectors of the world economy, the actual managers are not the capitalists, the *bourgeoisie*; or, at the very least, the managerial prerogatives of the capitalists are being progressively whittled down. The completion of this process means the elimination of the capitalists from controle over the economy; that is, their disappearance as a ruling class" (*idem*, p. 78).

A sociedade capitalista vinha, pois, cedendo lugar a uma outra que, entretanto, não seria socialista. Não seria o proletariado, ou as massas desprovidas, até por incompetência sua, que se afirmariam como a nova classe dirigente. Esta classe seria formada pelos *managers* que, efetivamente, controlavam os meios de produção, mesmo não sendo seus proprietários (*idem*, pp. 77 e 110).²¹

Era para os *managers* que a burguesia, de forma gradativa, vinha deixando o controle da economia nas sociedades capitalistas. Ela, a princípio, teria se retirado da atividade produtiva para a financeira. Agora, porém, era ao lazer que estaria dedicando a maior parte de seu tempo. No limite, o que se podia prever é que o Estado terminaria por tomar para si a

propriedade dos instrumentos de produção. Na verdade, isso já podia ser notado através de sua crescente presença na economia, não na forma tradicional de garantidor da propriedade e do mercado, mas sim na de agente empresarial, contradizendo a natureza do capitalismo, que se calcava na propriedade privada.

A base da estrutura econômica da nova sociedade, assim, seria a propriedade estatal dos instrumentos de produção. E como eram os *managers* que geriam esses instrumentos, sendo responsáveis pela produção, eles terminariam assumindo o controle do próprio Estado, tornando-se a nova classe dirigente (*idem*, pp. 100-5).

Esse processo se desenrolava no plano mundial, inclusive nos Estados Unidos, como podia ser observado pelo *New Deal*, ainda que de forma embrionária. Os países que se encontravam em um estágio mais avançado de transformação, até aquele momento, eram a Rússia de Stalin, a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini. Desse modo, o socialismo russo e o nazi-fascismo nada mais eram do que duas faces de uma mesma moeda e a proximidade entre eles podia ser atestada pelo pacto germano-soviético de não-agressão, firmado em agosto de 1939. O mundo caminhava, de acordo com Burnham, como resultado final da revolução *managerial*, na qual se inscrevia a Segunda Guerra, para a constituição de três superestados, Europa, Ásia e América.

Uma das conclusões a que se chegava, diante disso, é que, ao invés de igualitário, o socialismo russo era também um regime de exploração. Ali, da mesma forma que no nazi-fascismo ou no *New Deal*, se assistia à imposição de uma nova classe dirigente.

Há que se perceber, contudo, que não era apenas o socialismo que saía chamuscado da análise de Burnham. Ao estabelecer linhas de continuidade entre Estados Unidos, Rússia, Alemanha e Itália, eram as próprias noções prevaletentes sobre a democracia americana que o autor colocava em questão. E mais do que isso, chegava a sugerir que não eram boas as suas perspectivas (*idem*, pp. 152, 191-2).

Burnham criticava a noção de democracia como governo da maioria. Afinal, não havia como negar que várias das ditaduras então existentes eram apoiadas por maiorias e, muitas vezes, em uma escala bem mais ampla do que nas ditas democracias. O que isso de fato indicava é que, contrariamente, o que definia a democracia, sua característica-chave — em uma antecipação de uma posição que, hoje, parece se afirmar entre as dominantes —, era a garantia do direito de expressão política das minorias (*idem*, p. 162).

As idéias de Burnham não eram exatamente novas. Como apontam Bottomore e Parry, ele tinha um claro débito para com o economista Thorstein Veblen, em particular com as teses expressas no livro *A Teoria da Classe Ociosa*, de 1899 (Bottomore, 1965, pp. 71-2; Parry, 1969, p. 51). A classe ociosa, para Veblen, era aquela que não trabalhava ou, de modo mais preciso, que se abstinha do desempenho de atividades produtivas, ficando a fazer a diária de subsistência a cargo de uma classe inferior. Sua existência, portanto, guardava relação direta com a divisão social do trabalho (Veblen, 1965, pp. 19-22).

Cabe salientar, contudo, que não se tratava de uma mera divisão mecânica do trabalho, mas, principalmente, de uma evitação prescrita por normas sociais. O que estava em jogo, assim, era uma discriminação entre funções dignas e indignas, que remontava aos primórdios da civilização, mas que operava com bastante força nas próprias sociedades industriais, como atestava a aversão do homem moderno por atividades consideradas servis (*idem*, p. 25).

Essa evitação, por outro lado, estava associada ao prestígio e ao reconhecimento do indivíduo. Dessa forma, observa Veblen, não bastava ser rico para se obter e conservar a consideração alheia. Era preciso prová-lo, demonstrá-lo, o que criava uma necessidade de emulação pecuniária que, por sua vez, tinha um duplo efeito: o próprio ócio e o refreamento do incentivo à diligência e à poupança (*idem*, pp. 48-54). Por essa via, portanto, as classes ricas, mesmo nas sociedades indus-

triais modernas, eram impelidas ao ócio, à abstenção das atividades produtivas e ao consumo conspícuo.

Veblen voltaria ao tema em outros livros, sendo um deles *The Engineers and the Price System*, que reunia artigos publicados durante o ano de 1919. Ali, como o faria Burnham posteriormente, ele destacava uma tendência crescente ao absentéismo entre os industriais, que vinham delegando a direção de suas empresas e negócios a administradores e técnicos, particularmente engenheiros, que passavam a controlar a produção. Operava-se, assim, uma clara divisão entre a propriedade dos equipamentos e dos recursos industriais, por um lado, e a sua gerência, por outro. Mais do que isso, os fatos pareciam apontar para uma futura abdicação dos proprietários a qualquer vínculo com a produção e, ao mesmo tempo, para a afirmação de um novo grupo, consciente e mais apto a zelar pelo bem-estar material da sociedade, constituído, justamente, pelos engenheiros. Na opinião de Veblen, ficaria atrelada a esse grupo, à sua liderança e ao seu apoio, tendo em vista o claro vínculo de dependência que se havia estabelecido entre a humanidade e a produção industrial, qualquer possibilidade de mudança social, mesmo revolucionária (Veblen, 1954, *passim*).

A tese de que estaria ocorrendo uma separação entre a propriedade e a direção das grandes empresas, deslocando-se a responsabilidade pelas decisões técnicas dos capitalistas para os especialistas, foi também trabalhada por Adolf Berle e Gardiner Means, em *A Propriedade Privada na Economia Moderna*, lançado em 1933, livro igualmente fundamental para as formulações de Burnham. Os autores referem-se a uma revolução na instituição da propriedade privada, que estaria em andamento, impulsionada pela acelerada expansão das sociedades por ações. O antigo átomo da propriedade individual estaria sendo dissolvido em diversas partes, apontando para uma forma de caráter mais coletivo, constituindo empresas quase-públicas, pelo alto número de proprietários.

Ao mesmo tempo, porém, em que se

observava uma dispersão da propriedade, o controle das empresas, até por isso mesmo, passava a ficar dela divorciado. Se, antes, era o próprio capitalista que, individualmente, controlava a sua empresa, tomando as decisões que julgava mais adequadas, em um sistema de propriedade coletiva, o controle passava a ser uma atribuição distinta, a cargo de especialistas, profissionais. Isso, é claro, teria efeitos não apenas sobre a própria economia e seus agentes, mas também sobre o direito e até a política e o Estado, de maneira mais ampla (Berle e Means, 1957, *passim*).

Além de Veblen e de Berle e Means, outras importantes referências para Burnham, na verdade a origem de fato de suas formulações, foram Leon Trotsky e os debates que, a partir de fins dos anos 1930, se estabeleceram no interior da IV Internacional acerca do caráter do Estado soviético. Burnham era, então, membro do Socialist Workers Party (SWP), filiado àquela Internacional, e entabulou uma acesa discussão com Trotsky, que culminou com sua saída do partido, em 1940.²²

O ponto de partida da discussão era a própria tese de Trotsky, expressa em *A Revolução Traída* e em outros escritos, de que a União Soviética, controlada pela burocracia stalinista, constituía-se em um Estado operário degenerado. Na opinião de Trotsky, porém, isso seria apenas uma fase na passagem para o socialismo. Uma vez que a propriedade social dos meios de produção, base do regime de 1917, não havia sido modificada, a burocracia não conformaria uma nova classe exploradora bastando, assim, que fosse derrotada para que o processo de mudança pudesse retornar ao seu leito natural.

Referidos a esse mesmo debate, dois outros autores formularam alguns dos argumentos posteriormente incorporados por Burnham, compondo o cerne de *The Managerial Revolution*. Um deles, o alemão Hugo Urbahns, anunciou, pouco depois da ascensão de Hitler, o advento de uma nova era histórica, a do capitalismo de Estado, do qual seriam exemplos a Alemanha, a Itália e a URSS. O outro, o italiano Bruno Rizzi, defendia no

livro *La Bureaucratization du Monde*, a tese de que o coletivismo burocrático soviético, nos seus termos, representava uma nova forma de dominação de classe, sendo a burocracia a nova classe dominante. Mais ainda, essa nova dominação de classe, ao contrário do que supunha Trotsky, seria não um *interregno*, mas um novo estágio de desenvolvimento que, inclusive, não se limitaria à União Soviética, podendo ser observado também nos regimes de Hitler, de Mussolini, e mesmo no *New Deal* de Roosevelt.²³

Não é de se estranhar que, referido que estava a um debate no interior da esquerda, tivesse vindo justamente dela, algumas das críticas mais duras a Burnham, marcadas por um tom político, e não acadêmico. Um desses críticos foi o socialista Léon Blum, autor do prefácio à edição francesa de *The Managerial Revolution*.

Blum procura argumentar que a União Soviética representava não um novo sistema social, fruto da destruição do capitalismo, mas sim uma forma de capitalismo de Estado. Para ele, a URSS constituía um claro exemplo de como era possível destruir a propriedade capitalista sem, de fato, destruir o capitalismo (Blum, 1947, pp. xvii-xviii). Outro ponto que Blum sustenta é que a existência de *managers*, por si só, não representava nenhuma prova da impossibilidade do socialismo que, de resto, admitiria a necessidade de uma elite para a condução de uma produção planejada e segundo técnicas modernas. O seu recrutamento, contudo, deveria eliminar o favoritismo, o nepotismo, a hereditariedade, a cooptação, baseando-se em critérios estritos de equidade, mérito pessoal e utilidade social (*idem*, p. xix).

Blum conclui seu prefácio, acutilando Burnham sob a forma de uma recomendação do livro e de um débito de reconhecimento para com ele:

“Pour ma part, je lui exprime ici la plus sincère des gratitude, car il m'a obligé à refaire l'épreuve scrupuleuse d'un certain nombre d'idées avec lesquelles je vivais si familièrement et depuis de si longues années qu'elles ne se présentaient plus

à moi sous l'aspect critique. Après cette épreuve, et malgré des chocs parfois assez rudes, je ne me sens nullement ébranlé dans l'adhésion que je leur donnais. Je me sens même éclairci et fortifié dans l'une de celles qui me sont les plus chères, à savoir que la transformation révolutionnaire du régime de propriété et de la production n'est pas une fin en soi, mais le moyen nécessaire et la condition indispensable de la libération de la personne humaine, qui est, elle, une fin en soi et la fin dernière du socialisme" (*idem*, p. xxi).

Bem menos sutil do que Blum, o filósofo Georg Lukacs refere-se a Burnham, em *La Destruction de la Raison*, como um renegado trotskista que se igualava a Hitler em seu desprezo pelas massas. O pensador americano, para ele, nada mais era do que um ideólogo do capitalismo monopolista, que buscava deter o avanço do comunismo, identificando-o ao fascismo (Lukacs, 1959, pp. 333-7).²⁴

Entre as fontes onde Burnham bebeu estavam, claramente, os autores elitistas. Tanto é assim que em 1943, dois anos após *The Managerial Revolution*, ele publicou *The Machiavellians*, debruçando-se sobre as idéias de Maquiavel, Dante, Sorel e também Mosca, Pareto e Michels.²⁵

O novo livro de Burnham, é importante destacar, foi uma das primeiras leituras positivas e liberais das teses elitistas publicadas nos Estados Unidos. Seu subtítulo era: *Defenders of Freedom*. Aqui, Pareto, Mosca e Michels aparecem não como pensadores autoritários, antidemocráticos, mas tão-somente realistas.²⁶ Na opinião de Burnham, eles tinham investido na relativização do que seria o mito da democracia enquanto governo da maioria, enquanto governo pelo povo, e, por isso mesmo, defendiam uma noção mais concreta, efetiva, viável, de democracia e de liberdade.²⁷

Foi com essa perspectiva que Burnham se apropriou dos elitistas, ou dos maquiavelistas, tomando-os, ainda, para, mais uma vez, exercer sua crítica ao socialismo. De cada um dos autores ele extraiu uma ou algumas teses básicas, contribuições para a configuração de um quadro geral, quase que como se houvesse uma divisão do trabalho intelectual entre eles.

Assim, de Mosca reteve a demonstração da inevitabilidade da liderança. Esta liderança, por sua vez, como se veria já em Michels, poderia vir a se tornar autônoma em relação aos liderados. Ela, contudo, não seria capaz de se eternizar em suas posições, sendo substituída por outra. Tal substituição, todavia, não seria uma mera troca de indivíduos, mas parte mesmo de um processo de mudança social. Este seria o seu débito para com Pareto (Burnham, 1943, pp. 88-90, 146, 208-10).

A segmentação social mais importante apontada por Burnham a partir desses autores, era a que distinguia elites e não-elites. Daí derivava o fato de que tanto a História quanto a Ciência Política consistiam no estudo das elites e de suas relações com as não-elites. O que esses estudos evidenciavam é que o objetivo primeiro de toda elite seria o de manter o poder e o privilégio, vindo os serviços à sociedade em geral como decorrência. Desse modo, o domínio de uma elite seria baseado, principalmente, na fraude e na força, e não em princípios como razão e justiça (*idem*, pp. 224-5).

Retomando Mosca, o que se observava em toda elite era a existência de duas tendências opostas: a aristocrática, que a fechava, bloqueando o acesso a elementos de baixo; e a democrática, que permitia esse acesso. Todavia, cabe destacar que, ainda que a longo prazo, a tendência democrática deveria prevalecer, modificando-se a elite. Pode-se concluir daí que não haveria nenhuma estrutura social permanente, ou estática, e, ao mesmo tempo, que nunca cessaria, nem mesmo no suposto paraíso terreno da sociedade sem classes, nos termos de Burnham, a luta entre grupos para manter ou galgar posições de domínio (*idem*, p. 226).

O importante, para o autor, era garantir a prevalência da tendência democrática. A democracia entendida enquanto governo pelo povo era um mito, visto que era sempre uma elite que governava. O que marcaria a democracia de fato seria, acima de tudo, a garantia de uma oposição livre, pública, única forma

de limitar o poder da elite governante (*idem*, pp. 236-46).²⁸

Assim como suas fontes inspiradoras, Burnham procurou se afirmar como um pensador realista, como um denunciador de mitos. E do mesmo modo que algumas delas, ele terminou sendo identificado como um conservador (Francis, 1984, pp. 1-4).

É preciso atentar para o fato de que Burnham associava o *New Deal* ao nazi-fascismo justamente em um momento em que os Estados Unidos entravam em guerra com a Alemanha e a Itália. A Rússia e Stalin também seriam por ele atacados, ainda que viessem a ser aliados dos americanos no conflito. E mais, Burnham criticava a noção clássica de democracia em meio a um embate armado de grandes proporções, vivido, em larga medida, como uma luta desesperada das forças da democracia e da liberdade contra o terror totalitário. E como se tal não bastasse, ele apoiava a sua crítica em um autor como Pareto que, então, de um modo geral, era visto dentro e fora dos Estados Unidos, como um dos ideólogos do fascismo.

O que mais parece ter contribuído para o reforço da identificação de Burnham, como um conservador, contudo, foram suas posturas no período subsequente, já durante a Guerra Fria. Foram elas que levaram Daniel Bell, em um artigo de 1955, a qualificá-lo como um intelectual macarthista, prosélito da direita reacionária (Bell, 1964, p. 64).²⁹

Mills, Hunter e a Unidade das Elites

A Elite do Poder, de 1956, foi, sem dúvida, o livro que mais diretamente ficou associado à imagem de Mills, atribuindo-lhe maior notoriedade, inclusive fora da academia, até pelas intensas reações que desencadeou, e impondo-o à tradição da teoria das elites. De fato, essa obra constituiu, segundo Meisel (1962, p. 360) e Lipset (1968, p. 36), uma primeira tentativa mais efetiva de analisar a distribuição de poder nos Estados Unidos, tomando por base essa teoria. Mills chegou à conclusão de que o poder na América

era monopolizado por uma elite unificada, que se impunha, e as suas decisões, ao restante da sociedade (Alford e Friedland, 1985, p. 198; Albertoni, 1990, p. 164; Bottomore, 1965, pp. 31-2; Diesing, 1982, p. 191).

Essa elite, segundo Mills, postada no topo das principais hierarquias e instituições da sociedade americana, tomava por si mesma, livremente, as grandes decisões, as decisões que afetavam a nação como um todo. Seu poder, assim como sua celebridade e sua riqueza, resultava, de fato, de sua posição à frente daquelas hierarquias e instituições, ou, mais especificamente, do Estado, das empresas e das Forças Armadas (Mills, 1962, pp. 13-4).

Os homens de poder, para Mills, compunham um grupo unificado psicologicamente, que se conhecia, que se encontrava não apenas nos negócios, mas também em ocasiões sociais, que se reconhecia e se levava em conta ao tomar decisões. Com origens sociais e trajetórias semelhantes, eles se inseriam, ao longo de suas vidas, em uma mesma rede de relações (*idem*, pp. 22-3). Por esse processo eram igualmente conformados igreja, esquemas de clientela e de lealdades pessoais, que pesavam, de modo efetivo, para a ascensão e o êxito nas altas-esferas, contradizendo a tese do *self-made man* (*idem*, pp. 409-11).

Mesmo que a origem social e o preparo formal de alguns dos indivíduos da elite fossem diversos, seria possível, na visão de Mills, perceber a constituição de um tipo social semelhante. Isso se dava, entre outras razões, porque os critérios de admissão, de honra e de promoção na elite eram os mesmos para todos os indivíduos, uniformizando os que a ela chegavam. Mais importante, por conseguinte, do que procurar dar conta das origens sociais do grupo dominante, era estudar seu tipo e seus valores (*idem*, p. 336).

Outro fator fundamental para se entender a unidade da elite, era a própria estrutura e a dinâmica das principais hierarquias por ela controladas. Elas eram, de certo modo, idênticas, com lugares correspondentes, postos permutáveis, propiciando uma circulação,

uma mobilidade de indivíduos entre hierarquias, gerando, ao mesmo tempo, uma familiaridade. Essa mesma correspondência, aliás, é que estava na base de um último elemento conformador da unidade da elite, ou seja, a possibilidade de uma coordenação explícita de seus indivíduos (*idem*, pp. 342-4).

Em seu capítulo sobre “A Sociedade Local”, Mills fez largo uso de um estudo sobre a cidade de Atlanta, *Community Power Structure*, publicado em 1953, de autoria de Floyd Hunter. A mesma unidade que Mills percebia na elite nacional, Hunter constatou na esfera local. Os dois autores foram, por isso, identificados como os grandes expoentes da tese do monismo elitista (Bobbio, 1991, p. 390; Die-sing, 1982, p. 191; Merelman, 1968, p. 451).

Hunter definia seu trabalho como uma investigação sobre liderança e relações de poder em uma perspectiva regional. O que ele procurava discutir era a natureza do poder em uma comunidade, bem como sua relação com a sociedade abrangente (Hunter, 1963, p. 2). Para ele, o poder era uma função social necessária, visto envolver tomadas de decisão estratégicas, de longo alcance, e execução de políticas. Assim, aqueles que o exerciam, e até para que pudessem exercê-lo a contento, acumulavam determinados direitos e prerrogativas distintos dos homens comuns. Os homens do poder distinguiam-se dos demais como decorrência mesmo de sua função. E mais do que isso, formavam uma minoria bem definida, constituindo um grupo coeso, ligado por vínculos diversos como interesses, personalidade, hábitos e até coerção (*idem*, *passim*).

Hunter e Mills, como vemos, têm como questão comum o poder, entendido como a faculdade de tomar grandes decisões. Dessa perspectiva, estudar o poder equivaleria a investigar os processos de tomada de decisão e, da mesma forma, os tomadores de decisão, os *decision-makers*, as elites.

De fato, o interesse das Ciências Sociais pelo poder, nos Estados Unidos, vinha de longa data e mostrava-se relativamente generalizado. Entretanto, o que se buscava, a princípio, em larga medida, era refletir sobre sua

natureza e origem. A partir dos anos 1940 é que se passou a investigar mais especificamente o exercício do poder e, por essa via, os *decision-makers*.³⁰

Ao sustentar que as posições de poder eram controladas por uma minoria, uma elite unificada, que se impunha sobre a maioria, Hunter e, sobretudo, Mills investiam na própria desnaturalização da democracia americana. Como observa Bobbio, Mills teria rompido “a imagem idílica da América como paraíso do homem comum” (Bobbio, 1991, p. 388; cf., também, Bottomore, 1965, pp. 31-2). Por isso mesmo, ele foi alvo de acerbadas reações.

As críticas a Mills, é interessante observar, tinham, principalmente, duas origens. Uma delas, que será tratada mais adiante, era a liberal, pluralista. A outra, curiosamente, era a marxista, ou radical — que tinha uma visão da sociedade americana muito próxima à dele.

A revista *Monthly Review*, dirigida por Paul Sweezy e Leo Huberman, e que era apresentada como um periódico socialista independente, veiculou, nos anos 1950 e 1960, diversas resenhas e artigos críticos ao livro de Mills. Um deles, “Power Elite or Ruling Class?”, de 1956, era de autoria do próprio Sweezy. A crítica de Sweezy a Mills era a de que, em essência, em vez de uma elite no poder, o que havia de fato nos Estados Unidos era uma classe dirigente, para cuja análise seria indispensável um estudo do sistema capitalista monopolista. Mills, contudo, não teria percebido uma coisa nem feita outra, e isto porque não incorporava o quadro conceitual marxista, não adotava uma teoria de classes, enfraquecendo sua análise e desviando-se dos problemas reais da estrutura e dos processos sociais (Sweezy, 1969, pp. 125-9).³¹

Na verdade, o que parecia estar na base da crítica dos intelectuais marxistas a Mills era não apenas a correção ou a profundidade de sua análise, mas a competição pelo discurso radical legítimo.³² Assim, em um artigo de 1963, também publicado em *Monthly Review*, Eugene Schneider (1963) procura demonstrar por que a esquerda americana não podia tomar

Mills como seu porta-voz, em uma clara indicação de que isto vinha, de fato, ocorrendo.³³ O próprio Sweezy, aliás, buscava explicar por que Mills, e não a esquerda, acabava vocalizando o radicalismo americano, tomando o que seria considerado o seu espaço e caracterizando um quadro de concorrência desequilibrada pela paranóia anticomunista dos anos 1950.³⁴

É certo, observava Sweezy, que os que chamava de radicais autênticos pouco haviam produzido que tivesse algum valor científico. Mesmo esse pouco, entretanto, encontrava enormes dificuldades para vir a público. Mills, ao contrário, não teve o mesmo destino. Ele era professor de Columbia, uma universidade respeitável, seu livro havia sido publicado por uma editora conservadora e amplamente resenhado em mídias como *Time* e *Saturday Review of Literature*.

Sweezy reconhecia que isso tinha um lado positivo, que era o de permitir que o grande público, em algum nível, entrasse em contato com uma discussão séria sobre poder e estratificação social, pondo em xeque teorias que faziam a apologia da ordem estabelecida. Ao mesmo tempo, contudo, Mills, contribuía para aquele mesmo silenciamento, isolamento ou até o exorcismo da esquerda, monopolizando a representação intelectual do descontentamento político americano e não fazendo qualquer referência aos trabalhos relativos ao seu tema publicados, por exemplo, na própria *Monthly Review* (Sweezy, 1969, pp. 116-8).

Pluralismo e Elitismo Democrático

A contraposição liberal, pluralista, a Mills ficou conhecida, de um modo geral, como o elitismo democrático. Com inúmeras variantes, apoiava-se, *grosso modo*, sobre dois pontos. De acordo com o primeiro, a tese clássica da democracia — ancorada na noção de soberania popular, de governo da maioria, do povo, pelo povo e para o povo — seria destituída de fundamento real. Pior, o que as recentes experiências totalitárias demonstra-

vam é que uma ampla base de apoio popular não seria, necessariamente, sinônimo de democracia. Pelo contrário, sujeitas à influência de demagogos, as massas, em lugar de uma garantia, poderiam se constituir em uma ameaça à democracia. O verdadeiro esteio desta, portanto, seriam as minorias dirigentes. Dessa forma, não haveria, dentro dessa perspectiva, incompatibilidade entre a existência de elites e o sistema democrático.

Ora, mas se é assim, o que diferiria a democracia do autoritarismo? A diferença, e aqui entramos no segundo ponto de apoio da tese elitista democrática, se resumiria a uma questão de procedimento. As elites, na democracia, seriam abertas, isto é, seu recrutamento e seleção não estariam confinados a um grupo apenas. Além disso, como os diversos grupos tinham de disputar — e a concorrência aberta, livre, entre grupos diversos, era outro elemento-chave da democracia, impedindo que apenas um deles pudesse se impor aos demais de forma absoluta — a simpatia popular, expressa através do voto, os interesses do povo acabariam sendo sempre levados em conta nas tomadas de decisão.

A partir dessa perspectiva, vários autores se contrapuseram às formulações de Mills, e também às de Hunter, procurando demonstrar suas teses com base em estudos do poder, tanto em comunidades quanto no âmbito nacional.³⁵ Nessa linha estariam, por exemplo, David Truman, William Kornhauser, Suzanne Keller, Seymour Lipset e, principalmente, Robert Dahl. Antes de examinarmos seus argumentos, no entanto, convém percorrer alguns dos pensadores que, por via de regra, são apontados como antecessores ou primeiros formuladores da tese elitista democrática.

Nesse percurso, um primeiro ponto interessante com o qual nos deparamos é o da releitura das origens da teoria das elites. Aqui, as idéias de Mosca, Pareto e Michels — até os anos 1940 percebidas predominantemente como antidemocráticas — passavam a ser tomadas, de maneira recorrente, como tentativas realistas de relativização do argumento democrático clássico. De fato, haveria um claro

parentesco, é preciso reconhecer, entre as teses elitistas democráticas e as formulações daqueles três pensadores, e mesmo, ainda que nenhuma ponte explícita seja feita com ele, as de Le Bon. Assim, Mosca passaria a figurar, basicamente, como um pensador democrata, defensor do sistema parlamentar, Pareto como um ultraliberal pluralista e Michels como um crítico da oligarquia (Diesing, 1982, pp. 155-6; Kolegar, 1967, p. 354; Lippmann, 1946, p. 58; Parry, 1969, pp. 38-41; Bobbio, 1991, p. 391).

Um dos primeiros nomes americanos que surgiram na linha sucessória do elitismo democrático foi o do ensaísta Walter Lippmann. Na verdade, seu argumento não era propriamente pluralista, centrando-se na importância de um governo ou, mais especificamente, de um Executivo forte, para a própria sobrevivência da democracia. Sua inclusão, portanto, se justifica — ainda que se distancie parcialmente dos demais componentes da genealogia, ou que seja alvo das críticas de alguns deles como Truman — por essa inversão, negando às massas, à maioria, e mesmo às suas entidades representativas, aos partidos, o papel de avaliadores do sistema democrático.

Seu livro mais citado, *Essays in the Public Philosophy*, foi escrito na França às vésperas da Segunda Guerra Mundial e no auge do nazi-fascismo, debruçando-se sobre o que entendia ser a incapacidade das democracias liberais representativas para lidar com os problemas do século XX. Lippmann localizava a fonte dessa incapacidade na relação entre governo e massa, e no que seria um desequilíbrio entre os Poderes, que conferia um grande peso às assembleias eleitas (Lippmann, 1955, pp. 3-5).

A sociedade liberal ocidental, dizia Lippmann, deslizava por um plano inclinado em direção à catástrofe. A razão do desastre, em essência, residia no fato de que a massa teria conquistado um poder que não era capaz de exercer, visto ser incompetente para governar. O governo eleito, por seu turno, havia perdido poderes que precisava recuperar, com urgência, a fim de que pudesse realizar sua função

a contento. O resultado disso, que o autor qualificava como um mórbido deslocamento das funções de poder, não seria outro senão a paralisia e o enfraquecimento (*idem*, pp. 14-5).

A opinião pública teria, em momentos críticos, se mostrado fundamentalmente equivocada, bloqueando, impondo vetos, de forma direta ou através de seus representantes, aos juízos de homens, de funcionários bem informados, com uma ampla visão e responsáveis. Levá-la em conta, portanto, quando se tratava de decidir entre a vida e a morte — e era exatamente isso que estaria em jogo para as democracias ocidentais —, seria um risco extremo (*idem*, p. 20).

Na leitura de Lippmann, era um erro acreditar que as opiniões dos votantes expressavam o interesse público. Elas nada mais eram do que a soma de visões, de interesses marcadamente particulares, localizados, que se apresentavam na composição das assembleias. Deixar, por conseguinte, que o poder governante, que o Executivo, persistisse como um refém delas e de seus representantes, seria acirrar a sua desvitalização, levando-o a um quadro clínico desesperador. Nas palavras do autor:

“The power of the executive has become enfeebled, often to the verge of impotence, by the pressures of the representative assembly and of mass opinions. This derangement of the governing power has forced the democratic states to commit disastrous and, it could be, fatal mistakes. It has also transformed the assemblies in most, perhaps not in all, democratic states from the defender of local and personal rights into boss ridden oligarchies, threatening the security, the solvency, and the liberties of the state” (*idem*, p. 55).

Além de Lippmann, outro autor incluído na linhagem do elitismo democrático foi o economista Joseph Schumpeter, visto consensualmente como um marco fundador essencial. Seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942, foi recorrentemente citado como uma das primeiras tentativas bem-sucedidas de compatibilização entre elitismo e democracia (Bachrach, s/d, pp. 10, 18-9;

Finley, 1988, p. 19; Albertoni, 1989, pp. lii, liv-lix; 1990, pp. 159-61; Meisel, 1962, pp. 350-1; Bottomore, 1965, pp. 17 e 55; Alford e Friedland, 1985, pp. 250-1; Bobbio, 1991, p. 389; Diesing, 1982, p. 156; Parry, 1969, p. 124; Walker, 1966, pp. 285-6).

A massa, segundo Schumpeter, era incapaz de desenvolver e divulgar idéias definidas e coerentes, transformando-as em atitudes. Ela apenas podia seguir, ou se recusar a seguir, a liderança que lhe era oferecida (Schumpeter, 1961, p. 182). Por isso mesmo, a teoria clássica da democracia, forjada no século XVIII, não mais se mostrava dotada de sentido. Segundo ela, na leitura de Schumpeter, o método democrático seria um arranjo institucional para se alcançar decisões políticas que realizassem o bem comum. Aqui, em tese, o povo é que decidiria, por intermédio de representantes eleitos que expressariam suas vontades (*idem*, p. 305). Como, porém, faltava à massa competência para decidir, e sendo a liderança o pólo dinâmico da relação, seria lícito, a seu ver, inverter a fórmula, enfatizando, justamente, o que nela seria subsidiário — a eleição dos representantes. Assim, transpondo a imagem do mercado para a política, o método democrático deveria ser tomado mais exatamente como um sistema institucional, no qual o indivíduo através de uma luta competitiva pelos votos do eleitor obtinha o poder de decidir (*idem*, p. 328).

Da mesma forma que adquire seus bens optando entre os que existem, e lhe são impostos, no mercado, o consumidor político deveria escolher a partir de um conjunto limitado de candidatos que lhe seria apresentado, que não teria sido por ele definido. A iniciativa política, assim, nunca seria do eleitor, ou do povo, mas do candidato que se apresentava. Nos termos do próprio Schumpeter, aliás claramente informado por Mosca, ainda que este não seja citado:

“A escolha, glorificada idealmente como o *chamado do povo*, não é iniciativa deste último, mas criada artificialmente. E essa criação constitui parte essencial do processo democrático. Os eleitores não decidem casos. Tampouco escolhem

com independência, entre a população elegível, os membros do parlamento. Em todos os casos, a iniciativa depende do candidato que se apresenta à eleição e do apoio que possa despertar. Os eleitores se limitam a aceitar essa candidatura de preferência a outras, ou a recusar-se a sufragá-la” (*idem*, p. 343).

Desse modo, a política, o poder, as decisões, nunca seriam atribuições ou iniciativas do povo. A ele cabia, simplesmente, aceitar ou não os políticos que se lhe apresentavam e os bens políticos que lhe eram ofertados. A democracia, portanto, era um governo dos políticos. O que a identificava, o que a diferenciava de outros sistemas, era a livre concorrência entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado (*idem*, p. 346).

Era também a concorrência, aliás, que explicava como o fim social da política democrática, o bem comum, podia ser alcançado. Não era por ele, pela melhor maneira de obtê-lo, ainda que pudesse assim parecer, observa Schumpeter, que os políticos competiam. O objetivo de sua luta concorrencial seria, na verdade, o poder, os cargos políticos. Se o bem comum é alcançado, ele o seria como subproduto daquela luta, da mesma forma que, na economia, as necessidades básicas do povo são atendidas pela concorrência pelo lucro. Por conseguinte, os políticos atenderiam aos anseios da população na medida em que buscavam realizar seus interesses:

“Por exemplo, a razão para a existência da atividade econômica é, naturalmente, a necessidade que o povo tem de alimentar-se, vestir-se, etc. O fornecimento dos meios para satisfazer essas necessidades constitui o fim social ou o significado da produção. Não obstante, todos concordaríamos que essa afirmação seria um ponto de partida irrealista para uma teoria da atividade econômica numa sociedade comercial e que faríamos melhor começando com uma afirmação sobre o princípio do lucro. Da mesma maneira, o significado social ou função da atividade parlamentar é evidentemente votar legislação e, em parte, medidas administrativas. Mas, para compreender de que maneira a política democrática serve a esse fim social, devemos partir da luta competitiva pelo poder e cargos e compreender que a função social é preenchida apenas incident-

talmente, por assim dizer, da mesma maneira que a produção é incidental à obtenção do lucro" (*idem*, p. 343).

Outro nome que aparece com bastante intensidade nas reconstituições da genealogia do elitismo democrático é o do cientista político Harold D. Lasswell (Albertoni, 1990, p. 163; Bottomore, 1965, pp. 14-5; Bachrach, s/d, p. 68; Diesing, 1982, p. 155). Bobbio (1991) lhe atribui um papel fundamental na reelaboração e na divulgação da teoria das elites nos Estados Unidos, seu objeto de reflexão desde os anos 1930, com a publicação de *Who Gets What, When, How*.

Na verdade, Lasswell publicou um pouco antes *World Politics and Personal Insecurity*, em que adianta algumas de suas reflexões centrais. A Política, ali, é definida como uma reflexão sobre as mudanças na forma e na composição dos padrões de valores mais significativos de uma sociedade, como a deferência, a renda e a segurança. A distribuição desses valores, segundo ele, seria sempre desigual, podendo ser graficamente representada por uma pirâmide, ocupada no topo por um pequeno número de indivíduos. Os poucos que teriam mais de cada valor, diferenciando-se do povo, dos muitos que teriam menos, seriam a elite, que procuraria preservar essa ascendência através da manipulação de símbolos, do controle da distribuição de bens e do emprego da violência. Em que pese esse esforço, entretanto, essas posições nunca seriam vitalícias, fixas, imutáveis, o que nos levaria a precisar um pouco mais a definição inicial, passando a conceituar a Política, de maneira menos formal, como o estudo de quem teria o que, quando e como (Lasswell, 1950, p. 3).

Foram justamente essas questões que o autor retomou e procurou detalhar em *Who Gets What, When, How*, como o próprio título indica (Lasswell, 1951, pp. 295-6). Como no livro anterior, uma de suas preocupações centrais dizia respeito à forma como as elites lidavam com situações de crise e de conflito, resolvendo-as ou não. Nesse sentido, Lasswell enfatiza especialmente as relações que

as elites estabeleciam com as massas e com outras elites concorrentes, buscando atentar para a sua legitimidade.

Afigurava-se como fundamental, para ele, a habilidade da elite no poder para manipular símbolos, ou ideologias, para controlar e distribuir bens, para empregar a violência, para negociar e organizar, para recrutar e treinar seus membros. Tudo isso, assim como as estratégias e os padrões de lealdade prevalentes, estaria intimamente relacionado e decorreria da personalidade e dos perfis políticos dominantes na elite (Lasswell, 1951, pp. 310-1, 359-60, 375, 427 e 433).³⁶

O trabalho mais citado de Lasswell, contudo, é *Poder e Sociedade*, escrito em co-autoria com Abraham Kaplan. No livro, publicado em 1950, o poder é tratado de forma relacional, comparativa, como um gradiente, e não como algo que se poderia ou não possuir. Todos, segundo os autores, influiriam, teriam alguma participação no processo decisório, apenas que em gradações distintas. O poder, assim, estaria presente em todas as camadas sociais, desde o grupo sujeito até o dominante, em uma escala que variaria de forma diretamente proporcional à organização. Desse modo, a elite, apresentando níveis superiores de organização, seria formada por aqueles com maior poder, ao passo que a massa, desorganizada, teria menor poder relativo. Porém, rompendo com a visão dicotomizada elite/massa, Lasswell e Kaplan identificariam entre as duas uma semi-elite, constituída por aqueles que teriam graus intermediários de organização e, assim também, de poder (Kaplan e Lasswell, 1979, pp. 241-2).

Essa concepção da distribuição social diferencial do poder é importante, de acordo com os autores, para reconciliar a noção de elite com a operação de instituições democráticas. A simples presença de uma elite, assim, não é suficiente para desqualificar uma estrutura como democrática. O que é preciso verificar, de fato, são os padrões de recrutamento da elite, o modo como exerceria seu poder, suas relações com as massas (*idem*, p. 243). Em uma democracia, o recrutamento é aberto,

outorgando-se iguais oportunidades de acesso. Em uma autocracia, ao contrário, o que se observa é uma drástica restrição, um acentuado estrangulamento (*idem*, pp. 264-5).³⁷

Posições semelhantes podem ser encontradas em *Power and Personality*, publicado um pouco antes, em 1948, e bastante marcado pelo impacto da Segunda Guerra e pelo fantasma do totalitarismo, sendo, por isso mesmo, bem menos matizado. Nele, Lasswell reconhecia que, embora pudesse ser uma aspiração de toda a humanidade livrar-se do poder — que aqui ainda não aparece como uma relação —, eliminar toda e qualquer forma de coerção seria uma possibilidade muitíssimo remota. O que caberia, portanto, como tarefa urgente e realista, seria limitar o poder, subordiná-lo, pô-lo a serviço do respeito à dignidade do homem (Lasswell, 1962, p. 109).

O governo seria sempre exercido por um número restrito de líderes, recrutados em uma elite. Afirmá-lo, porém, não significaria, em absoluto, dizer que essa elite seria necessariamente restrita, ou que a democracia, por definição, seria impossível. O que identificaria a democracia, além do respeito, seria o caráter aberto da elite, tendendo mesmo, no limite, a abarcar a sociedade como um todo:

"To meet our definition of democracy, leaders must be drawn from the community at large, rather than from a few social strata. The term 'elite' is used in descriptive political science to designate the social formation from which the leaders are recruited. In nondemocracies the elite is limited. [...]. Democratic leadership is selected from a broad base and remains dependent upon the active support of the entire community. With few exceptions, every adult is eligible to have as much of a hand in the decision-making process as he wants and for which he is successful in winning the assent of his fellow citizens. There is no monopoly of power in a ruling caste when such conditions prevail, and the whole community is seedbed from which rulers and governors come. The elite of democracy ('the ruling class') is societywide" (*ibidem*).

A idéia de que, como nos sistemas autoritários, a democracia também teria as suas

elites, com a diferença de que seriam abertas, deu origem, após a Segunda Guerra, a uma série de análises sobre os grupos dirigentes nos chamados totalitarismos, tanto de direita quanto de esquerda. Alguns desses estudos, produzidos no início dos anos 1950, foram reunidos por Lasswell e Lerner em *As Elites Revolucionárias*. Tratava-se de seis textos: dois sobre as elites comunistas, do Politburo e do Kuomintang; dois sobre as fascistas e as nazistas; um sobre as perspectivas do que entendiam como os ideólogos da coerção; e um que apresentava uma metodologia para o estudo das revoluções em geral. Embora estivesse centrada, primordialmente, nas elites totalitárias, o objetivo da coletânea, na palavra de seus organizadores, era trazer novos elementos para a reflexão sobre a própria democracia, permitindo prever tendências e, na medida do possível, e do desejável, revertê-las (Lasswell e Lerner, 1967, p. 9).³⁸

Chegamos assim — após Lippmann, Schumpeter e Lasswell — a David Riesman que, em algum nível, foi o pivô das discussões travadas entre Mills e os pluralistas. Na verdade, um dos adversários eleitos por Mills em *A Elite do Poder* seria o que chamava de pluralismo romântico, e que identificava, justamente, com as posições de David Riesman que, em conjunto com Nathan Glazer e Reuel Denney, havia publicado, em 1950, *A Multidão Solitária. Um Estudo da Mudança do Caráter Americano*.

Riesman forjou o conceito de grupos de veto, com o qual procurou dar conta de duas tendências que, a seu ver, estavam configuradas na política americana. A primeira delas, era a de uma alteração no que chamava de ânimo político, que vinha passando de um quadro de indignação para um de tolerância. A segunda, era a de uma mudança no padrão de tomada de decisão política, o que significava que a dominação de uma única classe governante vinha cedendo lugar a um quadro de dispersão do poder entre grupos de pressão concorrentes (Riesman, Glazer e Denney, 1971, p. 232).

A configuração do poder nos Estados

Unidos, portanto, teria passado de uma hierarquia com uma única classe dominante no topo, para, segundo os autores, uma multiplicidade, uma pluralidade de grupos de veto (*idem*, p. 276). O que se poderia concluir daí é que as antigas teorias de classes dirigentes não eram mais adequadas para explicar a realidade americana, sendo necessária a conformação de um novo arcabouço conceitual (*ibidem*).

A chave para a compreensão de tais mudanças na configuração do poder lhes teria sido dada pelo estudo dos *lobbies*. Estes se constituíam em grupos que lutavam não apenas pelo poder e pela implementação de medidas favoráveis aos seus interesses, mas, igualmente, pelo veto a políticas que lhes eram adversas.

Cada grupo de veto procurava, é claro, impor-se aos demais, criando uma situação de monopólio político. Tal tendência, no entanto, era claramente contrabalançada pela ação eficaz dos demais grupos, criando uma estrutura amorfa, em que não se distinguiam governantes de governados, marcada pela tolerância mútua. Nesse quadro, muito mais do que buscar a liderança, os grupos de veto se constituíam em associações de defesa (*idem*, pp. 282-4).³⁹

Para Mills, essa postura intelectual conduzia, inevitavelmente, a uma situação de irresponsabilidade política de efeitos altamente deletérios. E esse risco era maximizado pelo fato de os Estados Unidos se encontrarem, então, imersos em um clima de Guerra Fria, de perseguição aos inimigos tanto externos quanto internos, de ameaça de enfrentamentos armados. Dizia o autor:

“A maior atração do pluralismo romântico para as pessoas de tendência conservadora é tornar desnecessária qualquer justificativa explícita dos homens encarregados ostensivamente dos assuntos públicos. Pois se estão todos equilibrados, cada um deles é realmente impotente, e nenhum círculo superior, nem qualquer disposição institucional, pode ser responsabilizado pelos acontecimentos e decisões de nossa época. Portanto, todo esforço político sério é realmente uma ilusão que os homens sensatos podem observar com

interesse, mas pelo qual certamente não se deixarão envolver moralmente” (Mills, 1962, p. 392).

Partindo, porém, de um ponto próximo ao de Riesman, um outro pluralista, David Truman, procurou dar conta de algumas das preocupações presentes em Mills (Bachrach, 1962, p. 439; Walker, 1966, p. 287; Parry, 1969, p. 65). Em “The American System in Crisis”, artigo publicado em 1959, Truman debruçou-se sobre aqueles que considerava os elementos de ameaça ao sistema político americano, sendo um deles o próprio macarthismo.

O autor começa afirmando que, desde a Segunda Guerra, o sistema político americano vinha sendo colocado diante de repetidos, ou mesmo crônicos, desafios, entendidos como tais a Revolução Chinesa e o Sputnik, que levava a União Soviética à frente da corrida espacial. Dependendo, entretanto, da forma como o sistema a eles respondesse, sua própria sobrevivência poderia ser colocada em jogo, e isso por duas vias: a primeira delas, minando a posição de liderança dos Estados Unidos no concerto das nações ocidentais; a segunda, e para a qual o ensaio de Truman se voltava, destruindo a própria democracia através de medidas inadequadas, fruto da incompreensão quanto às reais fontes de ameaça (Truman, 1959, p. 482).

Truman chama a atenção para o que seria uma extensa, e fundamental, estrutura política intermediária — formada por grupos de interesse, associações, sindicatos e igrejas, entre outros —, que faria, bem entendido, a mediação, e não a subordinação ou a dominação, entre o governo e o cidadão comum. Essa teia, essa estrutura, segundo Truman, de evidente traço pluralista, seria um fato central na distribuição do poder na sociedade americana (*idem*, p. 488).⁴⁰

Aqueles que ocupavam posições de liderança dentro desses grupos constituiriam uma elite em um sentido puramente técnico, neutro. Eles seriam, é certo, influentes e privilegiados, mas, por isso mesmo, estariam interessados, e atuariam no sentido da manutenção do sistema do qual provinham seus privi-

légios. Não chegariam eles, contudo — e aqui a crítica a Mills era direta —, a conformar uma elite no sentido de uma classe governante unificada, autoconsciente, até mesmo porque não tinham origens sociais e geográficas comuns (*idem*, pp. 488-9).

Na avaliação de Truman, isso poderia representar um fator gerador de vulnerabilidade e instabilidade para o sistema. Sem os vínculos mútuos de uma origem ou de uma tradição comuns, essa heterogênea estrutura de elite deveria ser costurada pela adesão ao sistema e pelo empenho na sua proteção. Tal adesão, contudo, não se daria com base em grandes idéias ou doutrinas transcendentais, mas sim na compreensão da natureza do sistema em si, e na percepção do impacto que, sobre ele, poderiam provocar determinadas práticas, vindo a constituir-se em uma ameaça.

É claro, contudo — e essa seria uma segunda fragilidade do sistema —, que a percepção de uma ameaça, por si só, não traria como decorrência necessária a reação mais apropriada. Em outros termos, ela não forneceria, obrigatoriamente, um guia claro das maneiras mais adequadas para se neutralizar as ameaças. Desse modo, as saídas encontradas poderiam, muitas vezes, ao invés de eliminar o risco, representar um perigo ainda maior para o sistema, como seria o caso do macarthismo.

Esse ponto é importante pois, para Truman, o sistema político democrático americano era conformado por um conjunto de procedimentos universais, que envolviam não apenas aspectos formais, como os legais, mas também éticos e morais, relacionados, por exemplo, com a livre expressão, com a legitimidade do dissenso. Os conflitos e as divergências entre segmentos de elite, portanto, seriam, em si mesmos, perfeitamente cabíveis e absorvíveis pelo sistema. O seu encaminhamento, contudo, é que poderia acarretar sérios problemas. Isso ocorreria, por exemplo, se fosse negada a universalidade dos procedimentos, se fosse vedado o acesso a eles a uma ou algumas das partes em litígio. Nesse caso, todo o sistema ficaria enfraquecido, em situa-

ção de risco (*idem*, pp. 490-2). Caberia à própria elite, e não à massa, na visão do autor, o papel de fazer frente a tais ameaças, garantindo a continuidade do sistema:

“Resistance to this threat cannot be expected from the mass of ordinary citizens, not because their ‘appetites and passions’ are ungoverned by reason, and not because they are unattached to constitutional ideals when they know them to be threatened, but because the division of labor that exists in our political system does not locate among them the responsibility or even the opportunity directly to perceive the less obvious threats hidden in responses to events taking place in an unfriendly spot halfway around the world” (*idem*, p. 496).

No caso específico do senador McCarthy, o problema maior, segundo Truman, não teria sido tanto o apoio por ele obtido de algumas áreas, mas, justamente, a lentidão dos elementos da estrutura intermediária, a elite não-autoconsciente, na mobilização para a defesa do sistema, mesmo quando a ameaça já havia se tornado claramente perceptível (*idem*, p. 495).

A importância da estrutura política intermediária para a democracia foi ressaltada por um outro expoente do pluralismo, William Kornhauser, em particular em seu livro *The Politics of Mass Society*, publicado em 1959.⁴¹ Sua questão inicial é a de quando, e em que condições, a atividade política abandonaria as formas institucionalizadas para adotar a ação direta e incontrolada das massas. Para respondê-la, o autor busca, por um lado, estudar as bases de apoio do comunismo, do fascismo e de outros movimentos de cunho popular que atuariam por fora, e contra, a ordem instituída; por outro, ele analisa as bases de sustentação das instituições liberal-democráticas, tendo como central a hipótese de que, enquanto fosse caracteristicamente de massas, uma sociedade seria vulnerável a movimentos destrutivos. Na medida, porém, em que fosse pluralista, se assistiria ao fortalecimento das instituições liberal-democráticas (Kornhauser, 1960, p. 7).

Segundo Kornhauser, a sociedade de

massas não deveria ser identificada à sociedade moderna, nem associada a alguma classe específica, como o proletariado em particular. Qualquer classe, ou mesmo todas, poderia dar origem a uma massa, aqui entendida como um grande número de pessoas indiferenciadas, não vinculadas a nenhuma forma de organização social. Na verdade, as classes pouco pesariam no comportamento político das sociedades de massas. O que as caracterizaria, de fato, seria a pulverização, a atomização. Os indivíduos, ali, estariam relacionados não entre si, mas diretamente a uma autoridade comum, ao Estado (*idem*, pp. 13-6, 32).

Nessa relação direta, as elites poderiam ser altamente acessíveis às pressões das não-elites. Por outro lado, as não-elites também poderiam apresentar um alto grau de disponibilidade à mobilização pelas elites. Tal conjunção, na visão do autor, apresentaria um grande poder destruidor (*idem*, p. 39).

Kornhauser faz uma crítica aos que, na caracterização da democracia, enfatizavam apenas a amplitude da base de recrutamento, a facilidade de ingresso na elite, o que significava, em contrapartida, que as não-elites teriam um razoável nível de influência sobre as tomadas de decisão. Para ele, uma elite aberta, formalmente representativa de todos os estratos da população, não significaria, necessariamente, possibilidade generalizada de influência sobre ela. Afinal, essa mesma elite, heterogênea em suas origens, poderia também terminar constituindo um sistema fechado, com interesses distintos (*idem*, pp. 52-3).

Um indicador mais preciso da extensão da influência externa sobre as elites seria a participação das não-elites na sua seleção. A influência, presumivelmente, cresceria na razão direta da própria participação (*idem*, p. 53). A ampla participação, no entanto, também não seria suficiente para, por si só, dimensionar o acesso às elites. Seria preciso, igualmente, haver alternativas, diversidade de escolhas, a fim de que a participação eleitoral não fosse um mero ritual eleitoral, como em países autoritários. Além disso, a fim de evitar a manipulação do voto, seria indispensável

que houvesse liberdade, canais abertos de comunicação. Em suma, seria fundamental a competição entre as elites, uma vez que, somente assim, poderia haver escolha e canais abertos. Mais ainda, apenas em um quadro de concorrência as elites, buscando manter suas posições, seriam mais sensíveis aos apelos e reivindicações das não-elites, mesmo fora dos períodos eleitorais (*idem*, p. 55).⁴²

Haveria, ainda, um outro elemento de enorme importância no que diz respeito ao acesso às elites, e que diferenciaria as liberal-democracias das sociedades de massa: a estrutura intermediária. Nas sociedades de massa ela seria fraca, ou mesmo inexistente, deixando elites e não-elites diretamente expostas umas às outras (Kornhauser, 1960, p. 76).

Não seria, porém, apenas o fato de a estrutura intermediária ser forte o que caracterizaria o pluralismo, na opinião de Kornhauser. Ele implicaria também, como uma outra dimensão básica, múltiplas filiações para o indivíduo, o que significaria que nenhuma associação poderia reivindicar o controle sobre todos os aspectos de sua vida, como seria típico do totalitarismo. Apenas uma diversidade de tais grupos, não-inclusivos e independentes, protegeria elites e não-elites umas das outras, além de, a um só tempo, permitir um melhor exercício do controle liberal-democrático (*idem*, p. 81).

Isso se daria pelo fato mesmo de que, através da pressão organizada, esses grupos permitiriam o acesso das não-elites ao processo de tomada de decisão, mantendo as elites mais sensíveis e responsáveis. Ao mesmo tempo, como a pressão seria mediatizada, com pouca participação direta, as elites poderiam manter sua independência, sua autonomia (*idem*, p. 82). Concluindo, portanto, nas palavras do autor:

"In summary, a liberal democracy requires widespread participation in the selection of leaders, and a large amount of self-governing activity on the part of non-elites. It also requires competition among leaders and would-be leaders, and considerable autonomy for those who win positions of leadership. [...] A plurality of independent and limited function groups supports liberal de-

mocracy by providing social bases of free and open competition for leadership, widespread participation in the selection of leaders, restraint in the application of pressures on leaders, and self-government in wide areas of social life. Therefore, where social pluralism is strong, liberty and democracy tend to be strong; and conversely, forces which weaken social pluralism also weaken liberty and democracy" (*idem*, p. 231).

Outros dois nomes bastante citados na linha pluralista, elitista democrática, são, como já vimos, os de Seymour Lipset e Suzanne Keller (Walker, 1966, p. 286; Finley, 1988, pp. 17-8; Diesing, 1982, p. 155; Parry, 1969, p. 65). Um dos trabalhos mais referidos de Lipset é sua introdução à edição americana de *Political Parties*, de R. Michels. O próprio Lipset, aliás, qualificava-se ali como um elitista democrático (Lipset, 1968, p. 33).⁴³

A grande contribuição de Michels, segundo Lipset, teria sido a demonstração de que a oligarquia não era um defeito da democracia, mas uma característica geral de qualquer sistema social complexo. Com isso, ele teria jogado por terra o conceito rousseauiano de democracia popular direta, que seria a base das teorias democráticas tradicional e socialista (*idem*, p. 15).

Era preciso, na perspectiva de Lipset, adotar uma visão mais realista da democracia. Mesmo nela, afinal, nem todos participariam de forma ativa nas tomadas de decisão. Além disso, era sabido que as elites organizacionais permaneciam em suas posições por longos períodos, desenvolvendo interesses de grupo que as distanciavam daqueles que elas representavam. Não haveria, assim, como eliminar a divisão entre dirigentes e dirigidos (*idem*, pp. 34-5).

Se mesmo na democracia as elites eram uma presença inevitável, o que a diferenciaria de outros sistemas seria, basicamente, concordando com outros autores, a livre concorrência. Não seria, destarte, o ideal grego que nortearia a democracia, mas sim a competição entre grupos organizados, acrescida do acesso dos dirigidos aos dirigentes. Essa possibilidade impediria que qualquer grupo suprimisse

os demais e, por essa via, garantiria a própria democracia (*idem*, pp. 36-7).⁴⁴

Para Suzanne Keller, o destino das sociedades industriais estava atrelado ao que chamava de elites estratégicas, minorias de indivíduos socialmente importantes, cuja missão seria servir à coletividade, tomando para si a responsabilidade pela realização de grandes metas e, igualmente, pela continuidade da ordem social (Keller, 1963, p. 15). Essas elites não se confundiriam com classes sociais. Sua origem não se limitaria à divisão social do trabalho, guardando relação com a própria heterogeneidade da comunidade, de acordo com sexo, idade, etnia e assim por diante. Assim, enquanto havia apenas uma classe dirigente em uma sociedade, poderia haver tantas elites estratégicas quantos segmentos e atividades sociais existissem. Por isso mesmo, à diferença das classes dirigentes, as elites estratégicas dificilmente se tornariam despóticas, tendendo, antes, para uma autonomia estrutural e funcional.

As elites estratégicas se distinguiriam das classes dirigentes também no que toca ao recrutamento. As classes dirigentes teriam um acesso mais ou menos monopolizado às posições dominantes e, desse modo, poderiam transmiti-las a seus descendentes através de herança. Já as elites estratégicas seriam abertas, selecionadas com base na motivação, na capacidade e no mérito individuais, o que significaria igualdade de oportunidades (*idem*, p. 69).⁴⁵

Fundamentais para a ordem social, fruto da especialização e da segmentação, as elites estratégicas seriam, de uma só vez, inarredáveis e indispensáveis, até nos sistemas democráticos. Mesmo nestes, elas tenderiam a se dissociar e a se tornarem autônomas em relação aos seus representados. Essa característica, comumente apontada como sinal de corrupção, resultado da vontade de poder, de domínio, de exploração, nada mais seria do que um processo natural, e básico, para o desempenho de suas funções. Somente dessa forma elas poderiam agir para o sistema, em vez de sob o sistema. Apenas dessa maneira

elas poderiam transcender as visões fragmentadas dos homens comuns, divisando a sociedade e seus problemas de maneira ampla, geral, a fim de proceder à sua costura do tecido social (*idem*, pp. 79-83).

De todos os autores que figuram na linhagem pluralista, o mais identificado com a crítica ao monismo e, assim também, a Mills, é Robert Dahl (Albertoni, 1990, pp. 167-8; Alford e Friedland, 1985, pp. 199-200; Bachrach e Baratz, 1962, p. 947; Diesing, 1982, p. 155; Merelman, 1968, p. 451; Walker, 1966, p. 285;). Tanto Bobbio quanto James Meisel e Geraint Parry se referem a ele como o mais autorizado e influente crítico de Mills (Bobbio, 1991, p. 389; Meisel, 1962, p. viii; Parry, 1969, p. 120).⁴⁶

Em "A Critique of the Ruling Elite Model", artigo de 1958, referido diretamente a Mills e também a Hunter, Dahl propõe um teste através do qual se poderia averiguar a existência de uma elite do poder unificada. Seu ponto de partida era, também, o do poder entendido como faculdade de tomar e de impor decisões ao restante da sociedade. O que, para ele, seria preciso testar é se, de fato, prevaleceriam as preferências de um grupo específico na tomada e na imposição de decisões fundamentais (Dahl, 1958, p. 464).

Esse, porém, seria apenas um dos pontos que deveriam ser verificados, visto não bastar, segundo Dahl, que o grupo tivesse controle sobre as decisões. Ele deveria, ainda, ter unidade. Por outro lado, sua influência não poderia se restringir a uma área, a um *issue*, apenas, e em um único momento, devendo ser ampla, generalizada e regular. Nem Hunter nem Mills, no entanto, teriam submetido sistematicamente suas hipóteses a tais testes, o que poria em dúvida suas conclusões (*idem*, p. 465).

Em *Who Governs?*, Dahl procura trabalhar essas questões a partir de um estudo do poder na cidade de New Haven, colocando a seguinte questão inicial: de que modo funcionava o sistema democrático em uma situação, como a que se observava nos Estados Unidos, de distribuição desigual de recursos — riqueza,

conhecimento e posição social, entre outros —, mas em que quase todos os adultos tinham o direito de votar? Essa desigualdade se refletiria na capacidade de os cidadãos influenciarem as decisões, ou em sua possibilidade de controlar o governo? Haveria uma cumulatividade nas desigualdades, isto é, os mais desprovidos de um determinado recurso seriam, igualmente, os mais desprovidos de todos os outros recursos? Essa desigualdade desembocaria na oligarquia ou no pluralismo? (Dahl, 1964, pp. 1-8).

O que o autor tenta mostrar é como, em New Haven, assistiu-se, historicamente, à passagem de um modelo de liderança oligárquico para um pluralista e, ao mesmo tempo, de um padrão cumulativo de desigualdades para um não-cumulativo. Isso significa dizer que, ainda que existissem desigualdades, não decorreria daí, necessariamente, que os indivíduos estivessem de todo destituídos de recursos ou da capacidade de influência, e que o poder estivesse concentrado nas mãos de um único grupo, fechado e coeso (*idem*, *passim*).⁴⁷

Se, contudo, o que se teria afirmado em New Haven foi um quadro pluralista, sem uma elite dirigente, seria preciso ver, igualmente, que não se teria, ali, um governo do e pelo povo. Nas palavras de Dahl:

"Within a century a political system dominated by one cohesive set of leaders had given way to a system dominated by many different combination of political resources. It was, in short, a pluralist system. If the pluralist system was very far from being an oligarchy, it was also a long way from achieving the goal of political equality advocated by the philosophers of democracy and incorporated into the creed of democracy and equality practically every American professes to uphold.

An elite no longer rules New Haven. But in the strict democratic sense, the disappearance of elite rule has not led to the emergence of rule by the people. Who, then, rules in a pluralist democracy?" (*idem*, p. 86).

Na verdade, apenas uma pequena parcela de cidadãos teria uma presença política mais evidente, interessando-se pelas grandes deci-

sões, participando das discussões e das ações. Essa parcela seria o que Dahl chama de estrato político, por oposição ao apolítico, formado pelo restante dos cidadãos, pela maioria. Para o primeiro, a política seria uma referência bastante forte, suas escolhas e estratégias seriam calculadas, racionais, suas escolhas coerentes e consistentes. Para o segundo, ela seria algo distante, suas escolhas seriam fruto não tanto de um cálculo racional, mas da inércia, do hábito, de lealdades, de vínculos pessoais, emoções e impulsos, e suas orientações, por seu turno, seriam desconexas e não-ideológicas (*idem*, pp. 90-1).

Apenas o estrato político — portanto, uma pequena fração dos cidadãos — teria uma influência direta nas decisões, propondo ou vetando algumas delas. Isso não significaria, porém, que o restante dos cidadãos não pudesse exercer influência, ainda que indireta, ou que não tivesse seus interesses garantidos. Afinal de contas, em um quadro concorrencial, os líderes buscariam garantir suas eleições através de um fluxo de recompensas, ou da promessa de recompensas, em um sentido bastante amplo, principalmente àqueles que os apoiassem, e, além disso, seriam obrigados a manter-se dentro de determinados limites (*idem*, p. 102).⁴⁸

O Elitismo Democrático na Europa

Muito embora tenha sido nos Estados Unidos que, segundo os comentaristas, a teoria das elites, sobretudo em sua perspectiva pluralista, elitista democrática, tenha se desenvolvido mais plenamente, alguns nomes europeus, além dos três pais fundadores, são também incluídos em sua genealogia. São eles Ortega y Gasset, Raymond Aron, Karl Mannheim, Ralf Dahrendorf, Maurice Duverger e Giovanni Sartori, sendo os três primeiros, cronologicamente anteriores, reconhecidos como tendo exercido influência sobre o elitismo democrático de modo geral (Albertoni, 1990, p. 201; Alford e Friedland, 1985, p. 251; Bachrach, s/d, pp. 2, 26-46; Bobbio, 1991, p. 389; Bottomore, 1965, pp. 14-8; Keller, 1963,

pp. 16, 24-6; Kornhauser, 1960, pp. 21-2; Meisel, 1962, pp. 348-50; Parry, 1969, p. 146).

Não era nas elites, na verdade, que o ensaísta espanhol Ortega y Gasset tinha seu objeto de reflexão privilegiado. Se a elas se referia, era como subproduto de sua preocupação central. Seu livro *A Rebelião das Massas*, geralmente citado, reúne ensaios publicados na Espanha em fins da década de 1920, tendo como fio condutor, conforme o próprio título indica, o problema das massas ou, mais especificamente, sua presença pública. Era a visibilidade, a objetividade das massas, a sua afirmação como um poder social, que o instigava a escrever, considerando tratar-se de um sério problema (Ortega y Gasset, 1959, pp. 55-7). Dizia ele:

“A multidão, de repente, tornou-se visível, e instalou-se nos lugares preferentes da sociedade. Antes, se existia, passava inadvertida, ocupava o fundo do cenário social; agora adiantou-se até as gambiarras, ela é o personagem principal. Já não há protagonistas: só há coro” (*idem*, p. 57).

Para Gasset, em uma visão bastante próxima à de Le Bon, a sociedade dividia-se não em classes, mas em massa e minorias excelentes. Enquanto estas eram livres, o homem-massa marchava ao acaso, ao sabor dos acontecimentos. Ele deveria ser dirigido, sugestionado, representado, organizado. Incapaz de gerir sua própria existência, a ele não poderia ser confiada o destino de uma sociedade (*idem*, p. 161).⁴⁹

As minorias excelentes, sustentava Ortega y Gasset, eram sinônimo de nobreza, mas não no sentido de sangue. O nobre era aquele que se sobressaía, que se individualizava, que se diferenciava da massa anônima. E essa capacidade não seria dada pela origem, pela hereditariedade. A circunscrição da nobreza à origem de sangue, à hereditariedade, representaria, na verdade, uma degenerescência (Ortega y Gasset, 1959, pp. 108-9).

A tese do autor espanhol, sua visão do homem-massa, foi incorporada posteriormente por Mannheim, a fim de refletir sobre o problema da democracia, tema central de vá-

rios de seus estudos. Em um ensaio de 1933, ele já tece considerações sobre a democratização da cultura, argumentando que se poderia observar, de um modo geral, uma tendência inexorável no sentido da democratização.

Isso pode parecer contraditório se nos lembrarmos que Mannheim escrevia em uma Alemanha que assistia à chegada de Hitler e do nazismo ao poder, e em um momento em que a Itália já se encontrava sob o jugo do fascismo. Para ele, porém, uma ditadura só poderia surgir de uma democracia, que teria conferido maior fluidez à vida política. A ditadura poderia ser vista como uma das formas de a sociedade democrática procurar resolver seus problemas (Mannheim, 1957, p. 244).

É interessante observar como, em um contexto não de afirmação, mas de crise da democracia — inverso, portanto, ao que estavam inicialmente referidos Mosca, Pareto e Michels —, Mannheim, à diferença destes, lança mão da tese elitista não para criticar a democracia, mas sim para sustentar — como o fariam todos os elitistas democráticos — que as duas não eram incompatíveis, que a existência e, mais do que isso, a inevitabilidade das elites, não negava a democracia. Iniciava ele observando que o princípio da igualdade entre os homens, embora básico, não implicava no seu nivelamento mecânico. Em concorrência alguns poderiam, é claro, se mostrar superiores aos outros. O fundamental, contudo, seria garantir que a competição fosse justa, impedindo que alguns partissem já de uma melhor posição social, alcançada por nascimento, por herança (*idem*, pp. 250-1).

Era preciso ver, além disso, segundo o pensador alemão, que, em sociedades extensas, a democracia direta, participativa, era impossível. Nesse caso, portanto, a direção política real estaria sempre nas mãos de minorias. O que se afigurava como importante, de modo a assegurar o princípio democrático, era o processo de formação das minorias e o acesso a elas por parte dos cidadãos comuns (*idem*, p. 255).

No sistema democrático, as minorias, na

visão de Mannheim — retomando, ainda que não o cite, a idéia de Mosca —, deveriam ser selecionadas a partir de uma base aberta, ampla, não se enclausurando em um único grupo. Isso significaria admitir, ao mesmo tempo, a possibilidade de conformação de elites distintas, tanto em sua estrutura quanto em seus modos de auto-interpretação, ou de representação. A democracia se caracterizaria, portanto, pela quebra, justamente, da homogeneidade da minoria governante, e é nesse sentido que ele a perceberia como uma tendência inexorável (*idem*, p. 284).

Esses temas foram retomados pelo autor em *Liberdade, Poder e Planificação Econômica*, livro do imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Seu referencial, agora, eram as experiências totalitárias que, ao menos durante um certo período, conseguiram granjear ampla base de apoio popular. O centro de suas críticas foi, daquelas experiências, a que ainda vigia, isto é, a soviética.

Mais do que ressaltar o papel das minorias, o interesse de Mannheim era enfatizar o perigo que as massas representavam para a democracia. Ao apagar as diferenças, as identidades individuais, a massa — como Michels, Ortega y Gasset e, antes deles, Le Bon, já teriam ressaltado — tornava os homens propensos aos *slogans* e fórmulas demagógicas. Era a diferença, a diversidade de inserções e de filiações que impediam a massificação. Ao invés da massa, do povo, da maioria, a garantia da democracia recairia sobre a associação, a organização e suas lideranças correspondentes, as minorias, em uma inversão da tese clássica que, como vimos, seria, da mesma forma, moeda corrente no pensamento americano (Mannheim, 1972, pp. 115-8).

Essas questões também foram consideradas básicas nos trabalhos mais citados de Aron. A pluralidade das elites seria a marca fundamental da sociedade ocidental, por oposição à soviética, na qual seriam unificadas, como ressalta o autor francês, definindo, de saída, seu alvo teórico no artigo “Social Structure and the Ruling Class”, de 1950 (Aron, 1950, p. 10). Concordando com os elitistas

clássicos, Aron sustenta que o poder político seria sempre distribuído de forma desigual, mesmo nas democracias e nos regimes socialistas, o que significaria que esse não seria um bom critério para estabelecer diferenças entre as sociedades. Diz ele:

"[...] when people speak of the proletariat's seizing power, they are using a metaphor or symbol. Power never can be in the hands of millions of men. There is government *for* the people; there is no government *by* the people.

There may be two types of changes in the society: one type affects the constitution of the elite (let me explain once for all that by 'elite' I mean the minority which, in any society, performs the function of ruling the community), the other, recruitment to the elite" (*idem*, p. 9).

Por pensar em termos de pluralidade e também de uma competição entre as elites, Aron considera o conceito de classe dirigente como expressando uma unidade, embora tivesse tido, tal como empregado na tradição italiana, particularmente por Mosca, a função de criticar, ao mesmo tempo, a democracia formal e a real, e de desmascarar o mito da ditadura do proletariado. Em "Catégories Dirigeantes ou Classe Dirigeante?", artigo de 1965, ele propõe o uso preferencial do termo categorias dirigentes:

"Ce concept analytique désigne plutôt une fonction qu'un groupe social et, de ce fait même, il permet tout à la fois d'analyser l'organisation du Pouvoir, le rapport entre Pouvoir et société en un pays déterminé et d'esquisser des comparaisons entre pays et entre régimes. A toutes les époques des minorités occupaient les positions de puissance. En une société moderne, il existe inévitablement des minorités placées en des 'points stratégiques' (d'ou le concept de *minorités stratégiques* que certains auteurs américains utilisent en un sens voisin de celui de catégories dirigeantes), minorités qui détiennent puissance ou influence non pas seulement en leur domaine propre d'activité mais aussi dans les affaires publiques" (*idem*, p. 17).⁵⁰

Aron, ao lado de Pareto e de Mosca, foi uma das referências do alemão Ralf Dahrendorf, em *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. O autor procura explicar as

mudanças estruturais na sociedade a partir de conflitos entre grupos dirigentes diversos. Tais grupos seriam conjuntos de líderes de associações ou de organizações definidas, podendo, portanto, haver tantos grupos dirigentes, competindo, conflitando ou se aliando entre si, quantas fossem as associações existentes. Eles seriam, destarte, plurais, o que significaria dizer que, para Dahrendorf, a idéia de uma classe dirigente única, monolítica, seria errônea (Dahrendorf, 1982, pp. 175-9).

Maurice Duverger, em *Os Partidos Políticos*, de 1951, também não se distancia desse conjunto de formulações. Buscando elaborar uma teoria geral dos partidos políticos, ele tem em Michels seu ponto de apoio fundamental, concordando com sua tese de que as organizações, mesmo as mais democráticas, seriam, inevitavelmente, sinônimo de oligarquia (Duverger, 1970, p. 188). A seu ver, contudo, isso não deveria levar à conclusão de que a democracia e o sistema representativo seriam inviáveis.

As noções de democracia prevalecentes, diz ele, eram irreais e escoradas em princípios filosóficos do século XVIII. Elas eram — em uma construção muito próxima à dos elitistas clássicos de maneira geral — fórmulas vazias, cujo sentido era muito mais o de facilitar os jogos de oratória e despertar entusiasmo, pon-do os homens em movimento. O povo nunca havia governado nem jamais governaria. Todo governo seria oligárquico, marcado pelo domínio de uma minoria (*idem*, p. 457).

O que o sistema partidário permitiria, em uma democracia, em um regime pluralista, seria garantir à noção de representação aquele que seria o seu verdadeiro sentido. Aqui, à diferença dos regimes de partido único, onde as elites seriam fechadas e perenes, se teria, efetivamente, uma classe dirigente aberta, saída do povo, e que se renovaria de tempos em tempos (*idem*, pp. 458-9).

A tese da elite aberta, acrescida da noção de pluralidade, seria encampada também por Sartori, em seu *Teoria Democrática*, de 1957, como forma básica demarcadora da democracia. Os democratas não tentariam alcançar a

liberdade e a igualdade pela simples anulação da liderança. Os anarquistas é que o fariam. E como, por outro lado, falar em liderança, em dirigentes, era o mesmo que falar em minoria, em um círculo restrito, a democracia poderia ser vista também como um sistema minoritário em que poucos lideravam e muitos eram liderados (Sartori, 1965, pp. 111-3).

Aqui, porém, há que se fazer uma ressalva. À diferença de outros autores, Sartori não vê as minorias em uma democracia como oligarquias. Sua leitura das elites democráticas é funcional, situacional. Elas, a seu ver, seriam fluidas, mutáveis, por oposição à fixidez dos regimes autocráticos. Haveria, portanto,

“[...] uma diferença total entre uma minoria que constitui um grupo oligárquico, e as minorias que são grupos cumprindo certas funções. Se um grupo de controle é uma unidade fechada, e transmite seu poder por herança ou coescolha [*sic*], então esta é uma classe dirigente incompatível com a democracia. Mas se acontece que uma minoria dirigente se torna uma poliarquia de ‘elites múltiplas’ (como diz Riesman), que é o produto final de um processo de endogênese de líderes, e se ao invés de uma divisão de castas há um movimento vertical livre, então é uma democracia o que temos diante de nós” (*idem*, p. 131).

A poliarquia, a multiplicidade das elites, seria fundamental para um outro elemento básico, caracterizador da democracia: a concorrência. Para Sartori, a democracia também deveria ser vista como um conjunto de procedimentos, através dos quais a minoria que governava era designada e apoiada pela maioria governada (*idem*, p. 131). Era por isso, justamente, que as minorias competiam, e era a concorrência, em contrapartida, que permitia que a maioria tivesse liberdade de escolha e, mais, tivesse seus interesses atendidos.

Por aqui se chegaria, ainda, a um outro aspecto interessante. A existência de organizações, grupos e minorias diversas em competição reforçaria a democracia, mesmo que alguns deles fossem oligárquicos, autocráticos, em sua estrutura interna, forçando-os, no âmbito do sistema como um todo, a buscar o

aval da maioria. Organização oligárquica — e nesse ponto se fazia uma crítica direta a Michels —, portanto, para Sartori, não seria, necessariamente, sinônimo de sistema oligárquico (*idem*, p. 139).

A Crítica Neo-Elitista

Neo-elitismo foi o termo empregado por Richard Merelman (1968) para enquadrar as críticas de alguns autores americanos ao elitismo democrático. É importante destacar de saída, que essa crítica não significava, necessariamente, uma tomada de partido em favor das teses de Mills da unidade da elite. Tratava-se, antes, em linhas gerais — como de resto era também o pressuposto das análises de Mills —, de remeter o debate aos seus termos originais, indicando o descompasso entre democracia e governo de uma minoria. Ao contrário dos primeiros elitistas, todavia, o que se valorizava, era justamente o argumento democrático clássico, como podemos ver em Peter Bachrach e Jack Walker, os dois críticos mais citados (Diesing, 1982, p. 192; Albertoni, 1990, p. 167; Merelman, 1968, p. 451; Parry, 1969, pp. 143-56).⁵¹

O principal texto de Bachrach referido ao elitismo democrático foi *The Theory of Democratic Elitism*, de meados dos anos 1960, no qual qualifica o elitismo democrático como uma corrente dominante do pensamento político contemporâneo, que busca compatibilizar duas teorias conflitantes na sua origem: a democrática e a das elites (Bachrach, s/d, p. 1).⁵² Para Bachrach, o elitismo democrático seria, acima de tudo, uma tese ideológica:

“This general theory purports to be above ideology but is in reality deeply rooted in an ideology, an ideology which is grounded upon a profound distrust of the majority of ordinary men and women, and a reliance upon the established elites to maintain the values of civility and the ‘rules of the game’ of democracy. It is an ideology which is closely attached to and protective of the liberal principles embodied in the rule of law and in the rights of the individual to freedom of conscience, expression and privacy. While em-

bracing liberalism it rejects, in effect, the major tenet of classical democratic theory — belief and confidence in the people” (*idem*, p. 94).

Segundo o autor, tomar a democracia em termos puramente processuais, como fazia o elitismo democrático, significava adotar uma visão restrita da política como tomada de decisões.⁵³ Com isso, a ampliação da participação política se tornava irrelevante, ou mesmo desaconselhável, legitimando as tomadas de decisão das elites. O predomínio das elites e a passividade das massas, portanto, atenderiam perfeitamente aos requisitos básicos da teoria democrática, e qualquer tentativa no sentido de alterar esse estado de coisas seria irrealista e até perigosa, dado o suposto caráter antidemocrático das massas. Por essa via é que o princípio clássico da igualdade de poder seria substituído pelo da igualdade de condições para se alcançar uma posição de poder, igualdade de oportunidades (*idem*, pp. 96-8).⁵⁴

Para Jack Walker, a tese elitista democrática seria eminentemente conservadora, deslocando o eixo da questão democrática da participação ampla, como forma de desenvolvimento humano, de desenvolvimento do cidadão, para a operação concreta do sistema e sua eficiência. Nesse movimento, é como se a meta básica da democracia, seu objetivo primordial, passasse a ser a própria sobrevivência e estabilidade (Walker, 1966, pp. 288-9).⁵⁵ E segue o autor:

“The shortcomings of the elitist theory are not confined to its normative implications. Serious questions also arise concerning its descriptive accuracy and its utility as a guide to empirical research. The most unsatisfactory element in the theory is its concept of the passive, apolitical, common man who pays allegiance to his governors and to the sideshow of politics while remaining primarily concerned with his private life, evenings of television with his family, or the demands of his job. Occasionally, when the average citizen finds his primary goals threatened by the actions or inactions of government, he may strive vigorously to influence the course of public policy, but ‘Homo Civicus’, as Dahl calls him, ‘is not by nature a political animal’” (*idem*, p. 289).⁵⁶

Se a apatia era um fato, argumentava Walker, era preciso averiguar como a satisfação com o sistema ocorria e se expressava realmente. Enquanto o teórico elitista a tomava como um dado e como um requisito básico para a estabilidade, o democrata clássico a encarava como um sério problema (*idem*, pp. 289-91).

Mais ainda, os elitistas democráticos restringiam o pluralismo às disputas entre líderes, considerando-as uma forma de concorrência saudável e inovadora. Os movimentos sociais, em contrapartida, eram vistos como manifestações de anomia, ameaças à democracia, elementos perturbadores, expressões de extremismo político (*idem*, pp. 293-5).

O debate entre elitismo democrático e neo-elitismo, nos Estados Unidos, nos permite perceber, de modo claro, como uma disputa por posições acadêmicas pode se dar na base de categorias próprias aos embates políticos. O que se buscava ali não era, apenas, a ilegitimização científica do opositor através da denúncia de sua parcialidade, de sua não-objetividade, de sua contaminação ideológica, mas, igualmente, a sua própria desqualificação política.

Ambos os lados, é certo, procuravam demonstrar a insuficiência e o equívoco da análise adversária, além de apontar graves problemas metodológicos em seus respectivos levantamentos, comprometendo seus resultados de forma definitiva. Ao lado disso, entretanto, ou como se tal não bastasse, neo-elitistas acrescentavam a imputação de que o elitismo democrático seria, na verdade, uma ideologia conservadora, excludente, e uma tomada de posição política em favor da dominação dos poucos sobre os muitos. De fato, o próprio termo elitistas, por eles empregado para se referir aos pluralistas — como, de resto, empregado igualmente por estes para a eles se referir —, tinha essa mesma conotação, indicando que, no quadro americano de então, essa categoria poderia assumir o sentido de estigmatização política.

Desse modo, vê-se que tanto elitismo democrático quanto neo-elitismo não eram termos de auto-identificação, de repre-

sentação de si mesmos e do próprio grupo — embora alguns, como Lipset, como vimos, pudessem até aceitá-los —, mas categorias de ilegitimação que os respectivos adversários buscavam impor. Isso fica claro, por exemplo, pela resposta de Dahl a Walker em “Further Reflections on ‘The Elitist Theory of Democracy’”, texto de 1966:

“To substitute epithet for argument was, I am sure, not Professor Walker’s intention. Nonetheless, to stick the label ‘elitist’ on someone is to discredit half his argument without saying another word. Moreover, precisely because the term ‘elite’ carries many of the connotations that Professor Walker and most others are inclined to read into it — no matter how much an author may try to sterilize the term by definition — I have generally avoided the term in writing about American politics” (Dahl, 1966, p. 298).

Dahl procura, ainda, desqualificar o trabalho de Walker, comentando que ele pouco interesse teria despertado, se não fosse pela referência direta aos pluralistas e por sua tentativa de remeter todos eles, reduzindo-os, a uma doutrina única, como se formassem uma escola. Sem isso, “A Critique of the Elitist Theory of Democracy”, de Walker, na opinião do autor, teria passado como mais um artigo comprometido com o sucesso dos regimes populares (*idem*, pp. 297-8).

Raymond Wolfinger, aluno de Dahl, segue essa mesma linha, caracterizando, agora, a tese de Bachrach, como “most commonly adapted to the familiar leftist assertion that a covert business elite manipulates American politics in its own interests” (Wolfinger, 1971, p. 1063).

De todo modo, o chamado neo-elitismo representa um marco a partir do qual o debate sobre a teoria das elites, enquanto tal, começa a refluir nos Estados Unidos. Isso não significa, é claro, que tenha cessado por completo, ou que as elites tenham deixado de ser objeto de interesse, tema privilegiado de estudos. Pelo contrário, essa área de pesquisa continuou se mostrando bastante profícua, gerando uma enorme quantidade de trabalhos.

O que ocorre é que, pela genealogia consensualmente traçada, o neo-elitismo representa uma das últimas ramificações significativas da teoria. Na verdade, se observarmos bem, veremos que com Bachrach, Walker e os demais críticos do elitismo democrático, é como se o círculo da discussão se fechasse, retornando ao ponto de partida, mas, agora, em uma perspectiva favorável à democracia e infensa às minorias.

(Recebido para publicação em junho de 1995)

Notas

1. Autores como Renzo Sereno (1962, pp. 3-51) e Suzanne Keller (1963, pp. 16-24), embora reconheçam Mosca e Pareto como os primeiros formuladores e sistematizadores da teoria das elites, remontam a Aristóteles e Platão em sua busca das origens de uma preocupação com o tema. O inglês W. G. Runciman (1969, p. 64), por seu turno, mesmo qualificando Mosca e Pareto, em uma comparação com Marx e Weber, como patriarcas menores da Sociologia Política, identifica suas reflexões sobre as elites como uma contribuição efetiva.
2. Para um arrolamento de trabalhos sobre elites com uma orientação antropológica, ver também a coletânea de Marcus, principalmente sua parte introdutória (Marcus, 1983, pp. 7-57).
3. A obrigatoriedade da referência vincula-se, na verdade, à forma como é construído o objeto de análise. É a definição de um trabalho como um estudo de elites que impõe, de saída, qualquer que seja o campo disciplinar em que se insere, a referência necessária ao conjunto de autores e textos consagrados.
4. Todos os títulos de livros e artigos serão aqui citados na forma das edições consultadas e não, necessariamente, na original.

5. É interessante observar que um dos grandes entusiastas do pensamento de Pareto, responsável, entre outros, pela sua difusão nos Estados Unidos, ainda em fins da década de 1920, foi um bioquímico de Harvard convertido à Sociologia, Lawrence J. Henderson. Consagrado no campo da pesquisa biomédica, antes de se converter à Sociologia, seus trabalhos centravam-se, justamente, sobre o equilíbrio do sistema sangüíneo. A respeito de Henderson e seus seminários sobre Pareto em Harvard, ver Homans (1962, pp. 1-7); Coser (1971, pp. 423-5); Easton (1965, pp. 270-94); Heyl (1968); Russett (1966); Barber (1970).
6. Pareto confere um peso mais significativo aos sentimentos do que à razão, considerando-os os reais propulsores dos homens à ação. Sua teoria sociológica, por isso mesmo, foi várias vezes caracterizada como essencialmente psicologizante.
7. Para Michels, isso era ainda mais evidente no caso de indivíduos que não possuíam fortuna pessoal ou outras fontes de renda, como antigos operários que se tornavam líderes. A perda do cargo significava para eles um desastre. Desligados do hábito do trabalho manual e gozando de vantagens e privilégios que, de outra forma, dificilmente teriam, um retorno à antiga condição era, para eles, no mínimo dramática (Michels, 1982, p. 118).
8. Segundo Michels, um dos perigos da autonomização da liderança sobre a base da soberania popular, sobre a base, enfim, do ideal democrático, era o cesarismo. Amparado no que seria a vontade coletiva, justificando-se com o apoio de uma esmagadora maioria de votos, um indivíduo poderia passar a impor a sua dominação, suprimindo a própria democracia, e denunciando como antidemocrática qualquer forma de oposição ou protesto. Em nome da democracia, portanto, as maiores violências poderiam ser cometidas, o que equivale a dizer que a soberania poderia ser a raiz de sua própria supressão (Michels, 1982, p. 125).
9. *Sociologia dos Partidos Políticos* estava, ao que parece, diretamente referido às intensas discussões que vinham sendo travadas no interior do socialismo, envolvendo, entre outros, Rosa Luxemburg, Lenin e Kautsky, sobre a democracia direta e o caráter dos partidos operários. Por isso mesmo é que Michels, ele mesmo egresso da social-democracia alemã, foi alvo de comentários críticos de intelectuais militantes como Nicolai Bujarin, Antônio Gramsci e Georg Lukacs. Tanto Bujarin, quanto Gramsci e Lukacs centraram fogo na conclusão de Michels de que o socialismo era impossível, apesar de nenhum deles negar a veracidade das observações do sociólogo. Bujarin constrói seu contra-argumento sobre a base da impossibilidade científica de que os dirigentes, necessários mesmo no socialismo, viessem a se constituir em uma classe dominante, visto que não detinham a propriedade privada dos meios de produção (Bujarin, 1972, pp. 308-10). Gramsci, por sua vez, caminha pela diferenciação entre democracia de partido e democracia no Estado, sustentando que esta poderia exigir um partido fortemente centralizado. Mais ainda, a existência, segundo ele, de uma diferença entre chefes, particularmente intelectuais, que teriam uma importante função, e massas, desde que não se tratasse de uma distinção de classes, não seria suficiente para inviabilizar o socialismo (Gramsci, 1968, p. 109). Já Lukacs procura mostrar como Michels teria tentado denegrir a democracia operária, apresentando como leis sociológicas universais aquilo que, na verdade, seria um fenômeno singular, fruto específico, em seus termos, do reformismo social-democrata (Lukacs, 1958, p. 206).
10. Para um quadro geral do período, ver, por exemplo, Hobsbawm (1977; 1977a; 1988).
11. Os próprios usos do termo elite, como mostra Raymond Williams, sofreram alterações significativas, espelhando esse quadro de transformações. Até o século XVIII, ele era intercambiável com um outro termo, *eleito*, significando preferido, seletivo, distinto, em um sentido tanto

social quanto religioso. No século XIX, porém, o significado religioso foi expurgado, limitando-se a categoria a expressar distinção social ou excelência dentro de um grupo específico. Nessa linha, elite tornar-se-ia um equivalente de melhor, cumprindo, da mesma forma que o conceito de classe, mas em concorrência com ele, um importante papel classificatório, em um contexto de ruptura das antigas ordens de diferenciação social. Ao mesmo tempo, em uma conjuntura em que se ampliava a cidadania política e em que se afirmavam novos padrões de legitimidade, baseados, entre outros elementos, na escolha eleitoral, o termo elite também passou a significar aptidão, capacidade para o governo (Williams, 1981, pp. 96-8).

12. O historiador inglês Eric Hobsbawm também chama a atenção para isso. Segundo ele, a Revolução Francesa havia derrubado a sociedade aristocrática, mas não a aristocracia nem a influência aristocrática, que serviam de parâmetro para os novos grupos superiores (Hobsbawm, 1977, p. 203).
13. O historiador Michael Bidiss, em *The Age of the Masses*, observa que, por volta da década de 1870, uma boa parte dos países europeus já havia adotado instituições liberais parlamentares, o que contrastava com uma clara resistência ao princípio da igualdade política, expressa através de mecanismos de exclusão. Apesar das restrições, porém, teria ocorrido no período um avanço no sentido da política de massa (Bidiss, 1977, p. 38).
14. A recorrência de determinados temas que, segundo H. Stuart Hughes, teriam marcado a produção intelectual de fins do século XIX e início do XX, permitiria perceber seus produtores como pertencentes a uma geração específica — a de 1890. Foi, principalmente, naquela década e na seguinte que os pressupostos básicos do pensamento social dos séculos XVIII e XIX, identificados com o Iluminismo, teriam sido submetidos a um forte exame crítico. A geração de 1890 reagiu contra o pensamento positivo e o primado da racionalidade, assumindo um cunho marcadamente subjetivo; manifestou-se, também, contra o liberalismo, a democracia e o socialismo, colocando-se a tarefa de ir além do que julgava ser as ficções da ação política, os mitos, buscando a realidade que estaria por detrás deles, os verdadeiros detentores do poder — as elites (Hughes, 1958, pp. 33-6 e 63-6; sobre essa questão ver, também, Bidiss, 1977, pp. 14-5).
15. Para Mayer, o darwinismo social teria se convertido, naquele momento de remobilização da antiga ordem, em uma *weltanschauung*, na concepção de mundo predominante entre as classes dominantes e governantes da Europa (Mayer, 1987, p. 273).
16. Para Runciman, o que havia conferido notoriedade a Mosca, Pareto e Michels era, justamente, o fato de, em plena maré montante da democracia, terem acentuado o caráter inevitável das oligarquias. Em suas palavras:

“This strenuous reminder of oligarchy, though it may be only restating what has been said by others elsewhere, acquires a different and more powerful significance when seen against a background of purportedly democratic institutions and practices. The constitutional and organizational forms which all three authors discuss are the expression of expectations founded precisely upon the belief that democracy can be put into practice. To denounce this burgeoning orthodoxy, therefore, is to take up a position both provocative and original. To say that all previous governments have been oligarchies is interesting if not profound; to say that democratic governments are and always will be is startling” (Runciman, 1969, p. 70).

As observações de Bidiss (1977, pp. 132-3), Hughes (1958, pp. 63-7) e Parry (1969, p. 23) seguem nesse mesmo sentido.

17. Na verdade, essa leitura parece ser relativamente generalizada, como aponta Ferdinand Kogler (1967, p. 354). Além de Mayer e de Hirschman, podemos mencionar Norberto Bobbio, para quem a teoria das elites foi uma reação ideológica ao advento da sociedade de massa, tendo contribuído para dificultar a afirmação da democracia (Bobbio, 1991, p. 391). T. B. Bottomore, outro comentador bastante citado, atribui as teses de Mosca e de Pareto à sua oposição ao socialismo. Suas críticas à democracia, segundo ele, basear-se-iam no fato de que ambos a consideravam uma porta aberta para o socialismo (Bottomore, 1965, pp. 16-20). Esta é também a posição de Hughes (1958, pp. 78-9) e de Parry (1969, p. 27), para quem o pensamento elitista não poderia ser plenamente compreendido se não se levasse em conta o impacto do marxismo.
18. Como observa Bidiss, a emergência da sociedade, da cultura e da política de massas teria fornecido aos intelectuais de fins do século XIX seu tema básico de reflexão. Porém, uma vez que, em grande parte, consideravam as massas medíocres e incompetentes, eles terminaram por traçar um quadro extremamente cético e pessimista da sociedade europeia (Bidiss, 1977, pp. 14-5). Parte importante dessas avaliações se encontrava, como indica Hobsbawm, no campo da Psicologia. Autores como Gabriel Tarde e Gustave Le Bon voltaram-se para as ações das massas para demonstrar como os homens, em larga medida, eram guiados não pela razão, mas pelos instintos, pelos apetites, mesmo os mais baixos e violentos (Hobsbawm, 1988, p. 377).
19. Em *El Estado y la Revolución*, publicado em 1918, Lenin sustentava a tese de que, nas sociedades de classes, os sistemas de governo nada mais eram do que ditaduras, formas de opressão de uma classe sobre outra, sendo o Estado o instrumento dessa opressão. No capitalismo, portanto, a democracia, ao contrário do que se dizia, seria sinônimo de opressão de uma minoria, a burguesia, sobre uma maioria, o operariado. Já a ditadura do proletariado, esta sim se aproximaria do ideal democrático, visto que significava o governo, a imposição da vontade da maioria sobre a minoria (Lenin, 1978, *passim*). O caráter antidemocrático das idéias de Lenin e seu parentesco com as teses elitistas têm sido acentuados por diversos autores além de Hirschman, entre os quais Robert Dahl (1989, pp. 53-4), Seymour Lipset (1968, p. 17, nota 2), Peter Bachrach (*s/d*, p. 2) e Geraint Parry (1969, p. 55). Estes autores baseiam suas avaliações nos livros *Que Fazer?*, de 1902, e *La Enfermedad Infantil del 'Izquierdismo' en el Comunismo*, de 1920. Em ambos, Lenin expressa a visão de que, por si mesmas, as massas seriam incompetentes para promover um salto de qualidade no sentido do socialismo, necessitando da direção de uma organização de revolucionários conscientes. Em *Que Fazer?*, Lenin declara:

“Ora, eu afirmo: 1.º) que não seria possível haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade do trabalho; 2.º) que quanto maior a massa espontaneamente integrada à luta, formando a base do movimento e dele participando, mais imperiosa é a necessidade de se ter tal organização, e mais sólida deve ser essa organização (senão será mais fácil para os demagogos arrastar as camadas incultas da massa) [...]” (Lenin, 1978a, p. 96).

Em *La Enfermedad Infantil del 'Izquierdismo' en el Comunismo*, ele afirma:

“La tarea inmediata de la vanguardia consciente del movimiento obrero internacional, es decir de los partidos, grupos y tendencias comunistas, consiste en saber llevar a las grandes masas (hoy todavía, en la mayoría de los casos, adormecidas, apáticas, rutinarias, inertes, sin despertar) a esta nueva posición suya, o, mejor dicho, en saber dirigir no sólo su propio partido, sino también a estas masas, en el transcurso de su acercamiento y de su paso a esa nueva posición” (Lenin, 1979, p. 412).

20. Embora tivesse morrido em 1923, pouco depois da ascensão de Mussolini, Pareto foi tomado como um ideólogo do fascismo, um antecipador do novo regime. Michels, por sua vez, aderiu, efetivamente, ao fascismo, enquanto Mosca a ele se opôs, mesmo tendo, de algum modo, contribuído para a sua afirmação, através de suas críticas ao liberalismo e ao governo parlamentar.
21. O termo *manager* pode comportar diversas traduções, todas associadas à gerência, à administração, à direção de atividades econômicas. É essa diversidade mesmo, no entanto, que me leva a mantê-lo em inglês a fim de, em primeiro lugar, não empobrecê-lo, e, em segundo, não correr o risco de um anacronismo, impondo-lhe um sentido que não tinha à época em que Burnham o utilizou.
22. Em sua carta de renúncia, Burnham afirmava que a luta fracional no SWP o havia levado a rever suas crenças teóricas e políticas, concluindo que não podia mais se considerar, ou se deixar considerar marxista. Via agora o marxismo como uma doutrina obsoleta e sem sentido, que não permitia perceber que o socialismo não era nem inevitável nem a única alternativa ao capitalismo. A crença marxista ofuscava a percepção de que uma nova sociedade exploradora estava se conformando, sendo a mais provável sucessora do capitalismo, como se observava na Rússia. Essa cegueira seria ainda mais incrementada pelos partidos de tipo leninista, que eram, a seu ver, anticientíficos e antidemocráticos (Burnham *apud* Trotsky, *s/d*, pp. 237-40). Já após a guerra, no “Avant-Propos” da edição francesa de *The Managerial Revolution*, Burnham atribuía seus erros de previsão ao fato de que, ao escrever o livro, ainda se encontrava muito preso à concepção marxista, à influência de Trotsky (Burnham, 1947, p. xxiv).
23. Para informações mais detalhadas sobre esse processo de discussão e também sobre as diferentes posições em jogo, ainda que fornecidas por uma dessas posições, ver *Em Defesa do Marxismo*, de Trotsky (*s/d*). Além de textos e cartas por ele escritos como parte da discussão, há uma introdução dos editores com alguns esclarecimentos adicionais. Outro trabalho a ser consultado é *Trotsky — O Profeta Banido*, biografia escrita por Isaac Deutcher (1984).
24. Para uma outra avaliação crítica de *The Managerial Revolution*, em uma linha distinta, é claro, ver a resenha ao livro de Hans Gerth e Wright Mills. Eles referem-se a Burnham como o Marx dos *managers* (Gerth e Mills, 1942).
25. É interessante observar como, no caso da França, igualmente nos anos 1940, alguns círculos trotskistas se apropriaram, agora das teses de Max Weber sobre a racionalização e a burocratização do mundo moderno, também com o objetivo de combater as posições stalinistas (cf. Pollak, 1986, pp. 20-1).
26. A teoria das elites, em termos gerais, foi recebida nos Estados Unidos, dos anos 1920 até meados dos anos 1940, em larga medida, como uma forma de pensamento antidemocrático. Michels era o menos referido, embora seu trabalho já fosse conhecido, e bastante citado, desde, pelo menos, 1915, quando *Sociologia dos Partidos Políticos* foi traduzido para o inglês. Concessões eram feitas a Mosca, um democrata inibido para uns, um liberal realista para outros. Já Pareto, embora tivesse também seus defensores, era tomado, de modo recorrente, como fundamento e expressão do pensamento e da política fascistas (ver, por exemplo, Sorokin (1951, p. 41), Millikan (1936, p. 324), Sereno (1938, pp. 514-8), Marx (1939, p. 459), Bogardus (1942, p. 505), Spitz (1949, *passim*), Izzo (1964, pp. 470-1) e Busino (1966, p. 53)).
27. Para Burnham, embora Mosca fosse um crítico do sistema parlamentar, ele havia reconhecido ter sido nesse sistema que a humanidade havia alcançado seu nível mais elevado de civilização. Mosca, na verdade, nunca teria buscado utopias ou a justiça absoluta: o melhor

- seria o menos ruim. Já Michels, segundo Burnham, nunca teria extraído de sua lei de ferro da oligarquia a conclusão de que se deveria deixar de lutar pela democracia e pela limitação das tendências oligárquicas. Pareto, por seu turno, teria justamente acentuado a importância da circulação das elites para a saúde da sociedade (Burnham, 1943, pp. 114, 167 e 210).
28. Para uma visão mais detida do pensamento político de Burnham, a partir de seus vários trabalhos, ver Francis (1984).
 29. Trata-se do artigo "Interpretations of American Politics", de Bell, de 1955, incluído na coletânea *The New American Right*, por ele organizada, reunindo análises relativas ao macarthismo, reeditado em Bell (1964, p. 64). Ver também, sobre a caracterização de Burnham como um pensador conservador, Francis (1984, pp. 1-4) e Spitz (1949, *passim*).
 30. A rigor, a maior parte da reflexão americana sobre a questão das elites confunde-se com a dos *decision-makers* políticos. Para um quadro evolutivo dos estudos sobre *decision-makers* políticos, entre os anos 1940 e 1960, ver Marvick (1961, esp. pp. 15-9).
 31. A crítica marxista a Mills, como à teoria das elites de maneira geral, tem, basicamente, seguido por essa linha. O termo elite, a seu ver, eludiria a questão central das classes sociais. Várias tentativas, entretanto, foram feitas no sentido de compatibilizar o conceito de elite com a análise de classes, sendo uma delas a de Giddens (1975, esp. pp. 143-53).
 32. É interessante observar que o impacto do livro de Mills, entre os marxistas, não se restringiu ao contexto americano, tendo informado, igualmente, uma polêmica entre Ralph Miliband e Nicos Poulantzas, no periódico *New Left Review*. Mais do que a discussão de Mills ou da validade do conceito de elite na investigação social, o que se desenrolava ali era, em grande parte, uma disputa em torno de quem expressava a verdadeira teoria marxista e, ao mesmo tempo, de quem detinha a primazia na elaboração de uma análise marxista do Estado. Ver, sobre isso, além dos artigos referentes ao debate (Poulantzas, 1969; Miliband, 1970), os livros *Poder Político e Classes Sociais*, de Poulantzas (1977), e *O Estado na Sociedade Capitalista*, de Miliband (1982), que estão na sua origem.
 33. Kornhauser (1962, p. 252) também lembra que *A Elite do Poder* havia tido uma boa acolhida entre os intelectuais radicais americanos.
 34. Em uma passagem de *A Elite do Poder*, Mills também observava que era, em seus termos, a direita demagógica que dava, então, o tom da sensibilidade pública nos Estados Unidos. Ela não era questionada de forma efetiva pelos conservadores mais sofisticados, que haviam galgado posições de poder, pelos liberais, que se limitavam à pura retórica, nem mesmo pelos radicais, contidos por sucessivas derrotas (Mills, 1962, p. 393).
 35. A controvérsia em torno da unidade ou da pluralidade das elites, terminou por gerar uma infinidade de estudos de comunidades nos Estados Unidos. Apenas para se ter uma dimensão dessa produção, basta ver que, em uma bibliografia publicada em fins dos anos 1960, eram 240 os trabalhos citados (Wolfinger, 1971, p. 1063, nota 2).
 36. Um dos fortes interesses de pesquisa de Lasswell, até então, e em relação ao qual conferia um peso significativo, era o da influência do psiquismo individual na política, tema que vinha estudando no Laboratório de Personalidade da Universidade de Chicago. Algumas de suas conclusões podem ser observadas em seu *Psychopathology and Politics*, cuja primeira edição é de 1930 (Lasswell, 1960). Essa mesma questão foi trabalhada em *Power and Personality*, lançado no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Neste livro, Lasswell já levava em conta as experiências totalitárias e o papel de líderes como Hitler e Mussolini (Lasswell, 1962).

37. Com relação à questão do recrutamento, os autores introduziram uma nova classificação, através da qual é possível falar de uma classe dirigente como aquela em que os dirigentes são recrutados e no interesse da qual exerceriam o poder. Haveria, ainda, uma classe dependente, que também se beneficiaria, mas que não participaria da direção, e uma sujeita, com menor grau de participação e de acesso aos benefícios. O que Lasswell e Kaplan tinham em mente, mais uma vez, era relativizar a idéia de uma sociedade rigidamente dividida, agora entre dirigentes e dirigidos, preferindo a noção de um *continuum* de poder (Kaplan e Lasswell, 1979, pp. 246-7).
38. Lasswell publicou, ainda, alguns trabalhos de cunho mais metodológico, igualmente centrados nas elites. Em um deles, "The Elite Concept", escrito em co-autoria com Lerner e Rothwell, além de enumerar os passos indispensáveis a qualquer pesquisa sobre elites, ele a identificaria com os *decision-makers*, expressaria uma perspectiva pluralista e reforçaria a visão da ampla base de recrutamento como caracterizadora da democracia (Lasswell, Lerner e Rothwell, 1961, *passim*). Já em "Agenda for the Study of Political Elites", o autor recua até o século XIV, com Ibn Khaldun, para retratar a linhagem das grandes contribuições e dos precursores dos estudos de elites. Ele mostra, ainda, como, nos Estados Unidos, tais estudos vinham se voltando, justamente, para os *decision-makers* (Lasswell, 1961, pp. 264-5 e 275). Nessa mesma linha, ver também a introdução de Lasswell a *As Elites Revolucionárias*, "O Estudo das Elites Políticas" (Lasswell, 1967).
39. O conceito de grupos de veto, segundo o próprio Riesman, foi criado a partir de uma analogia com a noção de *countervailing power*, utilizada por John Kenneth Galbraith em seu livro *American Capitalism* (Riesman, Glazer e Denney, 1971, p. 50). O economista observara na economia americana, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, marcada pela crescente restrição da concorrência pela monopolização, a conformação de um novo mecanismo regulatório, fruto do mesmo processo de concentração. Tal mecanismo — um poder que, de algum modo, neutralizaria a força de imposição das grandes empresas, ou dos grandes grupos de empresas — tinha a sua origem não nas semelhantes competidoras destas, mas em seus clientes ou fornecedores, naqueles, enfim, que estavam sujeitos a elas (Galbraith, 1952, p. 118). Nas palavras de Galbraith:
- "The fact that a seller enjoys a measure of monopoly return as a result, means that there is an inducement to those firms from whom he buys or those to whom he sells to develop the power with which they can defend themselves against exploitation. It means also that there is a reward to them, in the form of a share of the gains of their opponents' market power, if they are able to do so. In this way the existence of market power creates an incentive to the organization of another position of power that neutralizes it" (Galbraith, 1952, p. 119).
- O economista reconhecia, entretanto, que, para esse mecanismo, para o *countervailing power*, operar de forma eficaz, era preciso haver um mínimo de oportunidade e de capacidade de organização (*idem*, p. 131).
40. Truman retoma, aqui, alguns dos pontos centrais de seu trabalho anterior, de maior fôlego, *The Governmental Process* (Truman, 1963).
41. Para outras referências a Kornhauser como uma das figuras de proa do elitismo democrático, ver Bachrach (s/d, p. 26); Bobbio (1991, p. 390); Diesing (1982, p. 155); e Parry (1969, p. 143).
42. Cabe observar que uma das fortes ramificações da controvérsia monismo *versus* pluralismo se projetava, justamente, sobre a questão da participação eleitoral. Ambos partiam, de um modo geral, da constatação de que a participação eleitoral nas democracias era relativa-

mente baixa. Para os adeptos da tese da unidade da elite, como Mills, isso seria um mau sinal, sintoma de um baixo comprometimento com o sistema, decorrente do próprio monopólio do poder por uma minoria. Já para os pluralistas, como Seymour Lipset, o argumento democrático clássico de que uma participação ampla e generalizada era desejável não era necessariamente válido. O aumento da participação, a seu ver, poderia, na verdade, refletir um declínio da coesão social e uma quebra no processo democrático, como ocorrera na Alemanha no início dos anos 30 (Lipset, 1960, p. 32; cf. também, nessa linha, Milbrath, 1966, pp. 142-54). Dessa perspectiva, a abstenção e a apatia políticas poderiam mesmo figurar como elementos positivos. Essa era a posição do cientista político inglês W. H. Morris Jones, autor de “In Defense of Apathy”, artigo de 1954, no qual procura mostrar que a idéia do dever do voto seria mais própria ao campo totalitário do que ao da democracia liberal, não contribuindo, ao contrário do que se acreditava, para a defesa desta. Os não-apáticos, baseados em noções incorretas da democracia, teriam garantido a ascensão de Mussolini, Hitler e Stalin. A existência de uma parcela apática do eleitorado era um claro indicador dos limites da política — que não poderia pretender, por exemplo, resolver, de forma eficaz, os problemas da vida ordinária —, além de constituir-se em um amortecedor para os fanáticos, eles sim um real perigo para a democracia (Jones, 1954, *passim*). A mesma questão permeia dois artigos sobre o problema do consenso na democracia, ambos do início dos anos 1960, baseados em levantamentos estatísticos e, igualmente, bastante referidos: “Fundamental Principles of Democracy: Bases of Agreement and Disagreement”, de James Prothro e Charles Grigg (1960), e “Consensus and Ideology in American Politics”, de Herbert McClosky (1964). Para uma crítica específica a esses dois trabalhos, ver “Elites, Participation, and the Democratic Creed”, de Joseph Femia (1977). Para uma refutação da idéia de que a democracia se beneficiaria de uma baixa participação, ver Duncan e Lukes (1963) e Finley (1988).

43. Para uma visão mais detalhada das idéias de Lipset, ver *Political Man* (1960), no qual estão reunidas e ampliadas as reflexões contidas em seus principais trabalhos anteriores.
44. Foi essa visão pluralista das elites que orientou Seymour Lipset e Aldo Solari na organização de *Elites in Latin America*. Partindo da perspectiva paretiana das elites enquanto aqueles que ocupam posições superiores nas diversas estruturas, esferas e atividades sociais, foram reunidos artigos sobre grupos urbanos em geral, sobre elites industriais, políticas, militares, religiosas, culturais, operárias e camponesas, assim como sobre a formação de elites através do ensino secundário e universitário (Lipset e Solari, 1967).
45. A igualdade de oportunidades não implicaria, necessariamente, uma negação das desigualdades sociais. Diz a autora:

“A proliferação das elites estratégicas, portanto, caminha de mãos dadas com a continuação, quando não a expansão, da igualdade de oportunidades, principalmente porque os critérios de recrutamento e seleção enfatizam a conquista pessoal e não a transmissão hereditária de posições sociais. As desigualdades, entretanto, entre os homens continuam como sempre têm continuado — não são eliminadas pelo fato de se terem alterado as normas de recrutamento e seleção de elites estratégicas” (Keller, 1963, p. 269).

46. É interessante observar que, até fins da década de 1950, e mesmo no início da de 1960, era principalmente David Riesman, e não Robert Dahl, que era identificado como o principal representante da posição pluralista e da crítica a Wright Mills (cf., por exemplo, Kornhauser, 1962, p. 252; Sartori, 1965, p. 131; e Meisel, 1962, p. viii).

47. Para um esboço de uma teoria do poder em comunidades, a partir de uma perspectiva pluralista, ver Polsby (1974).

48. Em *Um Prefácio à Teoria Democrática*, de 1956, Dahl define a democracia, de maneira bastante geral, como um sistema no qual os cidadãos comuns exerceriam um grau relativamente alto de controle sobre seus líderes (Dahl, 1977, p. 11). Nesse sentido, a eleição tornava-se uma técnica básica, fundamental, para que os líderes se mostrassem relativamente responsáveis. Outra condição *sine qua non* para a democracia, a poliarquia, que a distinguiria de uma ditadura, seria a existência de uma contínua competição política. Haveria, contudo, que se atentar para o fato de que

“Eleições e competição política não significam governos de maiorias e em qualquer maneira significativa, mas aumentam imensamente o tamanho, número e variedade das minorias, cujas preferências têm que ser levadas em conta pelos líderes quando fazem opções de política” (*idem*, p. 131).

Mais adiante, Dahl afirma:

“Contudo, se há algo a ser dito pelos processos que efetivamente distinguem ou diferenciam democracia (ou poliarquia) de ditadura, ele não será descoberto na nítida distinção entre governo pela maioria e governo por uma minoria. A distinção aproxima-se muito mais de ser entre governo por uma minoria e governo por *minorias*” (*idem*, p. 132).

49. A noção de que as elites seriam livres, conscientes, agiriam de forma racional, definiriam seu próprio destino, por contraste ao homem comum, à massa, que teria uma existência meramente rotineira, que seria sujeita a um destino que não escolheria, constrangida pelas determinações da vida, parece ser bastante recorrente e disseminada. Dessa perspectiva, por exemplo, é que a política seria encarada como terreno, por excelência, da liberdade, do cálculo, da ação racional. No caso específico da teoria das elites, ela constituiria o cerne mesmo de toda a discussão, costurando-a de suas origens aos dias de hoje, e permeando, mesmo sendo diversas as explicações, todo o espectro de posições em jogo, desde, para citar duas opostas, as monistas às pluralistas. Assim, em uma das passagens iniciais de *A Elite do Poder*, Charles Wright Mills afirma:

“A capacidade dos homens comuns é circunscrita pelo mundo do dia-a-dia em que vivem, e mesmo nesses círculos de emprego, família e vizinhança freqüentemente parecem impelidos por forças que não podem compreender nem governar. As ‘grandes modificações’ estão além do seu controle, mas nem por isso lhes afetam menos a conduta e a perspectiva. [...].

Mas nem todos os homens são comuns, nesse sentido. Sendo os meios de informação e de poder centralizados, alguns deles chegam a ocupar na sociedade americana posições das quais podem olhar, por assim dizer, para baixo, para o mundo do dia-a-dia dos homens e mulheres comuns, suscetível de ser profundamente atingido pelas decisões que tomam. Não são produtos de seus empregos — criam e eliminam empregos para milhares de outros; não estão limitados por simples responsabilidades de família — podem escapar delas. Vivem em hotéis e casas, mas não estão presos a nenhuma comunidade. Não precisam apenas ‘atender as exigências da hora e do momento’, pois em parte criam essas exigências, e levam os outros a atendê-las” (Mills, 1962, pp. 13-4).

Robert Dahl, por seu lado, como já vimos, diferencia um estrato político, minoritário, com escolhas e estratégias calculadas, racionais, coerentes e consistentes, de um apolítico, majoritário, marcado por ações rotineiras, habituais, inerciais, regidas não pelo cálculo

racional, mas por impulsos, emoções, lealdades e vínculos pessoais (Dahl, 1964, pp. 90-1). Seria essa mesma, aliás, a razão principal por que, da perspectiva elitista democrática, a idéia de soberania popular deveria ser vista com reserva. Afinal, como argumenta Dahl em *Um Prefácio à Teoria Democrática* — retomando um ponto anteriormente ressaltado por Michels —, com suas orientações desconexas e emocionais, a maioria poderia terminar por tomar medidas que representariam a destruição do próprio sistema democrático, o que requereria, para a sobrevivência deste, a necessidade de algum mecanismo de veto a minoria (Dahl, 1977, p. 57).

50. Essa questão esteve presente em, pelo menos, mais dois livros de Aron: *La Lutte de Classes* e *Les Désillusions du Progrès*. Em ambos, Aron aborda a divisão ou a unidade da elite, ou das categorias dirigentes, como critério fundamental para a diferenciação das sociedades industriais capitalistas democráticas, por um lado, e socialistas, soviética ou chinesa, por outro (Aron, 1964, *passim*; 1969, pp. 53-5).
51. Ver também, para uma refutação da tese pluralista com base em uma pesquisa empírica, o livro *Men at the Top*, de Robert Prethuis (1964).
52. Ver também, nessa mesma linha, Bachrach (1962), no qual o autor critica a tese de que a garantia da democracia estaria não na participação da massa, mas no consenso entre as elites.
53. É por atentarem para o exercício do poder, em vez de suas fontes, que, segundo Bachrach e Baratz, autores como Dahl puderam traçar um quadro pluralista das comunidades americanas, negando a existência de uma elite unificada. Tratar-se-ia, para eles, de uma perspectiva enviesada que trabalharia com os *issues*, mas esqueceria dos valores que lhes davam significado (Bachrach e Baratz, 1962, p. 950).
54. Também crítico do elitismo democrático, o inglês T. B. Bottomore encerra o seu *As Elites e a Sociedade* com o seguinte parágrafo:

“Os teóricos das elites defendem, por esses diversos meios, o legado das sociedades não-igualitárias do passado, embora fazendo concessões ao espírito igualitário. Insistem enormemente na distinção absoluta entre dirigentes e dirigidos, apresentada como uma lei científica, mas conciliam a democracia com esse estado de coisas, definindo-a como uma competição entre elites. Aceitam e justificam a divisão da sociedade em classes, mas procuram tornar essa divisão mais aceitável, descrevendo as classes superiores como elites e sugerindo serem as elites compostas dos indivíduos mais capazes, independente de suas origens sociais. Sua causa depende, em grande parte, da substituição da idéia de igualdade pela de igualdade de oportunidades. Porém, esta última noção, além de possuir um significado moral bem diferente, é na verdade autocontraditória. Igualdade de oportunidades, no sentido em que é em geral utilizada a expressão, pressupõe desigualdade, visto que ‘oportunidade’ quer dizer ‘a oportunidade de ascender a um nível mais alto numa sociedade estratificada’. Ao mesmo tempo, pressupõe igualdade, pois implica que as desigualdades engastadas nessa sociedade estratificada precisam ser neutralizadas em cada geração a fim de os indivíduos poderem realmente desenvolver suas aptidões pessoais; e toda investigação acerca das condições de igualdade de oportunidade, por exemplo na esfera da educação, tem mostrado quão forte e generalizada é a influência sobre as oportunidades de vida das enraizadas distinções de classe social. A igualdade de oportunidades só se concretizaria numa sociedade sem classes ou elites, e, então, essa noção seria, ela mesma, sem sentido, pois as oportunidades de vida equivalentes dos indivíduos em cada nova geração seria um fato positivado, e a idéia de oportunidade significaria não o esforço para ascender a uma classe social superior, mas a possibilidade de cada indivíduo desenvolver plenamente aquelas qualidades de intelecto e sensibilidade que possui como pessoa, numa associação sem peias com outros homens” (Bottomore, 1965, p. 135).

55. Os ingleses Graeme Duncan e Steven Lukes seguem por uma via próxima em sua crítica ao elitismo democrático:

“The theorists of the new democracy, however, are less concerned to make the competitive ‘democratic system’ more democratic in the traditional sense than to justify it as an efficient and stable system, depending on compromise, ‘pluralism’, and a general background of apathy and political incompetence. In fact, their theory, which is intended to explain the ‘democratic system’, becomes in the end the new normative theory of democracy” (Duncan e Lukes, 1963, pp. 168-9).

56. O historiador Moses Finley centra também sua crítica ao elitismo democrático nesse ponto. Ele abandonaria as metas e os ideais democráticos em proveito da eficiência, relegando a participação a segundo plano, ou vendo-a mesmo como um elemento altamente deletério. Para Finley, o elitismo democrático seria uma perspectiva conservadora, legitimadora de um *statu quo* (Finley, 1988, pp. 11-25).

Bibliografia

Albertoni, Ettore A.

1989 “Prefazione”, in E. A. Albertoni (org.), *Elitismo e Democrazia nella Cultura Politica del Nord-America (Stati Uniti — Canada — Messico)*. Milano, Giuffrè Editore, pp. ix-lxii (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica, Serie Italiana, v. V, t. I).

1989a “Alle Origini della Conoscenza Critica dell’Elitismo dei Classici Italiani Negli USA: Arthur Livinston e James H. Meisel”, in E. A. Albertoni e G.G. Conti (orgs.), *Elitismo e Democrazia nella Cultura Politica del Nord-America (Stati Uniti — Canada — Messico)*. Milano, Giuffrè Editore, pp. ix-xxxv (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica, Serie Italiana, v. V, t. II).

1990 *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro, Imago.

Alford, Robert R. e Friedland, Roger

1985 *Powers of Theory. Capitalism, the State, and Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.

Aron, Raymond

1950 “Social Structure and the Ruling Class — I”. *The British Journal of Sociology*, vol. 1, n.º 1, pp. 1-16.

1964 *La Lutte de Classes. Nouvelles Leçons sur les Sociétés Industrielles*. Paris, Gallimard.

1965 “Catégories Dirigeantes ou Classe Dirigeante?”. *Revue Française de Science Politique*, vol. 15, n.º 1, pp. 7-27.

1969 *Les Désillusions du Progrès. Essai sur la Dialectique de la Modernité*. Paris, Calmann-Lévy.

Bachrach, Peter

1962 “Elite Consensus and Democracy”. *The Journal of Politics*, vol. 24, n.º 3, pp. 439-52.

s/d *The Theory of Democratic Elitism. A Critique* (4.ª ed.). Boston, Little, Brown and Company.

- Bachrach, Peter e Baratz, Morton S.
 1962 "Two Faces of Power". *The American Political Science Review*, vol. LVI, n.º 4, pp. 947-52.
- Barber, Bernard
 1970 "Introduction", in L. J. Henderson (ed.), *On the Social System. Selected Writings*. Chicago, The University of Chicago Press, pp. 1-53.
- Bell, Daniel (ed.)
 1964 *The Radical Right*. New York, Doubleday & Company, Inc.
- Berle, Adolf A. e Means, Gardiner C.
 1957 *A Propriedade Privada na Economia Moderna*. Rio de Janeiro, Ipanema.
- Bidiss, Michael D.
 1977 *The Age of the Masses*. Harmondsworth, Penguin.
- Blum, Léon
 1947 "Préface", in J. Burnham, *L'Ère des Organiseurs*. Paris, Calmann-Lévy, pp. ix-xxi.
- Bobbio, Norberto
 1991 *Teoria das Elites*, in N. Matteucci e G. Pasquino, *Dicionário de Política* (3.ª ed.). Brasília, Editora Universidade de Brasília/Linha Gráfica Editora, pp. 385-91, vol. 1.
- Bogardus, Emory S.
 1942 *The Development of Social Thought*. New York, Longmans, Green and Co.
- Bottomore, T. B.
 1965 *As Elites e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Bujarin, Nicolai
 1972 *Teoría del Materialismo Histórico. Ensayo Popular de Sociología Marxista*. Córdoba, Ediciones Pasado y Presente (*Cuadernos Pasado y Presente*, n.º 31).
- Burnham, James
 1943 *The Machiavellians. Defender of Freedom*. New York, The John Day Company.
 1947 "Avant-Propos", in *L'Ère des Organiseurs*. Paris, Calmann-Lévy, pp. xxiii-xxiv.
 s/d *The Managerial Revolution. What Is Happening to the World* (15.ª ed.). New York, The John Day Company.
- Busino, Giovanni
 1966 "Introduction", in V. Pareto, *Mythes et Idéologies*. Genève, Librairie Droz, pp. 7-62 (*Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto*, VI).
- Coser, Lewis A.
 1971 *Masters of Sociological Thought. Ideas in Historical and Social Context*. New York, Harcourt Brace Jovanovich.
- Dahl, Robert A.
 1958 "A Critique of the Ruling Elite Model". *The American Political Science Review*, vol. 52, n.º 2, pp. 463-9.
 1964 *Who Governs? Democracy and Power in an American City* (5.ª ed.). New Haven, Yale University Press.
 1966 "Further Reflections on 'The Elitist Theory of Democracy'". *The American Political Science Review*, vol. 60, n.º 2, pp. 296-305.

- 1977 *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1989 *Democracy and its Critics*. New Haven, Yale University Press.
- Dahrendorf, Ralf
- 1982 *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Deutcher, Isaac
- 1984 *Trotsky — O Profeta Banido* (2.^a ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Diesing, Paul
- 1982 *Science and Ideology in the Policy Sciences*. New York, Aldine Publishing Company.
- Duncan, Graeme e Lukes, Steven
- 1963 "The New Democracy". *Political Studies*, vol. 11, n.º 2, pp. 156-77.
- Duverger, Maurice
- 1970 *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Easton, David
- 1965 *The Political System. An Inquiry into the State of Political Science* (6.^a ed.). New York, Alfred A. Knopf.
- Femia, Joseph V.
- 1977 "Elites, Participation, and the Democratic Creed". *Political Studies*, vol. 27, n.º 1, pp. 1-20.
- Finer, S. E.
- 1966 "Introduction", in V. Pareto, *Sociological Writings*. New York, Frederick A. Praeger, pp. 3-91.
- Finley, Moses I.
- 1988 *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro, Graal.
- Francis, Samuel
- 1984 *Power and History; the Political Thought of James Burnham*. New York, University Press of America.
- Galbraith, John Kenneth
- 1952 *American Capitalism. The Concept of Countervailing Power*. Cambridge, The Riverside Press.
- Gerth, Hans H. e Mills, C. Wright
- 1942 "A Marx for the Managers". *Ethics*, vol. LII, n.º 2, pp. 200-15.
- Giddens, Anthony
- 1975 *A Estrutura de Classes nas Sociedades Avançadas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Gramsci, Antônio
- 1968 *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Hassner, Pierre
- 1965 "A la Recherche de la Classe Dirigeante: Le Débat dans l'Histoire des Doctrines". *Revue Française de Science Politique*, vol. XV, n.º 1, pp. 41-66.
- Heyl, Barbara S.
- 1968 "The Harvard 'Pareto Circle'". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 4, n.º 4, pp. 316-34.

- Hirschman, Albert O.
 1992 *A Retórica da Intransigência. Perversidade, Futilidade, Ameaça.* São Paulo, Companhia das Letras.
- Hobsbawm, Eric J.
 1977 *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 1977a *A Era do Capital.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 1988 *A Era dos Impérios.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Homans, George C.
 1962 "Autobiographical Introduction", in *Sentiments and Activities. Essays in Social Science.* New York, The Free Press, pp. 1-49.
- Hughes, H. Stuart
 1958 *Consciousness and Society. The Reorientation of European Social Thought, 1890-1930.* New York, Alfred A. Knopf.
 1965 "Gaetano Mosca and the Political Lessons of History", in J. H. Meisel (ed.), *Pareto & Mosca.* New Jersey, Prentice Hall, pp. 141-60.
- Hunter, Floyd
 1963 *Community Power Structure. A Study of Decision Makers.* New York, Anchor Books.
- Izzo, Alberto
 1964 "La Sociologia Italiana nelle Storie della Sociologia Nord-Americane". *Il Mulino*, vol. 4, n.º 138, pp. 466-73.
- Jones, W. H. Morris
 1954 "In Defense of Apathy: Some Doubts on the Duty to Vote". *Political Studies*, vol. 2, n.º 1, pp. 25-37.
- Kaplan, Abraham e Lasswell, Harold D.
 1979 *Poder e Sociedade.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Keller, Suzanne
 1963 *O Destino das Elites.* Rio de Janeiro, Forense.
- Kolegar, Ferdinand
 1967 "The Elite and the Ruling Class: Pareto and Mosca Re-Examined". *The Review of Politics*, vol. 29, n.º 3, pp. 354-69.
- Kornhauser, William
 1960 *The Politics of Mass Society.* London, Routledge and Kegan Paul.
 1962 "'Power Elite' or 'Veto Groups?'" in S. M. Lipset e L. Lowenthal (eds.), *Culture and Social Character. The Work of David Riesman Reviewed (2.ª ed.).* New York, The Free Press, pp. 252-67.
- Lasswell, Harold D.
 1950 *World Politics and Personal Insecurity, in A Study of Power.* Glencoe, The Free Press.
 1951 *Politics. Who Gets What, When, How, in The Political Writings of Harold D. Lasswell.* Glencoe, The Free Press.
 1960 *Psychopathology and Politics.* New York, The Viking Press.
 1961 "Agenda for the Study of Political Elites", in D. Marvick (ed.), *Political Decision-Makers.* Glencoe, The Free Press, pp. 264-87.

- 1962 *Power and Personality*. New York, The Viking Press.
- 1967 "Introdução: O Estudo das Elites Políticas", in H. D. Lasswell e D. Lerner (orgs.), *As Elites Revolucionárias*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 13-40.
- Lasswell, Harold D. e Lerner, Daniel
- 1967 "Prefácio", in H. D. Lasswell e D. Lerner (orgs.), *As Elites Revolucionárias*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 9-11.
- Lasswell, Harold D., Lerner, Daniel e Rothwell, Easton
- 1961 "The Elite Concept", in R. C. Macridis e B. E. Brown (eds.), *Comparative Politics. Notes and Readings*. Homewood, The Dorsey Press, pp. 59-66.
- Leach, Edmund e Mukherjee, S. N.
- 1970 "Editor's Introduction", in E. Leach e S. N. Mukherjee (eds.), *Elites in South Asia*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. ix-xiv.
- Le Bon, Gustave
- 1922 *Psychologia das Multidões*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier.
- Lenin, V. I.
- 1978 "El Estado y la Revolución", in *Obras Escogidas*. Moscú, Editorial Progreso, t. 2, pp. 289-387.
- 1978a *Que Fazer?* São Paulo, Hucitec.
- 1979 "La Enfermedad Infantil del 'Izquierdismo' en el Comunismo", in *Obras Escogidas*. Moscú, Editorial Progreso, t. 3, pp. 349-434.
- Lippmann, Walter
- 1946 *The Good Society*. Boston, Little, Brown and Company.
- 1955 *Essays in the Public Philosophy*. Boston, Little, Brown and Company.
- Lipset, Seymour M.
- 1960 *Political Man. The Social Bases of Politics*. New York, Doubleday.
- 1968 "Introduction", in R. Michels, *Political Parties* (2.^a ed.). New York, The Free Press, pp. 15-39.
- Lipset, Seymour M. e Solari, Aldo
- 1967 *Elites in Latin America*. New York, Oxford University Press.
- Lukacs, Georg
- 1958 *La Destruction de la Raison. Les Débuts de l'Irrationalisme Moderne, de Schelling à Nietzsche*. Paris, L'Arche Éditeur, t. 1.
- 1959 *La Destruction de la Raison. L'Irrationalisme Moderne, de Dilthey à Toynbee*. Paris, L'Arche Éditeur, t. 2.
- Mannheim, Karl
- 1957 "La Democratización de la Cultura", in *Ensayos de Sociología de la Cultura*. Madrid, Aguilar, pp. 243-340.
- 1972 *Liberdade, Poder e Planificação Econômica*. São Paulo, Mestre Jou.
- Marcus, George E.
- 1983 "Introduction", in G. E. Marcus (ed.), *Elites: Ethnographic Issues*. Albuquerque, University of New Mexico Press, pp. 3-57.

- Marvick, Dwayne
 1961 "Political Decision-Makers in Contrasting Milieus", in D. Marvick (ed.), *Political Decision-Makers*. Glencoe, The Free Press, pp. 13-28.
- Marx, Fritz M.
 1939 "The Bureaucratic State — Some Remarks on Moscas's *Ruling Class*". *The Review of Politics*, vol. 1, n.º 4, pp. 457-72.
- Mayer, Arno J.
 1987 *A Força da Tradição. A Persistência do Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Mcclosky, Herbert
 1964 "Consensus and Ideology in American Politics". *The American Political Science Review*, vol. 58, n.º 2, pp. 361-82.
- Meisel, James H.
 1962 *The Myth of the Ruling Class: Gaetano Mosca and the Elite*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
 1965 *Pareto & Mosca*. New Jersey, Prentice Hall.
- Merelman, Richard M.
 1968 "On the Neo-Elitist Critique of Community Power". *The American Political Science Review*, vol. 62, n.º 2, pp. 451-60.
- Michels, Robert
 1982 *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Milbrath, Lester W.
 1966 *Political Participation. How and Why Do People Get Involved in Politics?* (2.ª ed.). Chicago, Rand McNally & Company.
- Miliband, Ralph
 1970 "The Capitalist State: Reply to Nicos Poulantzas". *New Left Review*, n.º 59, pp. 53-60.
 1982 *O Estado na Sociedade Capitalista* (2.ª ed.). Rio de Janeiro, Zahar.
- Millikan, Max
 1936 "Pareto's Sociology". *Econometrica*, vol. 4, n.º 4, pp. 324-37.
- Mills, Charles Wright
 1962 *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Mosca, Gaetano
 s/d *The Ruling Class. Elementi di Scienza Politica*. New York, McGraw-Hill.
- Ortega Y Gasset, José
 1959 *A Rebelião das Massas*. Rio de Janeiro, Livro Ibero-Americano.
- Pareto, Vilfredo.
 1933 *Traité de Sociologie Générale*. Paris, Payot, 2 vols.
- Parry, Geraint.
 1969 *Political Elites*. New York, Frederick A. Praeger.
- Pollak, Michael
 1986 "Max Weber en France. L'itinéraire d'une O'uvre". *Cahiers de L'Institut D'Histoire du Temps Present*, vol. 3.

- Polsby, Nelson
 1974 *Community Power & Political Theory* (11.^a ed.). New Haven, Yale University Press.
- Poulantzas, Nicos
 1969 "The Problem of the Capitalist State". *New Left Review*, n.º 58, pp. 67-78.
 1977 *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes.
- Presthus, Robert
 1964 *Men at the Top. A Study in Community Power*. New York, Oxford University Press.
- Prothro, James W. e Grigg, Charles M.
 1960 "Fundamental Principles of Democracy: Bases of Agreement and Disagreement".
The Journal of Politics, vol. 22, n.º 2, pp. 276-94.
- Riesman, David, Glazer, Nathan e Denney, Reuel.
 1971 *A Multidão Solitária. Um Estudo da Mudança do Caráter Americano*. São Paulo, Perspectiva.
- Runciman, W. G.
 1969 *Social Science and Political Theory* (2.^a ed.). Cambridge, Cambridge University Press.
- Russett, Cynthia E.
 1966 *The Concept of Equilibrium in American Social Thought*. New Haven, Yale University Press.
- Sartori, Giovanni
 1965 *Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Schneider, Eugene V.
 1963 "C. Wright Mills and the American Left". *Monthly Review*, vol. 14, n.º 10, pp. 553-62.
- Schumpeter, Joseph A.
 1961 *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Sereno, Renzo
 1938 "The Anti-Aristotelianism of Gaetano Mosca and its Fate". *Ethics*, vol. 48, n.º 4, pp. 509-18.
 1962 *The Rulers*. New York, Frederick A. Praeger.
- Sorokin, Pitirim
 1951 *Teorías Sociológicas Contemporáneas*. Buenos Aires, Editorial Depalma.
- Spitz, David
 1949 *Patterns of Anti-Democratic Thought*. New York, The Macmillan Company.
- Sweezy, Paul M.
 1969 "Power Elite or Ruling Class?", in G. W. Domhoff e H. Ballard B. (eds.), *C. Wright Mills and the Power Elite*. Boston, Beacon Press, pp. 115-32.
- Trotsky, Leon
 s/d *Em Defesa do Marxismo*. s/l, Proposta Editorial.
- Truman, David B.
 1959 "The American System in Crisis". *Political Science Quarterly*, vol. 74, n.º 4, pp. 481-97.

- 1963 *The Governmental Process. Political Interest and Public Opinion* (9.^a ed.). New York, Alfred A. Knopf.
- Veblen, Thorstein
- 1954 *The Engineers and the Price System* (10.^a ed.). New York, The Viking Press.
- 1965 *A Teoria da Classe Ociosa. Um Estudo Econômico das Instituições*. São Paulo, Pioneira.
- Walker, Jack L.
- 1966 "A Critique of the Elitist Theory of Democracy". *The American Political Science Review*, vol. 60, n.º 2, pp. 285-95.
- Williams, Raymond
- 1981 "Elite", in *Keywords. A Vocabulary of Culture and Society* (8.^a ed.). Glasgow, Fontana, pp. 96-8.
- Wolfinger, Raymond E.
- 1971 "Nondecisions and the Study of Local Politics". *The American Political Science Review*, vol. 65, n.º 4, pp. 1063-80.

Resumo

A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada

Este trabalho tem por objetivo retrair a genealogia de autores e textos associados à chamada teoria das elites. Partindo dos pais-fundadores, percorre-se a seqüência consagrada de formuladores do elitismo, com suas respectivas teses, suas proximidades e oposições, suas principais influências e seus comentadores. Assim, ao lado de nomes mais comumente vinculados à discussão sobre elites, como Mosca, Pareto, Michels, Burnham, Schumpeter, Lasswell, Wright, Mills, Dahl, Aron, Mannheim, Ortega y Gasset, Keller e Bachrach, aparecem outros como Le Bon, Veblen, Lippmann, Sweezy, Lipset e Bobbio.

Abstract

Elite Theory and its Consecrated Genealogy

Retracting the genealogy of authors and texts in the area of elite theory, the article accompanies the consecrated sequence of formulators of this theory, starting with its founding fathers. It examines their theses, common ground and points of difference, main influences, and commentators. In addition to the area's most often cited names — such as Mosca, Pareto, Michels, Burnham, Schumpeter, Lasswell, Wright, Mills, Dahl, Aron, Mannheim, Ortega y Gasset, Keller, and Bachrach — the article also looks at authors like Le Bon, Veblen, Lippmann, Sweezy, Lipset, and Bobbio.

Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical

Jorge Ventura de Moraes

Introdução

Elia Kazan aborda, no filme *On the Waterfront* (1954), que recebeu no Brasil o título pouco sutil de Sindicato de Ladrões, um tema interessante: um sindicato de portuários dominado por um pequeno grupo de dirigentes, que, em linguagem corriqueira, usa e abusa do poder em benefício próprio. Esses líderes mantêm o poder mediante o controle firme sobre o acesso às oportunidades de trabalho, premiando aqueles que se submetiam ao seu domínio e punindo, pela intimidação e mesmo assassinato, aqueles que ousavam desafiá-los. Resultou daí um grupo de trabalhadores impotentes diante da situação e dirigentes que se perpetuam no poder e usufruem dos benefícios econômicos permitidos pelo controle da máquina sindical.

O tema abordado por Kazan constitui um problema clássico da sociologia política: a democracia sindical. Porém, embora seja um problema amplamente discutido em Sociologia e Ciência Política, o tema da democracia sindical tem sido negligenciado entre os cientistas sociais brasileiros. Quando há referências ao problema como, por exemplo, em Weffort (1972), Gonçalves (1984) e Silva (1984), não há nenhuma preocupação em relacioná-lo aos debates teóricos já produzidos sobre o tema. Exceções são os trabalhos de Mangabeira (1993) e Moraes (1992; 1993; 1994a; e 1994b). Assim, o objetivo primordial deste artigo é discutir criticamente a contribuição de algumas das principais correntes presentes no debate sobre o tema de forma a introduzi-lo ao leitor brasileiro.

Embora haja referências às contribuições de Sidney e Beatrice Webb e de Moisey Y. Ostrogorski, a primeira contribuição discutida com maior profundidade é, obviamente, a de Robert Michels. Esta é uma obra clássica que tem servido de uma espécie de guia para as perguntas posteriores que os teóricos se têm feito sobre tal fenômeno. Em seguida, considera-se a contribuição de uma corrente sob o título mais geral de competição e democracia sindical. Tal corrente engloba a contribuição de Lipset e seus colaboradores — cuja obra é fundamental para o estudo da dinâmica da política interna dos sindicatos, pois fornece argumentos em favor da tese de Michels —, a de Roderick Martin — que privilegia a existência de facções político-sindicais como indicador de democracia sindical — e, em terceiro lugar, a de Edelstein e Warner — cujo modelo teórico se refere a eleições sindicais como foco central de análise sobre o tema.

Em seguida, analiso o modelo do conflito de democracia sindical, com ênfase na contribuição de John Hemingway; discuto também a contribuição marxista para o problema. Embora não haja uma produção mais elaborada, chamo a atenção para uma corrente de idéias influentes acerca da relação entre líderes e liderados em sindicatos a partir, principalmente, da obra de Hyman.

Finalmente, abordo uma corrente que tem centrado seu foco de análise nos fenômenos da representatividade e responsabilidade política dos sindicatos.

Origens Teóricas do Problema: Os Webb, Ostrogorsky e Michels

Já em fins do século passado, o problema da democracia dentro de organizações formais tais como partidos e sindicatos passava a se constituir em preocupação teórica para cientistas sociais por meio dos trabalhos de Sidney e Beatrice Webb e de Ostrogorsky (MacMahon, 1963; Runciman, 1966, p. 75). Os Webb, a quem Michels cita como forma de corroborar suas conclusões, argumentaram que

“Se a democracia significa que tudo que ‘concerne a todos deveria ser decidido por todos’ e que cada cidadão deve gozar uma porção igual e idêntica no governo, a história dos sindicatos indica claramente o resultado inevitável. [O funcionamento do] Governo através do rodízio de cargos, encontros de massa, o referendo [...] ou o delegado atuando pelo seu mandato imperativo leva diretamente ou à ineficiência e desintegração ou à dominação incontrolada de um ditador ou de um ‘expert’ burocrático” (Sidney e Beatrice Webb *apud* Eldridge, 1971, p. 177).²

Por outro lado, de acordo com Lipset, Ostrogorsky, ao estudar as transformações dos meios em fins nos partidos políticos de massa, colocou temas que seriam classicamente definidos por Michels: a necessidade de obediência por parte dos liderados e a questão do desenvolvimento de interesses próprios por parte da burocracia (Lipset, 1972, pp. 348-50).

Neste sentido, “Ostrogorsky sugeriu que uma máquina partidária tende a se burocratizar tal como um exército: como uma organização engajada perenemente no combate com um opositor”, ela enfatiza a obediência e a lógica da cadeia de comando (*idem*, p. 348).

No entanto, Michels (1927 e 1982) foi o primeiro estudioso a colocar claramente os marcos da discussão e as questões centrais relacionadas ao problema da democracia dentro de sindicatos ao argumentar que organizações trabalhistas formais — partidos e sindicatos — desenvolvem tendências oligárquicas (Runciman, 1966). Segundo Michels, há uma tendência inexorável dos líderes sindi-

cais desenvolverem interesses privados que não só são diferentes, mas também opostos aos interesses dos filiados (Cook, 1971; Hands, 1971; Hartmann, 1979; May, 1970; e Wippler, 1986). Por causa de seu caráter definitivo, a tese de Michels ganhou *status* de lei sociológica, o que foi reforçado pelo próprio Michels ao chamá-la de a “lei de ferro da oligarquia”.³

Um dos principais fatores que levou Michels a desenvolver sua tese foi o crescente distanciamento, na Alemanha Imperial, entre os social-democratas e as ações dos trabalhadores, em especial as atitudes antigreve entre os líderes partidários. Efeito particular exerceu a recusa da liderança social-democrata, partidária e sindical, em apoiar a greve dos mineiros, de 1905, no vale do Ruhr. Como afirma Crew (1979, pp. 196-7),

“[...] Os líderes sindicais não estavam, obviamente, preparados para ir tão longe quanto os próprios trabalhadores. Quando estes entraram em greve na mina de Bruchstrasse [...], Sachse, líder dos mineiros e deputado socialista, advertiu que a greve deveria ficar restrita localmente, pois não havia chance de sucesso para uma greve geral”.⁴

Michels analisou o controle do poder em partidos e sindicatos socialistas, tido por ele como democráticos por excelência. Este autor aceitava a idéia da existência de uma democracia formal, que ele identificava, de forma não muito clara, como do tipo plebiscitária, pois partia da pressuposição de que, no âmbito das organizações, nas sociedades modernas haveria espaço para o exercício do poder democrático. No entanto, Michels aponta para uma série de fatores que levariam inevitavelmente à oligarquização destas organizações: a necessidade de um corpo burocrático, especializado e centralizado, para tomar decisões rápidas e seguras; a transformação de idéias radicais em moderadas pela necessidade dos dirigentes sindicais de se protegerem contra os ataques dos capitalistas conservadores; o desenvolvimento de interesses pessoais por parte dos dirigentes sindicais; e a necessidade de autoridade e disciplina para enfrentar o

Estado. Em suma, ocorreria aquilo que os cientistas sociais chamam de *goal displacement*, ou seja, "o processo pelo qual os interesses dos membros dos sindicatos são subordinados a outros interesses" (Hill, 1981, p. 133).

Os sindicatos e partidos socialistas surgiram nas sociedades modernas como meio de os trabalhadores defenderem seus direitos diante da burguesia detentora dos poderes político e econômico, mas a tomada de decisões rápidas e seguras fez com que se impusesse a necessidade de um corpo dirigente burocratizado especializado, capacitado e centralizado na tomada de decisões. Como afirma Linz (1975, p. 88):

"Toda sua análise [de Michels] se funda na coação que representam tanto as necessidades organizativas — o crescimento da organização e a necessidade de adotar decisões rápidas, as dificuldades de comunicação dos membros, o aumento e a complexidade das tarefas, a divisão do trabalho, a necessidade de uma atividade exclusiva —, quanto os conseqüentes processos de seleção da liderança e o progresso dos conhecimentos e da especialização".

Tendo em vista, por outro lado, as posições beligerantes das forças "conservadoras", os dirigentes sindicais e/ou partidários teriam de reforçar suas organizações para protegê-las de eventuais ataques, mesmo que para isso fosse necessário a transformação — ou mesmo o abandono — de idéias radicais em favor de idéias moderadas passíveis de serem aceitas pela classe dominante (Blau, 1975, p. 471). Isto significa, segundo Wippler, que "[Michels] aparentemente rejeitou a teoria comumente aceita de que os membros de um grupo sempre agem de acordo com a ideologia do grupo" (1986, p. 1).

Com efeito, a necessidade de fortalecimento do sindicato ou partido diante da classe dominante provocaria a cristalização de interesses cultivados pelos chefes e a identificação deles como interesses da organização. "Num partido, os interesses das massas organizadas que o compõem estão longe de coincidirem com os da burocracia que o personifica" (Michels, 1982, p. 234), o que faz com

que esses chefes, anteriormente democráticos, se tornem conservadores e aferrados ao poder, sem disposição para enfrentar as urnas.

É necessário atentar, no entanto, para o fato de que esse conservadorismo não apareceria somente por imposição institucional — crescimento do número de filiados, diferenciação gradativa das tarefas etc. —, mas também por causa do interesse privado e história de vida de certos chefes:

"Quando os chefes não possuem nem fortuna pessoal nem outras fontes suficientes de renda, eles se agarram com tenacidade, por razões econômicas, ao seu emprego, o qual terminam por considerá-lo como sua posse, como seu bem inalienável. Isto é particularmente verdadeiro para antigos operários que se tornaram líderes e que perderam o hábito do trabalho manual. A perda do cargo seria para eles um verdadeiro desastre financeiro" (Michels, 1982, p. 118).⁵

O processo de oligarquização seria facilitado pela renúncia dos eleitores em influenciar efetivamente o poder. Os chefes seriam eleitos para cuidar dos interesses de todos, liderando os eleitores de quaisquer obrigações. Neste jogo apático, as duas partes alcançariam os seus respectivos desejos, por parte da liderança, a manutenção do poder sem questões incômodas; por parte dos liderados, a apatia diante do poder e a recusa em participar. As massas só seriam despertadas de sua passividade quando os chefes se sentissem ameaçados pela aparição de novos líderes críticos do poder estabelecido, pois os dirigentes tentariam invocar as massas para se legitimar diante da oposição, ao mesmo tempo que cuidariam de cooptar os novos líderes. Deste modo, ao que parece, Michels acreditava que existe uma tendência inevitável a uma separação entre líderes e liderados e que a renovação dos líderes se daria mais pela seleção e cooptação de líderes externos do que pelo exercício democrático do poder.

Michels apontou ainda mais um fator que também contribuiria para o conservadorismo progressivo de um partido político: suas relações com o Estado. De acordo com ele, uma das características essenciais do Estado é ser

um poder centralizador. Fez-se necessário, pois, criar-se um partido revolucionário capaz de lhe fazer oposição. Mas para atingir este fim, o partido tem de fundar-se sobre as mesmas bases que fundamentam o Estado: a autoridade e a disciplina. A espontaneidade é um dado negativo na luta contra o poder estatal. A luta contra o Estado exige organizações disciplinadas e burocratizadas. Desse modo, a essência dessas organizações torna-se em seu reverso, ou seja, naquilo contra o que lutavam. Michels chega a dizer que um "partido político revolucionário é um estado dentro do Estado" (Michels, 1982, p. 221).

Competição e Democracia Sindical

Sob este título mais geral agrupam-se três diferentes correntes que têm em comum o fato de privilegiarem a existência da competição entre "partidos", facções ou grupos como indicador de democracia/oligarquia sindical. Essas três correntes serão analisadas separadamente como se segue.

Democracia e "Partidos" Sindicais

A obra de Lipset, Trow e Coleman (1956) é um estudo sistemático da "lei de ferro da oligarquia" de Michels mediante a análise da estrutura de poder no International Typographical Union — ITU. É importante notar que, apesar de os dados levantados por esses autores apontarem para a existência de um sistema democrático dentro do ITU, esse estudo levou às mesmas conclusões alcançadas por Michels, ou seja, o ITU era uma exceção que confirmava a "lei" de Michels. Como esse sindicato tinha características bem particulares, os autores concluíram que a democracia sindical, onde ela existia, significava meramente um "caso desvio".

O foco central do estudo aponta a importância de um "sistema bipartidário" para a manutenção da democracia interna nesse sindicato. O modelo adotado pelos autores é claramente emprestado do sistema partidário americano no qual dois partidos lutam por cadeiras no Congresso Nacional e/ou pelo posto

presidencial na Casa Branca (Hemingway, 1978, p. 7; Hill, 1981, p. 135). Em outras palavras, esses autores tomam como dado que a existência de um sistema formal de escolha para os filiados do ITU entre dois "partidos" significa que há democracia em tal organização.⁶ Assim, a possibilidade dada ao eleitorado de escolher entre dois "partidos" e a existência de uma oposição significa a garantia de florescimento e manutenção da democracia dentro do ITU, o que impediria sua degeneração em uma oligarquia. Como eles próprios afirmam: "Nós consideramos que existe democracia no ITU quando os membros do sindicato têm o direito de escolher entre dois 'partidos' que representam pensamentos opostos com relação à ação sindical" (Lipset, Trow e Coleman, 1956, p. 53).

No começo de sua história, o ITU era governado por um grupo restrito de pessoas. Mas, progressivamente, "sociedades secretas" que agiam dentro do sindicato passaram a servir de uma espécie de mecanismo em um sistema de defesa contra possíveis manobras de líderes com tendências oligárquicas.

Lipset e seus colaboradores também mostram que a existência de grupos informais, que ajudam a manter a comunicação e o contato entre os líderes e os filiados, exerce um importante papel ao impedir o estabelecimento de um "hiato" entre os mesmos, consolidando a democracia interna. Esses grupos informais agiriam como canais no sentido de "transportar" informações vitais entre um pólo e outro, estreitando a relação entre líderes e liderados, tornando mais ativa a participação dos últimos na vida do ITU. Isto quer dizer que os filiados poderiam se conscientizar da importância de sua participação para a manutenção de um sistema democrático no interior do seu sindicato. Isto fica claramente demonstrado, por exemplo, na responsabilidade do exercício potencial de sanções, por meio de referendos, sobre medidas tomadas pelos dirigentes. A frequência de referendos sobre importantes aspectos da vida do sindicato contribuiu para impedir o aparecimento de tendências oligárquicas, pois a participa-

ção da base resultou na neutralização da degeneração oligárquica normalmente provocada pela tendência à administração burocrática e centralizada nas organizações voluntárias previstas por Michels.

Os diversos pequenos sindicatos que forma o ITU⁷ têm um importante grau de autonomia local no que diz respeito à capacidade e possibilidade de tomar decisões e agir sem a interferência do poder central. Como esses sindicatos locais mantêm sua autonomia, eles desempenharam um importante papel na manutenção da democracia interna, como filtro contra a concentração de poder nas mãos de uns poucos, o que fatalmente ocorreria se existisse uma administração mais centralizada.

Por fim, um importante aspecto no sistema democrático do ITU é a garantia estatutária da existência de uma oposição. Parece óbvio que uma simples garantia estatutária não significa necessariamente a existência de uma oposição, mas isto impede, por exemplo, que líderes sindicais usem métodos autoritários e oligárquicos para calar e/ou derrotar a oposição, pois o fim desta poderia significar o fim do sindicato com sua vida democrática.

Democracia e Facções Sindicais

Martin (1987) parte de uma noção menos rígida do que a utilizada por Lipset e seus associados sobre organização de interesses. Enquanto para estes a expressão da democracia sindical se dá mediante a constituição de “partidos” sindicais, Martin enfatiza a organização de facções, algo mais fluído e menos rígido do que a noção de “partidos” (Hill, 1981, p. 135). Neste sentido, Martin parte de um pressuposto central: a existência de limites que impedem os dirigentes sindicais de tentar destruir a oposição interna serviria de garantia para a existência da democracia sindical.

Martin (1987, p. 224), através de crítica ao trabalho de V. L. Allen, rejeita a noção de que “o único critério para se medir a efetividade da liderança [sindical] é a medida em que eles alcançam [o] fim [a que se propõem]”, ou seja, “proteger e aumentar o nível de vida dos

membros do sindicato”. A crítica de Martin se baseia no seguinte paradoxo: se levada às últimas conseqüências, a visão de Allen levaria à conclusão de que “dirigentes sindicais autocráticos poderiam ser considerados democráticos na medida em que representassem os interesses econômicos dos filiados frente aos empregadores” (*idem*, p. 225).

Assim, de forma mais específica, Martin defende a visão de que a análise da democracia sindical deve passar necessariamente pela análise do processo eleitoral, pois “as eleições são o único meio de se descobrir a opinião majoritária” (*idem*).

Porém, ele faz uma crítica da noção de Lipset e associados de democracia sindical. Para Martin, Lipset aplicou muito mecanicamente o modelo institucional mais geral de democracia parlamentar à vida sindical. Na sua visão: “Em lugar de governo e oposição, a oposição formando um governo alternativo, um executivo [sindical] permanente é usualmente confrontado por uma pequena oposição não-institucionalizada, que procura mobilizar um largo segmento da maioria indiferente para influenciar a liderança em uma certa direção ou se infiltrar nela” (*idem*, p. 226).

Tal visão o conduz à proposição da seguinte definição, não muito precisa, como ele próprio reconhece, de democracia:

“Democracia sindical existe onde os dirigentes sindicais não podem impedir as facções opositoras de distribuir propaganda e de mobilizar apoio eleitoral. Ela [a definição] não requer que a oposição seja institucionalizada, nem que ela seja democrática; meramente que ela sobreviva como uma forma reconhecida de atividade política [pois] a facção é uma sanção indispensável contra a incapacidade da liderança em responder à opinião dos liderados” (*idem*, pp. 226-7).

Como etapa necessária no seu modelo, Martin enfatiza os limites que atuam sobre os dirigentes sindicais e que poderiam fazê-los tolerar as facções:

(1) a cultura política “age diretamente como um limite sobre os líderes sindicais e indiretamente mediante sua influência sobre as

crenças dos filiados acerca da legitimidade de certas práticas políticas” (*idem*, p. 229);

(2) a pressão do governo, em períodos de crise econômica, para os sindicatos diminuírem suas demandas pode vir a criar divisões entre a liderança e os liderados, levando à emergência de grupos de oposição “irresponsáveis”. Além disso, diante da crescente influência governamental, particularmente em políticas de combate à inflação e manutenção de condições satisfatórias de trabalho, há aumento de pressão para a centralização e burocratização e, portanto, do poder dos líderes (*idem*, pp. 229-30);

(3) o padrão de conflito de interesses econômicos entre grupos de liderados, a forma como os grupos se opõem aos líderes, assim como a estrutura do sindicato são largamente condicionados pela composição ocupacional dos filiados (passada, presente e futura) (*idem*, p. 230);

(4) no que diz respeito aos níveis de concentração da propriedade industrial e de cooperação entre os empregadores, à diversificação de produtos e de mercados, e ao sistema de negociação coletiva, há pressões em direção à centralização e à burocratização, e, assim, em direção à oligarquia (*idem*, p. 231);

(5) a disposição da direção sindical em tolerar a oposição e a probabilidade da maioria indiferente prestar atenção nas propostas das facções opositoras são também condicionadas pela situação econômica na indústria ou indústrias em que o sindicato atua (*idem*, pp. 231-2);

(6) as características da tecnologia industrial da(s) indústria(s) em que o sindicato atua afetam a democracia sindical. O nível de tecnologia, assim como a taxa de mudança tecnológica, condiciona o ambiente e o fluxo de trabalho, o nível de interação entre os filiados do sindicato no local de trabalho e, conseqüentemente, as oportunidades para a avaliação das políticas e dos líderes sindicais (*idem*, p. 232);

(7) a existência ou não de uma oposição é afetada diretamente pela fonte de poder de negociação sindical, pois a mesma determina a distribuição de poder entre o grupo executi-

vo e os demais grupos e, indiretamente, por meio da probabilidade de ocorrer a emergência de grupos antiliderança sindical durante greves não apoiadas pelos dirigentes (*idem*, pp. 232-3);

(8) as características dos filiados, no que diz respeito a qualidades específicas do “saber fazer política”, que exercem impacto sobre o nível de participação desses mesmos filiados, afetam o nível de democracia sindical (*idem*, p. 233);

(9) a atuação política da oposição depende de cinco fatores: o número de ex-dirigentes sindicais ainda ativos dentro do sindicato, o número de filiados comuns politicamente experientes, seu nível educacional, seus recursos materiais e seu compromisso ideológico (*idem*, p. 234);

(10) as atitudes das lideranças podem ser entendidas como uma pressão independente na medida em que são determinadas pelas crenças políticas individuais, pelas crenças dos filiados, pela racionalização dos requisitos funcionais nos papéis de liderança e pela sensibilidade com relação à cultura política em que se atua (*idem*, p. 235); e

(11) a estrutura sindical é de importância crucial, pois é por ela que todas as outras pressões operam. O maior ou menor grau de centralização, a relação dos dirigentes com os líderes não oficiais e o próprio sistema eleitoral são os principais determinantes da medida em que a estrutura formal facilita ou impede a articulação das discordâncias (*idem*, p. 236).

Eleições como Expressão de Democracia Sindical

Há semelhanças óbvias entre o modelo advogado por Edelstein e Warner (1975) e aquele proposto por Lipset e seus colaboradores, principalmente no que diz respeito à existência do sistema bipartidário. No entanto, é necessário atentar para o fato de que eles tentam refinar o modelo analítico de Lipset, Trow e Coleman, o que lhes permite desafiar as conclusões destes autores e, claro, as de Michels ao mostrar, apoiados em uma teoria organizacional de democracia sindical

(Edelstein, 1967), que sindicatos podem ou não ser democráticos. Esta teoria foi construída em torno de um modelo que enfatiza resultados eleitorais em um sistema de competição entre correntes, facções, "partidos" etc.

O primeiro ponto importante, que mostra a discordância desses autores de Michels e Lipset, é a afirmação de que há uma continuidade entre oligarquia e democracia e que, em determinados momentos, é quase impossível definir exatamente o que cada um destes estados significa, ou em que pólo se encontra um dado sindicato. Assim, impõe-se a definição precisa do que oligarquia e democracia significam.

Em primeiro lugar, oligarquia pode ser identificada — mesmo com existência de normas democráticas, mas com a ausência de obstáculos organizacionais — com tentativas no sentido de derrubar, por métodos escusos, os líderes democraticamente eleitos. Se existem mecanismos eleitorais formais e estes não são usados, isto significa que a organização é controlada por um número limitado de indivíduos de uma forma na qual não existe competição, o que quer dizer falta de democracia (Edelstein e Warner, 1975, p. 33).

A partir dessa definição de oligarquia, esses autores identificam sete formas oligárquicas de controle do poder: (1) hierarquização oficial simples; (2) oligarquia federal; (3) oligarquia colegiada; (4) oligarquia de cúpula; (5) sistema de partido único; (6) oligarquia apontada externamente; e (7) oligarquia neoclássica.⁸ Algumas destas formas podem se compatibilizar entre si, enquanto outras são absolutamente incompatíveis ou somente parcialmente compatíveis (*idem*, pp. 36-8).

Por sua vez, democracia é definida, em uma organização formal, ou em uma sociedade, como um sistema de processo decisório no qual os seus membros participam ativamente, direta ou indiretamente, por intermédio de seus representantes, na feitura e implementação de políticas e na seleção de dirigentes, em todos os níveis, na base da igualdade política (*idem*, 1975, p. 30).

Edelstein e Warner distinguem dois modelos de democracia sindical: (1) o modelo do

poder contrabalançado, no qual as forças opostas são iguais em *status* ou tamanho, poucas e poderosas, com bases de apoio interno (*idem*, p. 67); e (2) o modelo aleatório, no qual há pouca diferenciação na estrutura interna dos grupos competidores, caracterizando-se pela existência de numerosas e pequenas facções com líderes com pouco poder ou pouco reconhecimento fora de seus círculos restritos (*idem*, p. 68).

Em termos de fatores internos que influenciam o estabelecimento e a manutenção da democracia, esses autores chamam a atenção para a hierarquia dos diretores do(s) sindicato(s) sob análise. Desse modo, considera-se os seguintes pontos; (1) grau de (des)igualdade de *status* dos diretores; (2) diferenças entre os cargos; e (3) número de cargos eletivos. Assim, por exemplo, a princípio, se não existem grandes diferenças entre os diretores que tratam mais diretamente com questões relacionadas à democracia sindical, é provável que existam relações mais democráticas entre os diversos grupos políticos que formam a organização.

Em segundo lugar, existe a questão da subestrutura regional.⁹ Em concordância com Lipset e seus colaboradores, Edelstein e Warner afirmam que um certo grau de descentralização de poder entre os diferentes níveis regionais contribuiria para impedir processos oligárquicos dentro do sindicato. No entanto, diferentemente daqueles autores, eles alertam para o fato de que esta descentralização deve ter limites, pois a mesma, em grau extremo, pode provocar uma fraqueza orgânica no sindicato e pouco contribuiria para a democracia interna.

O terceiro aspecto enfatizado é o processo eleitoral. Existem basicamente dois modelos: (1) o sistema bipartidário que produz um mecanismo de auto-regulação, o qual pode resultar em eleitorais "apertados"; e (2) o sistema homeostático, que permite a eliminação progressiva de candidatos, menos os dois principais, mediante eleições preliminares ou pela transferência de votos no processo de contagem (*idem*, p. 73).

Em quarto lugar, enfatiza-se os sistemas

e procedimentos de votação. O foco de análise aqui é a participação dos membros do(s) sindicato(s) por meio do sistema de votação. Mostra-se que, naqueles sindicatos em que a proporção de delegados eleitos é maior do que a de apontados, há uma maior probabilidade de que as eleições sejam mais disputadas, o que impede a degeneração oligárquica dentro da organização. Um outro aspecto analisado neste ponto é o modo pelo qual as eleições acontecem: referendo ou convenção. É possível inferir que os autores parecem preferir o referendo à convenção, pois “a força de minorias dispersas pode ser mecanicamente dissipada em eleições feitas através de convenções”, o que poderia provocar falta de “oxigenação” do sistema (*idem*, p. 78).

Em suma, o esforço analítico desses autores é no sentido, principalmente, de construir uma teoria refinada capaz de diagnosticar o estado objetivo, em termos de democracia/oligarquia, de uma organização formal, neste caso, um sindicato. O resultado é um modelo analítico que nos permite estabelecer a seguinte hipótese: a democracia sindical será preservada se existirem obstáculos organizacionais que impeçam a concentração de poder nas mãos de um grupo limitado ou nas mãos de uma pessoa.

Roxborough (1984) operacionalizou, de forma mais sistemática, o modelo de Edelshtein e Warner. Com efeito, apesar de esses autores trabalharem com certo número de variáveis para a análise da democracia/oligarquia sindical, seu modelo volta-se basicamente para o sistema eleitoral em funcionamento nas organizações sindicais. Ou seja, o modelo teórico por eles desenvolvido funda-se na pressuposição de que democracia é sinônimo de um sistema eleitoral competitivo em que grupos, correntes, facções ou “partidos” têm condições justas de lutar por e receber os votos dos eleitores a partir de uma plataforma eleitoral. Além disso, grupos opositores devem ter o direito de criticar atos do grupo no poder. Como resultado destes há o fato de que a democracia existe quando há um grau razoável de substituição, mediante eleições, de lí-

deres e/ou grupos no poder. A operacionalização do modelo por Roxborough levou a um tratamento mais específico dos resultados eleitorais, os quais são organizados a partir de quatro indicadores: (1) porcentagem de eleições disputadas por, pelo menos, duas chapas; (2) grau de substituição, mediante eleições, de grupos no poder; (3) porcentagem média de votos recebidos pela chapa vencedora; e (4) existência de uma oposição organizada e permanente (Roxborough, 1984, pp. 132-44; Roxborough e Bizberg, 1983; Thompson e Roxborough, 1982; Mangabeira, 1993, p. 18; Moraes, 1992, pp. 256-76).

Conflito como Expressão de Democracia Sindical

Hemingway (1978) propôs um modelo de análise que enfatiza a existência do conflito interno como fator de democracia sindical. Este autor parte de uma questão bastante geral: podem os sindicatos manter, ao mesmo tempo, sua batalha por uma sociedade mais democrática e a democracia interna? (*idem*, p. 1).

Numa rápida avaliação de algumas correntes teóricas nas Ciências Sociais, desde o marxismo até os liberal-pluralistas, Hemingway argumenta que é possível extrair daí um dilema básico que resumiria o problema da democracia sindical: “Ou se escolhe uma liderança estável com o risco de se perder a liberdade de se discordar ou se escolhe esta última com o risco [inerente] da fragmentação e desorganização” (*idem*, p. 2).

É a partir deste dilema que Hemingway propõe o que ele chama de modelo do conflito de democracia sindical. As diversas posições teóricas no debate — algumas explicitadas acima — podem ser resumidas como se segue: algumas privilegiam aquilo que se poderia denominar de “controle através da participação”, que se refere ao argumento de que os sindicatos poderiam ser democráticos na medida em que mantivessem encontros regulares como forma dos filiados exercerem sanções sobre as políticas dos dirigentes (*idem*, pp. 5-7); outras correntes privilegiam o “controle através da oposição”, em que a democracia é

mantida pela articulação de uma oposição organizada (*idem*, pp. 7-9); finalmente, há aqueles que privilegiam o “controle através da satisfação”, ao enfatizarem não o controle democrático dos filiados sobre seus sindicatos, mas ao se perguntarem simplesmente se os sindicatos dão aos seus filiados aquilo que eles querem (*idem*, pp. 9-11).

Em oposição a estes modelos, Hemingway propõe o modelo do “controle através do conflito” sob o argumento de que:

“Conflito e controle são os lados opostos da mesma moeda; a presença de um significa a ausência do outro. Quando aparecem assuntos sobre os quais líderes e liderados discordam, as partes devem estrategicamente empregar recursos para conseguir o apoio da oposição e o resultado deste conflito demonstrará o equilíbrio do controle” (*idem*, p. 11).

O foco de análise centra-se na relação entre líderes oficiais e liderados ativos ou passivos, nos conflitos coletivos em lugar de conflitos individuais e sobre conflitos “organizados” em lugar de conflitos “desorganizados”. Finalmente, o autor enfatiza os aspectos estruturais e subjetivos das situações de conflito (*idem*, p. 13).

No que diz respeito, particularmente, aos aspectos estruturais do conflito, Hemingway chama a atenção para dois tipos de conflito: primeiro,

“As divisões verticais de interesse entre os filiados tornam mais difícil para os líderes a satisfação de todos aumentando assim a possibilidade de que alguns grupos discordem da liderança acerca de políticas sindicais específicas” (*idem*, p. 14).

Segundo, as

“Divisões horizontais, em termos de diferentes posições de influência dentro dos sindicatos e na máquina de negociação coletiva, podem possibilitar a emergência de discordâncias acerca de quem deveria ter o poder de tomar decisões: líderes ou liderados” (*idem*, p. 14).

Por outro lado, os aspectos subjetivos referem-se àquilo que os líderes e liderados consideram como importantes em suas vidas

— o que varia de situação para situação: o que define como e quando acontece o conflito (*idem*, pp. 16-7).

No que se refere ao processo de negociação coletiva, Hemingway enfatiza os recursos que devem ser estrategicamente mobilizados pelas diversas correntes. Primeiro, existem os “recursos institucionais” tais como moções e resoluções previstas nos estatutos sindicais. Em segundo lugar, existem os “recursos a alianças”, que se referem tanto a alianças internas entre grupos/facções, quanto a alianças externas como, por exemplo, aquelas com partidos políticos. Por fim, existe aquilo que o autor chama de “recursos à ação” que implicam ações diretas para limitar e constringer a oposição sindical quando se tem, por exemplo, de negociar cláusulas potencialmente polêmicas (*idem*, pp. 18-9).

Finalmente, como passo necessário, o autor se pergunta: como as diferentes partes usam tais recursos? Há três respostas possíveis: as estratégias persuasivas que empregam recursos institucionais; a estratégia manipuladora que emprega os recursos a alianças; e o uso coercitivo de recursos à ação. De acordo com Hemingway, a primeira será a preferida, pois envolve menos custos e inconveniências para ambos os lados no sentido de que se apelará para coisas tais como “consciência social” e “boa vontade” por parte da oposição (*idem*, p. 20).

Em segundo lugar viria a estratégia manipuladora, pois envolve a aceitação do que é legalmente permitido pelos estatutos, mas vai mais além por buscar, de forma calculada, o apoio externo como forma de fortalecer a posição de quem a emprega na arena institucional (*idem*, pp. 20-1).

Por último, o uso coercivo dos recursos à ação é (ou deveria ser) a estratégia menos preferida, pois a intenção é fazer a oposição cooperar por meio de medidas que enfatizam o limite e o constringimento.

O Marxismo e a Questão da Democracia Sindical

O marxismo contribuiu em muito para as Ciências Sociais em termos de pesquisas e

análises da classe operária e seus sindicatos. Porém, não há, surpreendentemente, quase nada escrito sobre o problema da democracia *versus* oligarquia interna em organizações sindicais. Ao que parece, a preocupação principal, do ponto de vista dos marxistas, isto é, a luta dos sindicatos dos trabalhadores, “sufocou” estudos sobre o problema da democracia em organizações formais de trabalhadores.

Classicamente, uma das concepções sobre o papel dos sindicatos, já na fase em que os bolcheviques haviam subido ao poder, era de que estes teriam a tarefa de construir o socialismo mediante a organização da produção. Na visão de Kollontai, não necessariamente partilhada por Lênin e outros dirigentes socialistas,

“Os sindicatos devem passar da actual posição de resistência passiva às instituições económicas à participação activa na direcção de toda a estrutura económica do país (Teses da Oposição Operária). Procurar, encontrar e criar novas e mais aperfeiçoadas formas económicas, encontrar novos incentivos para a produtividade do trabalho — tudo isso só pode ser conseguido pelas colectividades operárias, estreitamente ligadas às novas formas de produção. Só estas colectividades, pela sua experiência quotidiana, são capazes de chegar a algumas conclusões sobre a forma de gerir o trabalho num estado operário, onde a miséria, a pobreza, o desemprego e a competição no mercado da mão-de-obra deixam de ser os incentivos do trabalho [...]. Encontrar um estímulo, um incentivo para o trabalho — essa é a maior tarefa da classe operária colocada no limiar do comunismo. Ninguém, no entanto, senão a própria classe operária, *através das suas organizações de classe* é capaz de resolver este importante problema” (Kollontai, 1977, pp. 55-6, ênfase minha).

Em situação menos idealizada, sob o capitalismo, os poucos autores marxistas preocupados com o problema central deste ensaio têm tentado mostrar que há um descompasso entre as práticas dos dirigentes sindicais, vistos como “gerenciadores do descontentamento”, e os impulsos “verdadeiros” e demandas oriundos do chão-de-fábrica,¹⁰ ou seja, como organizações plenamente integradas ao sistema capitalista e, portanto, contrárias ao espí-

rito do trecho citado acima. Esta posição é expressa, por exemplo, por Hyman (1989), que sugere que os sindicatos estariam interessados em manter a “paz estabelecida” permitindo assim o controle dos trabalhadores pelos gerentes. Para ele, a própria existência de

“Relações estabelecidas entre sindicato-empregador podem servir, na verdade, para alterar o próprio carácter das reclamações dos empregados, ao definir a pauta de discussão dentro de limites estreitos que moldam os parâmetros para a sua resolução potencial; pois se questões de princípio fundamentais são suprimidas, a tarefa de alcançar um compromisso pode ser grandemente facilitada” (Hyman, 1989, p. 40).

Segundo ele, organizações atuando nos locais de trabalho expressariam melhor os interesses dos trabalhadores do que os sindicatos burocratizados e, portanto, conservadores. Isto aconteceria porque elas não estariam sujeitas a, nem comprometidas com, normas regulatórias presentes nas relações institucionalizadas entre dirigentes sindicais e empregadores.

Neste mesmo sentido, Giovanni Arrighi expressa pensamento semelhante:

“Devemos reconhecer que a transformação das organizações políticas da classe operária em instrumentos antes de contenção que de estímulo e apoio ao conflito industrial, durante a década passada [os anos 60], foi muito rápida e evidente — sem que houvesse um crescimento *significativo* de organizações políticas alternativas” (Arrighi *apud* Panitch, 1981, p. 83, ênfase original).

Embora com uma visão um pouco diferente da referida acima, Esping-Anderson, Friedland e Wright dizem que as estruturas do corporativismo nas sociedades de capitalismo avançado tendem a incorporar a classe operária, o que empresta apoio à visão adotada por Hyman:

“A premissa de uma estratégia corporativista é que a inclusão de líderes selecionados das organizações da classe trabalhadora (especialmente sindicatos, mas também, em certas ocasiões, partidos de esquerda) nos processos formais de planejamento estatal reduzirão a oposição da classe trabalhadora às políticas estatais sem requerer

massivas concessões às demandas populares. Este resultado somente ocorrerá se duas coisas acontecerem: primeiro, a liderança incorporada deve ser vista como legítima pela classe trabalhadora, e segundo, a liderança deve ser suficientemente isolada das pressões cotidianas da massa para aceitar os imperativos do planejamento nos interesses da acumulação do capital” (Esping-Anderson, Friedland e Wright, 1979, p. 149).

Finalmente, Panitch, mesmo fazendo uma crítica da visão de corporativismo expressa acima, escreve algo virtualmente igual:

“Quais os efeitos das estruturas políticas corporativistas sobre os sindicatos? O primeiro efeito *organizativo* é a articulação da organização coletiva de massas com aparelhos estatais centralizados, encorajando a *centralização* do movimento sindical de modo que as orientações sindicais são assumidas, em proporção crescente, através dos aparatos permanentes das centrais de confederações — antes que ao nível local ou pelos sindicatos individuais” (1981, p. 92, ênfases no original).

Dessa forma, o problema pode ser colocado em termos michelsianos, ou seja, a forma de negociação — centralizada — leva à separação da liderança das bases, desvirtuando o sentido da existência dos sindicatos como representantes dos trabalhadores.

Representatividade, Responsabilidade Política e Democracia Sindical

Há, pelo menos, duas correntes teóricas que enfatizam a questão da representatividade dos dirigentes sindicais como indicador de democracia em organizações formais de trabalhadores.

A primeira tende a centrar seu foco de análise em variáveis socioeconômicas e políticas. Assim, Handelman (1977), por exemplo, estudando o caso de dois sindicatos mexicanos, procura analisar a questão da democracia sindical como um problema de representatividade sindical ao considerar possíveis diferenças e/ou similaridades estatísticas entre líderes e liderados por meio de variáveis tais como idade, renda, nível educacional, porcentagem acima de 50 anos de idade, por-

centagem de nascidos em áreas urbanas e outras relacionadas à “consciência industrial e de classe”.¹¹ É importante notar que Handelman encontrou diferenças consideráveis entre líderes e liderados tendo em vista tais variáveis e concluiu que isso poderia significar uma divergência de interesses entre líderes e liderados em organizações sindicais.

Por outro lado, outra corrente tem chamado a atenção para a dinâmica do relacionamento entre seus líderes sindicais e seus liderados. Os trabalhos produzidos sob este foco afastaram-se da abordagem sobre procedimentos democráticos em sindicatos semelhantes a sistemas políticos gerais, tal como, por exemplo, no estudo de Lipset, e passaram a enfatizar os canais e procedimentos pelos quais se tenta assegurar a participação da base sindical no processo decisório. Assim, esses estudos examinam aspectos como os graus de responsabilidade política, isto é, em que medida a liderança presta contas de seus atos aos liderados, e de representatividade, isto é, em que medida a liderança se mostra comprometida com os interesses dos liderados. Vale enfatizar que esta concepção de representatividade se afasta daquele apresentada por Handelman.

Fosh e Cohen mostraram que havia graus diferentes de democracia dentro dos cinco sindicatos britânicos por elas analisados no que diz respeito ao compromisso dos diretores sindicais tanto com a representatividade, quanto com a responsabilidade política embutida em seus cargos. Para essas autoras, representatividade significa que as políticas dos líderes sindicais devem *espelhar* os “interesses expressos” dos liderados, enquanto responsabilidade política é a prática de “consultar e prestar conta aos liderados”, o que permite uma definição de democracia sindical que incorpora a idéia de democracia participativa. Elas testaram esses fatores contra um certo número de variáveis e concluíram que o grau de democracia sindical tem mais a ver com

“[...] a interação entre [...] líderes e liderados, o compromisso com o coletivismo e estilo de liderança e ameaças e desafios colocados pelos ge-

rentes [do que] com fatores institucionais [...], a influência de federações e confederações e os atributos particulares dos membros do sindicato [...]” (Fosh e Cohen, 1990, p. 138).

Finalmente, Heery e Kelly (1990) pesquisaram padrões de colaboração entre líderes sindicais de vários níveis hierárquicos e os liderados em geral em alguns sindicatos britânicos. As questões teóricas a que esses autores tentam responder foram desenvolvidas a partir das contribuições de Michels e de certos analistas marxistas da burocratização sindical. Como mostrado acima, essas duas tradições predizem que há uma diferenciação inevitável entre os interesses dos líderes e dos liderados. Além disso, como Heery e Kelly (1990, pp. 76-7) enfatizam, certos autores, tal como Hyman (1989), trabalhando dentro da tradição marxista têm sugerido que essa diferença se deve tanto ao fato de que líderes sindicais desenvolvem uma cultura política conservadora que aceita o controle dos gerentes sobre a força de trabalho, quanto à natureza essencialmente progressista dos trabalhadores.¹²

Heery e Kelly procuram mostrar que isto não ocorre, pelo menos nos sindicatos analisados por eles. Na verdade, encontraram um “amplo padrão de cooperação e interdependência entre diretores sindicais e delegados de base”. Além disso, em lugar de serem conservadores, como sugerido por Michels e Hyman, os diretores sindicais, em comparação com os delegados sindicais, são os que frequentemente propõem objetivos mais radicais. Ou seja, Heery e Kelly não encontraram evidência empírica suficiente para apoiar a idéia de que os líderes sindicais são conservadores e tentam “abafar” as demandas de uma base radical e progressiva. A conclusão desses dois autores é confirmada por outro estudo. Referindo-se a sindicatos do norte da Itália, Golden afirma que:

“Substantivamente, vimos que dirigentes sindicais radicais não representam necessariamente trabalhadores radicais e que os sindicatos podem ser mais radicais do que os empregados que procuram representar. Tal situação vai contra a maior parte do pensamento acerca do moderno

sindicalismo que, seguindo Robert Michels, tende a conceber os sindicatos como instituições inerentemente conservadoras e, com frequência, implicitamente, os trabalhadores como instintivamente radicais.” (Golden, 1988, p. 248).

É necessário ressaltar, por outro lado, que isto não significa que os líderes sindicais imponham suas demandas radicais sobre os liderados. De fato, ao mostrar que há uma cadeia de cooperação entre dirigentes e delegados, Heery e Kelly demonstram que há um relacionamento de mão-dupla entre eles. Ou seja, líderes sindicais estão comprometidos com a prestação de contas de seus atos e, ao mesmo tempo, tentam responder positivamente às demandas dos liderados. Assim, Heery e Kelly introduzem o conceito de liderança participativa para explicar o fato de que, apesar dos líderes sindicais terem um compromisso com a responsabilidade política e com a representatividade de seus cargos, eles mantêm um certo grau de autonomia quando negociam.

Conclusão

Este artigo não pretende ser uma análise exaustiva de todas as correntes teóricas relacionadas com o problema da democracia sindical. O objetivo foi discutir e apresentar criticamente aquelas correntes que têm tido maior impacto nessa área de estudos. Porém, a título de conclusão, alguns pontos podem ser adiantados. Primeiro, parece óbvio que a “lei” michelsiana não encontra apoio empírico na realidade sindical nos vários estudos aqui discutidos. Neste caso, a atualidade de Michels — gostaria de sugerir — encontra-se no problema teórico mais geral que ele colocou para os cientistas sociais. Como conseqüência, as questões principais ou, em outras palavras, a agenda de pesquisa, acerca da democracia sindical enquanto problema teórico pode ainda ser construída a partir da obra desse autor.

Segundo, há que se destacar a oposição entre as correntes que enfatizam o aspecto formal da democracia, traduzido no processo competitivo entre “partidos”, facções ou grupos sindicais, e as correntes que enfatizam o

aspecto processual da democracia, ilustrado pelos canais de participação e a relação entre líderes e liderados. Isto implica, obviamente, concepções diferentes acerca de qual é o papel dos sindicatos nas sociedades modernas e, mais importante, acerca do que é democracia.

Finalmente, é necessário, como terceiro ponto importante, enfatizar a diversidade dentro das duas correntes destacadas acima. Por um lado, entre aqueles que têm em comum a ênfase sobre o aspecto formal da democracia existem diferenças sobre o que se focar: a existência de "partidos" sindicais, as eleições

em si mesmas ou a existência de facções. Por outro lado, entre os que enfocam de forma privilegiada o aspecto processual da democracia sindical, há diferenças de definição, entre outras coisas, do que é representatividade. Mostrou-se, neste artigo, que uma corrente a entende como uma maior ou menor aproximação estatística, a partir de certas variáveis socioeconômicas, entre líderes e liderados, enquanto para outros representatividade tem a ver com padrões de cooperação entre esses dois pólos.

*Recebido para publicação
em maio de 1995)*

Notas

1. Não é possível, no escopo de um trabalho como este, esgotar toda a discussão sobre todas as correntes teóricas que têm contribuído para o debate sobre democracia sindical. Optei por discutir aquelas que têm exercido maior influência entre os estudiosos do tema.
2. A tradução deste e de outros trechos, ao longo do texto, de obras não disponíveis em português, é do autor deste trabalho.
3. A tradução do livro de Michels (1982) que utilizo, traz a expressão "lei de bronze da oligarquia". Optei por usar a primeira expressão por ser mais difundida e conhecida que a segunda. O capítulo especificamente chamado "A Lei de Ferro da Oligarquia" já havia sido assim traduzido e incluído na coletânea organizada por Souza (1966).
4. Uma boa descrição da posição dos líderes partidários social-democratas alemães com relação a greves encontra-se em Mommsen (1985). Uma análise interessante do impacto de tais atitudes sobre a perspectiva teórica de Michels encontra-se em Mitzman (1973). O estudo clássico da relação entre social-democratas e a classe trabalhadora alemã é o de Roth (1963).
5. Curiosamente, no filme de Kazan aludido anteriormente, o presidente do sindicato refere-se explicitamente às suas origens proletárias, ou talvez no lumpemproletariado, e às dificuldades que teve para "subir de vida" como argumento a favor do uso pessoal que faz do poder. Por outro lado, a título de ilustração, vale a pena comparar o julgamento de Michels com o de Lênin divulgado um pouco menos de dez anos antes do aparecimento do livro daquele:
"Os alemães atingiram já suficiente desenvolvimento político, têm suficiente experiência política, para compreender que, sem 'uma dezena' de chefes de talento (e os talentos não surgem às centenas), de chefes provados, profissionalmente preparados e instruídos por uma longa prática e bem unidos entre si, não é possível, na sociedade contemporânea, a luta firme de qualquer classe" (Lênin, 1986, p. 165).
6. Esta visão aproxima-se do que Schumpeter entendia como democracia, isto é, uma competição entre elites rivais. Cf. Schumpeter (1987) e Runciman (1966, p. 81).
7. O ITU corresponderia, dentro do nosso sistema sindical, a uma federação. No entanto, no sistema americano, tal tipo de sindicato, com características federativas, tem uma atuação mais ativa que seus congêneres brasileiros.

8. É importante notar que, ao definirem essas formas de oligarquia, Edelstein e Warner têm em mente os modelos britânicos e americano de estrutura sindical.
9. É importante ressaltar que este aspecto tem importância específica no que diz respeito aos sindicatos americanos e britânicos por causa de sua organização à moda federativa.
10. Nunca é demais lembrar que o impulso mais profundo sentido por Michels para elaborar sua "lei de ferro da oligarquia" vinha de suas idéias socialistas, o que o levou à crítica da atitude dos dirigentes socialistas com relação à luta dos trabalhadores.
11. Ao considerar tais atributos, de um ponto de vista mais geral da teoria das elites, Handelman vai contra o pensamento de Pareto. De acordo com Runciman (1966, p. 80),
 "[...] as características médias da população não serão, em nenhuma análise, o que Pareto chama de resíduos adequados ao governo; e a menos que acreditemos que uma determinada característica social está necessariamente correlacionada com as virtudes que gostaríamos de ver em nossos governantes, então não há razão para dizermos que, por uma questão de princípio, os governantes devem, como um grupo, refletir estatisticamente os atributos daqueles a quem governam. O argumento da representatividade [...] deve ser interpretado num sentido totalmente diverso da palavra 'representar'".
12. Com relação a posições diferentes das de Hyman, dentro da tradição marxista, ver Kelly (1988, pp. 147-83); Offe e Wiesenthal (1984, pp. 56-118).

Bibliografia

- Albertoni, Ettore A.
 1990 *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro, Imago.
- Almeida, José Maria de
 1993 "Organização por Local de Trabalho versus Burocratização", in S. L. Neto e V. Giannotti (orgs.), *Para Onde Vai a CUT?*. São Paulo, Scritta.
- Anderson, John C.
 1978 "A Comparative Analysis of Local Union Democracy". *Industrial Relations*, vol. 17, n.º 3.
 1979 "Local Union Participation: A Re-Examination". *Industrial Relations*, vol. 18, n.º 1.
- Batstone, Eric, Boraston, Ian e Frenkel, Stephen
 1978 *The Social Organization of Strikes*. Oxford, Basil Blackwell.
 1979 *Shop Stewards in Action: The Organization of Workplace Conflict and Accommodation*. Oxford, Basil Blackwell.
- Bealey, Frank
 1977 "The Political System of the Post Office Engineering Union". *British Journal of Industrial Relations*, vol. 15, n.º 3.
- Beetham, David
 1977a "From Socialism to Fascism: The Relation between Theory and Practice in the Work of Robert Michels. I. From Marxist Revolutionary to Political Sociologist". *Political Studies*, vol. 25, n.º 1.
 1977b "From Socialism to Fascism: The Relation between Theory and Practice in the Work of Robert Michels. II. The Fascist Ideologue". *Political Studies*, vol. 25, n.º 2.
 1981 "Michels and his Critics". *Archives Européennes de Sociologie*, n.º 22.
- Blau, Peter
 1975 "Organizaciones", in D. L. Sills (org.), *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*. Madrid, Aguilar, vol. 7.

- Bok, D. e Dunlop, J.
1987 "How Trade Union Policy is Made", in W. E. J. McCarthy (org.), *Trade Unions: Selected Readings*, (2.^a ed.). Harmondsworth, Penguin.
- Boraston, Ian, Clegg, Hugh e Rimmer, Malcolm
1975 *Workplace and Union: A Study of Local Relationships in Fourteen Unions*. Londres, Heinemann.
- Burnham, James
1943 *The Machiavellians: Defenders of Freedom*. Nova York, John Day Company.
- Castillo, Efraín R. del
1984 *Sindicalismo: Factor de Poder Político*. Buenos Aires, Depalma.
- Chaison, Gary N. e Rose, Joseph B.
1977 "Turnover among Presidents of Canadian National Unions". *Industrial Relations*, vol. 16, n.º 2.
- Clark, Paul F. e Gray, Lois S.
1991 "Union Administration", in G. Strauss, D. G. Gallagher e J. Fiorito (orgs.), *The State of the Unions*. Wisconsin, Industrial Relations Research Association Series.
- Clegg, Hugh
1976 *Trade Unionism under Collective Bargaining*. Oxford, Basil Blackwell.
- Coleman, John R.
1956 "The Compulsive Pressures of Democracy in Unionism". *American Journal of Sociology*, vol. 61, n.º 6.
- Comisso, Ellen
1981 "Workers' Councils and Labor Unions: Some Objective Tradeoffs". *Politics & Society*, vol. 10, n.º 3.
- Cook, Philip J.
1971 "Robert Michels's Political Parties in Perspective". *Journal of Politics*, vol. 33, n.º 3.
- Craig, John G. e Gross, Edward
1970 "The Forum Theory of Organization Democracy: Structural Guarantees as Time-Related Variables". *American Sociological Review*, vol. 35, n.º 1.
- Crew, David F.
1979 *Town in the Ruhr: A Social History of Bochum, 1860-1914*. Nova York, Columbia University Press.
- Crouch, Colin
1982 *Trade Unions: The Logic of Collective Action*. Londres, Fontana.
- Dufty, N. F.
1979 "The Characteristics and Attitudes of Full Time Union Officials in Western Australia". *British Journal of Industrial Relations*, vol. 17, n.º 2.
- Edelstein, J. David
1967 "An Organizational Theory of Union Democracy". *American Sociological Review*, vol. 32, n.º 1.

- Edelstein, J. David e Warner, Malcolm
 1975 *Comparative Union Democracy: Organisation and Opposition in British and American Unions*. Londres, Allen & Unwin.
- 1977 "Research Areas in National Union Democracy". *Industrial Relations*, vol. 16, n.º 2.
- Edwards, P. K. e Scullion, Hugh
 1982 *The Social Organization of Industrial Conflict: Control and Resistance in the Workplace*. Oxford, Basil Blackwell.
- Eldridge, J. E. T.
 1971 *Sociology and Industrial Life*. Sunbury-on-Thames, Thomas Nelson.
- Esping-Anderson, Gosta; Friedland, Roger e Wright, Erik O.
 1979 "Class Struggle and the Capitalist State", in R. Quinney (org.), *Capitalist Society: Readings for a Critical Sociology*. Homewood, Dorsey Press.
- Faunce, William A.
 1962 "Size Locals and Union Democracy". *American Journal of Sociology*, vol. 68, n.º 3.
- Fiorito, Jack; Gramm, Cynthia L. e Hendricks, Wallace E.
 1991 "Union Structural Choices", in G. Strauss; D. G. Gallagher e J. Fiorito (orgs.), *The State of the Unions*. Wisconsin, Industrial Relations Research Association Series.
- Fosh, Patricia e Cohen, Sheila
 1990 "Local Trade Unionists in Action: Patterns of Union Democracy", in P. Fosh e E. Heery (orgs.), *Trade Unions and their Members: Studies in Union Democracy and Organization*. Londres, Macmillan.
- Gallagher, Daniel G. e Strauss, George
 1991 "Union Membership Attitudes and Participation", in G. Strauss; D. G. Gallagher e J. Fiorito (orgs.), *The State of the Unions*. Wisconsin, Industrial Relations Research Association Series.
- Gamm, Sara
 1979 "The Election Base of National Union Executive Boards". *Industrial & Labor Relations Review*, vol. 32, n.º 3.
- Gennard, J.; Gregory, M. e Dunn, S.
 1987 "Union Rules and Union Discipline", in W. E. J. McCarthy (org.), *Trade Unions: Selected Readings* (2.ª ed.). Harmondsworth, Penguin.
- Glick, William; Mirvis, Philip e Harder, Diane
 1977 "Union Satisfaction and Participation". *Industrial Relations*, vol. 16, n.º 2.
- Golden, Miriam
 1988 *Labor Divided: Austerity and Working Class Politics in Contemporary Italy*. Ithaca, Cornell University Press.
- Goldfield, Michael
 1982 "The Decline of Organized Labor: NLRB Union Certification Election Results". *Politics & Society*, vol. 11, n.º 2.

- Gonçalves, Francisco L. S.
1984 "Dependência Financeira Assistencialismo e Burocratização nos Sindicatos Brasileiros", in Vários Autores, *Sindicatos em uma Época de Crise*. Petrópolis, Vozes/São Paulo, CEDEC.
- Gracia, Jaime F. C.
1992 *Crisis de Legitimidad y Democracia Interna de los Partidos Políticos*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Handelman, Howard
1977 "Oligarchy and Democracy in Two Mexican Labor Unions: A Test of Representation Theory". *Industrial & Labor Relations Review*, vol. 30, n.º 2.
- Hands, Gordon
1971 "Robert Michels and the Study of Political Parties". *British Journal of Political Science*, vol. 1, n.º 2.
- Hartmann, Heinz
1979 "Works Councils and the Iron Law of Oligarchy". *British Journal of Industrial Relations*, vol. 17, n.º 1.
- Heery, Edmund e Fosh, Patricia
1990 "Introduction: Whose Union? Power and Bureaucracy in the Labour Movement", in P. Fosh e E. Heery (orgs.), *Trade Unions and their Members: Studies in Union Democracy and Organization*. Londres, Macmillan.
- Heery, Edmund e Kelly, John
1994 "Professional, Participative and Managerial Unionism: An Interpretation of Change in Trade Unions". *Work, Employment & Society*, vol. 8, n.º 1.
- Heery, Edward e Kelly, John
1990 "Full-time Officers and the Shop Steward Network: Patterns of Co-operation and Interdependence", in P. Fosh e E. Heery (orgs.), *Trade Unions and their Members: Studies in Union Democracy and Organization*. Londres, Macmillan.
- Hemingway, John
1978 *Conflict and Democracy: Studies in Trade Union Government*. Oxford, Clarendon Press.
- Hill, Stephen
1981 *Competition and Control at Work*. Londres, Heinemann.
- Hyman, Richard
1975 *Industrial Relations: A Marxist Introduction*. Londres, Macmillan.
- 1983 "Trade Unions: Structure, Policies, and Politics", in G. S. Bain (org.), *Industrial Relations in Britain*. Oxford, Basil Blackwell.
- 1989 *The Political Economy of Industrial Relations*. Londres, Macmillan.
- Kelly, John
1988 *Trade Unions and Socialist Politics*. Londres, Verso.
- Kollontai, Alexandra
1977 *A Oposição Operária, 1920-1921*. Porto, Afrontamento.

- Korpi, Walter
 1978 *The Working Class in Welfare Capitalism: Work, Unions and Politics in Sweden*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Lênin, Vladimir I.
 1986 "O Que Fazer?", in *Obras Escolhidas*. (3.^a ed.). São Paulo, Alfa-Omega, vol. 1.
- Lima, Almerico
 1993 "Instâncias da CUT, Organização por Local de Trabalho e Democracia", in S. L. Neto e V. Giannotti (orgs.), *Para Onde Vai a CUT?*. São Paulo, Scritta.
- Linz, Juan J.
 1975 "Robert Michels", in D. L. Sills (org.), *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*. Madrid, Aguilar, vol. 7.
- Lipset, Seymour M.
 1962 "Introduction", in R. Michels, *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. Nova York, Collier Books.
 1967 "The Biography of a Research Project: Union Democracy", in P. E. Hammond (org.), *Sociologists at Work: The Graft of Social Research*. Garden City, Anchor Books.
 1972 "Moisei Ia. Ostrogorsky", in D. L. Sills (orgs.), *International Encyclopaedia of the Social Sciences*. MacMillan e Free Press, Nova York, vol. 11.
 1983 "The Political Process in Trade-Unions", in *Political Man: The Social Bases of Politics* (2.^a ed.). Londres, Heinemann.
- Lipset, Seymour M., Trow, Martin e Coleman, James S.
 1956 *Union Democracy: The Inside Politics of the International Typographical Union*. Nova York, Free Press.
- MacMahon, Arthur W.
 1963 "Moisey Yakovlevich Ostrogorsky", in E. R. A. Seligman (org.), *Encyclopaedia of the Social Sciences*. Nova York, Macmillan, vol. 11.
- Mangabeira, Wilma
 1993 *Os Dilemas do Novo Sindicalismo: Democracia e Política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Anpocs.
- Marcus, Philip M.
 1966 "Union Conventions and Executive Boards: A Formal Analysis of Organizational Structure". *American Sociological Review*, vol. 31, n.º 1.
- Martin, Roderick
 1978 "The Effects of Recent Changes in Industrial Conflict on the Internal Politics of Trade Unions: Britain and Germany", in C. Crouch e A. Pizzorno (orgs.), *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe since 1968*. Nova York, Holmes & Meier Publishers, vol. 2.
 1987 "Union Democracy: An Explanatory Framework", in W. E. J. McCarthy (org.), *Trade Unions: Selected Readings* (2.^a ed.). Harmondsworth, Penguin.
- May, John D.
 1970 "Democracia, Organização, Michels", in M. S. de Amorim (org.), *Sociologia Política, II*. Rio de Janeiro, Zahar.

- Mayhew, Bruce H. e Levinger, Roger L.
 1976 "On the Emergence of Oligarchy in Human Interaction". *American Journal of Sociology*, vol. 85, n.º 1.
- Medeiros, Rejane
 1992 *Cotidiano Sindical: Entraves e Bandeiras*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- Michels, Robert
 1927 "Some Reflections on the Sociological Character of Political Parties". *American Political Science Review*, vol. 21, n.º 4.
 1949a "Authority", in E. R. A. Seligman (org.), *Encyclopedia of the Social Sciences*. Nova York, Macmillan, vol. 2.
 1949b "Conservatism", in E. R. A. Seligman (org.), *Encyclopedia of the Social Sciences*. Nova York, Macmillan, vol. 4.
 1949c "Intellectuals", in E. R. A. Seligman (org.), *Encyclopedia of the Social Sciences*. Nova York, Macmillan, vol. 8.
 1949d *First Lectures in Political Sociology*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
 1982 *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Ed. da UnB.
- Middlebrook, Kevin J.
 1989 "Union Democratization in the Mexican Automobile Industry: A Reappraisal". *Latin American Research Review*, vol. 24, n.º 2.
- Mitzman, Arthur
 1973 *Sociology and Estrangement: Three Sociologists of Imperial Germany*. Nova York, Alfred A. Knopf.
- Mommsen, Hans
 1985 "The Free Trade Unions and Social Democracy in Imperial Germany", in W. J. Mommsen e H.-G. Husung (orgs.), *The Development of Trade Unionism in Great Britain and Germany, 1880-1914*. Londres, Allen & Unwin.
- Mommsen, Wolfgang J.
 1981 "Max Weber and Roberto Michels: An Asymmetrical Partnership". *Archives Européennes de Sociologie*, vol. 22.
 1987 "Robert Michels and Max Weber: Moral Conviction versus the Politics of Responsibility", in W. J. Mommsen e J. Osterhammel (orgs.), *Max Weber and His Contemporaries*. Londres, Allen & Unwin.
- Morais, Jorge V. de
 1992 "New Unionism" and Union Politics in Pernambuco (Brazil) in the 1980s. Tese de doutorado em Sociologia, London School of Economics, datilo.
 1993 "Sindicatos e Democracia Interna, 1978-1992: Rupturas e Continuidades". *Cadernos de Estudos Sociais*, vol. 9, n.º 1.
 1994a "Sindicatos e Democracia Sindical: Representatividade e Responsabilidade Política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 25.
 1994b "Democracia y Política Interna en los Sindicatos Brasileños, 1978-1992". *Revista Mexicana de Sociología*, n.º 3.

- Morais, Jorge V. de e Medeiros, Rejane
 1994 *A Dinâmica da Política Interna do Novo Sindicalismo: Rupturas e Continuidades*. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.
- Myden, Philip W.
 1985 "Democratizing Organizations: A Case Study of a Union Reform Movement". *American Journal of Sociology*, vol. 90, n.º 6.
- Offe, Claus e Wiesenhal, Helmut
 1984 "Duas Lógicas da Ação Coletiva: Anotações Teóricas sobre Classe Social e Forma Organizacional", in C. Offe, *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Panitch, Leo
 1981 "Os Sindicatos e o Estado no Capitalismo Avançado". *Revista de Cultura Política*, n.º 5-6.
- Poole, Michael
 1974 "Towards a Sociology of Shop Stewards". *Sociological Review*, vol. 22, n.º 1.
- Raphael, Edna E.
 1965 "Power Structure and Membership Dispersion in Unions". *American Journal of Sociology*, vol. 71, n.º 3.
 1967 "The Anderson-Warkov Hypotheses in Local Unions: A Comparative Study". *American Sociological Review*, vol. 32, n.º 5.
- Ramaswamy, E. A.
 1977 "The Participatory Dimension of Trade Union Democracy: A Comparative Sociological View". *Sociology*, vol. 11, n.º 3.
- Rigg, Paul
 1987 "Miners and Militancy: A Study of Branch Union Leadership". *Industrial Relations Journal*, vol. 18, n.º 3.
- Roth, Guenther
 1963 *The Social Democrats in Imperial Germany: A Study in Working-Class Isolation and National Integration*. Totowa, Bedminister Press.
- Roxborough, Ian
 1984 *Unions and Politics in Mexico: The Case of the Automobile Industry*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Roxborough, Ian e Bizberg, Ilan
 1983 "Union Locals in Mexico: The 'New Unionism' in Steel and Automobiles". *Journal of Latin American Studies*, vol. 15, n.º 1.
- Roy, Donald F.
 1968 "The Union-Organizing Campaign as a Problem of Social Distance: Three Crucial Dimensions of Affiliation-Disaffiliation", in H. S. Becker *et alii* (orgs.), *Institutions and the Person*. Chicago, Aldine Publishing.
- Runciman, W. G.
 1966 "Elites e Oligarquias", in *Ciência Social e Teoria Política*. Rio de Janeiro, Zahar.

- Sabel, Charles
1981 "The Internal Politics of Trade Unions", in S. Berger (org.), *Organizing Interests in Western Europe: Pluralism, Corporatism, and the Transformation of Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Sartori, Giovanni
1994 *Teoria da Democracia Revisitada. I. O Debate Contemporâneo*. São Paulo, Ática.
- Scaff, Lawrence A.
1981 "Max Weber and Robert Michels". *American Journal of Sociology*, vol. 86, n.º 6.
- Schumpeter, Joseph
1987 *Capitalism, Socialism and Democracy* (6.ª ed.). Londres, Unwin Hyman.
- Silva, Roque A. da
1984 "Representatividade, Democracia e Unidade no Sindicalismo Brasileiro", in Vários Autores, *Sindicatos em uma Época de Crise*. Petrópolis, Vozes/São Paulo, Cedec.
- Smith, Clagett G. e Ari, Oguz N.
1964 "Organizational Control Structure and Member Consensus". *American Journal of Sociology*, vol. 69, n.º 9.
- Souza, Amaury de (org.)
1966 *Sociologia Política*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Spielmanns, John V.
1952 "Union Representation Elections". *Journal of Political Economy*, vol. 60, n.º 4.
- Spinrad, William
1960 "Correlates of Trade Union Participation: A Summary of the Literature". *American Sociological Review*, vol. 25, n.º 2.
- Strauss, George
1956 "Control by the Membership in Building Trades Unions". *American Journal of Sociology*, vol. 61, n.º 6.
1977 "Union Government in the U. S.: Research Past and Future". *Industrial Relations*, vol. 16, n.º 2.
1991 "Union Democracy", in G. Strauss, D. G. Gallagher e J. Fiorito (orgs.), *The State of the Unions*. Wisconsin, Industrial Relations Research Association Series.
- Tagliacozzo, Daisy L.
1956 "Trade Union Government, its Nature and its Problems: A Bibliographical Review, 1945-55". *American Journal of Sociology*, vol. 61, n.º 6.
- Tagliacozzo, Daisy L. e Seidman, Joel
1956 "A Typology of Rank-and-File Union Members". *American Journal of Sociology*, vol. 61, n.º 6.
- Tannenbaum, Arnold S.
1956 "Control Structure and Union Functions". *American Journal of Sociology*, vol. 61, n.º 6.
1975 "Mecanismos de Controle nas Agências Sindicais dos Trabalhadores", in *O Controle das Organizações*. Petrópolis, Vozes.

- Taylor, Robert
1976 "How Democratic Are the Trade Unions". *Political Quarterly*, vol. 47, n.º 1.
- Terry, Michael
1982 "Organising a Fragmented Workforce: Shop Stewards in Local Government". *British Journal of Industrial Relations*, vol. 20, n.º 1.
- Thacker, James W., Fields, Mitchell W. e Barclay, Lizabeth A.
1990 "Union Commitment: An Examination of Antecedent and Outcome Factors". *Journal of Occupational Psychology*, vol. 63, n.º 1.
- Thompson, Mark e Roxborough, Ian
1982 "Union Elections and Democracy in Mexico: A Comparative Perspective". *British Journal of Industrial Relations*, vol. 20, n.º 2.
- Tine, Warren R. V.
1973 *The Making of the Labor Bureaucrat: Union Leadership in the United States, 1870-1920*. Amherst, University of Massachusetts Press.
- Undy, Roger e Martin, Roderick
1984 *Ballots and Trade Union Democracy*. Oxford, Basil Blackwell.
- Undy, Roger et alii
1987 "A Typology of Union Government", in W. E. J. McCarthy (org.), *Trade Unions: Selected Readings*. Harmondsworth, Penguin.
- Walsh, Edward J. e Craypo, Charles
1979 "Union Oligarchy and the Grass Roots: The Case of the Teamster's Defeat in Farmworker Organizing". *Sociology and Social Research*, vol. 63, n.º 2.
- Weffort, Francisco
1972 *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968*. São Paulo, Cebrap.
- Wippler, Reinhard
1986 "Oligarchic Tendencies in Democratic Organizations". *Netherland's Journal of Sociology*, vol. 22, n.º 1.
- Won, George e Yamamura, Douglas
1968 "Career Orientation of Local Union Leadership: A Case-Study". *Sociology and Social Research*, vol. 52, n.º 2.
- Yerbury, Dianne
1978 "Participation and Apathy in Trade Unions". *Australian Journal of Public Administration*, vol. 37, n.º 1.
- Zeitlin, Irving M.
1990 "Robert Michels (1876-1936)", in *Ideology and Development of Sociological Theory* (4.ª ed.). Nova Jersey, Prentice Hall.

Resumo

Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical

Discute-se neste artigo as principais teorias sociológicas referentes ao problema da democracia sindical. O trabalho rastreia as origens do problema nos trabalhos pioneiros de cientistas sociais como S. E. B. Webb e Robert Michels. Além disso, analisa as principais vertentes sociológicas contemporâneas tais como as contribuições de Lipset, Warner e Edelstein, do marxismo e dos teóricos da democracia sindical enquanto um problema de representatividade. Um outro aspecto enfatizado são os aspectos positivos e negativos das diferentes teorias aqui discutidas.

Abstract

Workers, Unions, and Democracy: A Bibliographical Essay on Union Democracy

In a discussion of main sociological theories on union democracy, the article examines the origins of this issue in the pioneer works of such social scientists as S. E. B. Webb and Robert Michels. Today's main sociological currents are also analyzed, including the contributions of Lipset, Warner, and Edelstein, of Marxism, and of those theoreticians who see union democracy as a question of representivity. Both positive and negative aspects of the various theories are underscored as well.

Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras

Maria da Gloria Bonelli
Silvana Donatoni

Introdução

O objetivo deste ensaio é focalizar como a problemática profissional desenvolveu-se na literatura sociológica brasileira entre as décadas de 60 e 90, estendendo-se até 1994. No início deste período, o sistema universitário, grande impulsionador das profissões de nível superior, viveu intensa expansão. Esse fenômeno refletiu-se nos estudos sobre as profissões, configurando-os como um campo de investigação, com a diversificação de enfoques teóricos e a constituição de vertentes analíticas.

Em 1963, Oracy Nogueira realizou uma pesquisa sobre a profissionalização no Brasil, centrando seu olhar no que identificou como a problemática da época: o crescimento do número de profissionais de nível superior que eram absorvidos pelo mercado de trabalho em condições de exercício não-liberal. Assim, o enfoque vigente na bibliografia anglo-saxã, que associava a autonomia e o controle sobre o trabalho às profissões liberais tradicionais de maior prestígio social, aparecia para este autor como um problema na profissionalização brasileira. Ele denominou o fenômeno que investigava de "institucionalização" das profissões, em oposição à condição liberal considerada típica.

Dada a enorme dificuldade encontrada para reunir dados sistemáticos sobre as profissões, informações desconhecidas na época pelas próprias associações profissionais, Nogueira optou por priorizar, em seu estudo, os dados históricos, seguidos dos poucos dados estatísticos globais, de alguma observação

participante, de entrevistas e do acompanhamento do noticiário de quatro jornais paulistas.

O trabalho compôs-se de dois volumes. No primeiro, o autor apresentou a problemática que denominou de "tendência à institucionalização", vista como comprometidora do modelo liberal tradicional, desenvolveu o conceito sociológico de profissão, resumiu a história das profissões no Ocidente e sistematizou a história das profissões no Brasil desde o período colonial. No segundo volume, baseando-se nas monografias feitas por seus assistentes, que levantaram dados sobre Engenharia, Advocacia, Medicina, Enfermagem, Economia, Arquitetura, Farmácia, Odontologia, Química e Veterinária, analisou quais destas profissões estavam mais "institucionalizadas" e quais as que preservavam as características liberais. Isto foi feito considerando-se a formação e a oferta de profissionais, bem como o processo e o grau de institucionalização de cada profissão.

Nogueira foi o autor da primeira sistematização da perspectiva profissional nos estudos sociológicos brasileiros realizada no período aqui focalizado. Nela, ele registra recorrentemente a dificuldade de obter dados para a realização de pesquisas empíricas, impossibilitando, inclusive, a realização de amostras para estudos quantitativos.

O segundo trabalho produzido com um objetivo semelhante, ou seja, fazer um balanço dos estudos sobre profissões no Brasil, foi o artigo publicado por José Carlos Durand em 1975. Esta nova revisão bibliográfica, realizada 12 anos depois da primeira, mostra um maior amadurecimento na forma de tratar a

temática, tanto por se basear em um acervo de dados mais consistente, quanto por ter sido realizada num contexto de expansão do sistema universitário e das profissões de nível superior de contornos mais claros e definidos do que o do período anterior.

A partir de 12 estudos de caso sobre profissões no Brasil, Durand desenvolve uma análise crítica do enfoque dominante à época na Sociologia das Profissões norte-americana, permeado pelo viés ideológico, e amplia sua crítica aos estudos brasileiros, polarizados, segundo ele, entre a vertente funcionalista, identificada com o olhar de Nogueira, e as vertentes marxistas que viam apenas o processo da proletarianização das profissões no Brasil. O autor propõe uma análise das práticas monopolistas das profissões e das suas formas de dependência e/ou pertinência à classe dominante, recorrendo a uma redefinição da problemática do profissionalismo, da perspectiva da teoria do campo simbólico desenvolvida por Pierre Bourdieu.

O balanço da produção bibliográfica que faremos aqui, 20 anos depois do estudo de Durand, aponta para a consolidação desta temática na Sociologia brasileira. Catalogamos 144 títulos que focalizam o tema das profissões ou dos profissionais de nível superior, mesmo que não lidem com o enfoque da Sociologia das Profissões. A principal expansão deste campo de investigação deu-se a partir de 1985. Entre 1985 e 1994 foram produzidos 62% dos trabalhos catalogados. A ausência de informações, tão intensamente registrada por Nogueira quando da realização do seu primeiro levantamento, já não vitimiza mais a área.

O desenvolvimento desta revisão bibliográfica segue três etapas básicas: seleção e resumo de trabalhos que caracterizam diferentes formas de se focar as profissões no Brasil; análise do desenvolvimento desta temática na Sociologia brasileira; compilação da produção das Ciências Sociais sobre profissões no período estudado. Os textos selecionados, cujos resumos apresentamos ao leitor, são: *O Magistério Primário numa Socie-*

dade de Classes, de Luiz Pereira (1969);¹ *Engenheiro: Trabalho e Ideologia*, de Lili Katsuco Kawamura (1979); *O Arquiteto: Estudo Introdutório de uma Ocupação*, de José Carlos Garcia Durand (1972); *Medicina e Sociedade: O Médico e Seu Mercado de Trabalho*, de Maria Cecília F. Donnangelo (1975); *Os Advogados: Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho*, de Joaquim de Arruda Falcão (1984); *Médicos e Curandeiros: Conflito Social e Saúde*, de Maria Andréa Loyola (1984); *Profissionalização e Credenciamento: A Política das Profissões*, de Marcelo J.M. da C. Marinho (1985); "Classe Média Profissional no Brasil: Teoria e Organização Política e Sindical", de Solange de Deus Simões (1992); *Reconstruindo as Minas e Planejando as Gerais: Os Engenheiros e a Constituição dos Grupos Sociais*, de Maria Lígia de Oliveira Barbosa (1993); "Quem é Moderno? Um Estudo sobre as Estratégias Discursivas de Gerentes Brasileiros", de Roberto Grün (1992); *A Profissão Acadêmica no Brasil*, de Simon Schwartzman e Elizabeth Balbachevsky (1992); *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*, de Maria da Glória Bonelli (1993).

Esta seleção priorizou livros, teses e artigos publicados nos veículos de divulgação das Ciências Sociais que recorriam ao enfoque da Sociologia das Profissões, fosse para criticá-lo, ressaltando suas limitações, fosse para aprofundá-lo no estudo da realidade brasileira. Outro critério adotado para selecionar os trabalhos foi a possibilidade de ilustrar as distintas perspectivas que compõem o leque teórico deste campo de investigação.

A produção brasileira relacionada ao tema por nós levantada foi classificada aqui segundo a profissão. Mesmo os trabalhos que focalizam as profissões superiores ou seus profissionais sob perspectivas analíticas distintas daquelas da Sociologia das Profissões foram assim agrupados na compilação organizada na terceira parte deste ensaio. Priorizou-se os estudos que se referiam ao corpo profissional, ao desempenho da atividade, à

sua organização e institucionalização, à sua auto-imagem, identidade e opiniões, à constituição de novos grupos, áreas, especializações e escolas e à delimitação de campos profissionais, disputas e conflitos pelo domínio de atividades e de monopólios de saber. O trabalho de compilação das referências bibliográficas apresentadas foi realizado em diversas bibliotecas.² Investigou-se também as principais revistas científicas da área³ e os trabalhos apresentados nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).

A bibliografia anglo-saxã sobre o tema utiliza o termo profissão para referir-se às atividades ocupacionais que requerem um título superior para o seu desempenho. Nos países onde predomina essa cultura, a palavra profissão destina-se a identificar aqueles que possuem um diploma superior e o usam para a obtenção de posições no mercado de trabalho. Quem não tem esse título trabalha em atividades que não envolvem o conhecimento superior, possuindo, portanto, uma ocupação. Como os estudos sobre profissões se desenvolveram inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, trouxeram, desde sua origem, esta qualificação para o significado do termo profissão. A distinção profissão/ocupação, existente na própria língua, reflete a força que as atividades de nível superior conquistaram nessas sociedades, impondo a todos uma classificação que é questionada, na prática, por algumas categorias ocupacionais.

No Brasil, na França e nos países de origem latina, a diferença entre profissão e ocupação na linguagem cotidiana é menos nítida. Embora priorizemos, neste trabalho, a definição acadêmica do conceito, optando por selecionar estudos sobre aquelas atividades profissionais que têm como pré-requisito a obtenção de um título superior, não temos a pretensão de ignorar as disputas em torno da classificação, bem como as lutas pela inclusão ou exclusão desta ou daquela atividade do universo profissional. Os estudos que lidam com esta questão, mesmo quando referidos a atividades desempenhadas sem o pré-requisi-

to do título superior, foram aqui classificados no item "problemática profissional". Destacamos, porém, que não fizemos um levantamento detalhado de ocupações como a dos bancários ou do magistério de primeiro grau, segmentos nos quais se observa essa disputa classificatória, a luta pela caracterização da atividade como de tipo profissional ou superior, tentando-se rejeitar o rótulo de ocupação proletarizada.

Com o intuito de evidenciar como o enfoque profissional se desenvolveu na Sociologia brasileira, adaptando-se às especificidades locais, optamos por iniciar nosso estudo com um trabalho que analisa o magistério público brasileiro sob a perspectiva da Sociologia das Profissões, num período em que a maioria dos professores que desempenhavam esta atividade não possuía diploma universitário. Como vimos, a definição de profissão vigente na bibliografia norte-americana sobre o tema considerava a escolaridade superior um qualificativo indispensável para a classificação no mundo profissional. Desde a origem desses estudos no Brasil, contudo, observou-se a distância entre o conceito e o desenvolvimento histórico do fenômeno profissional. O interessante no trabalho de Pereira, resenhado a seguir, é o fato de ele usar o referencial teórico para "profissionalizar" o magistério mesmo sem diploma superior, entrando, assim, na disputa classificatória pela delimitação das fronteiras do que seria o universo profissional, ainda que o autor não tenha elaborado teoricamente essa questão.

Trabalhos Selecionados para Ilustrar o Percurso da Temática

Pereira, Luiz. *O Magistério Primário numa Sociedade de Classes.* São Paulo, Pioneira, 1969.

Apresentado como dissertação de mestrado em 1961, o estudo de Pereira trata dos professores primários que trabalhavam no sistema público de ensino de São Paulo.

O magistério, já na época de sua pesquisa, era uma ocupação desempenhada quase

exclusivamente por mulheres. Neste sentido, o livro focaliza a formação escolar e a carreira profissional das professoras primárias e analisa o seu comportamento em face do sistema escolar primário público estadual, considerando-as como componentes das camadas socioeconômicas médias.

Basicamente, os objetivos do autor eram: (a) apresentar um perfil do magistério primário como atividade feminina e as professoras primárias como um setor da classe média assalariada e (b) caracterizar a crise pela qual a ocupação vinha passando, em seu processo de ajustamento às transformações ocorridas com a expansão e o aprofundamento da etapa urbano-industrial na sociedade brasileira.

Tomando o magistério primário como uma das principais modalidades de profissionalização da mulher na sociedade brasileira da época, Pereira caracteriza as dimensões estrutural, ideológica e motivacional desse fenômeno. Conclui que o magistério possibilitou a grande parte das mulheres acomodar o papel "doméstico" tradicional com o papel "profissional", integrar esses dois papéis, devido à disseminação de estabelecimentos de ensino primário pelas comunidades locais brasileiras, ao período relativamente curto de trabalho diário, à escolarização pouco avançada exigida para o exercício do cargo e à valorização do magistério como atividade feminina.

De início, a maioria das professoras primárias vinha de famílias de classe média. Integravam-se a esta classe tanto pela sua origem social quanto pela profissão que exerciam. Seus movimentos reivindicatórios eram típicos de classe média. Buscavam manter a distância socioeconômica dos assalariados manuais.

De 1954 à 1958, porém, verificou-se uma diminuição da diferença entre os salários dos professores e os dos operários da indústria paulista. Isso não se devia só a fatores conjunturais; estava ligado à etapa mais avançada da sociedade de classes urbano-industrial, na qual a indústria afirmava-se como o setor dinâmico da economia.

Segundo o autor, desde então o magistério primário vinha sofrendo um processo de proletarização em seus aspectos econômicos e sociais. "Esse processo, por um lado, leva a categoria a colocar-se abaixo do estrato de classe média assalariada; por outro lado, a luta contra essa degradação ocupacional estimula o fortalecimento da profissionalização do magistério primário, solapadora dos moldes artesanal e paternalista associados a essa atividade, característicos da etapa pré-urbano industrial, mas embora parte ainda preservados" (Pereira, 1969, p. 177). Os movimentos reivindicatórios dos professores, contudo, enfrentavam duas restrições, advindas do fato de serem um contingente de trabalhadores do setor público e da atividade ser exercida quase que exclusivamente por mulheres das classes médias assalariadas.

Em suma, a tese central de Pereira é a de que a "degradação" do magistério primário era produto do desenvolvimento urbano-industrial na sociedade de classes brasileira.

Kawamura, Lili Katsuco. *Engenheiro: Trabalho e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1969.

Estuda a categoria social dos engenheiros a partir do enfoque de Antonio Gramsci, o qual, segundo a autora, permite entender a prática social desta categoria nos planos econômico, político e ideológico e em suas relações de classe na estrutura social. Partindo do princípio de que a hegemonia da burguesia monopolista depende das práticas das categorias sociais ligadas à tecnologia no "aparelho econômico" e nos "aparelhos de Estado", considera o estudo sobre os engenheiros da maior importância para se entender o papel do técnico na estrutura capitalista.

Segundo Kawamura, nas formações capitalistas centrais, a prática e a formação social do engenheiro estão vinculadas "à ação dirigente num âmbito de atividade tecnológica". Seu trabalho procura mostrar a posição do engenheiro na estrutura social brasileira com base no conceito de "intelectual orgânico" de Gramsci, para quem os intelectuais estão vinculados às classes fundamentais, são

criados por elas e realizam atividades intelectuais próprias à função que essas classes exercem e ao lugar que ocupam no modo de produção.

Desta perspectiva, a autora analisa o trabalho do engenheiro na "infra" e na "supra-estrutura", sua "formação técnico-ideológica" e sua "posição na estrutura social" relativamente às classes fundamentais. Seu pressuposto é o de que as transformações ocorridas com a categoria nesses diferentes níveis de análise decorreram de transformações na "infra-estrutura". Por isso ela optou por uma periodização de acordo com as mudanças básicas na organização da produção capitalista no Brasil. A primeira fase vai de fins do Império até 1930, período em que a base da produção era agroexportadora; a segunda fase vai de 1930 a 1945, quando ocorre o processo de industrialização por substituição das importações; a terceira vai de 1945 à década de 1970, período de industrialização extensiva e internacionalização do mercado interno. Com este enfoque histórico-estrutural, Kawamura analisa a prática profissional do engenheiro perante as oportunidades de trabalho nos três períodos mencionados, evidenciando como eles se inseriam no processo de produção social nesses contextos históricos.

No primeiro período analisado, diz a autora, o engenheiro talvez ocupasse posição subordinada em relação aos intelectuais tradicionais, que atuavam na organização e reprodução da ideologia dominante (clero, militares, médicos, advogados). Sua participação nos "aparelhos ideológicos e repressivos do Estado" era então restrita. Não eram nem "intelectuais tradicionais", nem "intelectuais orgânicos" da nascente burguesia urbano-industrial: os engenheiros não "criavam ou sustentavam condições institucionais e ideológicas da realização econômico-industrial dessa classe". Podem ser entendidos como uma extensão da posição do "intelectual orgânico" da burguesia dos países industrializados. Atuavam orientados por interesses corporativos, lutando pelas condições de sua própria reprodução.

De 1930 até a Segunda Guerra Mundial, a expansão das atividades urbanas e industriais e a influência das idéias de racionalização do trabalho produziram mudanças na atuação profissional dos engenheiros. Quando em posições de mando, estes disseminaram a ideologia da burguesia urbano-industrial. No nível da supra-estrutura, tornaram-se sócios-dirigentes do IDORT — Instituto de Organização Racional do Trabalho. Algumas associações representativas dos engenheiros, como o Instituto de Engenharia e os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Arquitetura, nasceram conectadas aos interesses da burguesia industrial. Enfim, o engenheiro, nesse período, já podia ser visto como "intelectual orgânico" da burguesia industrial, já participava da organização da ideologia da burguesia urbano-industrial, embora o exercício das funções de dominação política continuasse a cargo dos "intelectuais tradicionais".

Após a guerra, o núcleo de atuação do engenheiro passou a ser a indústria. Com o predomínio do capital monopolista, prevaleceram as atividades baseadas na utilização de tecnologia complexa e a produção em escala. O engenheiro identificou-se com as atividades tecnológicas, adaptou a tecnologia à produção (já que, em sua maior parte, aquela era importada) e o operário à tecnologia. Tornou-se, finalmente, um "intelectual orgânico" da burguesia monopolista. Sua prática em funções tecnológicas essenciais para a reprodução e ampliação da acumulação capitalista contribuía para assegurar o exercício da hegemonia da classe dominante. Nas faculdades de Engenharia, os professores inculcavam nos alunos a aceitação dos padrões tecnológicos adotados pelas organizações monopolistas.

Para a autora, o "aparelho escolar" é um dos "aparelhos ideológicos do Estado", responsável por inculcar nos indivíduos, ao lado de outros "aparelhos", a ideologia dominante, e as escolas de Engenharia estão vinculadas aos interesses do "grupo social hegemônico", embora apresentem características específicas nos três períodos citados, o que permite

explicar o caráter da formação “técnico-ideológica” do engenheiro. A partir da análise do ensino de Engenharia desde a criação das primeiras escolas, no final do século XIX, até os anos 70, conclui que este sempre teve caráter elitista.

Kawamura conclui que a categoria não era, porém, homogênea. Os engenheiros que estavam em altos cargos desempenhavam o papel de “intelectuais orgânicos” da burguesia. Os que ocupavam posições subalternas, exercendo funções rotineiras e sem caráter de mando, tinham posições ambíguas como intelectuais, pois, no seu trabalho, aproximavam-se mais dos operários. Não obstante, as associações representativas pregavam a imagem de homogeneidade da categoria e a prática dos engenheiros, através delas, manifestava a sua posição de “intelectual orgânico” da burguesia. Assim, diz a autora, apesar desta bipolarização, o engenheiro, como categoria, assumiu o papel de “intelectual orgânico da burguesia monopolista”, por causa de sua formação e de sua prática social. Mas, nessa posição, sua prática social acelerou a bipolarização, acentuando a tendência à proletarização. “Ao mesmo tempo que ele contribui para a reprodução das relações de produção capitalistas, contribui para reproduzir as condições da tendência à própria proletarização.” (Kawamura, 1969, p. 31).

Durand, José Carlos G. *O Arquiteto: Estudo Introdutório de uma Ocupação*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado, 1972. Publicada em 1974 pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) — 5.º Região.

Apresenta uma abordagem histórica da Arquitetura, dos seus primórdios até o início da década de 70, destacando os perfis de carreira de alguns arquitetos “notáveis” como Gregório Warchawhi, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, os quais, segundo o autor, revelam aspectos fundamentais das condições sociais da prática da profissão. Para Durand, os valores sustentados por esses arquitetos operaram e continuavam operando como referência para os demais profissionais. Seu principal

objetivo é mostrar as condições que permitiram a diversificação da atuação do arquiteto no setor de serviços e refletir sobre as perspectivas ocupacionais deste profissional.

Conforme o autor, a profissão passou por profundas transformações nos anos 60. Uma delas foi o abandono gradativo — porém retardado em relação às outras atividades não-manuais — do padrão de trabalho liberal. Outra mudança foi a tendência dos órgãos de representação da categoria de adoção de uma política corporativa. Verificou-se, também, uma tendência à burocratização, pelo aumento do número de profissionais empregados nas grandes e médias empresas e pela exigência da especialização, além da redefinição do paradigma da Arquitetura, como consequência dessas modificações.

Em 1970, enquanto Durand realizava o seu estudo, foram criados três novos cursos de Arquitetura, aumentando significativamente o número de vagas. A previsão era que o número de formados cresceria bastante ao longo daquela década. A expansão do sistema de ensino levou a FAU/USP e a FAU/Mackenzie a atualizarem os seus currículos com novas especializações: urbanismo, desenho industrial, comunicação visual. Era uma perspectiva considerada “mais técnica”, uma nova concepção, negadora do arquiteto como profissional de luxo. A ênfase passou a ser a formação técnica, numa tentativa de atrair mais homens para os cursos, uma vez que a visão do arquiteto como artista e humanista estava atraindo muitas mulheres.

Entrevistas feitas com profissionais da área permitiram ao autor avaliar o sentido dessas alterações em suas condições de trabalho. Os mais pessimistas rejeitavam o assalariamento e uma série de tarefas consideradas indignas. Os otimistas tinham uma avaliação positiva de sua situação atual, apontando melhoras quando comparada com a anterior. Havia a percepção da necessidade de mudar a atitude perante o trabalho: o arquiteto não podia se manter na posição de artista.

Durand detectou quatro formas de organização da prática da Arquitetura: o ateliê de

projeto, simbolizando o êxito do arquiteto; a grande construtora, em que o profissional se subordina à lógica comercial e a uma hierarquia rígida; o planejamento urbano e o serviço público, caso em que o arquiteto é visto como um indivíduo que não obteve sucesso e se acomodou às tarefas burocráticas.

O autor verificou também que o ingresso do arquiteto na atividade estava se fazendo cada vez mais sob a forma do trabalho assalariado. Ele tinha como hipótese que só uma minoria, talvez 10%, conseguia praticar a atividade na condição de profissional liberal no Estado de São Paulo. A grande quantidade de assalariados era um indicador da ruína do modelo liberal.

Foram identificadas, finalmente, duas orientações entre os arquitetos. A mais antiga era "humanista e societária": postulava que o arquiteto tinha como missão ser criador de cultura e ordenar o espaço urbano. Ele era visto como aquele que tinha capacidade de corrigir a anarquia da urbanização capitalista. Um artista, um humanista, preocupado em melhorar as condições de habitação na cidade. A orientação mais recente era "instrumental-tecnista". As preocupações eram reservar o mercado de projetos para o arquiteto (luta travada juntamente com o engenheiro), melhorar a sua formação profissional e romper com a valorização extrema do lado criativo no ensino de Arquitetura. Enfim, uma visão que privilegiava a dimensão técnica como tipo ideal de Arquitetura.

Donnangelo, Maria Cecília F. *Medicina e Sociedade: O Médico e Seu Mercado de Trabalho*. São Paulo, Pioneira, 1975.

A autora trata das formas de participação do médico no mercado de trabalho, baseada em entrevistas com profissionais da Grande São Paulo realizadas em 1971. Donnangelo partiu da hipótese de que as profissões liberais passavam por um processo de perda de autonomia no mercado, e foi isso que ela tentou mostrar em relação aos médicos.

O estudo centra-se nas modalidades de trabalho do médico na condição de trabalhador especializado que participa do mercado e

se relaciona com o conjunto dos meios de produção de serviços de saúde. Enfatiza a heterogeneidade da categoria em termos de oportunidades de trabalho. Alguns aspectos da organização do setor de saúde são vistos como decorrentes da dinâmica das relações de classe na sociedade urbano-industrial brasileira. O trabalho discute também as origens e as características da atuação do Estado na assistência médica na área estudada e as ideologias ocupacionais. Especial atenção é dada ao papel do Estado no desenvolvimento da Previdência Social.

A autora distingue as categorias do médico (características ocupacionais) e do produtor privado (situação do profissional na produção dos serviços de saúde, situação do profissional no mercado). Para ela, o produtor privado, definido como aquele que conserva, total ou parcialmente, a propriedade ou o controle dos meios de produção, foi privilegiado com a interferência estatal na assistência médica. A situação do médico em relação ao controle dos meios de produção no setor era, então, heterogênea, indo do assalariado "típico" até os grupos empresariais.

Um dos mecanismos de preservação do setor privado, ou uma tentativa de reorganização desse setor, foi o deslocamento de parte dos recursos da Previdência Social para a medicina de grupo — uma alternativa, portanto, criada pelo Estado. A Previdência Social estabeleceu convênios com as empresas nos diversos setores da produção para a prestação de serviços médicos a seus empregados e dependentes. O Instituto Nacional de Previdência Social se comprometia a restituir 5% do valor do salário mínimo à empresa por empregado. A medicina de grupo ampliou-se tomando este modelo como base.

Segundo Donnangelo, a produção dos serviços de saúde e a situação do médico no mercado de trabalho redefiniram-se conforme avançou o processo de constituição da estrutura urbano-industrial da sociedade brasileira. A política estatal permitiu a ampliação quantitativa do setor. A coexistência de serviços de saúde estatais e privados foi responsável pela

diferenciação qualitativa. A consequência mais importante dessas mudanças foi a perda da autonomia do profissional, representada pelo controle individual sobre a clientela, os instrumentos e o preço do trabalho. A perda de autonomia correspondia ao assalariamento do produtor direto.

Dois outros fatores interferiram no mercado regional estudado. Um deles foi a grande oferta de mão-de-obra (significativa a partir de 1960) e o outro, o acesso a tecnologias e equipamentos necessários ao trabalho do médico. A categoria sofreu o impacto da incorporação de novas técnicas ao processo de produção dos serviços de saúde. Surgiram as especializações e o trabalho em grupo. A especialização significou a diferenciação entre produtores e a dependência entre especialistas. Como os equipamentos tornavam-se cada vez mais caros, a prática isolada foi sendo substituída pela grupal. Nesse processo, as dimensões dos hospitais tornaram-se importantes, bem como os equipamentos hospitalares de base técnico-científica. Verificou-se, em consequência, uma hierarquização entre os médicos especialistas e uma crescente padronização de procedimentos com relação aos clientes. E com isso, uma progressiva burocratização. À medida que o trabalho do médico passou a exigir equipamentos baseados em tecnologia mais e mais avançada, o trabalho sob forma grupal foi crescendo. Grande parte dos profissionais ficou sujeita a algum tipo de controle ou direção no seu trabalho. Segundo Donnangelo, essa tendência à burocratização deveria continuar ampliando-se. Por essa época, o assalariamento já dominava o mercado de trabalho dos médicos: 83% dos profissionais entrevistados tinham algum tipo de trabalho assalariado.

A autora também focalizou as ideologias sustentadas pelos médicos. Em particular, tentou apreender manifestações ideológicas de mudanças estruturais ainda recentes àquela época. Neste caso, enfatizou a distinção entre o médico como categoria profissional homogênea e como trabalhador especializado que ocupa posições diferenciadas no mercado.

Conforme observou, o conteúdo das ideologias ocupacionais dependia do sistema de referência da Medicina como profissão e dos modelos de organização do trabalho do médico na sociedade de classes.

Foram identificados três tipos de ideologia: liberal, empresarial e estatizante. A maioria dos entrevistados valorizava o trabalho autônomo e tinha concepções negativas sobre as condições de mercado da época. Mas o conteúdo dessas avaliações não era uniforme. Revelava distintas concepções sobre o significado do trabalho e mostrava que as diferentes expectativas e interesses a respeito da organização do mercado correspondiam às distintas situações dos médicos como produtores, ou seja, à situação em que se encontravam no mercado.

A autonomia era valorizada por todos como condição ideal de trabalho. Mas a autora observou diferenças nas expectativas dos profissionais sujeitos a diferentes condições de mercado. Os assalariados concentravam suas "definições de interesses" em aspectos relacionados à melhoria de suas condições de trabalho. Conforme se ampliava a área de atividade autônoma do médico, contudo, maior era a ênfase na profissão e na valorização da autonomia.

Falcão, Joaquim Arruda. *Os Advogados: Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massanguana, 1984.

O livro reúne artigos do autor produzidos entre 1977 e 1984. Foram selecionados, aqui, dois deles, correspondentes ao capítulo 5, "Mercado de Trabalho e Ensino Jurídico", e ao capítulo 7, "Os Advogados no Brasil".

Para Falcão, os advogados e os bacharéis (em Direito) — os quais, segundo ele, não podem ser reduzidos aos primeiros — não estão e nunca estiveram isolados de nossa história econômica, política e cultural. A crise ou o equilíbrio do ensino jurídico e do mercado de trabalho dessas categorias profissionais não deixam de estar associados à situação política e econômica, conjuntural e estrutural,

do país. Não se pode estudar esses temas fora de seu contexto.

No primeiro artigo focalizado, o autor diz que, embora fosse quase consenso entre os advogados o reconhecimento da existência de um desequilíbrio no mercado de trabalho — excesso de oferta sobre a demanda —, do final da década de 60 até o final dos anos 70 o número de estudantes de Direito dobrou. De cada dez universitários que se formavam no Brasil na época em que ele escreveu o artigo, um era advogado. Falcão quer explicar o porquê do crescimento da oferta (de bacharéis) para uma demanda (mercado) inexistente. Sua hipótese é que muitos bacharéis em Direito são absorvidos em atividades não-jurídicas.

Segundo ele, as faculdades de Direito surgiram no Brasil para formar a elite político-burocrática do Estado que se constituiu com a Independência. Formavam quadros para assegurar a sobrevivência política e administrativa do Estado. Os bacharéis, nessa época, exerciam atividades não-jurídicas, principalmente em órgãos públicos.

A grande expansão do número de faculdades de Direito a partir do final da década de 60 se deveu a dois fatores. Um deles foi a grande procura pelo curso universitário, já que o diploma de curso superior favorecia a obtenção de uma renda maior, demanda impulsionada pelo “Milagre Econômico”, que possibilitou à classe média urbana pagar um curso em faculdades particulares. O outro foi de caráter político: o governo possibilitou a expansão do número de vagas nas universidades e a expansão de faculdades particulares como forma de apaziguar a classe média, para que ela não colocasse em perigo o regime militar. Ao resolver esta crise, porém, criou outra: a falta de empregos para os formados.

No mercado de trabalho, os bacharéis foram de início absorvidos prioritariamente pelo Estado em atividades não-jurídicas, como vimos; em seguida, pelo Estado em atividades jurídicas; depois, pelo setor privado em atividades não-jurídicas; e em seguida pelo setor privado em atividades jurídicas. O padrão de 1827 (quando foram criadas as

primeiras faculdades de Direito) seguiu de forma modernizada. Segundo Falcão, as faculdades de Direito continuavam formando a “tecnocracia estatal”. O ensino jurídico não se havia especializado, mantendo-se abstrato, porque a sociedade assim o desejava.

No outro artigo, o autor diz que a ligação entre a Independência, a criação das faculdades de Direito e o surgimento dos “bacharéis” como profissionais nacionais resultou na consolidação de quatro características do exercício da profissão jurídica no Brasil: (a) os graduados em Direito desempenhavam atividades jurídicas e não-jurídicas; (b) essas atividades eram exercidas no setor público e no privado; (c) apesar da Advocacia ser uma profissão liberal, era o Estado que criava as faculdades de Direito e não a sociedade civil; (d) embora a profissão fosse comprometida com a ideologia liberal, ela poderia assegurar a liberdade política e a soberania da nação, mas não garantia a independência econômica.

O autor faz uma diferenciação entre os bacharéis (os que tinham diploma de Direito) e os profissionais de Direito (juízes, professores, promotores, advogados). A partir de 1930, com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), só os que tinham diploma de Direito e que eram aprovados pelo exame da Ordem é que podiam exercer a Advocacia. Para Falcão, os advogados no Brasil nem sempre foram os defensores da liberdade mas sempre apareceram como tal, e a OAB soube trazer isso para si, consolidando uma autoridade moral.

De acordo com os dados reunidos pelo autor, referentes ao final dos anos 70 e início dos anos 80, os advogados trabalhavam em escritórios individuais, em sociedades de advogados, em departamentos jurídicos de grandes empresas e em instituições públicas e privadas. A grande maioria estava assalariada, sendo cada vez menor a proporção de advogados liberais, independentes, livres, e cada vez maior a quantidade de empregados vinculados aos interesses do empregador. Predominava o exercício de uma segunda atividade, jurídica ou não.

Outra conclusão do autor é que, embora dois terços da população não pudessem utilizar os serviços desse tipo de profissional, pois ganhavam até três salários mínimos, o mercado de trabalho do advogado já estava saturado. Além da existência de problemas internos ao Judiciário, que levavam a população a descrever dele, Falcão apontou problemas estruturais e conjunturais afetando o mercado de trabalho do advogado.

Loyola, Maria Andréa. *Médicos e Curandeiros: Conflito Social e Saúde.* São Paulo, Difel, 1984.

O livro analisa os conflitos entre os diversos especialistas da cura do corpo e do espírito e suas relações com sua clientela, especialmente os moradores do bairro de Santa Rita, em Nova Iguaçu (RJ). O trabalho de campo foi realizado em 1977. As disputas entre as perspectivas científica e religiosa foram focalizadas inseridas na estrutura de classes, relacionando-se a posição social do entrevistado com o tipo de cura praticada, a sua vinculação com as crenças religiosas, a sua visão sobre a clientela e a sua imagem sobre as práticas concorrentes.

Loyola classificou como especialistas da cura do corpo os médicos, os farmacêuticos e os especialistas de ervas, cada qual vinculado a grupos sociais distintos e hierarquizados. Os médicos eram os que mais enfatizavam a relevância do conhecimento científico, em oposição às práticas de cura não-oficiais. Este contraponto também é feito em relação às práticas religiosas populares. Há, portanto, dois tipos de disputas: uma interna ao âmbito da cura do corpo e outra relativa à cura do espírito.

Os especialistas da cura do espírito foram classificados segundo a religião — a umbanda e o candomblé, o protestantismo e o catolicismo. Conforme a autora, além das diferentes posições que eles ocupam na estrutura social, os grupos que constituem a divisão interna no campo religioso aliam-se, por homologia, com os respectivos segmentos dos grupos da cura do corpo. Há, portanto, conflitos internos ao campo religioso e alianças com os segmen-

tos correspondentes às mesmas posições sociais no campo da cura do corpo.

Numa área de fronteira, mas marginal às duas acima, Loyola incluiu as parteiras e suas ajudantes, que atuavam sem concorrer com os médicos, embora desejassem alguma profissionalização para a atividade que desempenhavam. “Apesar desta prática estar classificada na categoria dos atos médicos que requerem hospitalização, ela continua sendo percebida pela clientela e pelas próprias parteiras como um ato natural, que se efetua, na maioria dos casos, segundo os ‘desígnios de Deus’ e na dependência da ‘sorte’.” (Loyola, 1984, p. 117).

A análise da frequência com que a clientela local procura as ofertas de cura acima revela uma opção prioritária pela prática médica familiar. Prefere-se recorrer primeiro aos conhecimentos da família e da vizinhança para a elaboração do diagnóstico e aos remédios que compõem a farmácia familiar, armazenada em casa a partir de doenças anteriores. “A população [...] cuida-se mais frequentemente por conta própria, recorrendo aos agentes tidos como capazes de exercer uma ação curativa somente depois de esgotar todos os conhecimentos terapêuticos familiares.” (Loyola, 1984, p. 170).

Segunda a autora, a procura da população pelas diferentes ofertas de cura tende a uma relativa homogeneidade, ou melhor, é uma procura heterogênea, em que não é possível identificar os fatores que condicionam a escolha dos moradores quando se verifica a sua origem social e geográfica, a sua idade, grau de instrução, prática religiosa ou terapêutica. “A dificuldade de visualizar com clareza um sistema de fatores explicativos das práticas terapêuticas da população de Santa Rita é devida, em grande parte, a fatores contextuais ou ao que chamamos de ‘efeito do bairro’: a ausência de recursos médicos, a grande solidariedade entre vizinhos, a pobreza em todas as áreas e a presença marcante dos agentes religiosos em concorrência fazem com que os comportamentos em matéria de cuidados com a saúde dos membros das diversas frações das

classes populares que formam a população do bairro tendam a uma relativa homogeneidade, ou a uma heterogeneidade relativamente homogênea.”

A filiação religiosa é uma variável mais forte para aqueles que são mais praticantes. Assim, os que foram socializados no espiritismo tendem a procurar a medicina oficial, devidamente recomendados por seus guias espirituais; os protestantes e os católicos eruditos tendem a recorrer primeiro ao médico, e o catolicismo popular tende a priorizar o rezador, partindo depois para a medicina oficial.

Em geral, a medicina oficial é procurada por todos, mas não de uma forma passiva. A relação médico-paciente é percebida como uma relação de poder exercida por toda a classe médica e não só pelo médico que está atendendo o paciente. Como observa Loyola, a população de Santa Rita não aceita tal domínio sobre suas práticas de saúde e faz oposição a isto na prática. “Ao mesmo tempo em que não rejeita e mesmo reivindica o acesso às terapias oferecidas pela medicina oficial, esta população pode — graças à existência dessa alternativa constituída pela medicina religiosa, mais próxima de suas representações do corpo e de sua relação com o mundo — subtrair-se parcialmente à imposição da visão do mundo das classes dominantes, veiculada pela medicina erudita, e contrabalançar a relação de dominação e de posseção de si mesma que resulta da prática médica oficial. Ela pode inclusive afirmar sua própria identidade e reivindicar um saber próprio sobre o corpo e a doença que chega mesmo a se contrapor às interpretações médicas dominantes.” (Loyola, 1984, p.194).

Marinho, Marcelo J. M. da C. *Profissionalização e Credenciamento: A Política das Profissões.* Rio de Janeiro, IUPERJ, dissertação de mestrado, 1985.

O trabalho analisa o processo de profissionalização percorrido no Brasil pela Medicina, Advocacia, Engenharia, Farmácia, Enfermagem, Análise de Sistemas e a Sociologia, registrando o peso da intervenção do Estado no universo profissional brasileiro, regu-

lamentando essas atividades. Procura entender por que algumas profissões tiveram mais sucesso na conquista e na preservação de monopólios de competência do que outras. Sua hipótese é a de que o domínio de um conhecimento especializado desempenha papel fundamental para a obtenção de resultados positivos.

Estudando o processo de profissionalização das atividades acima, Marinho detectou algumas dimensões decisivas para garantir o sucesso dessa estratégia na experiência brasileira. Observou que três aspectos interagem para conferir às profissões liberais clássicas (Medicina, Advocacia e Engenharia) a condição de modelos a serem seguidos pelas demais: a base cognitiva garantindo o monopólio de um conhecimento especializado, a organização e as condições ambientais (como a natureza do serviço, o tipo de mercado, a clientela ou a produção dos produtores). Segundo ele, os dois primeiros fatores, que constituem a dimensão estrutural, foram mais relevantes e o último (a dimensão ambiental) atuou positivamente em alguns casos, mas não em todos.

Ao focalizar o mercado de trabalho, Marinho identificou o crescimento do número de profissionais assalariados em todas as atividades estudadas, caracterizando a predominância do processo de burocratização.

Outra perspectiva analisada foi a existência de áreas de conflito entre as profissões. Segundo o autor, o controle legítimo de cada uma delas sobre determinada esfera de conhecimento nem sempre é alcançado. “Na prática, entretanto, a delimitação deste controle é problemática e o mais comum tem sido a conquista de ‘monopólios de competência’ através de intensa atividade política.” (Marinho, 1985, p. 11).

Essas disputas entre profissões pelo domínio de mercados no Brasil introduziu o Estado como esfera de atuação importante, garantindo o direito exclusivo de cada profissão de usar ou avaliar certos campos de conhecimento e especialidades. Marinho (1985, p. 22) verificou que as ocupações que pos-

suem um conhecimento “paradigmaticamente orientado (isto é, formal e definido) tido como esotérico e suscetível de aplicação prática encontram menores dificuldades na conquista de seu monopólio de competência e, conseqüentemente, do ‘território profissional’ exclusivo”.

Comentando sobre o debate da época em torno da regulamentação da profissão de sociólogo, o autor opôs-se a esta idéia, caracterizando a Sociologia como “profissão acadêmica”, mais semelhante ao universo do cientista do que ao modelo das profissões liberais. Para ele, a profissionalização da Sociologia era desqualificadora, já que ela não preenchia todos os pré-requisitos para concluir com sucesso a estratégia profissional. Seu enfoque assemelha-se ao dominante na Sociologia da Ciência desse período: a condição acadêmica confere aos sociólogos mais prestígio social do que a profissionalização poderia oferecer a este grupo. Tal estratégia, que poderia favorecer os segmentos práticos da profissão, representava perda de *status* para os intelectuais.

Simões, Solange. “Classe Média Profissional no Brasil: Teoria e Organização Política e Sindical”. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, Anpocs, 1992, pp. 160-99.

Discute a problemática da classe média mediante o estudo dos engenheiros. Mostra que, com o novo sindicalismo inaugurado no final da década de 70 pelos metalúrgicos do ABC Paulista, nasce no país um novo tipo de sindicalista, “profissional” de nível superior, como os médicos e os engenheiros. Trata-se de um sindicalismo com novas “bases sociais”: trabalhadores da grande indústria, trabalhadores rurais e assalariados de classe média.

Nos últimos 20 anos, a posição histórica do profissional liberal tem correspondido cada vez menos à realidade das atividades de médico, engenheiro e arquiteto. Às mudanças estruturais e econômicas corresponderam mudanças na organização política e de classe desses profissionais. As transformações em suas condições de mercado e trabalho e na sua

organização político-sindical são abordadas através da análise de classes.

A autora rejeita visões “lineares” do processo de proletarização e visões que não consideram a existência dessa tendência. Segundo ela, os estudos marxistas e weberianos sobre profissionais falham porque consideram o grupo profissional como um grupo homogêneo. A homogeneidade do grupo, para os marxistas, é dada pelo fato de desempenharem funções relativas ao trabalho e ao capital; para os weberianos, pela posse de credenciais educacionais. Como conseqüência, esses estudos não apontam as divisões de classe existentes dentro do grupo ocupacional. Segundo a autora, é necessário buscar as condições objetivas das categorias ocupacionais da classe média nas divisões de classe que se verificam dentro do grupo, condição para se entender os vários padrões de organização, alianças e orientações políticas dessas categorias.

Uma questão observada é se a crescente “centralidade” das classes médias corresponderia à sua maior centralidade social e política. Foram levantados dados sobre os sindicatos de classe média. A hipótese investigada foi a de que “[...] as diferenças e as semelhanças em relação ao paradigma do operariado industrial se relacionavam com as características internamente contraditórias das posições de classe estudadas, o que levaria à existência simultânea de semelhanças e oposições de interesses entre assalariados de classe média e classe trabalhadora.” (Simões, 1992, p. 169).

O importante, para a autora, eram as divisões de classe dentro das categorias ocupacionais e até entre os assalariados. No seu trabalho sobre engenheiros, encontrou-os como empregadores, autônomos e em “posições contraditórias de classe” (gerentes, supervisores e não-gerentes). Observou, ainda, que no Brasil os “engenheiros militantes” chegaram ao poder em associações profissionais e também organizaram o movimento sindical da categoria com base nas divisões de classe. Ao mesmo tempo em que se organizavam em sindicatos (ênfase na sua condição

de trabalhadores assalariados), buscavam sua identificação como grupo profissional.

A autora conclui seu trabalho afirmando que embora haja tendências à proletarização, estas não estão transformando os engenheiros em proletários: “[...] engenheiros não são proletários nem pertencem a uma ‘nova classe média’.” (Simões, 1992, p. 175).

Barbosa, Maria Ligia de Oliveira. *Reconstruindo as Minas e Planejando as Gerais: Os Engenheiros e a Constituição dos Grupos Sociais*. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado, 1993.

Estuda os engenheiros de Minas Gerais, escolhidos devido à sua importância histórica na produção de uma “nova forma de hierarquização dos grupos sociais”.

A primeira parte da tese procura mostrar a “constituição da profissão” de engenheiro e a “delimitação do seu espaço profissional”, o processo de formação desse espaço. A segunda discute as formas de “coesão das profissões como grupos sociais”: o que faz com que uma profissão possa ser considerada um grupo social, o que dá coesão ao grupo, apesar das diferenças internas à profissão (*origens sociais, de gênero, especializações, carreiras*).

Barbosa concebe as profissões como grupos sociais, como uma das formas de hierarquização, desigualdade e exclusão social, já que só os habilitados podem exercê-las. Apenas os que passam pelo sistema de credenciamento podem ser considerados membros do grupo profissional, exercer a profissão e aproveitar as oportunidades reservadas pelo mercado aos profissionais. Dessa perspectiva, desenvolve a ligação entre profissão e poder. Segundo ela, profissão é “um novo padrão de desigualdade no mundo moderno”, embora não seja o único existente. As profissões são grupos sociais caracterizados pela posse de capital cultural mas também “dialeticamente integrados” ao capital social e econômico.

Os engenheiros mineiros são estudados em sua “trajetória histórica”. Os projetos destes de modernizar a sociedade mineira e de sua profissionalização são vistos como projetos de “mobilidade social”. Eles lutam para

impor certo tipo de autoridade cultural e para instituir-se como grupo profissional.

Através da história desses profissionais, Barbosa procura mostrar como foi instituída uma nova forma de “estratificação social” ligada às profissões, e como, ao longo do tempo, a categoria foi sofrendo mudanças internas e em sua posição na sociedade. Esta história é marcada por três períodos.

O primeiro vai da criação da Escola de Minas de Ouro Preto até 1931, quando se iniciam as lutas que conduzem à profissionalização dos engenheiros. Usando os seus conhecimentos, estes passam a disputar o poder no interior da elite mineira, com um projeto de gestão da sociedade que visa à sua modernização. Tentam mostrar-se à sociedade como “cientistas” e portadores da “racionalidade científica”.

De 1931 a meados da década de 70, a Engenharia estabelece-se como profissão. Os engenheiros conseguem transformar em realidade o seu projeto para “gerir” a sociedade. A técnica, da qual são portadores, passa a ser vista como a solução para grande parte dos problemas.

Com a crise econômica e de mercado de trabalho que se inicia a partir de meados dos anos 70, cresce o número de diplomados, estabelecendo-se uma “diferenciação” e “hierarquização” entre os engenheiros. Além disso, há a concorrência com outros profissionais, principalmente economistas, que têm uma outra visão e um outro projeto para a sociedade. A autora observa que, em sua disputa com os engenheiros, os economistas têm conseguido obter maior poder, perdendo, aqueles, a “posição no espaço social” que haviam conquistado plenamente no período anterior, especialmente pelo nível de poder alcançado. Segundo Barbosa, conforme a estrutura ocupacional torna-se mais complexa, as posições dos diferentes grupos profissionais na “hierarquia social” são alteradas. Há mudança nos graus de poder, prestígio e renda de cada um.

A autora está preocupada com as formas de “coesão das profissões como grupos so-

ciais". Ela mostra que entre os engenheiros mineiros há diferenças referidas a idade, sexo, setor de trabalho, especialidades, diferenças de formação e de carreiras, mas que, apesar da diversidade interna à profissão, ela se preserva coesa ou pode ser considerada "um grupo social" devido à "[...] existência de representações coerentes do mundo social e do grupo profissional que são partilhadas pelos seus membros e validadas pela sociedade em geral" (Barbosa, 1993, p. 279). A coesão se dá também no enfrentamento de outros grupos que igualmente lutam por seus princípios organizativos da vida social.

Grün, Roberto. "Quem É Moderno? Um Estudo sobre as Estratégias Discursivas dos Gerentes Brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 8, 1992, pp. 96-108.

Estudo sobre os gerentes brasileiros baseado em entrevistas com profissionais integrantes da seção paulista de quatro associações de executivos, bem como com executivos que não estavam filiados a elas.

Considerando que os executivos pertencentes às organizações ou associações de executivos não possuam diplomas avaliados como de "primeira linha" (da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, da Escola Politécnica ou da Faculdade de Economia e Administração da USP), o autor observa que a sua participação nessas associações pode ter sido um meio por eles encontrado de tentar recuperar deficiências na formação escolar, de obter legitimidade no "campo gerencial" e de alcançar posições mais elevadas.

Apesar das diferenças, para os dois grupos de entrevistados a competência profissional foi considerada essencial, o critério mais relevante, que substitui inclusive o da propriedade privada dos meios de produção. O padrão legítimo seria aquele que reúne a propriedade e a competência para administrar os negócios.

Segundo Grün, essa forma de os executivos ou gerentes verem a realidade influencia as próprias sucessões burguesas: o herdeiro mais legítimo é o que tem formação e compe-

tência para dirigir o grupo. A competência profissional é central para se ascender socialmente e leva-nos à questão da formação escolar, já que aquela deve ser adquirida na escola. Os investimentos na formação escolar tornam-se, portanto, importantíssimos. A idéia de competência profissional não fica restrita ao campo gerencial; ela influencia o mundo burguês e a própria sociedade civil. A imprensa e a opinião pública querem, acima de tudo, governos competentes.

O autor conclui que, no imaginário da sociedade brasileira, a figura do empresário não se consolidou. Nos meios empresariais e na imprensa, confundem-se os termos "executivo" e "empresário". Os entrevistados têm expectativas de que, em um futuro próximo, consigam independência financeira. A idéia de "gerência profissional" como a melhor forma de dirigir uma empresa é marcante entre os gerentes, influenciando toda a sociedade. Para eles, também, ascender socialmente implica investir na formação escolar, e não apenas acumular capital econômico.

Schwartzman, Simon e Balbachevsky, Elizabeth. *A Profissão Acadêmica no Brasil*. São Paulo, NUPES/USP, mimeo, maio de 1992.

Segundo os autores, um dos efeitos da reforma do sistema de ensino superior brasileiro de 1968 foi a criação de uma "profissão acadêmica" no Brasil. A idéia de uma "profissão acadêmica" no Brasil, afirmam, é algo recente, e tem origem com o surgimento das "universidades de massa", cujos professores fazem do trabalho universitário sua identidade central. Até então, os professores universitários se identificavam com a sua profissão de origem (médico, arquiteto etc.) e não como professores universitários.

Separando a a profissão acadêmica das demais, os autores identificam no grupo de professores universitários três tipos de profissionais, assim definidos: "[...] o primeiro, minoritário mas encarnando o ideal de uma universidade reformada e progressista, é o professor pesquisador e cientista, intelectualmente bem formado, gerador de conhecimen-

tos novos. [...] Para este grupo, a identidade profissional passa por suas áreas de competência e especialização, e sobretudo pela identificação com uma ética de trabalho baseada na competência individual e na liberdade de escolha dos seus temas de ensino, pesquisa e reflexão, um estilo que ficou conhecido, precisamente, como 'acadêmico'." (p. 3).

O outro grupo é formado pelo professor "[...] pouco valorizado e motivado, obrigado a multiplicar suas aulas para garantir seu salário no final do mês, ou fazendo do ensino um 'bico' sem maior relevância, que vai ocupar aos poucos a periferia do ensino superior em expansão, em escolas isoladas e privadas, na maioria noturnas, sobretudo nas áreas de Administração e Ciências Sociais. [...] Não existem padrões profissionais definidos, identidades sociais construídas para dentro ou para fora, conhecimentos específicos e estilos de trabalho próprios [...]. O terceiro grupo, intermediário, é formado pelo professor universitário que consegue um lugar estável e de tempo integral em uma universidade pública, mas não tem as condições de formação e desempenho profissional do primeiro grupo. É possível imaginar que seus valores e sua ideologia de trabalho sejam os acadêmicos, mas sua prática inevitavelmente será diferente. [...] Sua identidade profissional é dada [...] pelo pertencimento à instituição ou categoria a que pertence [*sic*], pelo grupo de iguais com quem convive no dia a dia." (p. 4).

Tomando o grau de profissionalização dos professores universitários como referência, os autores constroem uma tipologia relacionando estes três grupos distintos de profissionais com o tipo de estabelecimento onde trabalham. "Nas instituições privadas e nas estaduais fora de São Paulo predominam os professores em tempo parcial, sem estabilidade, com baixa especialização acadêmica, dando grande número de aulas e prestando serviços ao setor privado. [...] [São o] proletariado acadêmico [...]. Nas instituições públicas federais predominam os professores de qualificação média, estáveis, de tempo integral, com grande envolvimento com atividades sindi-

cais, e produção científica relativamente pequena. O terceiro grupo, mais freqüente na universidade paulista, mas também presente em outras instituições, é formado por professores mais qualificados, envolvidos em pesquisas com financiamento próprio, com pouca participação sindical e grande envolvimento com associações acadêmicas no país e no exterior." (Schwartzman e Balbachevsky, 1992, p. 19).

Este último grupo é considerado o "modelo" da profissão acadêmica, embora corresponda a uma pequena parte dos professores e esteja presente em poucas instituições. Segundo os autores, vai continuar a ser um grupo restrito. Neste sentido, concluem que os professores universitários encontram-se em situação de "profissionalização imperfeita" e que seria mais adequado fortalecer o vínculo entre os professores e suas profissões de origem, ao invés de esperar que a sua profissionalização se complete.

Bonelli, Maria da Glória. *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões.* Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado, 1993.

Analisa as Ciências Sociais no interior do sistema das profissões, ou seja, no conjunto das profissões de nível universitário. O objetivo é entender como as Ciências Sociais desempenham seu trabalho no sistema profissional, mais particularmente, como enfrentam a competição com as profissões "vizinhas", com as quais disputam objetos de estudo, vagas no mercado, formas específicas de abordar a realidade, bem como regulamentações determinando o monopólio do exercício da atividade. A este tipo de competição Bonelli chama de "competição interprofissional". Segundo ela, existe também uma competição interna à profissão, entre os sociólogos que trabalham com pesquisa de mercado, mídia ou como professores universitários e os que trabalham nas áreas de planejamento e de intervenção social, à qual dá o nome de "competição intraprofissional". Na visão da autora, com este modelo, em que interagem as pers-

pectivas micro e macro, é possível observar melhor as diferenças e semelhanças das Ciências Sociais com as demais profissões.

A tese mostra que não há muita diferença entre a situação da Sociologia nos mercados de trabalho brasileiro e americano quando a profissão é analisada inserida na estrutura ocupacional do respectivo país. A diferença se acentua, porém, quando a profissão é descontextualizada, embora haja diferenças históricas na forma como surgiram, como foram desempenhadas e nos seus grupos profissionais. Ou seja, o sistema das profissões tem uma lógica própria.

Bonelli analisa as Ciências Sociais nas suas relações externas com as outras profissões e nas suas relações internas com seus próprios segmentos. Mostra como elas surgiram e se desenvolveram historicamente no Brasil. Para a autora, é importante estudar a profissão dentro de seu contexto histórico. É a articulação entre as perspectivas externa, interna e histórica que permite captar a lógica das Ciências Sociais no Brasil.

Na segunda parte da tese ela faz uma análise qualitativa, recorrendo às entrevistas e depoimentos dos informantes. Esse material lhe possibilitou entender como os formados em Ciências Sociais interagiam, dando vida ao sistema das profissões.

Os informantes foram classificados como integrantes do "palco" ou da "audiência" das Ciências Sociais, de acordo com a forma como eles mesmos se viam como profissionais. No que a autora denominou de "palco" foram incluídos aqueles que atuavam no fazer da profissão no mercado de trabalho, os que se viam como sociólogos e se identificavam como tal; na "audiência", os que disseram não se identificar com a atividade, embora, segundo Bonelli, a "audiência" também cumpra papel importante para o funcionamento da profissão, atuando na sustentação do "palco". Os discursos sobre as Ciências Sociais como profissão apresentaram-se relacionados com a posição que o indivíduo ocupava na competição intra ou interprofissionais.

Bonelli mostra que o desenvolvimento

de carreiras e trajetórias profissionais não é uma "opção" individual, mas uma "opção" condicionada socialmente. A interação profissional se daria em três níveis: no nível das trajetórias profissionais dos indivíduos, no nível do sistema das profissões, e no nível das relações com o mundo exterior (o Estado, o contexto econômico ou os avanços tecnológicos).

Uma Análise Interpretativa do Desenvolvimento dos Estudos Profissionais na Sociologia Brasileira

Como vimos acima, os estudos sobre profissões realizados no Brasil com o objetivo de sistematizar a produção existente sobre o tema tiveram início em 1963, com o trabalho de Oracy Nogueira. Este autor preocupou-se em focalizar o que era considerado por ele como a problemática da época: a "institucionalização" de algumas profissões que estavam perdendo sua condição liberal e enfrentando dificuldades na preservação de atributos profissionais como a autonomia, o controle do mercado e as condições do exercício de sua atividade. O fenômeno que preocupou Nogueira e que ele denominou de "institucionalização" também havia mobilizado Luiz Pereira, que aprofundara seu olhar sobre o magistério para estudar o seu processo de "proletarização".

Diferentemente de Nogueira, este último autor apresentava uma visão dicotômica da sociedade, polarizada entre burgueses e proletários. Embora considerasse os professores primários como pertencentes à classe média, Pereira apontava para a proletarização da categoria com o desenvolvimento urbano-industrial. Sua concepção bipolar da estrutura da sociedade molda seu estudo sobre os professores primários. Mesmo registrando os aspectos motivacionais pelos quais as professoras procuravam diferenciar-se da classe operária e identificar-se com os segmentos médios profissionais, a tendência observada no tipo de estrutura social analisada foi a da proletarização.

Na produção brasileira do período, os enfoques de Nogueira e Pereira representaram

os dois pontos de partida para a constituição da área de estudos profissionais. Embora partissem de posições distintas na forma de conceber a problemática profissional, ambos aceitavam trabalhar com o conceito de profissão, sem questionar seu significado. Na época, os questionamentos recaíam sobre o fenômeno em si, como se ele não estivesse se verificando aqui de acordo com o estabelecido pela definição.

O trabalho de Kawamura segue esta tendência, que reflete o contexto da produção intelectual e o grau de conhecimento acumulado sobre as profissões naquele período. Ela estudou os engenheiros utilizando o conceito de "intelectual orgânico" de Gramsci. Como intelectuais orgânicos da burguesia, conclui, os engenheiros trabalhavam para a manutenção do modo de produção capitalista e da dominação burguesa. Sua perspectiva analítica, no entanto, trouxe uma novidade em relação às anteriores: mostrou que havia uma diferenciação no interior da categoria entre os que exerciam "funções de mando" e os que executavam atividades próximas dos trabalhos manuais. Assim, ao mesmo tempo que os engenheiros atuavam como "intelectuais orgânicos da burguesia", aceleravam a "bipolarização" dentro da categoria e ajudavam a reproduzir as condições da própria proletarianização.

Como Pereira, Kawamura tem uma visão dicotômica da sociedade. Sua preocupação é mostrar como os engenheiros se constituem em intelectuais orgânicos da burguesia e como agem nessa condição. A posição ocupada no sistema de produção é o aspecto decisivo. Contudo, seu olhar se distancia da forma como Pereira analisa o problema profissional quando ela introduz a perspectiva da polarização dentro da categoria, deixando de enfocá-la como um fenômeno integrado e unitário.

Esses dois trabalhos são ilustrativos de uma concepção sociológica que vinculava as profissões com uma tendência a virem a aderir a um dos dois blocos polares da sociedade: a burguesia ou o proletariado. A diferença entre eles está no fato de Kawamura trazer para o campo da produção brasileira sobre o tema a

possibilidade de uma profissão deixar de ser vista como um grupo homogêneo sujeito à mesma condição, embora isto apareça apenas como uma sinalização discreta em seu modelo analítico.

Essa mudança lenta no olhar ganha maior espaço nos trabalhos de Donnangelo, Falcão e Durand. Além de identificarem as profissões como internamente diversificadas, estes autores enfatizavam uma concepção segundo a qual elas buscavam a constituição de arenas próprias na estrutura social brasileira, com interesses que poderiam caracterizar uma imagem mais estratificada da sociedade, diminuindo a ênfase na percepção bipolar das relações sociais.

A identificação da perda de autonomia, do aumento na burocratização das atividades, da deterioração nas condições de exercício profissional e da queda no número de profissionais liberais assemelha-se à preocupação identificada em Nogueira. Embora as análises desses autores se diferenciem umas das outras, nos aspectos apontados elas permitem um agrupamento comum. Registram fatores que caracterizam alguma desprofissionalização, mas não vinculam isto a um processo de proletarianização.

Donnangelo estudou as formas de participação do médico no mercado de trabalho, registrando a sua perda de autonomia e crescente burocratização (já que as atividades estavam sendo realizadas cada vez mais nos grandes hospitais e clínicas). Conforme observou, as diferentes situações de mercado dos médicos influenciavam de formas distintas o seu posicionamento em relação à profissão, à autonomia profissional ou à melhoria das condições de trabalho.

A autora procurou articular uma concepção que preservava a polarização da sociedade mas acentuava uma noção mais estratificada. A análise sobre os médicos sugere uma imagem de sociedade ao menos tricotômica, em que eles aparecem como grupo intermediário, com interesses distintos daqueles da burguesia e do proletariado. Seu olhar voltou-se para o próprio grupo, para como atuam no

mercado de trabalho, para sua situação em relação ao assalariamento, ao exercício liberal típico ou atípico, ao empresariamento da atividade e às formas compostas decorrentes das anteriores, para as suas avaliações subjetivas e suas ideologias profissionais. A determinação econômica não é o central no enfoque, embora as determinações estruturais sejam consideradas importantes, principalmente no que diz respeito ao papel do Estado. Para a época, a análise de Donnangelo era uma das que melhor identificava o processo de estratificação interno às profissões de nível superior.

No estudo de Falcão sobre os advogados, vemos que estes e os bacharéis sempre estiveram ligados à nossa história econômica, política e cultural, e que o mercado de trabalho e o ensino jurídicos não caminham de forma independente, estando associados à política e à economia, tanto na perspectiva conjuntural quanto estrutural.

Os bacharéis em Direito, e dentre eles os advogados, aparecem como um grupo que exerce atividades ligadas ao Estado desde a criação das escolas de Direito de Olinda e de São Paulo, logo após a Independência. Apesar dessa ligação com o Estado, formam um grupo separado da burguesia e do proletariado e se firmam como um segmento médio. Falcão enfatiza também a diferenciação interna à profissão. Sua imagem do corpo profissional reflete a percepção de que eles constituem um grupo estratificado e heterogêneo, embora esta diversificação seja classificada em apenas dois aspectos: quanto ao setor (público ou privado) e quanto ao fato de a atividade ser ou não jurídica. Há, portanto, a construção de uma tipologia de quatro subgrupos, mantendo agrupadas ocupações com estruturas de carreira distintas, como as de juiz, promotor e advogado de órgão público. Seu enfoque reproduz a força da profissão, que consegue preservar a obrigatoriedade do mesmo título superior e da mesma estrutura corporativa para todas estas carreiras na área do Direito.

Durand faz uma abordagem histórica da Arquitetura. Mostra a existência de duas orientações entre os arquitetos. Na mais anti-

ga, o arquiteto é visto como artista e humanista, ligado à arte e com capacidade de corrigir os “problemas” causados pela urbanização capitalista. Na mais recente, o arquiteto mostra-se preocupado em reservar o mercado de projetos para si (juntamente com o engenheiro), em melhorar o ensino e em enfatizar o lado técnico como o tipo ideal de Arquitetura. Poucos entram no mercado de trabalho como liberais; quase todos entram como assalariados.

Seu trabalho analisa o grupo internamente, em sua heterogeneidade. Os arquitetos são apresentados como membros do segmento médio da sociedade que tentam se firmar como tal, e não em função da burguesia ou do proletariado. A perspectiva de Durand é crítica em relação ao conteúdo ideológico do conceito de profissão, questionando este ponto de partida analítico.

Nestes três últimos estudos pudemos observar como as profissões começam a ser focalizadas como grupos heterogêneos e como se consolidam como um espaço intermediário na hierarquia social. Nas resenhas dos trabalhos de Nogueira, Pereira e Kawamura registramos um destes aspectos, mas é no segundo grupo de trabalhos que ambos os aspectos — a diversificação interna das profissões e a consolidação dos segmentos médios profissionais, fenômenos que estavam se intensificando na sociedade brasileira — se articulam.

A abordagem de Loyola sobre a prática médica diferencia-se daquelas que tipificam a produção da Sociologia das Profissões. A adoção de uma perspectiva que toma a fronteira entre ciência e religião como a constituição de um campo de conflitos sociais relacionados com a posição dos grupos na estrutura de classes, leva a autora a ver o problema profissional como manifestação de lutas classificatórias na hierarquia social brasileira, como um indicador de um tipo de conflito nas relações sociais. O problema profissional perde especificidade em seu olhar e ganha a dimensão da luta entre classes distintas ou entre grupos hierarquizados na estrutura social brasileira.

Loyola identifica dois âmbitos de competições: as disputas internas ao universo da cura do corpo, mais vinculado ao mundo profissional, e as disputas entre ciência e religião. Essas duas dimensões refletem a estratificação social tanto no campo científico quanto no religioso e reproduzem as segmentações da sociedade como um todo. Seu estudo submete a lógica profissional à posição social de seus praticantes. Ao focalizar a medicina oficial e a forma como os médicos se relacionam com os demais praticantes de curas e com sua clientela, a ênfase da autora recai na posição que cada um deles ocupa na estrutura da sociedade. Seu interesse principal é analisar as relações sociais. As práticas de cura do corpo e do espírito materializam os conflitos inerentes a tal estrutura social e condicionam as relações entre os médicos, os curandeiros e a clientela.

A perspectiva da autora foi inovadora nos estudos brasileiros sobre o tema porque dimensionava um campo de disputas que extrapolava as fronteiras formais de uma profissão, determinadas pela divisão disciplinar ou pelo sistema de credenciamento. Sua abordagem associou a estratificação interna das práticas da cura do corpo a uma hierarquização das práticas da cura do espírito, constituindo um campo de relações sociais, independente do acesso ou não ao diploma superior. Entretanto, a amplitude de visão adotada e a forma como o objeto estudado foi construído levaram a uma diminuição da percepção do processo de diferenciação interna da medicina oficial.

O estudo de Marinho retoma as abordagens mais características da Sociologia das Profissões. Traz, contudo, um olhar novo ao evidenciar a existência de conflitos entre as profissões de nível superior, ou seja, intra segmentos médios da hierarquia social, pelo monopólio de áreas do conhecimento e de exercício profissional. Além de reconhecer a existência deste espaço social, com interesses próprios, o autor transferiu a luta e o conflito para dentro das *classes médias profissionais*. Em sua análise, o Estado brasileiro aparece

mediando esse conflito através de sua força e capacidade decisória. Enfim, uma imagem das profissões liberais bem diferente daquela vigente na bibliografia anglo-saxã da época, segundo a qual a autonomia, o controle e a definição interna de seus problemas tipificavam a força que as profissões possuíam para diferenciar-se das ocupações.

Os trabalhos da década de 90 acentuam a visão estratificada da estrutura social, estratificação que se multiplica no mundo profissional, seja entre as profissões, seja no interior de cada uma delas. Esta tendência pode ser observada tanto em análises de caráter marxista quanto nas demais.

O artigo de Solange Simões reintroduz a problemática da relevância do econômico e do estrutural na análise das classes médias profissionais. Mostra a presença dos profissionais de nível universitário assalariados no movimento sindical a partir do final da década de 70. Sua análise parte da perspectiva de classe e sua ênfase recai na produção. A autora rejeita tanto as visões que simplesmente apontam para a proletarização desses profissionais quanto as que não consideram essa possibilidade. O essencial para ela são as diferentes "posições de classe" no interior da categoria ocupacional. O importante é a diferenciação dentro da categoria. Entre os engenheiros que estudou ela encontrou autônomos, assalariados e engenheiros em "posições contraditórias de classe", ou seja, gerentes, supervisores e não-gerentes.

Sua análise é de classe, o econômico e o estrutural são determinantes, mas a visão estratificada está presente. Reconhece o espaço dos segmentos médios na sociedade e dá destaque à diferenciação dentro do grupo estudado. Não considera a categoria como um grupo homogêneo que está ao lado da burguesia ou caminha "linearmente" para a proletarização, mas como um grupo que abrange os que estão em vias de se proletarizar, os que exercem alguma atividade de mando e os que estão em posições contraditórias entre o capital e o trabalho.

Barbosa focaliza os engenheiros minei-

ros de uma abordagem contraposta à de Simões. Seu olhar vai contra a determinação econômica, mostrando a profissão como uma nova forma de estratificação social e os grupos profissionais, como grupos de poder dentro da sociedade. Neste aspecto, sua análise assemelha-se às de Loyola e Marinho. Os engenheiros, baseados em sua "autoridade cultural", apresentam suas idéias como as melhores para a sociedade, ao mesmo tempo em que tentam se constituir como grupo profissional.

Esta forma de conceber os grupos profissionais, como grupos de poder, enfatiza a relevância que o "capital cultural" adquire para eles. Os engenheiros de Minas Gerais são vistos como um grupo social lutando por uma "fatia" de poder na sociedade, envolvido num projeto coletivo de ascensão social. Constituir-se como grupo profissional faz parte desta estratégia. Contudo, os resultados positivos alcançados em um contexto sofreram derrotas em outro, com o crescimento do poder dos economistas, grupo que tem um novo projeto para a sociedade.

Grün, estudando os gerentes paulistas, dá maior importância à representação simbólica. Observa como, no campo gerencial, a valorização da competência profissional se consolida, e que isso não se restringe ao mundo dos gerentes, influenciando a própria sucessão dos herdeiros nos grupos empresariais. Hoje, o herdeiro mais legítimo é aquele que tem competência e que está preparado para assumir os negócios, criando-se, assim, um novo padrão de "patrão legítimo": aquele que tem competência e propriedade. É a valorização do capital cultural juntamente com o capital econômico. Segundo o autor, a idéia de competência atinge não só os empresários, mas toda a sociedade civil. A imprensa e a população pedem governos profissionais. Os gerentes conseguem levar a idéia de competência ao mundo burguês e à sociedade civil. O importante nesta análise é a ênfase na capacidade do simbólico de criar diferenciações sociais concretas.

Schwartzman e Balbachevsky, por sua vez, vêem os professores universitários como

uma profissão, diferentemente da concepção dominante na bibliografia da Sociologia das Profissões. Nesta literatura, predomina a visão de que cada profissão possui no seu interior um segmento acadêmico voltado para a formação e reprodução de seu corpo profissional, assegurando a obrigatoriedade do diploma como um dos fatores para a garantia do monopólio e a distinção entre profissão e ocupação. Segundo os autores, há no Brasil uma profissão acadêmica interna ao meio universitário e separada das demais atividades profissionais voltadas para o exercício prático no mercado. Além de traçarem este corte que separa o meio acadêmico do setor aplicado das profissões, eles dividem os professores universitários em três grupos com graus diferentes de profissionalização.

A preocupação observada neste trabalho já está bem distanciada daquela verificada nos estudos anteriores a 1985. As problemáticas da determinação do econômico, do espaço próprio das classes médias profissionais, da desprofissionalização e perda das características liberais cedem lugar a uma perspectiva que identifica como profissão a atividade assalariada, burocratizada, vinculada ao Estado, mas capaz de preservar o controle sobre a distribuição de diplomas universitários, via monopólios de saber, e de definir seus próprios problemas e áreas de conhecimento especializado, garantidos pela autonomia interna, pela qual somente os *experts* avaliam seus pares. Tal visão traz a segmentação profissional para dentro do meio acadêmico, tratado até então como mais homogêneo, refletindo o processo de diferenciação social decorrente do maior grau de estratificação nas classes médias profissionais.

Este debate tem uma característica distinta do anterior, que se centrava nos problemas atingindo as profissões-modelo. A análise da atividade acadêmica coloca a discussão na fronteira dos campos da Sociologia da Ciência e da Sociologia das Profissões, já que o objeto é disputado pelo enfoque de ambas as especializações. No olhar de Marinho esta disputa aparece favorecendo a Sociologia da

Ciência. Em Schwartzman e Balbachevsky, ela oscila entre os dois campos de conhecimento, e em Bonelli a balança favorece o enfoque predominante na Sociologia das Profissões.

A tipologia que Schwartzman e Balbachevsky fazem da estratificação na profissão acadêmica não capta as disputas internas ao campo, como ilustrado na análise de Loyola. Os três segmentos por eles identificados vivem intensa luta classificatória, na qual os que obtêm pontuações mais baixas buscam negar, na prática, a legitimidade da posição daqueles que estabelecem tais avaliações. Embora os autores tratem a questão como um fato já decidido, ela pode ser vista como um processo de lutas e conflitos intraprofissionais em constante disputa.

Bonelli, uma das autoras deste ensaio bibliográfico, estuda os cientistas sociais no interior do sistema das profissões. Sua abordagem inclui tanto o olhar de Marinho, enfatizando o conflito entre as profissões, quanto o daqueles que apontam a estratificação dentro das profissões. O sistema das profissões articula a perspectiva micro da competição intraprofissional com a macro, da competição interprofissional. A noção sistêmica mais característica da perspectiva funcionalista é criticamente revista com a introdução da análise histórica, da concepção interativa na relação entre os profissionais e as profissões, e do reconhecimento da existência de fatores externos a este universo, que também são capazes de promover mudanças em seu interior, como é o caso quando há avanços tecnológicos, ou em função da ação do Estado ou de outros atores coletivos representando interesses distintos.

No modelo que utiliza, o meio acadêmico é visto como um segmento interno a cada profissão, e não como uma outra profissão. Este recorte identifica o poder profissional na manutenção do privilégio de monopolizar para algumas atividades a qualificação de nível superior, de controlar seu processo de credenciamento e sua capacidade de montar seus próprios quebra-cabeças científicos e in-

telectuais, bem como de decidir se eles estão sendo solucionados ou não.

Por meio dos estudos aqui comentados, procuramos mostrar como se desenvolveu o olhar analítico sobre as profissões na produção sociológica brasileira. Os primeiros enfoques concebiam as profissões como grupos internamente homogêneos e se preocupavam com a sua desprofissionalização ou proletarianização. Estes enfoques caminharam no sentido de reconhecer a existência de espaços próprios para as classes médias profissionais, que se consolidam na hierarquia social do país, e de gradualmente identificar a heterogeneidade dos grupos profissionais. Concomitantemente a este processo, observa-se o questionamento dos conteúdos ideológicos do conceito de profissão, a identificação das estratégias profissionais de usurpação de poder e prestígio, a ênfase nos seus aspectos simbólicos e o reconhecimento da relevância do capital cultural no mundo empresarial e na sociedade como um todo. Os conflitos que no início do período analisado eram vistos como externos ao meio profissional migram radicalmente para o seu interior. A proliferação dos segmentos profissionais em todos os estudos focalizados evidencia a crescente estratificação da estrutura social brasileira nesses últimos 30 anos.

Além das mudanças na sociedade brasileira, outros fatores condicionaram esse desenvolvimento dos enfoques sobre as profissões. Um deles, que nos interessa destacar, é a influência da bibliografia internacional da Sociologia das Profissões, que já vinha seguindo uma tendência semelhante à apontada aqui. O volume desta produção cresceu e diversificou-se tanto nos países anglo-saxões quanto fora deles, multiplicando-se as suas vertentes e consolidando-se a especialização.

Conclusões

Neste balanço da produção das Ciências Sociais brasileiras sobre as profissões de nível superior realizada entre 1960 e 1994 foram catalogados 144 trabalhos: 5 anteriores a 1970, 11 entre 1970 e 1974, 12 entre 1975 e

1979, 25 entre 1980 e 1984, 52 entre 1985 e 1989, 37 entre 1990 e 1994 e 2 sem data.⁴

O momento de maior produção no Brasil coincidiu com o período de intensificação das greves dos setores de classe média, que fervilharam em 1985 e 1986. A busca de uma explicação sociológica para o fenômeno articulou-se com as preocupações concretas com a perda de prestígio profissional, com a queda no padrão de vida e com o assalariamento das profissões de nível superior. Os estudos sobre greves neste período ressaltam que os principais atores desses movimentos foram os funcionários públicos, principalmente nos setores de saúde e educação, o que engloba médicos e professores.⁵

As análises posteriores voltam-se mais para a intensificação do processo de estratificação intra ou interprofissional, que pode ter-se aguçado nessas experiências anteriores. A

diferenciação intragrupos, o peso das disputas classificatórias, a relevância do capital cultural e do simbólico, a usurpação e o monopólio do saber são preocupações intelectuais que se expandem muito nesse último período.

Hoje, já não é mais o temor pelo fim da profissionalização ou a denúncia de seus privilégios que norteiam as investigações. Há um reconhecimento de que, apesar das suas estratégias de dominação ou do seu processo de assalariamento, as profissões consolidaram sua relevância e sua posição na estrutura ocupacional, tornando-se um objeto de estudo permanente, nos contextos de crise ou não. Cabe às Ciências Sociais investir na montagem dos quebras-cabeças teóricos sobre o tema, de modo a buscar suas soluções.

*(Recebido para publicação
em julho de 1995)*

Notas

1. O trabalho de Luiz Pereira trata do magistério primário com um enfoque profissional, embora esta seja uma atividade que não tem o curso superior como pré-requisito. A inclusão deste trabalho justifica-se porque ele difunde no Brasil a perspectiva desta especialização na Sociologia e porque, indiretamente, lida com o problema da definição das fronteiras do mundo profissional.
2. A compilação de referências bibliográficas priorizou a biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e as bibliotecas centrais da UFSCar, da Unesp de Araraquara e da Escola de Administração de Empresas da FGV-SP. O levantamento da produção de teses e dissertações evoluiu, além dessas escolas, o acervo do Iuperj, do IFCS/UFRJ, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMG e da UFSC.
3. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Anpocs); *Dados* (Iuperj); *Novos Estudos* (Cebrap); *Tempo Social* (Departamento de Sociologia da USP); *Revista de Administração de Empresas* (Função Getúlio Vargas); *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (Anpocs) e *Ciências Sociais Hoje* (Anpocs).
4. Em 1995, após a realização desta análise, foram concluídos ou divulgados outros 11 trabalhos sobre as profissões no Brasil. Embora eles não tenham sido objeto de estudo aqui, todos foram incluídos na bibliografia em anexo. Há, portanto, 155 títulos relacionados na bibliografia organizada por profissões.
5. Os dados sobre os movimentos grevistas deste período estão disponíveis em Bonelli (1989).

Bibliografia
Organizada Segundo a Profissão

Administração e Gerência:

- Betioli, Maria Irene Stocco e Tonelli, Maria José
1991 "A Mulher Executiva e Suas Relações de Trabalho". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, FGV, vol. 31, n. 4, out.-dez., pp. 17-33.
- Caldas, Miguel Pinto
1992 *Carreira e Mobilidade de Executivos (1988-1991): Pesquisa de Executivos em Processo de Demissão e uma Contribuição ao Estudo do Outplacement no Brasil*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.
- Covre, Maria de Lourdes Manzine
1990 *A Formação e a Ideologia do Administrador de Empresas*. São Paulo, Cortez Editora.
- Dantas, Laura
1978 *Consultores Organizacionais: Agentes de Mudança ou Conselheiros do Rei?* Rio de Janeiro, IUPERJ, dissertação de mestrado.
- Drago, Pedro Aníbal
1980 *Treinamento e Desenvolvimento de Gerentes: Um Perfil Profissional*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.
- Dutra, Joel Souza
1987 *Profissionais de Recursos Humanos: Um Grupo à Procura de Sua Legitimação*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.
- Grün, Roberto
1992 "Quem é Moderno? Um Estudo sobre as Estratégias Discursivas de Gerentes Brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 18, fevereiro, pp. 96-108.
1993 "Sobre o Envelhecimento no Campo Gerencial". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, FGV, vol. 33, n. 2, pp. 44-63.
1995 *A Revolução dos Gerentes Brasileiros*. São Carlos, Editora da UFSCar.
- Longo, Maria Heloísa
1985 *Administradoras: Suas Trajetórias e os Recortes do Cotidiano*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.
- Martins, Carlos Benedito
1988 Expansão dos Cursos de Administração no Brasil (1952-1983). Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP.
- Pena, Maria Valéria J.
1985 "A Introdução das Ideologias Gerenciais no Brasil". *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 25, n. 3, jul.-set., pp. 23-30.
- Santos, M.H. de C.; Pinheiro, M.L. de M. e Machado, E.M.
1994 "Profissionalização dos Quadros Superiores da Administração Pública". *Revista do Serviço Público*, vol. 118, n. 2, jul.-ago., pp. 35-90.

Venosa, Roberto

- 1989 "A Caracterização de um Grupo de Gerentes: Ideologia e Prática". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, FGV, vol. 29, n. 4, out.-dez., pp. 17-28.

Arquitetura:

Durand, José Carlos G.

- 1972 *O Arquiteto: Estudo Introdutório de uma Ocupação*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.
- 1974 *A Profissão de Arquiteto, Estudo Sociológico*. Rio de Janeiro, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — 5.^a Região.
- 1989 *Arte, Privilégio e Distinção. Artes Plásticas, Arquitetura e Classe Dirigente no Brasil 1855/1985*. São Paulo, Perspectiva/Edusp.

Fischer, S.

- 1989 *Ensino e Profissão: O Curso de Engenheiro-Arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado, 2 vols..

Marques, S.

- 1983 *Maestro Sem Orquestra: Um Estudo da Ideologia do Arquiteto no Brasil 1820-1950*. Recife, UFPE, dissertação de mestrado.

Mello, E. A. Kneese.

- 1971 *Introdução ao Estudo da Arquitetura no Brasil (Contribuição ao 1.º Seminário de Estudos Brasileiros)*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros/USP.

Reis Filho, Nestor Goulart

- 1970 *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva.

Ciências Sociais:

Abranches, Sergio Henrique H.

- 1987 "As Ciências Sociais e o Estado: Comentários Sobre a Política Científica e Tecnológica e a Institucionalização da Ciência Social no Brasil". In Anpocs (org.), *O Que se Deve Ler em Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, Anpocs/ Cortez, vol. 2.

Almeida, Maria Hermínia Tavares de

- 1987 "Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964)". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 24.

Azevedo, Fernando (org.).

- 1956 *As Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos.

Boas, Gláucia K. Villas

- 1992 *Vocação das Ciências Sociais (1945/1964): Um Estudo da Produção em Livro*. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado.

Bonelli, Maria da Glória

- 1993 "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 36, 2.º semestre, pp. 31-61.

- 1993 *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado.
- 1994 "O Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 25, junho, pp. 110-26.
- 1995 "O Mundo das Ciências Sociais". In Miceli, Sergio (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Sumaré/FAPESP/Idesp.
- Durand, José Carlos G.
1984 "A Mal Assumida Profissão de Sociólogo". *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 24, n. 3, jul.-set., pp. 76-8.
- Larangeira, Sonia
1987 As Ciências Sociais no Brasil (1970-1980). Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP.
- Marinho, M. J. da Cunha
1987 "A Profissionalização da Sociologia no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 30, n. 2, pp. 223-33.
- Miceli, Sérgio
1987 "Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, vol. 2, n. 5, outubro, pp. 5-26.
- (org.)
1989 *História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep.
- (org.)
1995 *História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2*. São Paulo, Sumaré/FAPESP/Idesp.,
- Ortiz, Renato
1990 "Notas Sobre as Ciências Sociais no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 27, julho, 1990, pp.163-75.
- Schwartzman, Simon
1987 "A Força do Novo: Por uma Sociologia dos Conhecimentos Modernos no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, vol. 2, n.º 5, pp. 47-66.
- 1990 O Lugar das Ciências Sociais no Brasil nos Anos 90. São Paulo, NUPES/USP, mimeo.
- Sorj, Bernardo
1985 Intelectuais, Autoritarismo e Política: O Cebrap e as Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, mimeo.
- 1992 Estratégias, Crise e Desafios das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, Idesp, mimeo.
- Vianna, Luiz Werneck; Carvalho, Maria Alice Rezende de e Mele, Manuel Palácios Cunha
1994 "Cientistas Sociais e Vida Pública: O Estudante de Graduação em Ciências Sociais". *Dados*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 37, n. 3, pp. 351-529.

Direito:

Advocacia

Adorno, Sergio

- 1988 *Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Aguiar, Roberto A.R.
1991 *A Crise da Advocacia no Brasil (Diagnósticos e Perspectivas)*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- Arruda Júnior, Eduardo L.
1983 Notas Para uma Sociologia dos Bacharéis em Direito no Brasil. Trabalho apresentado no VII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP.
- Catão, Yolanda
s/d *O Perfil do Advogado*. Rio de Janeiro, OAB/RS.
- Elias, Roseli
1989 *Mulher e Advocacia: Elementos de Ideologia e Trabalho*. Rio de Janeiro, Iuperj, dissertação de mestrado.
- Falcão, Joaquim de Arruda
1978 *O Advogado, a Cultura Jurídica e o Acesso ao Sistema Judiciário*. Recife, PIMES/Universidade Federal de Pernambuco.
- 1984 *Os Advogados: Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massanguana.
- Instituto Gallup de Opinião Pública
1982 *Dados Pessoais e Profissionais dos Advogados Paulistas*. São Paulo, mimeo.
- Lima Jr., Olavo B. de; Klein, Lucia M. G. e Martins, Antonio S.
1970 *O Advogado e o Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Iuperj, mimeo.

Delegados de Polícia

- Mingardi, Guaracy
1991 *Tiras, Trutas e Gansos*. São Paulo, Scritta Editorial.
- Oliveira, José Luciano G.
1984 *Sua Excelência o Comissário*. Recife, UFPE, dissertação de mestrado.
- Paixão, Luiz Antonio
1982 "A Organização Policial Numa Área Metropolitana". *Dados*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 25, n. 1, pp. 63-85.

Magistratura e Ministério Público

- Bonelli, Maria da Gloria
1995 "Condicionantes da Competição Profissional no Campo da Justiça: a Morfologia da Magistratura". In Sadek, Maria Tereza (org.), *Uma Introdução ao Estudo da Justiça*, São Paulo, Idesp/Sumaré.
- Bonelli, Maria da Gloria; Aguiar M. M. e Donatoni, S.
1994 "A Dinâmica Profissional no Campo da Justiça". *Teoria e Pesquisa*. São Carlos, Departamento de Ciências Sociais/ UFSCar, n. 9, junho, pp.1-32.
- Nalini, José Renato (coord.)
1992 *Curso de Deontologia da Magistratura*. São Paulo, Saraiva.
- Sadek, Maria Tereza (org.)
1994 *O Judiciário em Debate*. São Paulo, Idesp/Sumaré.

Economia:

Loureiro, Maria Rita

1992 "Economistas e Participação Política no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 19, junho, pp. 34-6.

1992 "Economistas e Elites Dirigentes no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 20, outubro, pp. 47-69.

Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo e Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo

1984 *O Perfil do Economista*. São Paulo, Série Estudos e Pesquisa.

Educação:

Enciso, Javier P.

1972 *O Professor de Ensino Médio no Estado de Goiás: Um Estudo da Conjuntura e Estrutura*. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado.

Gouveia, Aparecida Joly

1989 "As Ciências Sociais e a Pesquisa Sobre Educação". *Tempo Social*, São Paulo, vol. 1, n. 1, 1.º semestre, pp. 71-9.

Masson, Máximo Augusto Campos

1988 *Magistério e Sindicalismo: A Trajetória do Centro de Professores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, dissertação de mestrado.

Pereira, Luiz

1969 *O Magistério Primário numa Sociedade de Classes*. São Paulo, Pioneira.

Rodrigues, Cláudio J. Lopes

1976 *O Magistério Secundário Estadual da Paraíba — Um Estudo Diacrônico*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.

Sant'Ana, Ruth Bernardes de

1993 *Professores de Primeiro e Segundo Graus: Representação Social e Mobilização Coletiva*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.

Enfermagem:

Alcântara, Glete de

1966 *A Enfermagem Moderna como Categoria Profissional: Obstáculos à Sua Expansão na Sociedade Brasileira*. Ribeirão Preto, Escola de Enfermagem/USP, tese de cátedra.

Conselho Federal de Enfermagem/Associação Brasileira de Enfermagem

1985 *O Exercício da Enfermagem nas Instituições de Saúde do Brasil: 1982/1983*. 2 Vols. Rio de Janeiro.

Germano, Raimunda Medeiros

1985 *Educação e Ideologia da Enfermagem no Brasil*. São Paulo, Cortez.

Loyola, Cristina Maria Dourat
1984 *Os Doce(i)s Corpos do Hospital. As Enfermeiras e o Poder Institucional na Estrutura Hospitalar*. Rio de Janeiro, IFCS/UF RJ, dissertação de mestrado.

Mello, Cristina Maria Meira de
1986 *Divisão Social do Trabalho e Enfermagem*. São Paulo, Cortez.

Santos, C. A.

1973 *A Enfermagem como Profissão: Estudo num Hospital Escola*. São Paulo, Pioneira/EDE/USP.

Silva, Graciete B.

1979 "Desenvolvimento da Enfermagem: Correlação de Problemas da Profissão e da Mulher na Sociedade". *Anais do XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem*, Fortaleza.

1986 *A Enfermagem Profissional: Análise Crítica*. São Paulo, Cortez.

Engenharia:

Barbosa, Maria Ligia de Oliveira

1993 *Reconstruindo as Minas e Planejando as Gerais: Os Engenheiros e a Constituição dos Grupos Sociais*. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado.

Basso, Itacy Salgado

1993 *Engenheiro de Materias: Educação e Trabalho*. São Carlos, UFSCar, dissertação de mestrado.

Dalcol, P.

1985 *A Study of Production Engineering in Brazil: Occupational Emergence and Development in Response to Industrialization*. Londres, University of London, tese de Ph.D.

DIEESE

1984 *Mercado de Trabalho e Situação Profissional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos no Estado do Rio de Janeiro*. DIEESE/CREA.

Kawamura, Lili Katsuco

1979 *Engenheiro: Trabalho e Ideologia*. São Paulo, Ática.

1985 "A Transferência de Tecnologia na Perspectiva dos Engenheiros (São Paulo, 1978-85)". *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 25, n. 3, jul.-set., pp. 71-5.

1986 *Tecnologia e Política na Sociedade*. São Paulo, Brasiliense.

Oliveira, Antonio Santos

1993 *O Cérebro da Fábrica: A Representação do Mundo do Trabalho Elaborada por Engenheiros Industriários*. Salvador, UFBA, dissertação de mestrado.

Silva, Elizabeth B.

1984 *Mercado de Trabalho e Situação Profissional dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, DIEESE, mimeo.

Silva, M.T. da

1986 *A Engenheira: Um Estudo Empírico da Divisão Sexual do Trabalho*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.

Simões, Solange D.

1989 *The Position of Engineers in the Brazilian Class Structure and Their Industrial and Political Orientations*. Londres, London School of Economics, tese de Ph. D.

Jornalismo:

Borin, Jair

1972 *Jornalista Profissional no Estado de São Paulo: Perfil Socioeconômico e Cultural*. São Paulo, ECA/USP, mimeo.

Cardoso, Adalberto M.

1994 *Jornalistas: Ética e Democracia no Exercício da Profissão*. Trabalho apresentado na XVIII Reunião Anual da Anpocs, Caxambu, MG, mimeo.

Goldenstein, Gisela

1992 *Folhas ao Vento: Análise de um Conglomerado Jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.

Levenorth, Edgard

1987 *A Organização dos Jornalistas Brasileiros 1908-1951*. São Paulo, Com-Arte.

Medina, Cremilda

1982 *Profissão Jornalista: Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Melo, José Marques de e Silva, Carlos Eduardo Lins da

1991 *Perfis de Jornalistas*. São Paulo, FTD.

Mendes, Ricardo Fontes

1995 *As Disputas no Campo Profissional do Jornalismo*. São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFSCar, relatório do projeto de dissertação de mestrado.

Paillet, Marc

1986 *Jornalismo, o Quarto Poder*. São Paulo, Brasiliense.

Peixoto, Fernanda

1994 *Os Anos 80 e a Imprensa no Brasil: Algumas Observações*. São Paulo, Cebrap, mimeo.

Sá, Adísia

1985 *O Jornalismo Brasileiro — A Federação dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1985*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará.

Travancas, Isabel Siqueira

1993 *O Mundo dos Jornalistas*. São Paulo, Summus.

Medicina:

Campos, Gastão W.

1986 *Os Médicos e a Política de Saúde: Entre a Estatização e o Empresariamento*. São Paulo, Faculdade de Medicina/USP, dissertação de mestrado.

- Coradini, Odaci L.
1995 “‘Grandes Famílias’ e Elite ‘Profissional’ na Medicina no Brasil”. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, UFRS, n. 2.
(no prelo) “A Formação da Elite Médica no Brasil e Sua Seleção: Confronto com o Caso Francês”. *História, Ciência, Saúde*, Rio de Janeiro, Fundação Instituto Oswaldo Cruz.
- Donnangelo, Maria Cecília F.
1975 *Medicina e Sociedade: O Médico e Seu Mercado de Trabalho*. São Paulo, Pioneira.
1981 Condições do Exercício Profissional da Medicina na Área Metropolitana de São Paulo. São Paulo, Conselho Regional de Medicina — SP.
- Esteves, Fernanda Maria M. Xavier
1989 *Modernidade em Questão. A Inserção das Mulheres na Medicina: Uma Profissão Tradicionalmente Exercida Por Homens*. Rio de Janeiro, Iuperj, dissertação de mestrado.
- Gama, Cláudio Murilo Pimentel
1992 *O Espírito da Medicina: Médicos e Espíritos em Conflito*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, dissertação de mestrado.
- Loyola, Maria Andréa
1984 *Médicos e Curandeiros: Conflito Social e Saúde*. São Paulo, Difel.
- Machado, Roberto *et al.*
1978 *(Da)nação da Norma — Medicina Social e a Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- Magalhães, Geraldo Elvino
1979 *Profissionais em Organizações Complexas: Análise de um Hospital Psiquiátrico*. Rio de Janeiro, Iuperj, dissertação de mestrado.
- Salgueiro, Carmella Vertullo
1987 *A Incorporação de Práticas Alternativas no Sistema Previdenciário de Saúde: Um Relato do Desenvolvimento da Homeopatia no Brasil*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.
- Salles, Maria do Rosário R.
1995 *Os Médicos Italianos em São Paulo — 1890/1930: Um Projeto de Ascensão Social*. São Paulo, Idesp, relatório de pesquisa, mimeo.
- Soares, Bárbara Musumeci
1988 *A Homeopatia como Espelho da Natureza*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado.
- Venancio, Ana Tereza Acatauassú
1990 *Sobre a “Nova Psiquiatria” no Brasil: Um Estudo de Caso do Hospital-Dia do Instituto de Psiquiatria*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado.

Nutrição:

- 1985 Bosi, Maria Lúcia Magalhães. *Nutrição e Poder; da Ciência à Reprodução*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, dissertação de mestrado, 2 vols.

Problemática Profissional:

Assumpção, Leilah Landin

1993 *A Invenção das ONGs: Do Serviço Invisível à Profissão Sem Nome*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, tese de doutorado.

Barbosa, Maria Lígia de Oliveira

1985 *O Assalariamento do Trabalho Intelectual na Universidade*. Belo Horizonte, UFMG, dissertação de mestrado.

1993 "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 36, 2.º semestre, pp. 3-30.

Bonelli, Maria da Glória

1989 *A Classe Média do "Milagre" à Recessão*. São Paulo, Idesp, mimeo.

Bruschini, M.C.A.

1978 "Mulher e Trabalho: Engenheiras, Enfermeiras e Professoras". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 27, dezembro, pp. 3-18.

Castro, Edna Maria R. de

1986 *Trajetórias Profissionais e a Construção do Cotidiano*. Trabalho apresentado no X Encontro Anual da Anpocs, Campos do Jordão, SP.

Diniz, Marli

1995 *Os Donos do Saber: Profissões e Monopólios Profissionais*. Rio de Janeiro, Iuperj, tese de doutorado.

Durand, José Carlos G.

1975 "A Serviço da Coletividade — Crítica à Sociologia das Profissões". *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 15, n. 6, nov.-dez., pp. 59-69.

Gomes, Angela de Castro (coord.)

1994 *Engenheiros e Economistas: Novas Elites Burocráticas*. São Paulo, Editora da FGV.

Gouveia, Aparecida J.

1965 "Desenvolvimento Econômico e Prestígio de Certas Ocupações". *América Latina*, n. 9, pp. 66-78.

Grün, Roberto

1992 "Sindicalismo, Anti-Sindicalismo e a Gênese das Modernas Classes Médias Brasileiras". *Dados*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 35, n. 3, pp. 435-71.

Lorenzoni, Luiz Leôncio

1989 *O Sistema de Carreira Profissional como Mecanismo de Conformismo Social*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.

Marinho, Marcelo J.M. da C.

1985 *Profissionalização e Credenciamento: A Política das Profissões*. Rio de Janeiro, Iuperj, dissertação de mestrado.

Mello, Guiomar N.

1982 *Magistério de Primeiro Grau: Da Competência Técnica ao Compromisso Político*. São Paulo, Autores Associados/Cortez.

Nogueira, Oracy.

1963 *Contribuição ao Estudo das Profissões de Nível Universitário no Estado de São Paulo*. Osasco, FCEA/Osasco, tese de livre-docência em Sociologia.

Oliveira, Elza

1985 Profissionais de Várias Carreiras Formados entre 1972 e 1978, em Diferentes Regiões do País. Trabalho apresentado no IX Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP.

Prandi, José Reginaldo

1982 *Os Favoritos Degradados: Ensino Superior e Profissões de Nível Universitário no Brasil Hoje*. São Paulo, Loyola.

Silva, Nelson do V.

1974 Posição Social das Ocupações. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo.

1985 Atualização da Escala Socioeconômica de Ocupações para 1980. Rio de Janeiro, Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), mimeo.

Simões, Solange de Deus

1991 "Classe Média Profissional no Brasil: Teoria e Organização Política e Sindical". *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, pp.160-99.

Professores Universitários:

Balbachevsky, Elizabeth

1995 *Atores e Estratégias Institucionais: A Profissão Acadêmica no Brasil*. São Paulo, Departamento de Ciência Política/USP, tese de doutorado.

Schwartzman, Simon

1989 Ciência, Profissões e a Questão da Autonomia. São Paulo, NUPES/USP, Série Documentos de Trabalho, mimeo, junho.

Schwartzman, Simon e Balbachevsky, Elizabeth

1992 A Profissão Acadêmica no Brasil. São Paulo, NUPES/USP, Série Documentos de Trabalho, mimeo, maio.

Weber, Silke

1985 O Docente Universitário. Trabalho apresentado no IX Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP.

Propaganda/ Publicidade/ Marketing:

Branco, Renato Castelo (org.)

1990 *História da Propaganda no Brasil*. São Paulo, IBRACO/T. A. Queiroz Editor.

Bulcão, Maria Cristina Carreira

1982 *É o Marketing uma Ciência?* São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.

Durand, J. C.

s/d *A Implantação da Pesquisa de Opinião e Mercado no Brasil (1930-1972)*. São Paulo, NPP/FGV.

- Kacelnik, Zilda
1976 *A Ideologia dos Publicitários*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado.
- Rocha, Eduardo P. G.
1982 *Magia e Capitalismo: Um Estudo Antropológico da Publicidade*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado.

Psicanálise:

- Carvalho, Cíntia A.
1995 *Os Psiconautas do Atlântico Sul: Uma Etnografia da Psicanálise*. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado.
- Formiga, Ronaldo da Costa
1985 *O Fenômeno da Psicanálise: Uma Abordagem Interdisciplinar*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado.
- Lopes, Achyses Jobim
1984 *A Psicanálise como Revolução Científica e Mito*. Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria/UFRJ, dissertação de mestrado.

Psicologia:

- Borges, M.M.
1987 "Psicologia — Substantivo, Feminino, Singular: A Participação da Mulher na Produção do Conhecimento". *Programa de Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto.
- Conselho Federal de Psicologia
1988 *Quem é o Psicólogo Brasileiro?* São Paulo, Edicon.
- Gil, Antonio Carlos
1982 *O Psicólogo e Sua Ideologia*. São Paulo, FESP, tese de doutorado.
- Jaques, M. da G.C.
1979 "Características da Profissão de Psicólogo: Uma Síntese Bibliográfica". *Psico*, n. 16, 2.º semestre, pp. 59-70
- Martins, L.A. de J.F.
1987 "Perfil Profissional do Psicólogo em Rio Claro". *Programa de Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto.
- Mello, S. L.
1983 *Psicologia e Profissão em São Paulo*. São Paulo, Ática.
- Neves, Maria Aparecida
1971 *O Psicólogo no Brasil — Um Estudo*. Rio de Janeiro, PUC, dissertação de mestrado.
- Pereira, Silvia Leser de M.
1972 *As Atividades Profissionais do Psicólogo em São Paulo*. São Paulo, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho/Instituto de Psicologia/USP, tese de doutorado.

Rosemberg, F.

1983 "Psicologia, Profissão Feminina". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 47, novembro, pp. 32-7.

Schmidt, Maria Luíza

1984 *Psicologia: Representações da Profissão*. São Paulo, Instituto de Psicologia/USP, dissertação de mestrado.

Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo

1984 *O Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo*. São Paulo, Sindicato dos Psicólogos/CRP — 6.ª Região/Cortez.

Serviço Social:

Iamamoto, Marilda V.

1988 *Legitimidade e Crise no Serviço Social: Ensaio e Interpretação Sociológica da Profissão*. Piracicaba, ESALQ/USP, dissertação de mestrado.

Resumo

Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras

O artigo faz um levantamento dos estudos sobre as profissões realizados pelas Ciências Sociais brasileiras nos últimos 30 anos, relacionando as mudanças na forma de se focalizar esta temática com o aumento da estratificação social no país. Foram catalogados 144 trabalhos sobre o assunto, dos quais 12 foram resumidos e analisados aqui. Estes trabalhos ilustram momentos diferentes do percurso da temática, ao longo das décadas de 60, 70, 80 e 90, centrando-se em profissões como as de advogado, médico, engenheiro, cientista social, docente universitário e arquiteto, além de abordarem questões mais gerais da problemática da profissionalização.

Abstract

Studies on the Liberal Professions Conducted Within the Brazilian Social Sciences

The article surveys studies on liberal professionals conducted in the Brazilian social sciences over the past thirty years and draws a relationship between the changes in how this topic has been approached and Brazil's increasing social stratification. Twelve of the one hundred and forty-four catalogued studies are summarized and analyzed here. These studies illustrate different moments in the history of this research down through the 1960s, 1970s, 1980s and 1990s. They focus on such professionals as attorneys, physicians, engineers, social scientists, university professors, and architects and also explore more general questions related to the issue of professionalization.

Almeida, João Lucas Quental Novaes de

A Política Externa Brasileira e as Negociações e Propriedade Intelectual no GATT. Mestrado em Relações Internacionais, PUC-Rio, 1994. Orientadora: Maria Regina Soares de Lima.

A dissertação analisa a Política Externa Brasileira nas negociações internacionais do GATT envolvendo a proteção de propriedade intelectual no período 89-92. Argumenta-se que, embora o Brasil tenha sofrido intensa pressão bilateral dos EUA, sua política de propriedade intelectual no Gatt teve como principal motivação sua preocupação com o futuro do regime multilateral de comércio.

Bresciani, Danielle de Oliveira

A Intervenção do Estado na Economia: Uma Análise dos Casos Brasileiro e Coreano. Mestrado em Relações Internacionais, PUC-Rio, 1994. Orientador: Paulo Sergio Wrobel.

Esta dissertação tem o objetivo de analisar a importância do Estado no processo de industrialização brasileira e coreana, buscando revelar a natureza de cada um deles, com vistas a compreender as possíveis diferenças em suas formas de atuação.

Costa, Júlio Roberto Pinto Ferreira da

Rock em Brasília: Um Caso de Construção do Ator Social em Grupos Face-a-Face. Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília, 1994, 106 pp. Orientadora: Maria Angélica Brasil Gonçalves Madeira.

A presente dissertação visa estudar os grupos face-a-face ligados à música *rock*, a procura de uma explicabilidade do pertencimento do indivíduo ao grupo que seja inerente ao próprio mundo vivido do indivíduo e do grupo, englobando aspectos da sociologia compreensiva de Max Weber que contemplam o indivíduo enquanto capaz de tomadas de posição frente ao real. Operacionalizando a categoria "indivíduo/ator social" em sua necessidade simbólica de pertencimento ao grupo face-a-face, configura-se o pertencimento ao grupo como um valor, independentemente do movimento emancipatório em relação à sociedade global. Então, no contexto face-a-face, os grupos ligados à música *rock* compartilham de uma experiência simbólica que é cultural e construtora de elementos culturais.

Dorner, Carlos Ricardo

O Meio Marinho como Patrimônio Comum da Humanidade: A Convenção de Montego Bay e a Mudança do Regime Internacional Marítimo. Mestrado em Relações Internacionais, PUC-Rio, 1994. Orientador: Gustavo Sénéchal de Goffredo.

A dissertação analisa as ambigüidades que permearam o Direito Marítimo clássico e sua importância na transição do regime marítimo internacional. O novo regime, consagrando a

interdependência complexa, enseja o estudo da convenção de Montego Bay e seu núcleo central — a comunalidade patrimonial humana no âmbito da questão marítima.

Duarte, Lilian Cristina Burlamaqui

O Aquecimento Global e a Convenção sobre Mudanças Climáticas. Mestrado em Relações Internacionais, PUC-Rio, 1994. Orientador: Celso Renato Duvivier Mello.

A dissertação de mestrado realiza, segundo uma perspectiva histórica, política e jurídica, o estudo do tema do aquecimento global e das negociações que culminaram com a convenção sobre mudanças climáticas, apresentada pela assinatura durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em junho de 1992.

Fonseca, Francisco César Pinto da

A Imprensa Liberal na Transição Democrática (1984-1987): Projeto Político e Estratégias de Convencimento (Revista Visão e Jornal "O Estado de S. Paulo"). Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1994, 417 pp. Orientador: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes.

O estudo objetiva averiguar o projeto político, mormente a concepção de democracia, do liberalismo brasileiro, através da imprensa autoproclamada como perfilhada a esta ideologia: revista *Visão* e jornal *O Estado de S. Paulo*. A transição para a democracia no Brasil, observada entre 1984 e 1987, ao contemplar uma agenda a ser implementada impeliu os diversos agentes sociais a explicitarem seu projeto. Este, fora analisado por meio das diversas editoriais da revista e dos editoriais do jornal. Concluiu-se que esta imprensa manteve a tradição conservadora e autoritária do liberalismo aqui vigente, utilizando-se para tanto de estratégias diferenciadas de convencimento: o panfleto, a revista, e a postura negociadora, o jornal.

Froehlich, José Marcos

Sexualidade, Subjetivação e Poder: O Discurso de "Liberação dos Costumes" em Vila Block-RS. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994, 250 pp. Orientador: Jacques A.L. Marre.

Pesquisou-se neste trabalho o rebatimento que o fenômeno social conhecido por "liberação dos costumes" geralmente mencionado como recorrente nos espaços urbanos da atualidade, apresenta no espaço agrário no caso Vila Block-RS. Utilizou-se o instrumental teórico-metodológico Foucaultiano, por meio da noção do "discurso", analisando-se a circulação dos enunciados deste discurso "liberalizante" na referida comunidade rural, suas redes de poder/saber, seus limites, modalidades e resistências. Constatou-se que há um processo de ruptura na discursividade sobre o corpo e o sexo também na comunidade rural pesquisada, onde novos "saberes" e práticas corporais, associados aos espaços de secularização e consumo, passaram a predominar e relativizar o poder de "verdade" dos discursos produzidos pelos espaços religiosos sobre o tema. Isto se deve, em grande parte, a relativa integração do espaço agrário à velocidade da sociedade urbano-industrial.

Giacobbo, Elisa Olívia

A Construção e Reconstrução das Relações Familiares em um Assentamento de Reforma Agrária. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994, 287 pp. Orientador: Mário Riedl.

O trabalho procura analisar a relação estabelecida entre determinadas formas de estruturação da família — presentes no grupo social camponês — e a intervenção de agentes e instituições como o estado, igreja e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), que procuram reforçá-las, modificá-las ou anulá-las, por meio da introdução de novos modelos de organização da produção, denominados cooperação agrícola. Essa relação é analisada à luz da inserção desse grupo social em um processo de luta pela terra que desemboca na estruturação de um assentamento de reforma agrária. O assentamento, configurado como um espaço social de lutas, é o palco onde as diferentes ações em jogo se cruzam. De um lado as práticas relacionadas à estruturação da família, produzidas pelo grupo social ao longo de suas trajetórias. De outro, as intervenções produzidas sobre essas práticas pelo demais agentes. As disputas variadas que se configuram no dia a dia do assentamento fornecem a dinâmica da estruturação e reestruturação, tanto das relações familiares quanto das idéias e perspectivas em jogo.

Gracioli, Edilson José

A Ponta de um Iceberg: A Greve na CSN em Novembro de 1988. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1994, 159 pp. Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Esta dissertação busca analisar a causalidade, a processualidade e o significado da greve que os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional — CSN realizaram em novembro de 1988. Recupera-se um pouco da história da CSN, do perfil do seu operariado e das experiências de resistência operária até o surgimento do novo sindicalismo, mostrando suas especificidades em Volta Redonda. Após a análise das formas de ser que essa greve adquiriu, conclui-se que se tratou de um greve motivada pela luta contra o arrocho salarial, a militarização do cotidiano dos trabalhadores e por um conjunto de cobranças pela aplicação de direitos assegurados constitucionalmente. Tendo sido preparada, iniciada e levada a termo a partir de uma rica experiência de organização interna e sindical, a greve logrou significação política intensa, principalmente após a truculência empreendida pelo exército. Tratou-se de uma greve vitoriosa, notadamente pelos impactos políticos que produziu na conjuntura.

Jinkings, Nise Maria Tavares

Trabalho e Subjetividade sob o Mister de fazer mais Dinheiro: O Trabalho Bancário. Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 1994; 129 pp. Orientador: Ricardo Antunes.

A presente dissertação estuda as dimensões da ação do trabalhador bancário num contexto de intensa reestruturação tecnológica e organizacional implementada nos bancos desde os anos 60, que afeta não somente a sua materialidade mas atinge também a sua subjetividade e consciência. Para viabilizar nossa proposta de trabalho, realizamos entrevistas com dirigentes sindicais do Sindicato dos Bancários de São Paulo e com membros da administração dos bancos, além de extensa coleta de dados em documentos e publicações do Sindicato e dos bancos. Concluímos que as metamorfoses do trabalho bancário aprofundam um processo de estranhamento e de distanciamento do trabalhador em relação à sua atividade, dificultam as práticas de resistência e produzem novas formas de subordinação do trabalho ao capital, agudizam as cisões e fragmentações produzidas entre os trabalhadores. O antagonismo das relações de trabalho capitalistas manifesta-se, entre os bancários, numa mesclagem de ações de resistência e de práticas de subordinação ou de adesão à lógica capitalista.

Jungblut, Airton Luiz

Entre Evangelho e o Futebol: Um Estudo sobre a Identidade Religiosa de um Grupo de Atletas de Cristo em Porto Alegre. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994, 261 pp. Orientador: Ari Pedro Oro.

O trabalho pretende inventariar as diversas práticas, principalmente discursivas, que estruturam a identidade do grupo religioso Atletas de Cristo. Este grupo conjuga em um estilo devocional os signos mundanos do futebol e os signos de um fundamentalismo evangélico. A análise é feita mediante a recuperação das diversas identificações acionadas por seus integrantes nas várias interações que mantém com os interlocutores, principalmente religiosos, do referido grupo. Busca-se compreender que lógicas informam ou determinam suas identificações com o intuito de se saber como foi possível a emergência bem-sucedida deste grupo, que forma uma nova modalidade de cristianismo evangélico, o qual se define como um “ministério esportivo”.

Leis, Silvia Victoria Gerschman de

Democracia Social e Atores Políticos: Um Estudo da Reforma Sanitária Brasileira. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1994, 285 pp. Orientadora: Argelina Cheibub Figueiredo.

O objeto desta tese é o estudo dos movimentos sociais em saúde referenciados ao processo de formulação e de implementação das políticas de saúde no período que se estende de meados da década de 1970 a 1994. O estudo desta etapa relaciona-se à possibilidade de pensar as políticas de saúde no Brasil, na transição à democracia e na consolidação democrática sob uma perspectiva que não se sustenta exclusivamente no Estado como o *locus* privilegiado dos processos de formulação e de implementação das práticas sociais. O enfoque teórico-metodológico centrou-se em três aspectos: a trajetória do papel dos movimentos sociais em saúde; o grau de definição da política de saúde e o processo político mais amplo de constituição de um regime democrático. Concluímos que a Reforma Sanitária Brasileira constituiu-se num “regime de democratização parcial”, definimos a maneira pela qual se estabeleceu o percurso da mesma e explicitamos quais as possibilidades para a implementação da política de saúde, dado o estágio alcançado pelos momentos sociais com saúde.

Lima, Marcelo Ayres Camurça

Os “Melhores Filhos do Povo”. Um Estudo do Ritual e do Simbólico numa Organização Comunista — O Caso do MR8. Doutorado em Antropologia, Museu Nacional/UFRJ, 1994, 324 pp. Orientador: Otávio Velho.

Procura abordar modelo de Partido Comunista — estudo de caso do MR8 — enfatizando os significados simbólicos e rituais de suas relações sociais. Estende a perspectiva antropológica a um objeto estudado pela ciência política, o partido; com isso busca cobrir lacuna deixada por teoria política no tratamento da esquerda e seus agrupamentos. Busca “desnaturalizar” regras, códigos, “linhas políticas”, táticas e estratégias do esquema objetivo da linguagem política de esquerda revelando-as enquanto ritos de iniciação, de passagem, marcas identitárias distintivas dos grupos. Utilizou-se para tal entrevista observação participante e pesquisa em material bibliográfico.

Lyrío, Mauricio Carvalho

O Contencioso das Patentes Farmacêuticas e as Relações entre Brasil e Estados Unidos. Mestrado em Relações Internacionais, PUC-Rio, 1994. Orientadora: Maria Regina Soares de Lima.

O objetivo desta dissertação é analisar o contencioso das patentes farmacêuticas com base em conceitos de teoria de relações internacionais. Para tanto, o trabalho divide-se em duas partes complementares. Inicialmente, procura-se inserir o contencioso no contexto mais amplo das relações entre Brasil e Estados Unidos, em especial, no processo de crescente divergência entre suas respectivas prioridades de diplomacia econômica, a partir dos anos 70. Faz-se, a um só tempo, uma análise histórica e teórica do relacionamento bilateral e do significado particular do contencioso das patentes. Por fim, busca-se analisar o processo de formulação da política externa dos dois países durante o conflito bilateral, com ênfase sobre os fatores de política burocrática e de influência societal que o condicionaram.

Messari, Nizar

A Democracia e a Questão da Guerra e da Paz. O Enfoque Liberal. Mestrado em Relações Internacionais, PUC-Rio, 1994. Orientador: Paulo Sergio Wrobel.

O objetivo desta dissertação é discutir o caráter pacífico das democracias. Alguns autores baseiam-se em Imanuel Kant para indicar a existência de uma zona de paz separada entre as democracias. Para eles, este fenômeno representa um desafio à visão realista segundo a qual o que determina as relações internacionais é a distribuição internacional das forças entre os atores. Estes neokantianos alegam a existência de vários graus de anarquia para afirmar que a paz separada entre as democracias indicia um grau mais maduro de relacionamento entre tais países, e que não se verifica em relação aos demais. É este debate que é levado adiante nesta dissertação.

Motta, Luiz Eduardo Pereira da

A Época de Outro dos Intelectuais Vermelhos (Uma Análise Comparativa das Revistas Tempo Brasileiro e civilização Brasileira — 1962-1968). Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1994, 171 pp. Orientadora: Ana Maria Galano Linhart.

A pesquisa tem como objetivo mostrar os aspectos diferentes e semelhantes entre duas revistas de cultura e política do Rio de Janeiro durante os anos 60. A *Revista Tempo Brasileiro*, criada por Eduardo Portella em 1962, e a *Revista Civilização Brasileira*, criada por Ênio Silveira e Moacir Félix em 1965. Pretendemos apontar as reações dessas revistas no que concerne as mudanças estruturais originadas pelo movimento político de 1964.

Osis, Maria José Martins Duarte

Atenção Integral à Saúde da Mulher, Conceito e o Programa: História de uma Intervenção. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1994, 186 pp. Orientador: José Luiz Santos.

Pretendeu-se investigar que relações existiriam entre o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher — PAISM, adotado pelo governo brasileiro em 1983, e as tradicionais intervenções sobre o corpo feminino, como principal instrumento de reprodução e as implicações e repercussões sociais de sua implantação. Propôs-se identificar os significados simbólicos

implícitos na adoção do PAISM, bem como interpretá-lo a partir de uma perspectiva de gênero. Concluiu-se que: a adoção do PAISM resultou da pressão de três forças que atuavam no início da década de 80; as pressões internacionais para que os países em desenvolvimento controlassem o crescimento populacional; as pressões internas dos movimentos sociais por mudanças na política de saúde; e as pressões dos movimentos de mulheres para que elas fossem tratadas como cidadãs, o que incluía a atenção à sua saúde como um todo, e não apenas como mães em potencial. Entretanto, o PAISM representou uma inovação, pois pretendeu dar atendimento pleno às especificidades das mulheres, independentemente da função reprodutora estar sendo exercida ou não. Como política de saúde pública esse Programa contemplou, pela primeira vez, medidas oficiais na área da regulação da fecundidade, mas não se pode classificá-lo como uma forma de controle da natalidade, porque ele não inclui qualquer componente de cerção, condicionando as atividades de planejamento familiar nos serviços públicos ao oferecimento de todos os outros componentes da atenção à saúde das mulheres.

Silva, Enio Waldir

O Ensino Superior Regional: A Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994, 362 pp. Orientadora: Clarissa E. Baeta Neves.

O ensino superior criado na região Noroeste do Rio Grande do Sul foi de caráter privado como foi a maioria criado na década de 1960 no Brasil, como um todo. Mas ali a criação das instituições de ensino superior (foram criadas sete IES em uma mesma época, e em cidades pequenas e bastante próximas uma da outra) teve muitas peculiaridades devido a forma de articulação dos grupos criadores com a comunidade em que se envolviam: eram grupos religiosos e leigos (políticos, professores etc.) que não tinham interesses lucrativos com a educação. Sem apoio dos setores públicos estes atores construíram a história das IES. Nas entrevistas com estes criadores, nos documentos estudados conseguimos perceber que as relações das IES com a comunidade mudou muito nestes 30 anos de experiência e que as IES ficaram muito presas ao ensino mas foram muito importantes na formação de recursos humanos nesta região. Hoje elas estão, frente à crise que enfrentam, com novos desafios: tornarem-se Universidade "Multicampi".

Trópia, Patrícia Vieira

Classe Médio, Situação de Trabalho e Comportamento Sindical: O Caso dos Comerciantes de São Paulo. Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1994, 187 pp. Orientador: Armando Boito Júnior.

Esta dissertação de mestrado analisa o não ativismo dos comerciantes no plano sindical. Nosso objetivo foi mostrar que a raridade das greves no comércio, a rejeição ao sindicalismo reivindicatório e a hegemonia do peleúsmo neste sindicato derivam da situação de trabalho dominante no comércio de São Paulo. Por outro lado, discutimos a inserção de classe destes assalariados não-manuais. Procuramos fugir de uma discussão puramente abstrata sobre o pertencimento de classe dos comerciantes ao investimos na análise do seu comportamento e da ideologia secretada por eles. Este procedimento permitiu que destacássemos o comportamento anti-social dos comerciantes como uma rejeição ao sindicalismo reivindicatório. Procuramos, também, a partir da análise da situação de trabalho dominante testar a eficácia das disposições

ideológicas pequeno-burguesas na determinação de classe dos comerciários. Fazem eles, segundo nosso trabalho, parte da classe média.

Vasconcellos, Eliane Julie Godoy de

Trabalhadores Informais: O Sentido da Sua Escolha de Trabalho. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, 199 pp. Orientadora: Sonia Larangeira.

Retoma e aprofunda dois pressupostos da literatura brasileira sobre produção informal. Um, de que esta produção abriga uma diversidade de situações ocupacionais, que vão desde estratégias de sobrevivência a situações ocupacionais em que há uma escolha do trabalhador pelo trabalho que exerce informalmente. Outro pressuposto é que esta escolha estaria associada a uma avaliação positiva feita pelo trabalhador do trabalho informal. Identifica as razões pelas quais esses trabalhadores tornaram-se trabalhadores informais e as razões pelas quais permanecerão (ou não) nessa condição ocupacional. Conclui que em suas escolhas ocupacionais os trabalhadores estudados têm referenciais pessoais em termos do que a autora denomina de *objetivos profissionais*, e que esses objetivos expressam sua capacidade de “concepção de bem” nos termos rawlsianos. Mostra que na diversidade ocupacional que caracteriza o trabalho informal, é possível estabelecer um sentido comum ao deslocamento no mercado de trabalho para um trabalho informal a partir destes objetivos profissionais.

Weber, Maria Helena

Ditadura & Sedução (Redes de Comunicação e Coerção no Brasil — 1969/1974). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994, 422 pp. Orientadora: Maria Suzana Arrosa Soares.

Estudo sobre as relações históricas e teóricas entre o poder político autoritário dos militares e a comunicação, no Brasil, especificamente, durante o período governado pelo general Emílio Garrastazu Médici, de 1969 a 1974. Desenvolvimento de análises sobre a singularidade deste governo que, em busca do controle hegemônico da sociedade, viabilizou o funcionamento de redes estratégicas de comunicação e coerção, assim classificadas: a *Rede Técnico-estrutural* (leis, tecnologia); a *Rede Institucional* (cursos e legislação para profissionais de comunicação, rede Globo); a *Rede Repressiva* (censura, aparato policial) e a *Rede Persuasiva* (sistema de comunicação, AERP, propaganda governamental). Estas redes determinaram as relações entre estado e sociedade, a partir dos princípios da ideologia da segurança nacional e foram estudadas a partir do método *estudo de caso* sendo o material empírico constituído por documentos das campanhas, discursos presidenciais, projetos, legislação, publicações, opiniões e periódicos da época.

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Vallada-*

res e Ademir Figueiredo, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sônia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia" e *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes" e *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Mi-

litares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha", e *Berta G. Ribeiro*, "Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de etnoastronomia indígena do Brasil: "Um Balanço" e *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil, Hoje".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: o Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais" e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, "Corporativismo e Neocorporativismo: o Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teroia do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate" e *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paulo Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 - 1990"; *Guita Grin Debert*, Família, Classe Social e Etnicidade: "Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento"; *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Políti-

co: Balanço Bibliográfico"; *Arabela Campos Oliven*, "O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos"; *Wilma Mangabeira*, "O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica".

BIB 35

Sérgio Adorno, "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático"; *Christian Azais e Paola Cappellin*, "Para uma Análise das Classes Sociais"; *Guillermo Palacios*, "Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis"; "Arquivo de Edgard Leuenroth."

BIB 36

Maria Lígia de Oliveira Barbosa, "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto"; *Maria da Glória Bonelli*, "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro"; *Marieta de Moraes Ferreira*, "O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975".

BIB 37

Fernando Limongi, "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente"; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações"; *Maria Julia Carozzi*, "Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos".

BIB 38

Theodore Lowi, "O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)"; *Julia Silvia Guivant*, "Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia".

BIB 39

Marta T. S. Arretche, "Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte — As Principais Interpretações Marxistas)"; *Ronald H. Chilcote*, "Teoria de Classe"; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, "As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia".

BIB 40

"Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória"; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, "As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa"; *Lafis Abramo e Cecília Montero*, "A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos".

A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais – ANPOCS
Editoria da Revista **BIB**

Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n.º 315, sala 116
05508-900
São Paulo, SP